UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ALINE SOUZA MARTINS

Por que a guerra?

Política e subjetividade de jovens envolvidos na guerra do tráfico de drogas:

um ensaio sem resposta

(versão corrigida)

São Paulo
2014

ALINE SOUZA MARTINS

Por que a guerra?

Política e subjetividade de jovens envolvidos na guerra do tráfico de drogas:

um ensaio sem resposta

(versão corrigida)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Psicologia da Universidade de São
Paulo como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Debieux Rosa

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Martins, Aline Souza.

Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos na guerra do tráfico de drogas: um ensaio sem resposta / Aline Souza Martins; orientadora Miriam Debieux Rosa. -- São Paulo, 2014.

211 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Guerra 2. Tráfico de drogas 3. Discurso 4. *Homo Sacer* 5. Psicanálise 6. Foucault, Michel, 1926-1984I. Título.

HV639

Nome: MARTINS, Aline Souza

Título: Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos na guerra do tráfico de drogas: um ensaio sem resposta

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.^aDr.^a: Miriam Debieux Rosa

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:_____

Prof.^aDr.^a: Andréa Maris Campos Guerra

Instituição: Universidade Federal de Minas

Gerais

Julgamento:

Assinatura:_____

Prof. Dr.: Christian Ingo LenzDunker

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:_____

À Orlando e Ângela

AGRADECIMENTOS

Comecei a escrever os meus agradecimentos assim que o texto da qualificação ganhou corpo, em março de 2013. Para mim, a hora de agradecer não é só quando se termina um trabalho, mas no momento em que estamos no meio da difícil tarefa da produção solitária da escrita. Nesse momento percebemos que não estamos sozinhos, a companhia das pessoas que fizeram parte do nosso trajeto volta para nos socorrer. Sempre foi a minha parte favorita na leitura das teses e dissertações, pois é onde podemos ver os pilares que sustentam a pesquisa.

Eu gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus pais, Orlando e Ângela, que me ajudaram a sustentar meus sonhos, mesmo nos momentos mais difíceis. E aos meus irmãos Ariane e Humberto.

À minha orientadora, Miriam Debieux Rosa, por acreditar no meu trabalho quando ele ainda era apenas uma ideia e uma vontade forte, por me orientar buscando sempre elucidar minhas próprias ideias, me ensinar a defendê-las e, principalmente, por respeitar minha teimosia com paciência;

À professora Andréa Máris Campos Guerra, que viu o desejo por trás do não saber e me transformou em psicanalista;

Ao professor Christian Dunker, que me acolheu de maneira carinhosa e instigante em todos os espaços paulistanos de estudo que lhe foi possível, pelo rigor e ousadia das aulas e simpatia da presença;

Ao professor Adriano Nascimento, que me ensinou a seriedade do trabalho de pesquisa e me abriu as portas para esse ofício;

A CAPES;

Aos colegas do Laboratório Psicanálise e Política (USP-SP) e Psicanálise e Sociedade (PUC-SP), pela companhia na prática de uma psicanálise engajada e por discutirem meu trabalho de maneira rigorosa: Christian Haritçald, Diego Penha, Jaqueline Ibrizi, Aline Travaglia, Ana Musati Braga, Cris Rocha, Isabel Tatit, Rodrigo Alencar, Emília Broide, Marta Cerruti, Ivan

Estevão, e outros que passaram mais rapidamente mas não deixaram de dar sua contribuição, em especial a Viviani Huerta pela leitura atenta do meu texto na reta final, que me confrontou com escrita acadêmica sem perder a fluidez ao trabalho;

Ao grupo Nome-do-Pai e Suplência, de Belo Horizonte, de quem nunca me distanciei e que me acompanhou na primeira formação em psicanálise: em especial aos companheiros de trabalho que se tornaram grandes amigos, Fabio Bispo, Marcelo Fonseca, Luiz Canuto, Rafael Rocha, Joanna Ladeira, Claudia Neves, Camila Alves, Carminha e Sanderson.

A Ricardo Goldenberg, por me suportar com sua escuta cuidadosa e irreverente, sustentando e acolhendo meu desejo;

Aos professores Paulo Endo, Antônio Teixeira, Cassandra França, Guilherme Massara e Carlos Drawin, pela tarefa impossível que é ensinar;

Ao cartel dos Discursos, que apesar do tempo curto, deu suporte ao meu interesse teórico e ajudou na construção desse trabalho: Carolina Bertol, Carina Guedes, Fernanda Sato e Miriam Debieux.

A todos os que participaram do grupo de supervisão da USP, que me ensinam sobre a beleza da clínica psicanalítica: Ana Flávia, Flavia, Yuri e, em especial, Pedro Sencman e Mariana Desenzi.

Às grandes companhias que tornam São Paulo uma cidade gostosa de viver: Livia Santiago, Gabriela Chequer, Mariana Bhraim, Mateus Souza, Thiago Moyano, Gabriela Rodrigues, Vanessa Elias, Ramaina Cardinalil, Georgia, Lucas Bulamah, Anna Turriani, Roberto Propheta, Kito Dias, João Domiciano, Marcio Bandeira, Viviana, Pedro Ambra. A nova e deliciosa companhia de Nicolas.

Aos amigos que me sustentaram em Belo Horizonte: Bárbara Oliveira, Nicole Lagazzi, Hugo Cesar Paiva, Hanna, Leo, Mayla, Alberto, e os amigos do grupo Barrados, que marcaram uma época linda.

Aos amigos espalhados pelo Brasil: Tiago Ionta, Cinthia Silva, Clarice, Marina Languê, Claudia, Amarantha, Kadije, Scarlet, Letizia. Ao Nilo.

As guerras jamais podem cessar enquanto as nações viverem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual for tão diversamente apreciado entre elas, e enquanto as animosidades que as dividem representarem forças motrizes tão poderosas na mente.

Sigmund Freud, 1915.

RESUMO

MARTINS, Aline Souza. **Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico de drogas: um ensaio sem resposta.** 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A guerra do tráfico de drogas é uma espécie de conflito que acontece nas periferias das grandes cidades brasileiras. Consiste em uma batalha armada entre gangues rivais, motivada por desavenças pessoais ou vinganças direcionadas aos grupos inimigos. Este fenômeno é o maior responsável por mortes de jovens no país. A partir de grupos de conversa com jovens envolvidos com o tráfico de drogas e usando a psicanálise como método de escuta e análise, a presente pesquisa faz uma descrição de caso que tem como papel elucidar a dinâmica de funcionamento da guerra do tráfico no aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte-MG. O objetivo inicial foi responder ao enigma: por que os jovens se envolvem na guerra do tráfico, mesmo sabendo do grande risco de morte? A hipótese que se depreendeu daí foi a existência de um fator oculto, com dimensão política e subjetiva que sustentaria essa escolha. Entretanto, o que se encontrou como resultado foi um aprofundamento da questão, entendendo o posicionamento desse grupo de jovens na sociedade como *Homo Sacer*, posição esta produzida e sustentada pelo discurso em torno da violência e pelo reconhecimento desses sujeitos como exceção. Passamos, portanto, pelo conceito de guerra, elucidando sua dinâmica de funcionamento na política, segundo Clausewitz e Foucault, e no sujeito, com Freud e Lacan. Partimos então para o entendimento de como essa posição seria sustentada na sociedade através de uma discussão sobre o discurso, a partir de Foucault e Lacan, e posteriormente explorando o conceito de *Homo Sacer*, de Agamben, amparado por suas bases na concepção de Campo de Arendt e biopolítica de Foucault. O trajeto de pesquisa foi constantemente marcado pela formulação de uma metodologia que acompanhasse as demandas do objeto, que não se deixa apreender e está constantemente provocando o pesquisador no seu lugar de cidadão de uma sociedade em guerra. Esse percurso provocou a ampliação do campo de estudo para o além da guerra, deslocando o modo de reconhecer o outro. Uma torção que conduziu o trabalho para a necessidade de ver o homem por trás do guerreiro, e gerou novas perguntas, "o que é e por que a paz?". Ela é apenas o equilíbrio de uma sociedade injusta? Desse modo, concluímos que a pergunta "por que a guerra?" não pode

ser respondida, pois o que os sujeitos nos falam em contexto de pesquisa é dependente da dinâmica de reconhecimento e laço social, e, assim, as respostas serão sempre parciais, subordinadas à maneira como reconhecemos o outro.

Palavras-chave: Guerra; Tráfico de drogas; Discurso; Homo Sacer; Psicanálise; Foucault; Michel.

ABSTRACT

MARTINS, Aline Souza. Why the war? Politics and subjectivity of the youth involved in drug dealing: an unfinished inquiry. 2014. 211 f. Thesis (Master) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

The drug dealing war is a kind of conflict that happens in the outskirts of Brazilian major cities. It consists of a gun battle between rival gangs, motivated by personal disagreements or vendettas directed towards enemy groups. This phenomenon is the most responsible for youth mortality in the country. Using conversations with adolescents involved in drug dealing groups and also, psychoanalysis as the method of listening and analysis, this research attempts at a case description. Its role is to elucidate the dynamics of such dealing war in the Santa Lucia district, in Belo Horizonte - MG. The initial goal was to answer the question: why do young people become involved in the drug war, knowing the high risks of death? The hypothesis was that there was a hidden factor, with political and subjective dimension, that would support the choice. However, the result's complexity extended our comprehension of the issue. We began to understand this group of youngsters in society as Homo Sacer, a position that was produced and sustained by the violence speech and recognition of such subjects as exception. Therefore, we invested acute attention in the concept of war, providing insights into the political field, according to Clausewitz and Foucault, as well as insights about the subject, with Freud and Lacan. Subsequently, we proceeded to the understanding of how this position would be sustained in society through a discussion of the speech, in both Foucaultian and Lacanian terms. At that point, we explored Agamben's concept of Homo Sacer, supported by the following bases: the notion of Camp in Arendt, and biopolitics in Foucault. The search was constantly marked by the formulating of a new methodology, attending the object's demands, because this object is not easily apprehended and it is constantly displacing the researcher the researcher and her place as a citizen of a society at war. This route search caused the expansion of the study field beyond the war, shifting how to recognize the other. This twist conducted the work for the need to see the man behind the soldier, and generated a new question, "what and why peace?". Is it simply the balance of an

unfair society? We concluded that the question "why war?" can not be answered, because the subjects speech in the research context is dependent on the dynamics of recognition and social bonding, and thus the answers are always partial , subordinated to the way we recognize each other.

Keywords : War; Drug dealing; Speech; Homo Sacer; Psychoanalysis; Foucault, Michel.

SUMÁRIO

PARTE I: CONTEXTO DE GUERRA

1. Introdução	14
1.1. <u>Apresentação: Contexto de criação do desejo</u>	19
1.2. <u>A escrita da experiência ou método</u>	25
1.3. <u>A escrita da teoria</u>	31
 2. Contexto das guerras do tráfico de drogas com jovens no Brasil	34
2.1. <u>Contextualização histórico-geográfica do Santa Lúcia</u>	34
2.2. <u>Eixo político: a criminologia</u>	38
2.2.1. Mapa das teorias sociológicas da criminologia.....	40
2.2.1.1. Anomia.....	42
2.2.1.2. Teoria do Controle.....	43
2.2.1.3. Teoria da Escolha Racional.....	44
2.2.1.4. Teoria das Atividades Rotineiras.....	45
2.2.1.5. Teoria da Chicago.....	46
2.2.1.6. Criminologia Radical.....	47
2.2.1.7. Teoria do Rótulo.....	48
2.2.1.8. Teoria do Desenvolvimento.....	49
2.2.1.9. Teoria da Trajetória de Vida.....	50
2.2.2. Pesquisas sociológicas recentes.....	51
2.2.2.1. Contexto mineiro: as gangues de uma rua.....	51
2.2.2.2. Contexto carioca: Comando Vermelho e UPPS.....	56
2.2.2.3. Contexto paulistano: PCC.....	59

2.3. <u>Eixo subjetivo-clínico</u>	65
2.3.1. Adolescentes envolvidos em atividades de conflito com a lei em Belo Horizonte.....	65
2.3.2. Sujeitos em posição de <i>Homo Sacer</i>	67
2.3.3. Adolescentes, responsabilidades & Guerra.....	72

PARTE II: ENCONTRO GUEERA

3. O que é a guerra?.....76

3.1. <u>Instante de VER: cenas de guerra</u>	76
3.2. <u>Primeira escrita da guerra</u>	82
3.3. <u>Guerra na psicanálise</u>	98
3.3.1. Freud e a guerra como fenômeno.....	98
3.3.2. Lacan e a guerra como estrutura.....	108
3.4. <u>Conclusão: há guerra</u>	121

4. Guerreiros: sujeito *Homo Sacer* no discurso.....124

4.1. <u>Tempo de COMPREENDER: o que se vê</u>	124
4.2. <u>O discurso e a guerra</u>	137
4.2.1. Sujeitos no discurso: uma compreensão foucaultiana.....	138
4.2.2. Discursos no sujeito: uma compreensão lacaniana.....	142
4.3. <u>O <i>Homo Sacer</i> e a guerra</u>	149
4.3.1. A criação dos direitos humanos e do cidadão de acordo com Hannah Arendt.....	150
4.3.2. O conceito de biopolítica para Michel Foucault	154
4.3.4. <i>Homo Sacer</i> , sujeitos abandonados: uma figura revisitada por Giorgio Agamben.....	157
4.4. <u>Conclusão: há discurso</u>	162

5. Por que as guerras? Dinâmica de reconhecimento e política.....164

5.1. <u>Momento de CONCLUIR: o que não se viu, mas estava lá ou Para além da guerra, o sujeito</u>	164
5.2. <u>Reconhecimento: um exercício de ver e ouvir melhor</u>	171

5.2.1. Sobre o reconhecimento a partir do Esquema L de Lacan.....	173
5.2.2. Notas sobre o reconhecimento em Axel Honneth.....	177
5.3. <u>Por que a paz?</u>	179
 6. Conclusão	185
 Bibliografia	194
 Apêndice A: Pesquisa “A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico”.....	202
 Apêndice B :Tabela dos textos de referência do conceito de guerra na psicanálise.....	209
 Anexo A: Estatuto do PCC	210

PARTE I: CONTEXTO DE GUERRA

1.Introdução

Enquanto isso, na área da boca, todos querem conversar com Paranoia, ver de perto os ferimentos, saber detalhes do tiroteio, elogiar a sua ação. Uma menina pediu de presente a camiseta furada de bala, para guardar de lembrança. Ele sentia dores, estava abatido, traumatizado pelo que acabara de viver, mas gostava de ouvir o pessoal comentar que sua coragem tinha salvado o chefe. Tomou um banho em casa, sem fazer barulho para a mãe não acordar e ver o sangue seco espalhado pelo corpo. Vestiu a camiseta preferida e que tinha tudo a ver com o seu momento. Uma camiseta preta, com o símbolo do grupo de rap Racionais MCs no peito e nas costas a frase: "Só Deus sabe a minha hora."

Caco Barcellos

Nosso primeiro encontro com o tema desenvolvido nesta pesquisa se deu há mais de dez anos, na leitura do romance-documental *Abusado*, de Caco Barcellos. O jornalista conta a história de Marcinho VP (ou Juliano, como é chamado no livro), um dos líderes do tráfico no Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, desde seu nascimento até sua morte na cadeia. A leitura permitiu o primeiro encontro com uma alteridade radical, um grupo de pessoas com uma realidade completamente diferente da que estava convencionada a receber o nome de "sociedade". Depois de mais de quinhentas páginas, foi possível entender minimamente o comportamento desses jovens, tirá-los do lugar imaginário de "criminosos-monstros" e entender o "crime" não como a transgressão de uma lei ideal e neutra, mas sim como a quebra de uma lei específica de um tempo, construída por um determinado grupo social e político.

Dessa leitura veio a primeira pergunta para esta pesquisa; retomaremos uma passagem do livro para enunciá-la: um adolescente de dezenove anos, apelidado de Paranoia, acaba de voltar da guerra. Ele foi escolhido pelo chefe de sua facção, Juliano, para compor o bonde que iria retomar uma boca, perdida para os criminosos rivais uma semana antes. A missão é um

fracasso, eles acabam confundindo os traficantes com os policiais, afinal, rival tem sempre a mesma cara. Na fuga arriscada, um companheiro morre e o chefe é baleado. Apesar do desfecho aparentemente trágico, o jovem se orgulha de sua atuação e recebe os aplausos da comunidade.

Situações como essa tornaram-se um enigma e o início de uma trajetória de pesquisa em busca de entender a lógica das ações de sujeitos como Paranoia. A pergunta em questão é: porque esses jovens aceitam participar de atividades tão arriscadas como as que ocorrem na guerra do tráfico de drogas mesmo sabendo dos riscos implicados nesse tipo de vida? Portanto, nosso objeto de pesquisa passa a ser a guerra do tráfico de drogas no aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte-MG, reconhecida por seus participantes como o conflito armado entre gangues residentes dessa região motivado por desavenças pessoais ou vinganças direcionadas aos grupos inimigos.

Esse complexo fenômeno coloca noções aparentemente contraditórias lado a lado: violência, religiosidade, crime, orgulho, morte, trabalho, dedicação, assassinato, família, roubo. Para grande parte da população, é um universo completamente desconhecido, com regras de conduta impossíveis de compreender e uma linguagem quase indecifrável. Por esse motivo, inúmeros pesquisadores como Karina Biondi (2012), Rafael Rocha (2010), Camila Nunes Dias, e Andréa Guerra (2010) se propõem a tentar entender as leis e costumes que regem essas complicadas formas de vida, incluídas nas margens das grandes cidades brasileiras e simultaneamente excluídas pelo binarismo da divisão entre "morro" e "asfalto" que muitos de nós fazemos.

Tanto os livros como *Abusado* (Caco Barcellos, 2003), *Cabeça de Porco* (Luiz Eduardo Soares, MV Bill, Celso Athayde, 2005) e *Justiça* (Luiz Eduardo Soares, 2011), como os filmes como *Tropa de Elite* (José Padilha, 2007), *Notícias de uma guerra particular* (Kátia Lund e João Moreira Salles, 1999), *Falcão - meninos do tráfico* (MV Bill e Celso Athayde, 2006), e *Carandiru* (Hector Babenco, 2003), adaptação do romance *Estação Carandiru* (Drauzio Varella, 1999), têm como mérito produzir uma pequena ponte imaginária para um mundo desconhecido que existe subindo o morro. No entanto, após o fim desta pesquisa, percebemos que é importante avançar para além da ponte imaginária e reconhecer realmente a alteridade que se apresenta nessa forma de vida. O que motivou a presente pesquisa foi a identificação da necessidade de conhecer de fato essa alteridade, próxima territorialmente e distante na experiência, a partir do enigma incômodo contido na pergunta "Por que, apesar de conhecerem as consequências, adolescentes arriscam a vida entrando nisso que chamam de guerra?". Nossa hipótese inicial é que existiria um elemento oculto que racionalmente

justificaria essa escolha. Como vai ficar claro ao longo desta leitura, esta proposição se modificou com o desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa se propõe a usar a escuta singular que a psicanálise nos possibilita para provocar a experiência de aproximação que faz com que pesquisador e adolescentes em guerra se identifiquem em pontos comuns, que dizem respeito ao que é ser sujeito no mundo contemporâneo, num contexto de paz e de guerras, e reconheçam também suas diferenças, ou seja, os pontos singulares que dizem respeito a cada forma de vida com seus próprios referentes. Assim, o método de coleta de dados escolhido foi a "conversação psicanalítica" e a psicanálise fundamentou a discussão e a análise (sobre o método de coleta de dados ver Apêndice A).

Acreditamos que, ao estudar essas aproximações e distanciamentos, não estamos apenas conhecendo melhor um grupo dentro da sociedade, mas também criando instrumentos para compreender o próprio funcionamento da sociedade tal como a vivemos hoje.

Para autores da psicanálise e da filosofia, o estudo dos exemplos de exclusão é um método para compreender a civilização. Freud mesmo iniciou sua teoria a partir da escuta de mulheres histéricas, consideradas mentirosas e deixadas esquecidas nos cantos dos hospitais. No ano de 1900, Freud se dedica a escutar mulheres silenciadas pela desconsideração de sua doença e enviadas a guetos hospitalares, nos quais seus sintomas eram considerados fingimento. A partir do estudo desses casos paradigmáticos das chamadas histéricas, o jovem neurologista faz descobertas sobre o funcionamento da mente humana, seus mecanismos de recalque, repressão, atos falhos, sintomas, instâncias, sonhos, sublimação e pulsão.

Mais tarde, em 1932, Lacan se propõe a fazer uma tese de doutorado sobre um caso que atendeu no hospital psiquiátrico e que teve grande repercussão na mídia: uma senhora, chamada por Lacan de Aimée, em uma noite foi ao teatro onde uma artista muito famosa de Paris se apresentaria. Assim que a peça acabou, Aimée atacou a atriz com uma navalha. Depois disso ela foi presa por tentativa de assassinato e internada em uma clínica. Aimée já havia apresentado, anos antes, traços paranoicos. Pensava recorrentemente e com bastante certeza que queriam matar seu filho. Atribuiu a perseguição tanto à artista que sofreu o atentado como também a um romancista com quem parece muitas vezes estabelecer uma relação de afeto. Através do estudo da paranoia, e posteriormente da psicose, Lacan elenca suas primeiras teses a respeito do psiquismo, justificando que o "inconsciente a céu aberto" do psicótico seria uma escola para entender também o funcionamento psíquico dos neuróticos.

Foucault, por sua vez, também acredita que aquilo que entra na dinâmica de repressão-supressão dos discursos é justamente o que é disruptivo e, sendo assim, tem efeito de verdade

que irrompe no sistema de poder e deve ser analisado. Esses elementos suprimidos colocam em evidência os mecanismos de poder do regime moderno dos discursos e dos saberes, pois é nesta dinâmica que está a verdade. Em suas obras, o filósofo não se dedica à questão do poder em si, mas sim àquele poder que se deixa apreender pela análise do que ele chamou de experiências fundamentais: a loucura, a prisão e a sexualidade. Conforme Motta (2006, p.VIII) "[...]é à forma com que o poder se exerce, às modalidades do seu exercício na prisão, nos asilos, na polícia que ele dedica sua análise". Foucault nos diz (2006, p.15):

Parece-me interessante tentar compreender nossa sociedade e nossa civilização através de seus sintomas de exclusão, de rejeição, de recusa, através daquilo que elas não querem, seus limites, a obrigação em que se encontram de suprimir um certo número de coisas, de pessoas, de processos, o que elas devem deixar soçobrar no esquecimento, seu sistema de repressão-supressão. Sei muito bem que inúmeros pensadores – isto somente depois de Freud – se debruçaram sobre esse problema. Mas penso que além da supressão da sexualidade, há outras formas de exclusão que não foram analisadas.

Onde queremos chegar com esses exemplos? Freud, Lacan, Foucault e muitos outros pensadores se prestaram a ouvir grupos de pessoas enviadas a exílios sociais (hospitais, guetos e prisões), excluídas por seus sintomas ou sua posição na sociedade. São estudiosos que conseguiram chegar a hipóteses extremamente relevantes sobre toda a sociedade através da análise de seus representantes reprimidos, e é a partir desses autores que pretendemos justificar a necessidade de se estudar os adolescentes envolvidos com a guerra do tráfico de drogas no Brasil.

Retomemos agora este objeto de estudo. Existe hoje todo um sistema que sustenta as medidas de Internação, Semi-liberdade e Liberdade Assistida para processos de adolescentes que se envolvem em práticas de conflito com a lei. Temos um número crescente de casas de detenção para menores em todo o país. Esses jovens que se envolvem com o crime são em geral homens, negros, entre 15 e 29 anos, e na sua maioria habitam as periferias das cidades. Eles formam uma parcela da população com um dos maiores índices de mortalidade. Entre 1960 e 2010, 799.226 pessoas foram registradas como vítimas de armas de fogo no Brasil; destas, 61,7% eram jovens (450.255), ou seja, duas em cada três vítimas fatais contabilizadas pelos órgãos de controle (WAISELFISZ, 2013)¹.

¹ É importante frisar que esse número, já assustador, é o número oficial, contabilizado pelas instituições responsáveis por fazer a estatística. Existem denúncias de que o número de mortes por armas de fogo pode ser ainda maior, principalmente entre jovens.

No ano de 2010, a arma de fogo foi a causa de 30% das 75.553 mortes de jovens registradas. Foi a maior causa de mortalidade nessa faixa etária da população, ficando muito acima da segunda (acidentes de transporte), responsável por 20% das mortes. Apesar do grande impacto, ainda são escassas as reações e políticas de enfrentamento a esse problema, em comparação com outras políticas públicas. Como exemplo temos o HIV, responsável por 1.643 óbitos em 2010. O vírus moveu uma série de campanhas governamentais, mas representa um terço das mortes causadas pelas armas de fogo.

Apesar de se propagar que não há guerras no Brasil, 108 pessoas foram vítimas de armas de fogo por dia em 2010, somando 38.892 no ano todo. Trata-se de um total muito maior do que o anunciado em conflitos internacionais como os enfrentamentos na Palestina, no Iraque, ou as guerras da Chechênia, do Golfo, Angola e Moçambique. Assim, o Brasil é apontado como um dos países com maior índice de óbitos por arma de fogo do mundo, ficando em nono lugar, com seus 20,4 óbitos em 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2013). Diante desses dados seria mesmo possível deixar de reconhecer que existe uma guerra silenciosa em nosso território? Ou melhor, que existem guerras constantemente sendo silenciadas, obedecendo ao interesse de alguns de que nada seja dito? Diante dos dados estatísticos, é necessário sair da ingenuidade de concluir que as principais causas desse massacre seriam apenas a facilidade de acesso a armas de fogo, a cultura de violência e a impunidade (WAISELFISZ, 2013). A proposição da delinquência não se configura apenas como um problema social, mas tem também uma função social bem estabelecida. Como nos diz Foucault (2006, p.163):

A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida sob a forma de matérias-primas de máquinas, de máquinas-ferramentas, foi absolutamente necessário proteger essa riqueza. Pois a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente entre as mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem extrair dela um lucro, fazendo-a trabalhar. Como proteger essa riqueza? É claro, através de uma moral rigorosa: daí a formidável casula² de moralização que caiu do alto sobre a população do século XIX. Observem as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários ocorridas nessa época. Foi absolutamente necessário construir o povo como um sujeito moral, portanto separá-lo da delinquência, portanto separar nitidamente o grupo dos delinquentes, mostrá-los como perigosos não apenas para as pessoas ricas, mas também para as pessoas pobres, mostrá-los carregados de todos os vícios provocadores dos maiores perigos. Daí o nascimento da literatura policial e a importância nos jornais das crônicas, dos horríveis relatos dos crimes.

² [Casula é a veste utilizada pelos sacerdotes durante as liturgias, um manto colocado sobre a túnica que representa a imagem do pastor].

Não realizaremos um estudo diretamente sobre os mecanismos de poder. Partiremos da seguinte posição: aprender sobre a lógica complexa dessas guerras que regem o sistema de vida e morte dos jovens; descortinar o lugar do outro "criminoso e delinquente" como mais próximo do eu do que se costuma imaginar; denunciar a posição confortável de ser do grupo-próprio e da criação de um grupo-outro como inimigo, monstro, a ser suprimido da sociedade.

Deixar esses adolescentes falarem livremente e dar importância ao que trazem como resposta criativa (no sentido de criação diante da falta de recursos) implica em destacar em seu ato a dimensão positiva que ele porta. Como coloca Rosa (2006, p. 8), esta escuta implica em

Romper com o pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos e do qual usufruímos; usufruto que supõe a inocência, a ignorância sobre as determinações da miséria do outro e a reflexão sobre a igualdade entre os homens, quando, de fato, o que fazemos é excluí-los. Excluí-los e usufruir do gozo da posição imaginária de estar do lado do bem, da lei.

Acreditamos que somente dessa posição é possível percorrer um caminho que discuta com seriedade porque esses jovens estão dispostos a pagar um preço tão alto quanto a vida para entrarem na guerra do tráfico. Apostamos que entender essa guerra é também passar a enxergar melhor como participamos dela.

1.1. Apresentação: Contexto de criação do desejo e implicação

O pesquisador também faz parte do processo da pesquisa e contribui com sua própria subjetividade. Essa posição é cara a nossa pesquisa em seus dois sentidos: tanto do grande valor atribuído a ela, quanto do alto custo que se paga ao tomá-la. Tal posicionamento torna-se também a advertência inicial que precisa ser feita a quem inicia a leitura desse trabalho — não existe neutralidade do pesquisador, este é também personagem do romance escrito a partir da pesquisa. Lacan (1958) diz que, na análise, o psicanalista paga com sua palavra através da interpretação, com sua pessoa pela transferência e com o seu ser. Com o analista-pesquisador não poderia ser diferente. O pesquisador é tomado por seu objeto de pesquisa e usa a teoria para tratar os restos que ficam do encontro com esses sujeitos, muito mais que objetos.

No texto *Traumas, heróis e resistência e psicanalistas* (2009) que discorre sobre a resistência dos trabalhadores "heróis", que lidam com situações de guerra principalmente no

Sudão e Somália, Miriam Debieux Rosa e Márcio Gagliato usam como recurso a troca de cartas entre si³. Tomaremos emprestada a estratégia dos autores de reproduzir essas cartas para dar início à descrição do nosso caso. A correspondência foi escrita por esta pesquisadora que vos escreve e endereçada ao amigo, psicanalista, poeta, diretor e roteirista de cinema Hugo Cesar P.⁴.

São Paulo, 8 de novembro de 2013

A Imagem que fica

As imagens das quais sou excluído me são cruéis: mas às vezes também (reviravolta) fico preso na imagem. Ao me afastar da calçada de um café onde tenho que deixar o outro acompanhado, eu me vejo indo embora sozinho, andando, meio abatido, pela rua deserta. Converti minha exclusão em imagem. Essa imagem, onde minha ausência está presa como num espelho, é uma imagem triste.

(Roland Barthes)

Viajo para fazer a última entrevista em Belo Horizonte. Já não sou mais daquela cidade. Passo naquela rua um ano depois, ela me parece muito diferente, embora nada tenha

³ Trecho da carta de Márcio Gagliato a Miriam Debieux "Meu Deus... "Quanto medo, trauma e dor! Eles não foram formalmente ameaçados, mas a ameaça estava lá todo o tempo. Contavam que estavam confinados em seus alojamentos, estavam poucos informados do que estava acontecendo, só viam a enorme movimentação e nervosismo, achavam que poderiam ser mortos a qualquer momento. Contavam sobre as horas de interrogatório a que os militares submeteram alguns, os laptops e dinheiro confiscados. Do medo de dizer qualquer palavra e serem acusados de espionagem. Do choque em ter que deixar tudo para trás (anos de trabalho) e simplesmente fugir. Contavam, chorando, que já estavam cansados de ver crianças raquíticas, e que a situação agora só vai piorar. Quem cuidará deles? perguntavam... e até os homens começaram a chorar... E, olhem só, "homens não choram", principalmente ao redor da cultura islâmico-machista da África. Um deles dizia: "Eu não tenho direito de ficar triste; eu, como internacional, ainda pude sair do país, e, mesmo que eu não tenha mais trabalho, minha situação é melhor que das centenas de colegas sudaneses que ficaram para trás, e ainda, das populações que serão as maiores vítimas". Aí eu intervim, dizendo que isso pode ser também um truque pessoal de negar nosso sofrimento" (ROSA e GAGLIATO, 2009, p. 3).

⁴ Essa carta foi enviada dois meses e sete dias depois do exame de qualificação.⁵Essa pesquisa, que foi a base que sustentou a realização deste mestrado financiado CAPES- SP. A parte inicial da pesquisa e coleta de dados foi realizada em Belo Horizonte, financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (PROPPG/UFMG) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (ver Apêndice A).

mudado no concreto. Um jogo de futebol rola no campo com alguma plateia. Algumas pessoas bebendo nas biroskas ou caminhando despreocupadas, conversando sobre a vida. Motocicletas. Os olhos fingem distração, mas acompanham nossos passos. As meninas de shorts minúsculos cochicham desfilando. É obvio que nos reconhecem como desconhecidos. Passo devagar na frente do bar onde encontrávamos os meninos, eles nos vêem fingindo que não viram. Nenhum conhecido. Paro o carro a uma certa distância. "É só eu ir no bar e perguntar por qualquer um dos meninos com quem já conversei, fácil". Fico paralisada. É uma rua muito diferente para mim agora. Estou sozinha. Sem a proteção do Fica Vivo! ou da Universidade de Minas Gerais sou só uma introneta de fora, uma patricinha, um playboy qualquer. Fico olhando de longe a minha impossibilidade de ultrapassar esse muro, essa barreira. Vejo eles conversando como quaisquer outros jovens, mas o medo do que pode acontecer quando eu entrar no bar me faz ligar o carro e ir embora olhando para dentro. Não consegui transpor o muro. Ou melhor, finalmente consegui enxergar verdadeiramente o muro. Eu posso escolher sair dali e ir para fora do perigo dessa rua, eles não. Cinco dias depois recebo a notícia: um tiroteio naquele bar matou uma pessoa no fim da tarde em que nós estivemos lá. Aqui minha pesquisa acabou, saí, abandonei, fui embora sem olhar mais para trás.

Proposta

Entre todas as considerações que me foram feitas na banca, essa foi a que mais me doeu. Refazer como caso a apresentação dos encontros. Doeu porque me faz voltar lá, onde não quero e não posso voltar. Ainda tenho medo de morrer. De morrer com eles por me aproximar demais, ou morrer pelas mãos deles também por me aproximar demais.

Encontrar o muro intransponível de continuar sempre sendo do lado inimigo, mesmo entregando minha vida para estudar e tentar fazer alguma coisa para que a vida desses meninos seja reconhecida, isso me fez retroceder. Trauma? Não sei. Fracasso? Certamente.

Me disseram que a parte mais impressionante e importante da minha pesquisa é a descrição do que ocorreu lá, e que a minha dificuldade é muito conhecida, a dificuldade com a "narrativa de guerra". Acredito que estão certos. A única coisa para a qual me serve essa pesquisa é a denúncia: "Há guerra!". Sei disso pois senti o medo dela paralisando meus pés.

Me disseram que meu texto demora a chegar na descrição, que, como num filme de guerra, a primeira cena precisa ser impactante, prender o leitor, violentar o espectador, para depois ser construída a trama para a qual essa primeira cena é o ponto de encontro. Comecei a ver filmes da guerra brasileira. Vi Ônibus 174 até o momento em que todos saem do ônibus e só ficam os dois, o menino e a menina, um negro e uma branca, pele encostando uma na

outra, mas de lados completamente opostos do muro. Não consegui ver o final. Não consegui ver o final. O final é duro demais para eu conseguir ver, entende?

Abortei o plano de incluir no texto todos os filmes da guerra brasileira, pois não consigo ver os filmes.

Abortei o plano de fazer mais entrevistas sobre os demais discursos sobre a guerra porque teria que fazer entrevistas, ir lá de novo, e eu não consigo ir.

Voltei a escrever sobre isso só hoje.

Quero arrumar o que tenho com o mínimo de dor possível. Quero começar, como num filme, com uma cena forte que amarre todas as outras. Quero construir um enredo que denuncie a existência de uma guerra na qual não participei e não participo, mas da qual escuto os tiros, pois tenho ouvidos demais.

Pretendo fazer uma introdução e já começar com o caso. Depois, quero que cada um dos três capítulos teóricos, Guerra, Guerreiro e Reconhecimento, comecem com fragmentos do caso, encontro traumático entre teoria e realidade. Encontro faltoso por princípio, portanto não pretendo dar a teoria como resposta, nem tampouco dar a realidade como acabada, não há resposta. Quero apenas dizer que há guerra! Dizer da importância de se reconhecer o outro, a alteridade radical, diferença incompreensível que é a vida desse grupo de pessoas que fazem o que fazem porque precisam sobreviver nessa guerra.

Não consigo fazer isso sozinha. Preciso mesmo da sua ajuda. Voltar lá não é fácil pra mim.

Desde já agradeço por você segurar minha mão. Eu nunca vou saber o que tinha dentro daquele bar, mas fico imaginando. Imagino a porta se abrindo e eles me convidando para entrar em algum quarto, imagino armas, imagino eu não tendo coragem de voltar, imagino uma conversa informal, imagino, imagino...

...

Essa pesquisa de mestrado começou a se desenhar a partir da tentativa de entender quais as causas que justificariam a entrada de jovens em conflitos armados, tanto entre eles mesmos quanto com a polícia (as chamadas guerras do tráfico), no aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte- MG. A equação entre as consequências ruins e boas da decisão desses adolescentes não nos parecia lógica, a menos que descobríssemos uma causa oculta que nossas análises ainda não tinham permitido enxergar até aquele momento. Buscando respostas para esse incômodo enigma, resolvemos analisar o tema de forma mais profunda e

distanciada. A alternativa encontrada então foi sair de Belo Horizonte e desenvolver a pesquisa de mestrado em São Paulo.

A oportunidade de estudar pela primeira vez o tema surgiu no contexto da participação na pesquisa *A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade*⁵, coordenada pela professora Andréa Máris Campos Guerra, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 2009 e 2011. Essa pesquisa nasceu de uma parceria com o programa *Fica Vivo!*, da Secretaria de Defesa do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de estudar a relação entre a incidência do pai, como conceito da psicanálise lacaniana, e o envolvimento de adolescentes com a criminalidade no aglomerado⁶ Santa Lúcia, em Belo Horizonte-MG.

Nas conversas realizadas com o grupo de jovens, foi proposto a princípio que o tema seria o pai. Entretanto, rapidamente percebemos que, embora os problemas do "ser pai" e da "relação com o próprio pai" fossem importantes, os jovens retornavam com frequência a discussões a respeito do conflito armado entre as regiões do morro, o qual eles chamavam de guerra. Esse dado mudou substancialmente o foco da pesquisa que nos propúnhamos a realizar; o problema de investigação passou a ser o fenômeno da guerra, que ocupou de maneira maciça o interesse dos participantes do trabalho⁷.

Entre os resultados recolhidos, um dado chamou nossa atenção. Foi a explicação de um dos participantes a respeito da diferença entre o tráfico e a *guerra*. Para este jovem, são fenômenos distintos, portanto, que seria possível estar na *guerra* sem estar no tráfico. No entanto, de acordo com o jovem, o oposto é menos usual. Ou seja, quando o adolescente está envolvido com a atividade ilegal do tráfico de drogas, é necessário que ele entre na disputa armada entre os grupos do morro, disputa esta que também pode ser motivada por questões pessoais ou territoriais entre os participantes de diferentes grupos. Outro aspecto impressionante nesses relatos é a clareza que os participantes têm do risco que correm ao entrarem em uma disputa armada desse tipo, denominando inclusive por três "Cs" os caminhos possíveis depois da entrada na guerra: *cadeia, cadeira de rodas ou caixão*.

⁵Essa pesquisa, que foi a base que sustentou a realização deste mestrado financiado CAPES- SP. A parte inicial da pesquisa e coleta de dados foi realizada em Belo Horizonte, financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (PROPPG/UFMG) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (ver Apêndice A).

⁶Estamos cientes da implicação política da utilização dos termos favela, vila, aglomerado, morro e bairro. Para o contexto dessa pesquisa utilizaremos essas denominações sem distinção, como são usadas pelos moradores, com exceção de bairro, termo geralmente empregado para a região no entorno do aglomerado ao qual nos referimos.

⁷Para saber mais sobre método de coleta de dados da pesquisa anterior, "A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade", ver Apêndice A. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob o número de registro COEP UFMG 0441.0.203.000-09.

Mesmo estando suficientemente cientes de que provavelmente estarão abreviando seu tempo de vida ou de liberdade, os entrevistados "optam" pela entrada na guerra. Questionados a respeito dessa espécie de escolha⁸ durante as conversas, os entrevistados aparentavam cair em um vazio de significação, dando respostas como "sempre foi assim", "hum, como assim: o que tem além da guerra?" ou simplesmente não entendendo o que foi perguntado, denunciando uma lógica totalizante nesse sistema de vida.

Dentro da posição política de considerar esses jovens como capazes de analisar tanto o seu contexto de vida quanto as possibilidades e consequências de suas escolhas, nos intrigou pensar porque eles optavam pela entrada na guerra. Começamos a nos fazer a mesma pergunta que Albert Einstein fez a Sigmund Freud por carta em 1932: por que a guerra?

Nessa troca de correspondências, o físico questiona o psicanalista sobre os aspectos subjetivos que levam as pessoas a entrarem em guerra. Freud responde a carta dizendo que sim, existem aspectos subjetivos ligados à pulsão de morte que levam à guerra, mas, principalmente, existem aspectos políticos. Nesse momento da pesquisa, estabelecemos a seguinte hipótese: ao analisar a estrutura do discurso diante da qual colocávamos nossa pergunta percebemos que provavelmente existia um elemento oculto, causa da escolha. Portanto, a hipótese que se criou foi que este elemento traria um benefício como consequência da entrada na guerra, benefício esse que justificaria a estranha escolha pelo caminho mais arriscado⁹. A partir desses novos questionamentos, nos propusemos a mais uma vez nos debruçarmos sobre os dados da pesquisa anterior (ver Apêndice A), agora com um novo método: intensificar a análise de apenas uma das regiões do aglomerado Santa Lúcia utilizando a própria psicanálise como método de pesquisa e teoria de base, também amparados pelo aporte teórico da psicologia social e da filosofia política.

Essa hipótese, entretanto, não se confirmou. Inicialmente apostamos que existiria algo da ordem do princípio de prazer, como o reconhecimento ou a participação política, que levaria os jovens a fazerem o cálculo dos riscos e optarem pela vida em guerra, pois esta seria mais vantajosa naquele contexto. Ao final do processo de análise, entendemos que as causas dessa guerra são mais políticas que subjetivas. Não há necessariamente um benefício a ser conquistado, e sim a tentativa de preservação da própria vida em uma guerra que já estava posta desde o início. Ou seja, não se escolhe entrar no que já se está dentro. Isso porque a

⁸ Nesse contexto é complicado falar em 'opção' ou 'escolha', pois se trata mais de uma escolha forçada para a qual não se tem tanta liberdade quanto se espera de uma decisão entre opções que não envolvem consequências trágicas como a morte ou a entrada na criminalidade.

⁹ Essa reflexão só foi possível graças a uma conversa informal com a professora de Análise do Discurso da universidade de Piracicaba, Suzy Lagazzy, a quem agradeço imensamente.

guerra do tráfico de drogas é apenas o fenômeno aparente de uma guerra mais ampla, cuja continuação se faz pela política. Assim, entendemos a política como continuação da guerra chamada por Foucault de racismo de Estado; sua arma de propagação se faz pelo discurso que atinge todos os que estão submersos na cultura através da linguagem.

A pergunta de pesquisa, por que a guerra?, torna-se assim mais uma alavanca que nos motiva a analisar o fenômeno do que algo a ser respondido. Não há resposta, pois as guerras são plurais, bem como suas motivações singulares e contingenciais. Ela se reatualiza todas as vezes que enxergamos o outro apenas como inimigo ou guerreiro, que o colocamos do outro lado do muro, mesmo que façamos isso com a melhor das intenções. Desse modo, chegamos a três conclusões, cada uma defendida em um capítulo da segunda parte dessa dissertação: 1) há guerra; 2) os guerreiros são efeito do discurso; 3) a guerra se reatualiza quando não vemos que o sujeito é mais que apenas um guerreiro.

1.2. A escrita da experiência ou método

Para a formalização desta pesquisa optamos pela narrativa em forma de ensaio, dividindo cada capítulo em três momentos: Imersão; Eixo Horizontal e Eixo Vertical. A Imersão será a reprodução tanto do testemunho desses jovens, descrito na forma de caso clínico, quanto do testemunho do difícil encontro entre pesquisador e entrevistados, descrito na forma de cartas endereçadas ao amigo Hugo C. A Imersão se dará em três tempos, em analogia aos três tempos lógicos descritos por Lacan, que explicaremos mais adiante: instante de Ver, tempo de Compreender e momento de Concluir. O Eixo Horizontal diz respeito ao ponto de vista político da análise, com a contextualização histórica, social e estrutural dos grupos aos quais esses sujeitos pertencem dentro da nossa sociedade. E, finalmente, o Eixo Vertical pretende dar conta de uma análise subjetiva dos sujeitos envolvidos na guerra, utilizando a psicanálise para pensar a causalidade¹⁰ dessa escolha forçada, seus benefícios e consequências negativas.

Através desse método de pesquisa, pretendemos simultaneamente conservar as especificidades destes dois olhares, um clínico e o outro político, e encontrar pontos de interseção que construam um modo de ver ampliado, incluindo nele mesmo tanto os limites

¹⁰ Aquilo que causa o sujeito não é a causa objetiva, mas a causa do desejo.

que uma abordagem imputa à outra quanto os avanços próprios a cada uma. A intenção é construir um saber possível, sem o ideal de ser neutro, verdadeiro ou totalizante, um saber que tenha sua linha norteadora no incômodo do enigma trazido por um fragmento de realidade, no nosso caso a partir da pergunta "por que a guerra?".

O ensaio foi escolhido como forma narrativa mais adequada aos objetivos desta pesquisa, pois oferece mais liberdade ao pesquisador que, perdido na busca de compreender melhor seu objeto, está menos preocupado com o formalismo positivista do que com a criação estética de uma imagem que o represente. Como é quase uma retórica que se coloca entre a ciência e a arte, o ensaio tem licença poética em benefício de seu objeto, pois, como nos diz Bense (BENSE apud ADORNO, 2003, p.36)

[...] escreve ensaisticamente quem compõe experimentando; quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e apalpa, quem o prova e o submete a reflexão; quem o ataca de diversos lados e reúne no olhar de seu espírito aquilo que vê, pondo em palavras o que o objeto permite vislumbrar sob as condições geradas pelo ato de escrever.¹¹

Essa forma serve muito bem às pesquisas em psicanálise. Lemos em Adorno (2003, p.30) que "[...]o modo como o ensaio se apropria dos conceitos seria, antes, comparável ao comportamento de alguém que, em terra estrangeira, é obrigado a falar a língua do país, em vez de ficar balbuciando a partir das regras que se aprendem na escola. Essa pessoa vai ler sem dicionário".

Considerar que existe uma língua criada por cada sujeito como expressão de sua singularidade é também a tarefa do psicanalista, esteja ele atendendo em sua clínica, fazendo pesquisa ou intervindo politicamente na sociedade. O encontro que a pesquisa científica possibilita seria, portanto, a escuta atenta da experiência do outro. Experiência esta que é a possibilidade de uma tradição compartilhada por uma comunidade humana, transformada e

¹¹ Alba Zaluar, importante pesquisadora na área de práticas criminais, também identifica a necessidade de serem usadas diferentes formas de produção de conhecimento contemporâneas para preencher as lacunas deixadas pelas entrevistas e pela pesquisa teórica. "Nas aproximações com os sujeitos da pesquisa que eu procurava conhecer, vários dilemas éticos e demandas práticas, algumas cercadas de perigo real, foram surgindo sem que houvesse, como agora, uma reflexão sobre elas. Ao longo dos afastamentos para entender, fui acrescentando doses cada vez mais altas de sociologia, ciência política, economia, psicologia. No processo, virei também colecionadora de material secundário: arquivos de recortes de jornais, filmes, estatísticas oficiais sobre o aumento da criminalidade (um poderoso indicador da atividade organizada, porém muito conflitiva do crime-negócio). Uma *bricoleuse* que junta fragmentos sem um projeto, sem saber exatamente o uso que se vai dar a eles, mas intuindo que um dia servirão. Preenchiam os vazios deixados entre os fragmentos das falas dos entrevistados, elos de uma cadeia que teve que ser refeita com outros dados, inclusive estatísticos, para que os sentidos não ficassem restritos ao senso comum, aos horizontes limitados, com pontos cegos inevitáveis. A razão para isto estava no próprio objeto empírico, ou seja, no estado da arte dos estudos e das investigações policiais e jornalísticas sobre o tráfico de drogas ilegais" (ZALUAR, 2009, p.551).

retomada a cada geração. Cada experiência de pesquisa psicanalítica se torna singular nesse aspecto, pois porta um processo repleto de conflitos e frustrações inseridos em uma história. O tema é abordado por Figueiredo (2002, p. 132):

A pesquisa científica acaba sempre, paradoxalmente, dependendo de acontecimentos e movimentos que escapam à posição teórica e à sua racionalidade. Os avanços científicos acabam dependendo de fatores de acaso, surpresa, susto, decepção, frustração e etc. Em outras palavras, mesmo que a atividade científica exija razão e planejamento, estas dimensões por si só não garantem aquela autonomia e exterioridade do objeto necessárias para dar à ciência sua razão de ser como desejo desconhecido. O pesquisador que age assentado apenas na posição teórica dirige-se somente ao que já conhece e pressente, em busca de confirmações. A autonomia e exterioridade do objeto precisam, portanto, ser reencontradas pela via do que escapa à via racional, pela via dos afetos aparentados à surpresa e ao espanto, à frustração e à decepção [...]. Há nesse caso tanto uma perda de si como sujeito soberano da razão e da vontade, como uma perda de objetos que se supunha estivessem sob o controle da teoria.

Entendemos, portanto, que o ensaio é uma das formas privilegiadas para fazer a transmissão da pesquisa em psicanálise, pois resiste às pretensões generalizantes e "recua, assustado, diante da violência do dogma, que atribui dignidade ontológica ao resultado da abstração, ao conceito invariável no tempo, por oposição ao individual nele subsumido" (ADORNO, 2003, p.25).

Assim, a Imersão será o ponto inicial e sob o qual estará o foco de cada capítulo, pois representa o testemunho da experiência do pesquisador como participante do processo e de nenhuma forma neutro na produção do conhecimento. Essa posição de investigador que se inclui na criação pode ser encontrada nas construções de caso clínico em diversos autores (FIGUEIREDO, 2002; DUNKER, 2011, COELHO JR., 2010, DUMÉZIL, 1989). Trata-se de uma formalização onde o próprio ato de pesquisa é marcado pela dialética entre espaço de ignorância e desejo de conhecer, "impulsionada e atraída pelo desconhecido" (FIGUEIREDO, 2002, p. 130), o que de alguma forma toca o real, tanto do pesquisador quanto do objeto.

Caso significa ocorrência, acontecimento e narrativa, deriva de *casu* em latim e *ptosis* em grego, e tem o sentido genérico de queda (DUNKER, 2011). Seria, portanto, a narrativa em torno de um acontecimento de queda do narrador. Explicando melhor, a tentativa de construção e transmissão de um saber em torno de um enigma que se coloca para o analista, ou seja, uma pergunta. Três aspectos se colocam como essenciais ao caso clínico para esta pesquisa: 1) seu objetivo de transmissão (DUNKER, 2011) de uma pergunta que inquieta o narrador e interroga a teoria; 2) seu caráter de construção, que evidencia o abandono do ideal de busca de uma verdade única, e prioriza a elaboração de um saber; e 3) amarra o caso

(DUMÉZIL, 1989), que é a intersubjetividade entre analista e caso, que constituem juntos o enigma que marca o desejo do analista, em torno do qual a narrativa é estruturada.

Uma das funções¹² da psicanálise é suportar ouvir o outro, mesmo que sua experiência seja dilacerante para quem escuta. Nesse momento a pesquisa em psicanálise e a construção do caso clínico se aproximam de um outro papel, o papel de ouvinte da testemunha (AGAMBEN, 2008; GAGNEBIN, 2006). Gagnebin nos diz (2006, p. 57):

Testemunha também é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Uma das cenas de testemunho mais marcantes é a descrição de Primo Levi de seu sonho em Auschwitz, sonho que descobriu ser compartilhado por outros judeus no campo de concentração. Ele sonha que sai do campo, sobrevive e vai contar sua história e os horrores vividos. Mas o ouvinte se levanta e vai embora, ele não quer ouvir. Primo Levi se pergunta: "Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?". A dor provocada pela indiferença, por não querer saber, por não suportar, faz com que Levi se convença de que é preciso lembrar para poder esquecer, ter sua vida reconhecida mesmo no que ela provoca de horror. Guardada a distância temporal, espacial e contextual entre o Holocausto vivido por Primo Levi e a posição dos adolescentes envolvidos na guerra do tráfico de drogas no Brasil hoje, podemos extrair um ponto de semelhança que reside na dor gerada pela invisibilidade.

Agora no Eixo Horizontal, social e político, o não reconhecimento — das mortes, da violência sofrida e das várias guerras nas quais esses jovens ocupam o papel de soldados — dá lugar ao gozo gerado pela exposição midiática da violência provocada por esses adolescentes, produzindo um espaço impossível de fala e de simbolização. Isso porque, para a maior parte da sociedade, não existe guerra no Brasil.

As pesquisas clínicas, etnográficas e/ou sociais são imersões na experiência do outro, descrevendo para o leitor, posteriormente, as regras, leis, normas, palavras e signos próprios

¹²Estamos cientes da discussão contemporânea que existe sobre as aproximações e diferenças entre o testemunho e a análise. Não é de forma nenhuma essa a aproximação que estamos fazendo aqui. Para nós, a posição de ouvinte como testemunha está enganchada na posição de quem fala como testemunha, foi desse lugar que ouvimos os adolescentes, e não do lugar de analistas. Um analista intervém sobre a fala do paciente com cortes e interpretações, nós apenas escutamos. A psicanálise nos serviu no momento da análise, na escuta e na advertência de conseguirmos não ser analistas naquele espaço.

de um determinado grupo, o que chamamos de Imersão. Num primeiro momento, o pesquisador ouve atentamente os testemunhos diversos; depois, ele mesmo se coloca como uma testemunha da sua própria experiência de estar entre aqueles que têm algo a falar; por fim, ele conclui fazendo um relato implicado com sua posição social e política. Procuramos desenvolver esses três tempos da entrevista a partir dos três tempos lógicos descritos por Lacan em 1966, no texto *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*.

O psicanalista elabora sua tese sobre a dinâmica do tempo de análise a partir do sofisma dos três prisioneiros. Neste problema lógico, o diretor de uma prisão escolhe três prisioneiros para um jogo no qual o vencedor receberá a liberdade. O diretor explica que existem cinco discos, sendo três brancos e dois pretos. Um disco será colado nas costas de cada um dos três prisioneiros (A, B e C), o primeiro que descobrir a cor do disco colado em suas costas e sair pela porta será o vencedor e ficará livre. Cada prisioneiro pensa logicamente: 1) eu (A) vejo dois discos brancos colados nas costas de (B) e (C); 2) se eu (A) fosse preto, ao me ver preto os outros dois (B e C), suporiam que, se também fossem pretos, o terceiro perceberia logo que é branco (pois só existem dois discos pretos) e sairia pela porta imediatamente; 3) como ninguém saiu imediatamente, os presos se colocam no lugar do outro e concluem que ninguém vê dois discos pretos, então, ninguém tem a certeza que reduz o tempo a zero. Todos esperam, o que faz com que todos concluam que são brancos e saiam os três juntos.

A resposta do enigma depende do reconhecimento de como o outro pensa, com base em como eu penso, o cálculo do tempo de raciocínio de cada um; a modulação desse espaço temporal consiste nos três tempos lógicos: o instante de olhar¹³, o tempo para compreender e o momento de concluir. O instante de olhar é o momento inicial em que o tempo é igual a zero, no qual há apenas a constatação do que se pode ver. O tempo de compreender é aquele em que há a elaboração de um raciocínio do indivíduo ao colocar-se no lugar dos outros. Finalmente, o momento de concluir é quando encontramos urgência, como se a resposta já chegasse com certo atraso, a certeza antecipada. Com relação ao processo de entrevista também reconhecemos esses três momentos: o primeiro, no qual o fenômeno é visto e nos colocamos no lugar do outro para entender do que se está falando; o segundo, em que elaboramos teorias a respeito do que se observou; e o terceiro, no qual concluimos sobre o que reconhecemos desse fenômeno e o que ele nos traz de novo, a exceção que o coloca como fora da série, e portanto enigma.

¹³ Estamos cientes que o termo usado por Lacan na tradução de Vera Ribeiro é “olhar”, entretanto optamos pela palavra “ver”, que expressa a habilidade.

Com relação a este eixo é preciso não confundir as posições, pois todos, como cidadãos, estamos submetidos a regimes de controle e poder (FOUCAULT, 1999), e é justamente isso que nos identifica nesta pesquisa aos jovens entrevistados. No entanto, só alguns de nós estão com os corpos submetidos à violência de armas, marcando uma diferença radical, pois só estes estão verdadeiramente em guerra. Tanto a posição de recalcar e reprimir a existência da guerra quanto a de considerar que estamos todos igualmente na luta, ambas despolitizam o debate, recriando por uma armadilha teórica o ideal de igualdade.

Como Eixo Vertical, marcamos o aprofundamento nas questões subjetivas e na causalidade psíquica. Do nosso ponto de vista, uma pesquisa em psicanálise tem a contribuir com a imersão etnográfica e o testemunho através da escuta da enunciação, marca deste trabalho. A contribuição essencial que a psicanálise pode oferecer à pesquisa empírica é a capacidade de identificar posições discursivas denunciadas não apenas pelo que se diz, mas principalmente pelo não-dito. O enunciado é o que se diz, as palavras usadas para expressar algo, o chamado dito. Através dele podemos reconhecer uma série de elementos na pesquisa. Entretanto, é na escuta da enunciação, ou do dizer, que a posição que o sujeito assume diante deste dito é denunciada, que é na verdade o próprio sujeito (MILLER, 1997).

É necessário fazer uma distinção, uma ruptura entre essas duas escutas para possibilitar a inclusão do não-dito na análise nas suas formas de indizível, interdito ou secreto (ROSA, 2009). Através desta "escuta" do que não pode ser dito é que algo novo pode emergir como denúncia do inaudível de uma situação de exclusão. No ato de escutar testemunhando, a escuta do dizer da enunciação, que fica esquecido atrás do conteúdo do que é e pode ser dito, faz emergir esse não-dito, apostando que "o que não se diz não será escutado, embora não seja esquecido que não se diga" (ROSA, 2009, p.8)¹⁴.

"O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar algo completamente diferente do que ela diz" (LACAN, 1998 [1957], p. 508)¹⁵.

¹⁴ Referência a Lacan no texto *O Aturdido*: o "que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve" (Lacan, 1972, p. 448).

¹⁵ Apostamos também nas três funções destacadas por Christian Dunker (2011) que permeiam a escrita do caso clínico: 1) ética, que é a exposição de um caso que subverte a classe ou categoria na qual se inclui; 2) lógica, organização em torno da etiologia (causa), diagnóstica (sintomas), semiologia (regularidade) e terapêutica (procedimentos) de um processo; e 3) retórico-conceitual, transmissão de um saber sobre a eficácia ou ineficácia de certos procedimentos adotados. No caso dos adolescentes de periferia em guerra, certamente teremos uma função ética, mas também uma função retórico-conceitual que representa um misto de três métodos entrelaçados como Lacan nos ensinou no nó *borromeo*, o ato real do testemunho da experiência de ser pesquisador e suportar a escuta do horror; a descrição imaginária das leis que regem um universo de vida completamente outro que se

Concluindo, reconhecemos o risco que a escolha desse método de pesquisa e transmissão em três eixos nos impõe, entretanto, não há outra maneira de fazê-lo se reconhecemos na psicanálise clínico-política nossa base ética. Concordando com Freud(FREUD apud ROSA, 2009):

A discrição é incompatível com uma boa exposição sobre a psicanálise. É preciso ser sem escrúpulos, expor-se, arriscar-se, trair-se, comportar-se como o artista que compra tinta com o dinheiro da casa e queima os moveis para que o modelo não sinta frio. Sem alguma dessas ações criminosas, não se pode fazer nada direito.

Ou seja, juntando a heresia do ensaio, com o comprometimento da política e o aprofundamento da subjetividade pretendemos conseguir alguma dignidade que chegue à altura da complexidade do nosso objeto, os jovens envolvidos na guerra do tráfico de drogas em Belo Horizonte.

1.3.A escrita da teoria

Esta dissertação foi dividida em *Parte I: Contexto de guerra*, e *Parte II: Encontro com a Guerra*, sendo que todos os capítulos serão compostos, portanto, por Imersão, Eixo Vertical e Eixo Horizontal. A *Parte I*, é composta por esta introdução e pelo capítulo 2, *Contexto das guerras do tráfico de drogas com jovens no Brasil*, que descreve o contexto físico e teórico do nosso objeto de estudo, a guerra do tráfico de drogas no Santa Lúcia. Esse capítulo foi dividido nos três eixos descritos acima, apresentando: a *Contextualização histórico-geográfica do Santa Lúcia*, como Imersão; o *Eixo Político* como Eixo Horizontal, e o *Eixo subjetivo-clínico* como Eixo Vertical.

A *Contextualização* apresenta o aglomerado Santa Lúcia e o problema da guerra, que gera um número de homicídios alarmante na região. O *Eixo Político* é composto, primeiramente, pelo mapa das principais teorias da criminologia que estabelecem modelos para entender a relação da prática do crime dentro da sociedade, uma vez que a guerra do tráfico está intimamente relacionada a práticas criminosas. Em um segundo momento dessa

tenta etnográfica; e as pontuações psicanalíticas que procuram no simbólico a enunciação ao invés de tentar compreender apenas o enunciado. Nessa vertente, sombreados mais por perguntas bem feitas e descrições que se colocam como enigma, é possível construir um trabalho para entender "por que esses jovens se colocam na posição de falar a pesquisadores?", "por que desejam eles também testemunhar sobre a guerra que vivem, e que para muitos nem pode ser chamada de guerra?". Quem sabe aqui o trabalho do pesquisador seja apenas saber ouvir sobre essa guerra silenciada, reconhecer a legitimidade do que eles nos falam, e testemunhar.

seção, descrevemos as pesquisas sociológicas recentes realizadas em três grandes polos de estudo desse tema no Brasil: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Finalmente, no *Eixo subjetivo-clínico*, descrevemos as pesquisas psicológicas e psicanalíticas que se propuseram a estudar o tema dos adolescentes em conflito com a lei nas três cidades citadas acima, representando articulações teóricas importantes que serviram de base para a construção das nossas hipóteses teóricas sobre a guerra entre grupos de adolescentes envolvidos com o crime no aglomerado Santa Lúcia.

A *Parte II: Encontro com a guerra*, é composta por três capítulos, além da conclusão: 3. *O que é a guerra?*; 4. *Guerreiros: sujeito Homo Sacer no discurso*; e 5. *Por que as guerras? Dinâmica de reconhecimento e política*. Cada capítulo também é composto, inicialmente pela Imersão, através dos três tempos lógicos, seguida de um cruzamento entre os eixos político e subjetivo que compõe a análise teórica norteadora do desenvolvimento das nossas hipóteses. No capítulo 3, *O que é a guerra?*, iniciamos no *Instante de VER* com a descrição das cenas de guerra que nos foram relatadas informalmente quando ainda estávamos conhecendo os entrevistados, ou os personagens do nosso caso clínico. No primeiro eixo, *Primeira escrita da guerra*, deslocamos o significante usado pelos entrevistados para definirem o que estavam vivendo e tentamos entendê-lo dentro da política, ou seja, partimos para a conceituação de guerra segundo Von Clausewitz e Michel Foucault. No segundo eixo, *Guerra na psicanálise*, como não existe uma teoria propriamente dita sobre o tema, perseguimos quais os usos que a psicanálise freudiana e lacaniana fez do significante guerra e chegamos a quatro analogias: guerra como fenômeno subjetivo; fenômeno político; estrutura subjetiva; e estrutura política. Sendo que a guerra propriamente dita, como fenômeno político, influencia a formação das analogias estruturais. Por fim, concluímos que existe uma pluralização do conceito de guerra que permite que os jovens reconheçam o fenômeno no qual estão inseridos por esse significante. Portanto, há guerra sim.

O capítulo 4. *Guerreiros: sujeito Homo Sacer no discurso*, inicia-se com a imersão no *Tempo de Compreender*, no qual descrevemos a análise das transcrições dos três últimos encontros com os entrevistados. A partir dos relatos, entendemos que os jovens falavam de uma determinada posição na sociedade próxima ao que Giorgio Agamben denominou como *Homo Sacer*. Nos propusemos a tentar entender o que sustenta as relações dentro da sociedade e chegamos aos conceitos de discurso para Michel Foucault e para Jacques Lacan que, embora sejam diferentes, nos permitiram uma compreensão nos dois eixos, político e subjetivo. Apostando que a formação discursiva sustenta a guerra, nos demos conta que os guerreiros são produzidos por essa forma de laço com a sociedade, que os transforma em *Homo Sacers*.

Para entender a criação dessa posição paradoxal de exclusão incluída retomamos os dois conceitos que serviram de base para sua criação, o Campo, de Hannah Arendt, e a biopolítica, de Michel Foucault.

Em *Por que as guerras? Dinâmica de reconhecimento e política*, capítulo 5 dessa dissertação, já nos aproximamos das discussões que deram origem à conclusão do trabalho. No *Momento de Concluir*, depois de receber uma carta de Hugo C., que nos instigava a procurar o que não vimos, percebemos que estávamos vendo apenas a guerra, e os entrevistados como guerreiros. Ver o sujeito apenas como guerreiro é reduzi-lo, condenando-o a uma prisão sintática. Fizemos nesse momento uma nova análise, procurando nas relatos e transcrições de que dispúnhamos o que não havíamos escutado, ou porque não foi falado, ou porque não demos suficiente atenção. A partir desse momento fizemos uma torção no problema de pesquisa, "Por que a guerra?", entendendo que não há resposta possível para essa pergunta, pois as guerras são inúmeras e plurais, e apesar desses jovens já estarem nela desde o início, é o nosso reconhecimento que os condena a serem guerreiros, não importa o que fazem. Portanto, como última seção da dissertação, fruto do deslocamento anterior, começamos a pensar com Norberto Bobbio "Por que a paz?", ou seja: a quem a estabilidade dessa forma de política social serve e o que seria uma forma de paz de satisfação, e não uma paz de servidão sustentada por uma política de exclusão.

Finalmente, na *Conclusão*, nos permitimos escrever sobre o processo de pesquisa na guerra. É um processo por vezes traumático e que necessita do esforço de justificarmos para nós mesmos, a todo instante, a necessidade de percorrê-lo por respeito aos que estão envolvidos nessa batalha. Com o presente trabalho, acreditamos que, mesmo que a única resposta encontrada tenha sido justamente o "sem resposta", criou-se ocasião para pensar a pergunta "Por que jovens se envolvem na guerra do tráfico de drogas?", ou seja, "Por que a guerra"? Pergunta que deve ser sempre repetida mesmo sem o ideal de encontrar uma resposta única e verdadeira, mas pelo inconformismo que nunca nos deixa diante de uma situação de extrema violência e desigualdade.

2. Contexto das guerras do tráfico de drogas com jovens no Brasil

Para além do movimento de identificação que nos entorpece na bela obra (...), existe, menos aparente, o movimento inverso de uma desidentificação. A leitura separa o leitor de sua própria identidade, ele se perde no livro e esse desejo de perda é tão forte quanto a nostalgia dos reencontros (...) 'É verdade, eles (os antecessores) disseram quase tudo o que pensamos/ Seus escritos são roubos que nos fizeram antecipadamente'

(Michel Shneider)

2.1. Contextualização histórico-geográfica do Santa Lúcia

Com a carta endereçada ao amigo apresentamos a personagem principal de nossa trama — nome: Guerra. Expomos aqui o enredo que nos permitiu desembasar a vista e aprender a enxergar um pouco melhor isso que não vivemos.

Nessa história, o narrador também é personagem. No caso, a própria pesquisadora, que assume esse papel. O cenário é o contexto físico, histórico e teórico do qual dispomos para começar a ver essa realidade. Os personagens secundários são aqueles que vão aparecendo para contar suas histórias e, assim como na vida real, vão embora rápido. O clímax é o que não se vê, o que tem para além da guerra. Retomando temos três tempos para enxergar este quadro: o primeiro é só um instante de Ver os personagens contarem suas histórias, que têm como papel mudar o nosso enquadramento para a guerra; o segundo é o tempo de tentar Compreender o que é isso que eles chamam de guerra, ajustamos o foco nos guerreiros e no que nos dizem; o terceiro é o momento de juntar todas as partes, Concluir, a montagem do que se viu, a moral da história.

Começamos, portanto, levantando o cenário: roubando a descrição da paisagem pelo olhar de uma moradora, Cruz (2009, p. 7), cuja síntese seria impossível para nós.

O Morro do Papagaio são muitos morros. Sua composição engloba cinco comunidades e sua cultura é marcada pela diversidade. Na arquitetura convivem, lado a lado, barracões e mansões. No urbanismo, centenas de becos construídos pelos usos criam outra lógica espacial; na religião, profano e sagrado se misturam, com as dezenas de templos católicos e evangélicos, terreiros de candomblé e o sincretismo das tradicionais benzedadeiras. Na música escuta-se de tudo, do samba ao rap, com lugar reservado para o clássico. E também para o funk, forró, axé, duplas sertanejas e cânticos religiosos.

Os fenômenos de "guerras" dentro do tráfico de drogas acontecem em várias regiões do Brasil. As mais conhecidas certamente são as disputas no Rio de Janeiro-RJ e em São Paulo-SP. Entretanto, cidades menores como Belo Horizonte-MG também possuem registros de tráfico e guerra. Cada cidade possui características muito diferentes quanto à ordenação do tráfico, e mesmo dentro de uma só cidade podemos perceber singularidades no fenômeno entre um aglomerado e outro.

Nessa pesquisa estudamos especificamente o tráfico na Vila Santa Lúcia, de Belo Horizonte, mais conhecida como Morro do Papagaio. O aglomerado é dividido em 5 regiões pela prefeitura, com demarcações mais ou menos condizentes com as divisões dos moradores: Vila Estrela, Vila Santa Rita, Vila São Bento, Vila Barragem e Vila Esperança (Figura 1). Essas regiões ainda se dividem em setores como: Setor 12, Rua H, Praça do Amor, Greenville, Primeira Antena, Segunda Antena e outros.

Figura 1—Mapa da Vila Santa Lúcia – divisão por região (fonte: Mariani, 2011)

A vila toda possui 1 km de extensão e 2 km de comprimento e sua população está estimada em 25 mil habitantes. A vila começou a ser ocupada na década de 1920, entretanto, as primeiras intervenções da prefeitura para urbanização, pavimentação, implementação de rede elétrica e de esgoto são da década de 1970. Ela fica entre vários bairros luxuosos da região centro-sul de Belo Horizonte (Figura 2). Especula-se que o nome venha do costume dos garotos de soltarem papagaio naquele local, pois a região é de altitude elevada (MARIANI, 2011).

Figura 2— Mapa da Vila Santa Lúcia – bairros vizinhos e pavimentação (fonte: Mariani 2011)

Com o fenômeno do aumento da criminalidade violenta e dos homicídios na cidade de Belo Horizonte desde 1990, o aglomerado ficou mais conhecido¹⁶. O tráfico praticado na região é o de varejo, e as drogas são geralmente comercializadas por adolescentes entre 12 e 18 anos.

Vejamos mais uma vez a região pelos olhos da moradora Cruz (2009, p. 62) e, em seguida, as primeiras impressões desta pesquisadora através de uma nova carta:

À noite, as casas ficam muito mais bonitas com todas aquelas luzes, que me remetem a outros lugares. Não sei como podem ter tanto medo e achar o morro tão feio. Adoro o tom amarelado, meio envelhecido do lugar. A favela não é o mundo, mas as ruas, os becos, as lâmpadas amarelas e o silêncio da noite são o infinito. São poesia concreta, de tijolos a vista, de entendimento difícil, apreciada por poucos. Aqueles barracos são como os pensamentos, aparentemente sem lógica, mas marcados por uma coerência peculiar.

¹⁶ É preciso salientar que o Morro do Papagaio possui uma grande diversidade, e o tráfico não é o que ganha maior destaque, pois está relacionado a uma pequena porcentagem da população.

São Paulo, 11 de novembro de 2013

Para Hugo C

Para mim o aglomerado do Santa Lúcia se parece com a descrição feita por Cruz (2009), porém, enquanto ela o vê pelo lado de dentro, eu o vejo pelo lado de fora. O Santa Lúcia me aparece como um enigma, enquanto desço a rua pela primeira vez com meu carro, vejo pessoas conversando nas calçadas, gente caminhando apressada, lojas e biroskas efervescentes, meninas com seus shorts curtos esperando os olhares interessados dos moços, homens observando o movimento. Vejo também algum tipo de lei que desconheço, não sei o que posso ou não posso fazer ali. Não sei se estou agindo certo. As lojas são pequenas, animadas e diversificadas, as casas mostram os tijolos e se sobrepõem em "puxadinhos" que ocupam todos os lugares possíveis, as ruas são estreitas, e se transformam em outras ainda mais estreitas formando um labirinto imaginário. Desço do carro, nunca havia descido uma rua tão estreita. Espero apreender algo invisível de um mundo diferente do meu, mas esse "algo" sempre me escapa. Espero e observo.¹⁷

Aline

2.2. Eixo político: a criminologia

A contextualização adverte que pesquisa não pode ser pensada descolada de suas referências históricas/materiais e de seus pressupostos teóricos, ou seja, do local e data em que ela é realizada e das vertentes teóricas usadas pelo autor. Neste trabalho, é preciso lembrar que o primeiro encontro com os sujeitos entrevistados é também produto do que vemos a princípio no ambiente no qual eles estão inseridos— a arquitetura da rua, o cheiro do local, suas roupas, cor de pele, sotaque — e, principalmente, da forma como estamos acostumados a receber e pensar esse emaranhado complexo de informações, em outras palavras, o estereótipo e o conhecimento prévio.

¹⁷Como na introdução, coloco-me também como personagem dessa pesquisa, falando do que senti ao realizá-la, através de pequenas cartas endereçadas ao leitor que o permitem avançar para além do texto, na vivência de realizar um trabalho nesse contexto. Essas partes estarão em itálico para facilitar a separação do restante da parte teórica.

O processo da pesquisa comporta tanto evidenciar de onde partimos quanto mostrar onde foi possível chegar, reconhecendo no que os sujeitos e os objetivos puderam nos surpreender. Essa distância entre o ponto de partida e o ponto de chegada é o próprio resultado, é a compreensão adquirida ao longo do processo que se distancia das hipóteses iniciais para avançar em conhecimento sobre o tema.

As teses teóricas, a abordagem e as pesquisas nas quais nos baseamos para formular nossas hipóteses também fazem parte do contexto interpretativo que servirá de base para o encontro com os sujeitos de pesquisa. No intuito de construir uma abordagem que entenda o fenômeno do envolvimento de adolescentes com a guerra do tráfico de drogas, e que esteja entre os terrenos político e subjetivo, optamos por descrever as principais teorias e pesquisas que tratam do tema nessas duas perspectivas.

Dividimos este capítulo, portanto, em dois eixos, que são também nossos norteadores teóricos: o eixo político-sociológico e o eixo clínico-subjetivo.

Tendo em vista que os sujeitos da nossa pesquisa são adolescentes que cometem o ato infracional de praticar o tráfico de drogas, elencamos no eixo político-sociológico, primeiramente, uma série de teorias que localizam o papel social do crime dentro de uma comunidade, para que este não seja visto como um ato isolado de quebra da lei, mas como um ato social. Em segundo lugar, recuperamos algumas importantes pesquisas brasileiras de cunho sociológico realizadas recentemente com sujeitos que descumprem a lei, tanto com adolescentes (em liberdade ou cumprindo medida socioeducativa) como com adultos. Pretendemos através desse subtópico começar a demonstrar o perfil brasileiro de pesquisa nessa área e os resultados encontrados, que foram essenciais para a escolha dos marcos teóricos adotados nessa dissertação.

Um importante referencial teórico dentro do eixo político-sociológico a ser considerado quando tratamos de questões relativas a criminalidade, guerras e violência em Belo Horizonte é a Escola Mineira de Sociologia, representada, entre outros, por autores como Claudio C. Beato Filho (1998), Saporì (2001) e pesquisadores mais jovens que têm desenvolvido suas pesquisas na área de violência, como Maria Helena Rocha (2011) e Rafael Rocha (2012). No Rio de Janeiro, contamos com os estudos de Luiz Eduardo Soares (2011) e Alba Zaluar (2012; 2014). Em São Paulo, com as pesquisas de Karina Biondi (2010), que fez um estudo etnográfico sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC), a da professora Maria Cristina Vicentin (2005), que estudou as rebeliões nos centros de internação. Temos ainda o Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV), através das pesquisas de Camila Caldeira Nunes Dias (2011) sobre o PCC.

O eixo clínico-subjetivo se aproxima mais do presente trabalho, contribuindo principalmente para a identificação de teses sobre o tema do ato infracional na adolescência e localizando a nossa pesquisa entre as principais referências teóricas sob o mesmo contexto, ou seja, referências atuais e brasileiras. Esse eixo também tem como objetivo demonstrar um pouco do percurso teórico feito nesta dissertação, apropriando-se do conhecimento científico tanto de exemplos mais distantes dos nossos pressupostos teórico-metodológicos quanto daqueles bastante próximos e parceiros. Nesse eixo contamos principalmente com as pesquisas da professora e parceira deste trabalho Andréa Guerra (2012; prelo) em Belo Horizonte. Em São Paulo contamos com a colaboração das professoras Miriam Debieux Rosa (2011; 2012; 2013; 2014) e Maria Cristina Vicentin (2005; 2011), que desenvolveram uma pesquisa sobre Responsabilidades e Responsabilização, e do professor Paulo Cesar Endo (2005).

Figura 3 — Mapa das pesquisas sobre sujeitos na guerra do tráfico de drogas

2.2.1. Mapa das teorias sociológicas da criminologia

O problema da guerra do tráfico de drogas está intimamente relacionado à prática de crimes e, portanto, também à criminologia e à busca de causas para o envolvimento de jovens e adultos em atividades ilegais. Como já foi dito, nossos sujeitos de pesquisa são adolescentes que praticam o tráfico de drogas. Assim, esse sub-tópico tem como objetivo mapear as teorias

sociológicas da criminalidade para evidenciar que o crime não é uma ação individual, e sim um comportamento que responde à estrutura social na qual esses sujeitos estão inseridos.

Na sociologia existe um amplo histórico de busca e elaboração de teorias de criminalidade de grande importância para a compreensão do fenômeno da guerra do tráfico. Fredric Jameson aponta em seu texto, *O Inconsciente político* (1992), que a interpretação sempre precisa levar em consideração o caráter político. Concordamos com o autor e acrescentamos também a necessidade de analisar as manifestações referentes ao sujeito, o que significa levar em consideração o inconsciente. É isso que podemos observar nos trabalhos aqui citados como o de Miriam Debieux Rosa (2011; 2012; 2013; 2014), Maria Cristina Vicentin (2005; 2011), Andréa Guerra (2012; prelo) e muitos outros pesquisadores.

Maria Helena Rocha (2011) faz um impressionante trabalho de recapitulação das principais teorias sociológicas acerca da criminalidade que nos serviu de base para entender as origens das linhas de pensamento hoje preponderantes no que se refere ao tema. Em sua tese *Trajetória do crime: caminhos e descaminhos do jovem infrator* (2011), a autora elenca algumas destas teorias: da Anomia, Controle Social, Escolha Racional, Atividades Rotineiras, Escola de Chicago, Criminologia Radical, Teoria do Rótulo, Teoria do Desenvolvimento e Teoria da Trajetória do Crime.

Dentre todas essas hipóteses, a autora elenca como sua principal perspectiva a Teoria do Desenvolvimento, segundo a qual os comportamentos criminosos dos adultos seriam consequência dos comportamentos antissociais na infância e poderiam ser acompanhados através de estudos longitudinais com a Teoria da Trajetória do Crime. Esses estudos interdisciplinares, cujos principais expoentes foram o casal Glueck, revelam que existem momentos de ruptura entre a fase infantil e a adulta, e que fatores ambientais na idade adulta têm mais influência sobre o comportamento criminoso do que apenas a continuação de práticas infantis. Essa é a teoria adotada por Maria Helena Rocha que será mais detalhada ao final, passemos agora às demais vertentes.

Figura 4 — Esquema das principais teorias sociológicas da criminalidade

2.2.1.1. Anomia

Vamos começar por Émile Durkheim, o pai da sociologia e que também é o principal representante da **Teoria da Anomia**. Essa teoria possui dois significados, um desenvolvido em 1893, na obra *Da Divisão do Trabalho Social*, e o outro em 1897, em *O Suicídio*.

Na primeira teoria, o desvio repousa na constante insatisfação natural ao homem e o controle fica a cargo do social e do bem coletivo, pois, para o pai da sociologia, "o homem é social". Nas sociedades menos diferenciadas, a manifestação de um comportamento desviante é punida com ações que têm raízes nos costumes sociais, ou seja, são punições que vêm do controle social. Já nas sociedades industriais, a divisão de trabalho seria marcada por um estado de solidariedade orgânica, no qual os cargos são divididos por mérito e esforço, e as pessoas deveriam ser capazes de lidar com suas diferenças pacificamente, utilizando o sistema de justiça restitutiva para recompor as perdas sofridas. Nessa concepção, o crime se deve à situação social de anomia, a regulação social disfuncional gera o sentimento de que as pessoas seriam relativamente livres para se desviarem, "a regulação social disfuncional, ou seja, o

sentido de que a regulação moral era relativamente deficiente de modo que as pessoas eram relativamente livres para se desviarem” (DURKHEIM, 1952 apud ROCHA, 2011, p. 22).

Na segunda teoria, de 1897, Durkheim considera o crime como normal, pois é o subproduto previsível de organizações, relações e condutas sociais. Portanto, o crime aparece como consequência direta da organização social capitalista, na qual predomina a valoração da atividade produtiva. Nessa perspectiva, a punição do crime seria necessária ao restabelecimento dos valores normativos. Durkheim argumenta que os propósitos e aspirações das pessoas são moldados pela consciência coletiva, ou seja, pela reação às opiniões generalizadas. A esse respeito, Rocha (2011, p. 19) no diz que:

Em uma época de rápidas transformações econômicas a ação reguladora da sociedade não pode ser exercida de modo eficaz, de forma a garantir ao indivíduo um conjunto normativo conciliável com suas aspirações. Esta situação de desregramento, que lança o indivíduo num universo sem referências, caracteriza uma situação de anomia que corresponde, no fundo, a uma situação de dissociação da individualidade face à consciência coletiva.

Quando a sociedade vive um período de mudanças muito rápidas, a aparência de solidez, autoridade e objetividade pode não dar suficiente sustentação para que as pessoas encontrem sentido em suas ambições (sujeitas à disciplina social). Isso gera a experiência da anomia como um mal desestimulante, um distúrbio das expressões sociais e, em casos extremos, essa condição pode levar o homem a cometer suicídio e homicídio (ROCHA, 2011).

Essa teoria é ainda hoje considerada relevante para o entendimento da criminologia e da sociedade e constantemente revisitada por pesquisadores que se propõem a entender os fenômenos relacionados ao crime, como é o caso da guerra do tráfico de drogas.

2.2.1.2. Teoria do Controle

A segunda grande teoria é chamada **Teoria do Controle**. Ela se aproxima da Teoria da Anomia ao focar os imperativos sem regras, segundo um de seus representantes mais proeminentes, o criminólogo americano Travis Hirschi. Segundo essa teoria, as pessoas cometem crimes por um cálculo de lucratividade, utilidade ou em busca de prazer — se tiverem uma chance de conseguir esses objetivos, elas desobedecerão as leis. Hirschi se apoia

em sua própria interpretação da teoria freudiana, segundo a qual os impulsos humanos requerem ser domados, presumindo que os atos delinquentes acontecem quando o laço do indivíduo com a sociedade é fraco ou rompido. Para induzir as pessoas a obedecerem às regras, nesse contexto, seriam necessários quatro elementos: laço emocional, comprometimento, envolvimento e fé. Mais tarde Hirschi desenvolveu uma teoria centrada no autocontrole e na impulsividade, para a qual o crime é uma forma de obter prazer de maneira direta, exigindo baixo autocontrole. Sob essa perspectiva, o crime é uma via que requer pouco planejamento e pode ser prazeroso por envolver astúcia, agilidade, trapaça ou exercício do poder (HIRSCH apud ROCHA, 2011).

A Teoria do Controle está em voga especialmente nos EUA, onde autores como Sampson e Laub (ROCHA, 2011) destacam que o envolvimento de adolescentes com o Sistema de Justiça Criminal e o encarceramento pode enfraquecer o laço desses jovens com ambientes sociais estabilizadores, além de estigmatizar a infração e impedir a reintegração. Assim, o encarceramento pode encorajar modos de vida desafiadores para com a justiça criminal incentivados pelo grupo social de convívio dentro das próprias instituições asilares.

2.2.1.3. Teoria da Escolha Racional

A **Teoria da Escolha Racional** surge como herança das teorias utilitárias de Adam Smith, Jeremy Bentham, Cesare Beccaria e James Mill (ROCHA, 2011) e foi reintroduzida na criminologia pela economia. Traz a ficção do homem econômico (*economic man*) de Becker (1968), na qual o indivíduo escolhe racionalmente entrar no mercado, independente deste ser legal ou ilegal, através da comparação racional dos retornos positivos ou negativos. O homem econômico, quando desenvolve atividade criminal, não tem passado expressivo, vida social intensa ou mesmo identidade social reconhecida, pois não necessita de nenhum desses atributos.

Essa teoria é bastante interessante, pois demonstra que a atividade criminosa ligada ao tráfico, e conseqüentemente as guerras decorrentes daí, é uma escolha racional e econômica que busca retornos ligados ao mercado. Entretanto, em nossa pesquisa encontramos dados que refutam a hipótese de que esses homens não necessitam de passado expressivo, vida social intensa ou identidade social reconhecida. Observamos que esses atributos são conquistados dentro da lógica social local, para a qual os valores e formas de reconhecimento estão

intimamente ligados ao crime. A herança ligada ao passado é conquistada pela inscrição na tradição local através das histórias orais de façanhas de guerra. A vida social desses jovens fica realmente restrita aos pedaços do morro onde vivem, gozando de pouca circulação pela cidade. Ao se envolverem com a guerra do tráfico, entretanto, eles passam a ocupar posições de destaque social com função e prestígio na micropolis em que vivem, o que gera tanto vida social intensa quanto identidade social reconhecida. Nossa hipótese é que uma das causas da opção pela vida no tráfico seja justamente a busca desses atributos adquiridos ao entrar na criminalidade.

2.2.1.4. Teoria das Atividades Rotineiras

A Teoria das Atividades Rotineiras tem duas concepções principais: a desenvolvida por Cohen e Felson (1979), para a qual o tempo e a oportunidade provocam o crime; e a de Clarke e Felson (1993), que privilegia a convergência do espaço e entende que o crime ocorre quando as atividades do ofensor motivado e do alvo potencial levam ambos à convergência numa dada localidade, na ausência de pessoas capazes de prevenir a violação (ROCHA, 2011). Assim, esses autores ampliam o entendimento do crime no espaço urbano sem rotular o indivíduo como fato ou causa da criminalidade.

Essa teoria tem a vantagem de inserir o crime na própria arquitetura da cidade. Entretanto, naturaliza excessivamente a ocorrência de crimes no espaço urbano, como se esses estivessem relacionados apenas à geografia, desconsiderando o aspecto político das características geográficas, que determina onde existe mais segurança, por que pessoas de determinadas regiões da cidade têm mais propensão a se envolver em atividades criminosas, ou por que determinados grupos são alvos mais visados.

A estrutura social é organizada politicamente garantindo condições de vida diferenciadas para os indivíduos. Estas se refletem na geografia da cidade e na incidência de criminalidade. As regiões de periferia foram interpretadas por nossas análises como localidades privilegiadas para a incidência de determinados tipos de crimes, por serem consideradas espaços de vida nua, conceito agambeniano que será melhor explorado no capítulo *Guerreiros*. Mais do que ligado à geografia, esse é um fenômeno ligado à política da urbanização.

2.2.1.5. Teoria de Chicago

A **Teoria de Chicago** foi responsável pela concepção do crime como um fenômeno social ligado aos conceitos de desorganização e patologia social. Utilizados pela Teoria da Anomia como explicação para o crime, esses conceitos são considerados neste outro contexto como problemas resultantes das tensões existentes na estrutura da sociedade. As pesquisas que deram origem a essa escola foram realizadas na cidade de Chicago em meados da década de 1920 por pesquisadores que inter-relacionavam o enfoque geográfico com a biologia e que mais tarde seriam chamados de integracionistas ou teóricos da perspectiva ecológica.

Para essa abordagem, o conceito de desorganização social é entendido pela falta ou diminuição de regras sociais de comportamento, assim, a alteração social do contexto viria a partir do momento em que os membros da sociedade se desviam da conduta esperada. Esse fenômeno foi observado em algumas regiões de Chicago denominadas como áreas de transição. Essas regiões foram caracterizadas pelo que então se denominava como patologia social. Eram locais onde predominavam controles sociais formais fracos; deslocamento das instituições formais e do corpo principal da sociedade americana; mistura de grupos heterogêneos; laços de vizinhança fracos; e relações transitórias e impessoais. Um interessante avanço da escola de Chicago foi a associação entre características de vizinhanças e as taxas de criminalidade. Para explicar os índices de criminalidade na cidade, os autores usaram o conceito de "eficácia coletiva", que é a coesão social entre os vizinhos, associada à predisposição para intervir no que é de interesse comunitário (ROCHA, 2011).

Essa abordagem, embora seja muito interessante e tenha trazido muitos avanços para a sociologia, desconsidera a lógica particular de relação interpessoal, controle e laços que perpassam as regiões ditas de transição. Em nossa pesquisa observamos que esses componentes sociais estão presentes nas regiões periféricas, algumas vezes de forma mais forte que nas demais regiões da cidade, no entanto, a maneira como eles se expressam é diferente, obedecendo a uma lógica própria da região.¹⁸

2.2.1.6. Criminologia Radical

¹⁸Por exemplo, observamos que os laços entre vizinhos não admitem roubos na região e estessão punido severamente, o que não impede que alguns aconteçam mesmo assim.

A **Criminologia Radical** é vinculada ao marxismo, ao libertarianismo e ao anarquismo, todas vertentes que incentivavam a necessidade de aumentar o ativismo político e que ganharam força nas décadas de 1960 e 1970 na França, Inglaterra e Estados Unidos, e nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Maria Helena Rocha (2011) cita vários autores que se filiaram a essas vertentes de pensamento, porém, relata que o radicalismo acabou levando-os a se distanciarem do estudo do crime. É o caso de Hirst que, em 1975, defendeu que haviam assuntos mais importantes nos quais os marxistas deveriam pensar. Assim também foi com Pearce e Tombs (1998) e Slapper e Tombs (1999), que defenderam a prioridade de se focar nos crimes dos poderosos. Taylor, Walton e Young (1973), por outro lado, acreditavam que a problemática do crime se tornaria insignificante com o advento do socialismo; já Fitzgerald (1977) afirmava que as prisões eram consideradas símbolo de repressão estatal e as rebeliões eram o foco de reivindicações contra a ordem estabelecida (apud ROCHA, 2011). Finalmente, Cleaver (1969), seguindo a perspectiva de Foucault sobre a guerra¹⁹, aponta que prisioneiros negros poderiam ser reconhecidos como prisioneiros de classe ou de guerra de raças.

Essa corrente levou ao surgimento de teorias novas e críticas que defendiam que a justiça criminal havia sido criada pela ideologia hegemônica para mascarar a natureza "real" do crime. Segundo essas teorias, ao colocar em evidência a classe trabalhadora e bodes expiatórios negros, a justiça desvia o olhar dos crimes mais sérios, aqueles cometidos pelos ricos. Essa abordagem acabou considerando os crimes da classe trabalhadora ou negros como atos de revolta ligados à classe, à raça ou direcionados contra o Estado. Já as rebeliões foram entendidas como reivindicações contra a ordem estabelecida. Essa teoria tornou-se mais tarde politicamente ligada à análise da pós-modernidade e deu origem a interpretações que defendem que todo crime é um crime político, uma vez que tensiona a relação com uma determinada lei.

A Criminologia Radical é bastante interessante pois politiza a discussão da criminalidade, relacionando-a a um contexto mais amplo de relações de poder no qual a disputa de classes está sempre como pano de fundo para as disputas (ou "guerras") constantes na sociedade. Nossa pesquisa corrobora a necessidade de inserção do crime e das guerras em uma política mais ampla, questionando a parcialidade das leis, levando-se em consideração por quem elas são escritas e a quem servem dentro da manutenção da estrutura social vigente.

¹⁹ No capítulo *O que é a guerra*, veremos mais detidamente a hipótese de Foucault sobre a guerra das raças desenvolvida em seu livro *Em defesa da sociedade* (2005) .

2.2.1.7. Teoria do Rótulo

A **Teoria do Rótulo** vem do interacionismo simbólico e da fenomenologia, ela entende que o papel da sociologia é estudar as pessoas, as relações e as práticas como processos simbólicos e simbolizadores. Assim, o comportamento anormal dentro dessa abordagem é entendido como aquele comportamento assim rotulado pela sociedade. Rocha (2011, p. 49) nos ajuda a definir esses "atos anormais":

Mas nem sempre os atos anormais são testemunhados ou relatados, e, além disso, as pessoas podem resistir ou criar formas para modificar as tentativas de aplicação de rótulos. Porém, quando a definição é oriunda, por exemplo, de um encontro com agentes do sistema de justiça criminal, criminosos e desviados são forçados a se confrontar não somente com suas reações defensivas, mas também com as reações de terceiros diante de suas atitudes. Nesse sentido, eles podem se debater publicamente com as reações formais de outras pessoas, de forma que seus desvios se tornem uma resposta a esse contexto simbólico e de linguagem – um "desvio secundário".

Essa é uma posição que também nos ensina sobre a dinâmica não natural da relação entre sociedade e crime. Existe nesta relação uma reciprocidade no elemento causal em que tanto o crime provoca o rótulo, quanto o rótulo, advindo de estereótipos pré-definidos e nem sempre verdadeiros, também pode provocar o comportamento criminoso (SOARES, 2001). Essa perspectiva também foi levantada pelos participantes de nossa pesquisa, que se queixavam muito da reação negativa da polícia e da sociedade antes mesmo que eles cometessem algum delito, apenas por seus traços biotípicos negros, as roupas que usavam ou a região em que viviam.

2.2.1.8. Teoria do Desenvolvimento

Ao longo dos anos 40, o casal Sheldon e Eleanor Glueck usou os conhecimentos de antropologia, psicologia e psiquiatria para desenvolver as **Teorias do Desenvolvimento da Criminalidade**, que investigam três grandes questões: o desenvolvimento do comportamento

antissocial ao longo das diferentes fases da vida, os fatores de risco e os efeitos dos acontecimentos no desenvolvimento do sujeito.

Esses pesquisadores focam seus estudos no comportamento antissocial e consideram os acontecimentos na infância como causas preponderantes para o desenvolvimento da criminalidade na vida adulta. Nessa perspectiva, a infração é considerada como efeito de uma síndrome de comportamento antissocial que surge na infância, mantendo seu desenvolvimento até a idade adulta. Essa vertente de pensamento dá origem a estudos longitudinais que acompanham jovens ao longo de sua vida, fazendo correlações entre comportamentos infantis e criminalidade ou perversão.

Outro foco dessas pesquisas é o mapeamento dos fatores de risco por idade. Riscos relacionados a elementos: biológicos, individuais, familiares, de colegas, de vizinhança e situacionais. Outras pesquisas também atribuem a causa da criminalidade adulta a acontecimentos na fase infantil, como desemprego ou prisão dos pais, condutas antissociais, agressividade e ansiedade infantil, dentre outros. Grande parte dessas pesquisas pretendem colher dados para incentivar a prevenção precoce do comportamento criminoso.

É inegável a importância dos estudos longitudinais para as pesquisas em criminologia. Contudo, pode-se correr o risco de considerar como antissociais comportamentos normais de crianças que ainda não apreenderam os padrões sociais aceitáveis de conduta. Essa teoria tende a considerar o comportamento antissocial como inato a determinados sujeitos e imodificável, condenando antecipadamente crianças que não se adequaram precocemente ao padrão de conduta exigido pela sociedade.

2.2.1.9. Teoria da Trajetória de Vida

A **Teoria da Trajetória de Vida**, foi desenvolvida no século XX principalmente por Sampson e Laub, Sutherland e o casal Glueck. Esses autores estudam a presença de atividades criminosas ao longo do ciclo vital e preveem "[...] o desenvolvimento como uma interação constante entre os indivíduos e seus ambientes, adicionados ao ruído desenvolvimentista aleatório e a um agente humano intencional, que eles diferenciaram da escolha racional" (SAMPSON; LAUB apud ROCHA, 2011, p. 63). Dessa forma, os pesquisadores demonstram que "tanto o infrator persistente quanto o desistente podem ser compreendidos por uma

mesma estrutura teórica, referente à faixa etária e ao controle social informal" (ROCHA, 2011, p. 64).

Essa perspectiva mostra que grupos distintos de adolescentes envolvidos em práticas criminosas podem ser explicados por processos causais únicos, de acordo com o contexto específico do local e tempo em que vivem. Cada grupo passa a representar um paradigma de um ponto de vista da variável tempo-dependente e deve ser revisitado nos eventos chaves na vida dos jovens. Desta maneira, os autores Sampson e Laub "apresentam uma proposição distinta das demais tendências desenvolvimentistas do crime e uma concepção inovadora de crime, que passa a não ser mais entendido como um processo emergente redutível ao indivíduo ou ao ambiente" (ROCHA, 2011, p. 64).

O casal Glueck, pioneiro em estudos longitudinais, fez muitas pesquisas na área e chegou às seguintes conclusões: 1) a idade de início na atividade criminosa é um fator importante, pois as carreiras criminosas começavam em uma idade precoce; 2) o crime declina com a idade; 3) a maior parte dos homens que iniciaram a prática de atividades criminosas quando rapazes continuaram a carreira; 4) as práticas disciplinares da família, apego e supervisão são fatores preditivos para a delinquência ou não.

Essa concepção sociológica, embora ainda muito distante, é a que mais se aproxima da nossa pesquisa, procurando na lógica macro (de cada grupo ligado à criminalidade) e micro (de cada sujeito em particular) a causalidade para o engajamento em condutas de risco que desafiam a lei. Quando nos colocamos a pergunta "por que jovens escolhem entrar na guerra do tráfico, mesmo sabendo o risco de morte ao qual estão submetidos?", é preciso primeiramente entender o crime como um comportamento social, não apenas uma quebra das regras morais. É preciso, também, entender que a quebra de uma lei tem contextos históricos e geográficos determinados, com função estabelecida dentro da sociedade na qual o indivíduo se insere. Não é possível analisar este comportamento deslocado desses fatores. Sendo assim, o próximo passo será analisar as pesquisas sociológicas com jovens que cometeram uma quebra da lei no contexto brasileiro, para começarmos a entender o que significa cometer um crime ou um ato infracional no Brasil, mais especificamente em uma das três grandes cidades que são nossas referências: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

2.2.2. Pesquisas sociológicas recentes

2.2.2.1. Contexto mineiro: as gangues de uma rua

O campo de pesquisa no estado de Minas Gerais sobre adolescentes envolvidos em práticas de conflito com a lei é bastante amplo e desenvolvido. Seleccionamos alguns dos principais pesquisadores na área, de acordo com a proximidade com nossa própria pesquisa, para demonstrar como chegamos às nossas hipóteses de trabalho. Os pesquisadores em questão são: Claudio Beato Filho (1998), Luiz Flavio Saporì et al (2012), Maria Helena Rocha (2011) e Rafael Rocha (2012).

Claudio Beato Filho (1998), sociólogo e coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), procura fazer um deslocamento do estudo do criminoso para a investigação do delito em si, através de mapas de criminalidade. Ele abandona a busca de um diagnóstico de causas para se focar nas condições de incidência de determinados tipos de crimes no espaço da cidade. Através da criação dessa espécie de geografia do crime e elegendo os locais em que é mais propícia a incidência de determinados tipos de delitos é possível orientar as políticas públicas para que procurem atuar de maneira mais específica nestas áreas.

Na perspectiva deste pesquisador, existe na sociologia uma ligação estreita, embora não causal, entre a violência e a desigualdade socioeconômica. Esta última acaba sendo um fator de estímulo para o comportamento criminoso (PARKER, SMITH, TAYLOR apud BEATO, 1998) ou ainda um dos fatores da baixa integração moral ou normativa com a sociedade, que termina por produzir o fenômeno do crime (DURKHEIM, SHERMAN e BERK, CLARKE e KRAUT apud BEATO, 1998). Para o pesquisador, a vida nas cidades está relacionada ao aumento da probabilidade de ocorrência de crimes, uma vez que a alta proximidade entre as pessoas, o anonimato e o aumento do desenvolvimento favorecem a oportunidade de cometer delitos.

A perspectiva de estudar o crime e sua incidência sobre a cidade é bastante atual e é alvo de demandas constantes do poder público. Todavia, não é essa a perspectiva que buscamos com o trabalho aqui presente, que se propõe a estudar as consequências da organização política sobre a vida desses adolescentes que se envolvem em conflitos como as guerras internas à própria comunidade. O foco, nesse sentido, fica justamente no que Claudio

Beato tenta deixar de fora, ou seja, nas causas que levam esses jovens a se envolverem ou serem envolvidos em situações de risco e na descrição das regras e leis relacionadas a esse conflito armado, que é a maior causa de mortalidade entre jovens no Brasil (WAISELFISZ, 2013).

Nesse sentido nos aproximamos mais da perspectiva de Luiz Flavio Saporì, Lucia L. Sena e Braulio F. A. da Silva (2012), para quem a violência se liga a contextos de tráfico pela incorporação de normas e padrões relacionados com a venda e o consumo de drogas em outros setores da comunidade, gerando um certo "efeito de desorganização". O aumento da violência em Belo Horizonte estaria relacionado, então, ao comércio de drogas ilícitas na cidade no início da disseminação do tráfico, em 1997, o que coincide com o início da epidemia de homicídios no município, cujo ápice se deu em 2004. Em Belo Horizonte, diferentemente de Rio de Janeiro e São Paulo, as bocas de fumo (loais de venda de drogas) não possuem alto nível de hierarquização e organização. Elas são entendidas como parte de uma dinâmica de redes interconectadas, como se fossem pequenas firmas submetidas à dinâmica territorial. Cada pequena firma pertence a um patrão que divide as tarefas entre uma estrutura minimamente hierárquica de poder e divisão do trabalho, assemelhando-se a uma empresa (DOUBNER, 2005).

Devido a conflitos territoriais, relacionados ou não ao comércio de drogas, muitas vezes essas bocas entram em disputas que são chamadas de "guerras do tráfico". Na pesquisa de Saporì (2012) esse fenômeno foi chamado pelos entrevistados de "olho grande", quando a rentabilidade de uma boca atrai a atenção e a cobiça dos micro comerciantes das demais bocas, gerando conflito armado.

Nesse ponto, essa dissertação mostra que o modo de vida mais violento imposto pela lógica do mercado (CARMO, 2011), principalmente quando está relacionado às substâncias ilegais, é uma das grandes causas do aumento da violência nesses locais, pois necessita criar seus mecanismos de defesa e controle através das armas, do despotismo e da agressividade. Um modo de vida mais violento induz a resoluções de conflitos cotidianos também de maneira mais agressiva. Brigas em bares, entre vizinhos, entre cônjuges e discussões dentro da própria boca de fumo acabam tendo como resposta agressões que envolvem armas, o que muitas vezes acaba em homicídios.

Para Saporì (2012), os jovens entram no tráfico buscando trabalho, renda e reconhecimento. Contudo, mesmo para os que conseguem entrar, há um baixo leque de oportunidades e a renda adquirida é facilmente consumida, inclusive pelo principal produto fornecido pela rede, as drogas.

Maria Helena Rocha (2011) realizou sua pesquisa no Centro Socioeducativo Santa Clara (CSESC), em Belo Horizonte, onde entrevistou 20 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa (MSE) por tempo indeterminado, analisou seus prontuários e falou ainda com as mães desses jovens. A partir desse trabalho de campo, a autora pretendeu construir a história de vida de adolescentes ligados à criminalidade, usando o modelo sociológico da Trajetória de Vida. Rocha fez uma análise sociológica com base estatística que indica a relevância de alguns indicativos para a entrada no crime. Assim como as pesquisas de cunho desenvolvimentista, a análise de Rocha se utiliza de uma visão geral do grupo de adolescentes entrevistados, infelizmente sem aprofundamento nas questões referentes a cada sujeito e às leis próprias do contexto socioeconômico daquele grupo específico. Partindo do padrão normativo burguês-capitalista, a autora analisa quais seriam os comportamentos desejados desse grupo, sem relativizar as diferenças culturais (como a crítica ao comportamento das mães solteiras de deixarem seus filhos sozinhos, ou a falta dos horários de alimentação ou organização da casa).

A autora interpreta seus resultados estatísticos chegando à conclusão de que a família é o aspecto que ganha lugar central nas análises no campo sociológico, uma posição que corrobora o senso comum a respeito do tema e responsabiliza demasiadamente a mãe e a família desresponsabilizando o Estado. Para essa teoria, a mãe ocupa, ainda hoje, um lugar privilegiado no processo de comunicação com os filhos; o pai, por sua vez, apresenta padrão identificatório fraco, devido ao esgotamento do seu lugar de autoridade e centralidade.

A premissa defendida é que a família seja a instituição de controle para intervir, conter e regular as condutas dispersas. Para a autora, os jovens que se envolvem em condutas de risco e infrações padecem de desamparo e ausência tanto de zelo materno-paterno, quanto da autoridade adulta, tese da qual discordamos a partir dos resultados da nossa pesquisa. Para Rocha (2012), as famílias também aparecem como fatores de risco, pois, em sua grande maioria, são constituídas prematuramente, residem em condições físicas e econômicas desfavoráveis e vivenciam a violência doméstica. Outro fator destacado é a correlação positiva entre a existência de membros (como irmãos e parentes distantes) ligados ao crime e a internação do adolescente. A busca do poder através do crime é vista por Maria Helena Rocha (2011) como uma maneira de dar uma explicação para o mal-estar, ou seja um tamponamento da falta, entretanto, a busca por reconhecimento através do dinheiro é perceptível.

As motivações que impelem os adolescentes a se vincularem às infrações constituem outro padrão. Presume-se, segundo os autorrelatos, o desejo pela busca do "dinheiro fácil" e por objetos signos de consumo, "como carro, arma, moto, roupa, tênis de marca, mochila [...]". Assim, esses adolescentes desfilam entre os iguais, marcando sua diferença, como se estas marcas cicatrizassem a baixa estima pela ausência de um processo identificatório positivo. Esta situação está, também, em sintonia com os trabalhos de Sampson e Laub (1993) e de pesquisadores nacionais como Alba Zaluar e Angelina Peralva, dentre outros. (ROCHA, 2011, pg. 166)

A complexidade do fenômeno da violência nos remete à complexidade de campos, e não a apenas um único campo. Esse pode ser um enigma que valeria a pena ser repensado como um novo campo, de uma ciência capaz de atender às complexidades, ou mesmo, numa visão alternativa, de dois a três campos trabalhando conjuntamente sobre o mesmo objeto". (ROCHA, 2011, pg. 169)

Por fim, a partir de uma pesquisa de campo também no Santa Lúcia, Rafael Rocha (2012) estrutura sua análise a partir de dois polos principais: a gangue e a guerra. A gangue se forma pelas relações de amizade dentro de um mesmo grupo e em oposição aos "inimigos", ou seja, os laços internos são estabelecidos pela necessidade de defesa e afinidade interna. O grupo se une também a partir da localização dentro de uma determinada tradição de valores perpetuada pelas histórias coletivas, as aventuras de rivalidade e vingança. Especialmente no Santa Lúcia, esses vínculos também estão relacionados ao território, e a rua geralmente dá nome à gangue. As guerras, nesse sentido, seriam processos aprendidos socialmente devido à necessidade de criação de alianças intergrupo, para se defenderem. Esse ciclo contínuo de violência é impulsionado pela tradição de reciprocidade violenta expressa pelo "correr atrás", ou seja, a "cobrança" ou a vingança.

O motor externo dessa dinâmica infinita é a falta de reconhecimento social dessa população fora da guerra, sua invisibilidade como prestadores de serviços desvalorizados ou como representantes do exército de reserva de trabalhadores à espera de um lugar ao sol capitalista. Todo esse ciclo cria uma tradição histórica na região, na qual as histórias de heroísmo são protagonizadas por pessoas envolvidas nas guerras. Essa tradição é repassada aos novos integrantes na forma de contos orais, que simultaneamente transmitem a história da comunidade, a tradição e as regras morais a serem seguidas, regras essas que envolvem o "correr atrás" e a reciprocidade violenta. Portanto, as guerras não se perpetuam devido a uma causa localizada em um evento do passado, como eles atribuem, mas devido à dinâmica de reciprocidade violenta na qual os membros periféricos da gangue conseguem ser "promovidos" a membros centrais pela demonstração de seu valor na guerra, ou seja, "cobrando" ou "correndo atrás".

Da articulação entre gangue e guerra, Rafael Rocha (2012) retira a tese de que não existe uma guerra no aglomerado, mas várias. O pesquisador afirma que embora sejam perpassadas e potencializadas pelo tráfico de drogas (ROCHA, 2012, p. 44)

(...) [as guerras] são enraizadas em questões de status e reconhecimento, tanto em relação ao próprio grupo como em relação às gangues rivais (...), à medida que o indivíduo se filia ou se identifica a um destes determinados grupos, incorpora junto com seus valores, regras, visões de mundo, um histórico de rivalidades com grupos inimigos do qual passa a fazer parte.

Essas rivalidades incorporadas tornam-se o motor para novas disputas. Para interpretar o fenômeno das guerras do tráfico, Rafael Rocha (2012) utiliza o aporte teórico do Interacionismo Simbólico, segundo George Herbert Mead, da Teoria da Associação Diferencial e, especialmente, da Análise da Fachada (autoimagem e status entre o grupo) do autor Goffman. Para o Interacionismo, o comportamento social é dado dentro de um determinado contexto a partir da interpretação da ação do outro. A ação social aparece como signo aberto para interpretação. A Associação Diferencial se liga a essa teoria ao interpretar o aprendizado para cometer crimes da mesma maneira que o aprendizado para qualquer outra atividade, mudando apenas o contexto. Assim, a aprendizagem se dá por interação, comunicação e compartilhamento de definições específicas. Os grupos serviriam para difundir o aprendizado do comportamento criminoso, oferecendo modelos para imitação, como os heróis da guerra, e o reconhecimento advindo através do dinheiro e status.

As pesquisas realizadas em Belo Horizonte têm encontrado um resultado em comum entre si — o acesso ao mundo do tráfico oferece ganhos secundários aos jovens pobres e negros das periferias, como a participação e identificação com um grupo ou gangue que compartilha interesses, valores, crenças, regras, sentimentos de solidariedade e lealdade (BEATO, 1998; SAPORI et al., 2001; ROCHA, 2011; ROCHA, 2012). Esse resultado é também corroborado por pesquisadores de outras grandes capitais do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo que o tráfico em cada uma dessas cidades apresente características específicas, ingressar em uma gangue pode significar a realização do sonho de consumo, a obtenção de respeito, estima, proteção, reconhecimento e status, significando a entrada em uma rede simbólica marcada por signos de poder, força, virilidade e masculinidade (ZALUAR, 2012; ZALUAR, 2014; SOARES, 2011; BIONDI, 2010).

2.2.2.2. Contexto carioca: Comando Vermelho UPPS²⁰

O Rio de Janeiro foi um dos pioneiros no estudo sociológico da criminalidade, principalmente pela figura da professora Alba Zaluar (1985, 2009, 2012), que já em 1985 desenvolvia sua tese de doutorado sobre o tema, e do pesquisador Luiz Eduardo Soares (2011), que contribui muito para fomentar o debate pela defesa dos direitos humanos das populações residentes em áreas de risco.

A professora de antropologia do Instituto de Medicina Social da UERJ, Alba Zaluar, faz estudos etnográficos na área de criminalidade há mais de 30 anos, desde sua tese de doutorado, intitulada *A máquina e a revolta* e publicada em 1985. Desde então, a pesquisadora tornou-se uma grande referência nos estudos qualitativos que realizam pesquisas de campo junto a territórios com alta criminalidade. Nas diversas publicações em torno da sua etnografia do crime, Alba Zaluar desenvolveu o conceito de "etos guerreiro" como uma modalidade de identidade masculina desenvolvida por alguns jovens da periferia. O etos guerreiro seria marcado por uma masculinidade exacerbada, centrada na ideia de um chefe despótico cujas ordens não poderiam ser desobedecidas.

A autora aponta os campos semânticos dos conceitos de *etos guerreiro*, *hipermasculinidade*, *sociabilidade violenta* e *mercadoria política*, usados para descrever o processo de criminalidade violenta, como formulações regularmente relacionadas ao poder, e à busca de domínio sobre o outro. Também relaciona a alta criminalidade de países da América, como Brasil, México e Estados Unidos, com a facilidade de obtenção de armas de fogo nessa região, em oposição aos países da Europa, onde o controle do porte de armas é mais severo.

No artigo *Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos* (2012), Zaluar trabalha o novo problema do controle das áreas marginalizadas do Rio de Janeiro por milícias, compostas tanto por organizações criminosas como por operadores de diversos setores da segurança pública — como policiais, ex-policiais, agentes penitenciários e outros — e que chegam até a eleger vereadores como seus representantes. A autora enfatiza a necessidade de se estimular a autonomia do poder dentro das microrregiões da cidade no lugar de apostarmos todas as fichas na pacificação. Apoiada em Norbert Elias, a autora coloca foco nos processos histórico e civilizador, e ainda na sensibilização para o sofrimento alheio e no controle das

²⁰ Unidade de Polícia Pacificadora

emoções, para concluir que vivenciamos no Brasil um retrocesso nos códigos de conduta e autocontrole individual, o que provoca o aumento da criminalidade.

Devido à especificidade da cultura local, Alba Zaluar aponta para a necessidade de se valer de várias fontes a fim de entender o fenômeno das práticas criminosas no Brasil, não restringindo-se apenas às declarações dos entrevistados. Nesse sentido percebemos que o pesquisador, com sua própria subjetividade, seus medos, seu gênero, sua cor, torna-se também um personagem da narrativa construída, precisando fazer sempre o movimento de aproximação e afastamento para que a observação seja melhor desenvolvida. É necessário, portanto, ter claro que nesse contexto o pesquisador tem um papel bastante participativo como ator, durante o processo de pesquisa, e autor, no momento de montar ele próprio uma narrativa sobre a situação de pesquisa (ZALUAR, 2009)²¹.

Zaluar aproxima o ofício de quem trabalha na área da criminalidade com a função do etnógrafo, este (ZALUAR, 2009, p. 567)

[...] junta mundos invisíveis um ao outro, diminuindo a cegueira cultural e a arrogância étnica que os separam ainda mais do que a diferença, porque alimenta o ódio e o ressentimento. O ofício do etnógrafo ajuda a destruir as construções simbólicas feitas para criar imagens negativas do outro, principalmente as dos que se tornam os discriminados bodes expiatórios que carregam a culpa do mal no mundo.

Sem acreditar que existem apenas dois mundos, mas uma pluralidade de mundos, muros e guerras tanto reais quanto simbólicas, acreditamos que dar visibilidade a realidades outras é também o papel de nossa pesquisa em psicanálise.

Outro importante pesquisador carioca, o sociólogo e ex-ministro da Justiça, Luiz Eduardo Soares, desloca a questão das consequências reais das práticas de conflito com a lei para as consequências simbólicas que produzem prisões sintáticas irrevogáveis para determinada parcela da população. Para Soares (2011), definir crime é mais difícil do que parece, embora tenhamos essa definição de maneira naturalizada e inquestionável na maior parte do tempo. "[...] crime é tudo aquilo que a lei diz que é crime. Como as leis mudam — conforme as sociedades e a história, as disputas políticas e os processos culturais —, variam

²¹Zaluar (2009) descreve algumas pesquisas em que os etnógrafos acabaram se transformando durante o processo de pesquisa ao se aproximarem demais, chegando a cometer crimes e sofrer agressões diversas nesse processo. "[...] ao tornar-me membro da gangue, eu era frequentemente forçado a adotar, ou se esperava que eu adotasse, um número de padrões de comportamentos particulares, alguns dos quais eram de fato compostos pelo meu ser *chele* quadrilheiro... Isto incluía ter que participar de uma gama de ações violentas e ilegais, inclusive guerras entre gangues, roubos, brigas, espancamentos, lutas esportivas e conflitos com a Polícia, cujo resultado foi me submeter a uma série de coisas que eu poderia ter evitado, inclusive ser atacado, ameaçado, espancado, esfaqueado, alvo de tiros e atirado de um carro em movimento" (RODGERS apud ZALUAR, 2009, p 564).

também os atos considerados criminosos" (SOARES, 2011, p. 27). Soares nos lembra que existe um viés altamente relativo na aplicação da lei, pois esta conta com elementos como contexto, motivação, escala e histórico, que, embora indispensáveis para a caracterização do crime, escapam à letra da lei. Para Luiz Eduardo Soares (2011, p. 41)

[...] o sentido de uma historia depende do ponto a partir do qual começamos a contá-la. O problema é que, se você puxar muito o fio da meada, vai acabar encontrando a violência na raiz do direito e da propriedade, dos países e dos Estados. Por trás da retórica legal, corre um rio de sangue..

Podemos entender então, que a violência pode ser legítima em algumas situações (SOARES, 2011, p. 177) .

[...] quando a violência da população é causada pela resistência a tiranias, a luta é legítima e necessária, e seu resultado pode ser francamente positivo, desde que respeite limites civilizados e desde que se impeça que alguma elite política monopolize sua liderança e decida sobre os caminhos a seguir.

Mas como saber se determinado ato de agressão contra a sociedade trata-se de um crime ligado a um inconformismo que remete ao campo político (ou seja, que denuncia uma injustiça sofrida pelo grupo do qual o indivíduo faz parte), ou se trata-se apenas de uma contravenção individual?

Quando alguém é punido por um crime com a restrição de liberdade, ou seja, a prisão, o crime cometido passa a caracterizar o indivíduo diariamente. Todos os dias as pessoas perguntam por que ele está preso, e todos que olham para ele o identificam como um 121, 33, 155 ou 157, respectivamente, assassino, traficante, ladrão por furto ou roubo. A partir desse momento, tanto durante a pena quanto depois que ela já foi cumprida, não há como escapar de se lembrar e ser identificado ao ato criminoso diariamente. Para Soares isso se chama "prisão sintática", aquela que condena o sujeito pela linguagem perpetuamente. Vejamos o que ele diz (SOARES, 2011, p.159):

A prisão sintática – um sujeito acorrentado a um predicado – é eterna justamente porque suprime o tempo, transformando o ato em expressão do ser, convertendo a ação em estado permanente, fazendo do crime um retrato verdadeiro, essencial e definitivo da natureza mesma de João [o exemplo de alguém que cometeu um crime]. Mesmo que ele mude, a sentença e a prisão o mantêm conectado ao mesmo canal, na mesma sintonia do ato criminoso.

Veremos mais detidamente esse interessante e cruel mecanismo pelos conceitos de discurso e reconhecimento nos dois capítulos finais.

Sendo assim, as consequências da punição através do encarceramento para a formação do adolescente são devastadoras. A violência e o descaso do sistema acabam influenciando a concepção do adolescente sobre si mesmo, o que pode interferir em sua autoimagem e autoestima, convencendo-o de que ele realmente mereceu estar preso pois não tem valor. Essa visão equivocada acaba fazendo com que o adolescente reproduza esse comportamento adquirido ao sair das medidas de internação. Essa linha de interpretação retoma o viés da Teoria do Rótulo, para a qual o sujeito é, além de produtor de um determinado estereótipo, influenciado pelo rótulo ao qual é identificado.

"Desatar a corrente que prende o sujeito ao verbo, ao predicado, ao ato: ao crime" é a única forma de libertar o sujeito para que ele possa assumir outras formas de reconhecimento (SOARES, 2011, p. 162). Assumindo essa posição, Soares está defendendo a responsabilização pela justiça restaurativa, e não a punição inerente à justiça retributiva. O autor propõe, inclusive, que o debate sobre a criminalidade retributiva seja substituído pelo debate sobre o perdão e a corresponsabilização.

2.2.2.3. Contexto paulistano: PCC

No estado de São Paulo, os estudos geralmente esbarram nas grandes organizações criminosas, principalmente o Primeiro Comando da Capital, mais conhecido como PCC. Levando em consideração a grande influência que essa organização exerce nas periferias das grandes cidades e nas prisões e penitenciárias do estado, não poderíamos imaginar nada muito diferente. A discussão sobre o paradoxo existente na relação entre crime e política é complexa e exige a confluência de várias áreas do conhecimento. Em São Paulo, a antropóloga Karina Biondi e a socióloga Camila Caldeiras Nunes Dias focam seus estudos sobre as organizações criminosas no estado.

Em seu livro *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*, Karina Biondi (2010) revela o funcionamento e a eficácia interna do Primeiro Comando da Capital, descrevendo os códigos, a linguagem e as regras próprias do "Partido" (como o PCC é chamado pelos presos). Esses elementos compõem um complexo sistema usado para gerir o espaço dentro dos presídios, respeitando algumas necessidades dos presos que não chegam ao conhecimento dos dirigentes das prisões ou dos governantes. As regras funcionam para proteger os presos tanto dos

policiais quanto deles mesmos, organizando e colocando limites nas atitudes de uns em relação aos outros²².

De acordo com a história do PCC relatada por estudiosos e por integrantes, esse coletivo nasce depois do massacre do Carandiru em 02 de outubro de 1992, no qual 111 presos foram assassinados como repressão a uma rebelião. O coletivo surge com a intenção de dar suporte aos presos, além de coordenar as atividades de tráfico de drogas. Ele dispõe de um estatuto que funciona como lei e é usado em julgamentos. Através dessa organização, foi possível controlar os estupros, a venda de favores, as tentativas de fuga e os homicídios entre presos, além de acabar com o uso de crack nas prisões. Fora das cadeias, os integrantes, chamados de "irmãos", podem ser reconhecidos pela linguagem (evitam palavrões) e o comportamento mais centrado. Eles também respeitam as ordens do chamado "Partido". A estrutura de poder dentro da instituição funciona por células, que não são definidas por uma hierarquia única, e as decisões sobre o tráfico ou os assassinatos são tomadas pelos principais líderes em conferências telefônicas. Em resumo, é um coletivo que nasce para garantir o direito à vida dentro das prisões, fazer uma reivindicação em nome de uma parcela da população excluída e garantir seus direitos sob ameaça de guerra.

A autora defende a existência de uma prática política nos presídios através do PCC, devido à presença de elementos como ações em nome da defesa de um grupo; estrutura coletiva com divisão de funções; cartilha filosófica de princípios a serem seguidos (Anexo A); julgamento mediado por um terceiro para avaliar condutas não condizentes com as diretrizes do coletivo; e organização de estratégias com base na visibilidade e defesa do grupo. Segundo depoimento do traficante Marcola (considerado em dos líderes do PCC) à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Armas, não existe um grupo separado de dirigentes do PCC que toma as decisões, a maior parte delas é fruto de consenso e atribuída ao "sistema", "pois o grupo simboliza o sistema, porque o sistema é o grupo. [...] Porque tudo o que o grupo faz, ele não faz aleatoriamente. Ele faz tudo conversando com o sistema. O sistema apoia o grupo. Isso aí o senhor pode ter certeza" (MARCOLA apud BIONDI, 2010). Segundo Biondi (2010), isso simboliza a mistura à qual o título de seu trabalho se refere, um processo de desindividualização e abolição das estruturas hierárquicas de comando, adicionando a Igualdade aos ideais do PCC: Paz, Justiça e Liberdade (ver Anexo A).

O princípio de Igualdade é constantemente evocado, mesmo entre *primos* e *irmãos*. Os *faxinas* ficam com a função de mediação com os funcionários dos presídios para evitar troca

²²Assim como no livro aclamado de José Saramago, *Ensaio sobre a Cegueira*, a impressão que se tem é de um sistema social sendo construído em uma espaço de anomia.

de favores pessoais que possam prejudicar outros presos e gerar conflitos dentro da cadeia. O *irmão* é responsável pela regulação da relação entre os presos, a fim de evitar extorsões, estupros e agressões. Também cabe a ele fazer a ponte com a administração do presídio e garantir a "bandeira branca", negociação entre comando e administração para que não haja nenhum motim, levante ou rebelião²³. O recurso diplomático que enuncia a iminência de situações extremas com possibilidade de culminar em violência é o termo "esticar o chiclete". Seria como levar às últimas consequências o argumento proposto. Significa dar prosseguimento a uma discussão, levá-la adiante, levar o debate até sua conclusão, seja ela qual for. O chiclete se rompe do lado de quem não sustentou a posição em sua argumentação, aquele que caiu em contradição.

Os participantes do PCC tentam deixar as regras o mais claras possível, tanto para os prisioneiros quanto para os familiares. Em uma situação impressionante descrita por Biondi (2010), um dos detentos diz à mãe ao telefone que está sendo extorquido pelo PCC e que, caso não pague uma quantia, será espancado. Outro detendo escuta a conversa e "estica o chiclete", pois sabe que o PCC não extorque dinheiro dos presos. O primeiro detento precisa então ligar novamente para sua mãe na opção viva-voz do celular e perguntar sobre o dinheiro. Quando ela responde que não conseguiu a quantia e pergunta se eles irão espancá-lo, um membro do partido pega o telefone e explica à senhora que o PCC não pede dinheiro dos presos e que seu filho contraiu dívida por drogas. Diz ainda que essa dívida será perdoada, mas ele ficará proibido de pegar mais drogas, pois não é certo tirar dinheiro da família para isso. O preso não recebe sanção, mas sofre uma humilhação pública verbal. Alguém anuncia no pátio o que ele fez e declara que ele não é de confiança.

Essa passagem ilustra muito bem o cuidado dos presos para não submeterem o outro a situações de desrespeito e injustiça. Outras situações também denunciam essa delicada dinâmica de respeito e organização. Uma delas é a substituição da denominação daquele que transmite os *salves*, ou seja, as orientações para serem seguidas pelo grupo. Inicialmente, quem cumpria essa função era chamado de *piloto*. Depois, o nome foi trocado para *voz*. Após um tempo essa denominação foi transformada novamente em *piloto*, pois *voz* foi considerada

²³ Faxina: são os porta-vozes dos presos perante os funcionários. Eles são responsáveis pela mediação quando um preso tem um problema, como precisar de um remédio.

Pilotos: São responsáveis pelo funcionamento da unidade prisional, garantido pelo respeito e resultado das negociações entre presos e funcionários.

Torres: são as posições políticas das quais partem as diretrizes, comunicados e recomendações do Partido para todas as unidades, os chamados *salves*. Os *salves* não são tratados como ordens, mas devem ser respeitados. Os *salves* vêm da torre, que é uma instituição que pode mudar, nunca de alguém individualmente. As torres são formadas por irmãos com ampla experiência na vida prisional, cujo proceder foi observado por muito tempo, motivo de reconhecimento, respeito e solidariedade de seus companheiros.

uma nomenclatura totalizante, por calar as múltiplas vozes que compõem o PCC. "É que não dá pra falar de uma voz só... Olha quanto preso tem nesse xis (cela)! Se um é o voz, parece que só ele fala, mas olha só quanta gente aqui tem pra falar!" (BIONDI, 2010, p. 146).

Outra situação paradoxal foi o *salve* que possibilitou o convívio dos homossexuais (*monas*) com os *irmãos*. Primeiramente, eles foram incluídos por seu valor como criminosos e colocados em celas separadas. Posteriormente, outro *salve* revia a decisão, considerando-os iguais a todos e, portanto, decidindo que eles deveriam ser espalhados pelas celas, sem distinção. Em alguns presídios esse *salve* foi acatado, em outros os homossexuais continuaram em celas separadas, pois ninguém queria dormir *de valete*²⁴ com eles.

Em 2006, época dos ataques do PCC à cidade de São Paulo, um *salve* foi espalhado pelas prisões e lido em todos os pátios. Referia-se à revolta dos presos por se perceberem objetos de manobras políticas nas épocas de eleição. Segundo o *salve*, nessa época os policiais os provocavam, para que houvesse rebelião e o governo pudesse mostrar sua força na repressão truculenta, ganhando mais votos. Essa cartilha evidencia a consciência dos presos e propõe uma tentativa de alcançar visibilidade por outros meios.

Os *salves* também demonstram uma alta consciência política por parte das *torres*, responsáveis por elaborar estratégias e táticas definidas que não passam necessariamente pela violência, apesar desta também ser usada como instrumento. As cartilhas são ainda maneiras de fazer política divulgando as ideias difundidas pelo PCC e demonstrando consciência da necessidade de ganhar visibilidade por outros meios que não sejam só através da violência. Vejamos um trecho do trabalho de Biondi que fala sobre esse tópico (BIONDI, 2010, p. 152):

Como fazer para lutar e superarmos nossas dificuldades e conquistarmos nossos direitos de presos? Usando as mesmas armas que eles usam contra nós, a propaganda da divulgação, a mídia. Vamos maciçamente nos expressar à Sociedade e mostrar esse lado esquecido e cenário de tanta injustiça e violência. [...] Temos que fazer todos entender que não somos esses monstros que a mídia divulga. Precisamos urgentemente mostrar à Sociedade que somos usados pelos políticos e que só queremos o que é nosso por direito, queremos ser tratados como seres humanos e não como animais como somos tratados.

Essa indignação é motivada por experiências de injustiça e desrespeito profundo. Uma das práticas que exemplifica essa situação é a transferência de presídios. Os presos são aglomerados nos *bondes*, caminhões que transportam 40 detentos algemados. Não existe lugar para que eles se sentem, nem entrada de luz ou ar. Somado a isso há ainda a fumaça de diesel,

²⁴ Nas celas de cadeias e presídios brasileiros o espaço geralmente é tão reduzido que os presos precisam dormir muito próximos uns dos outros.

que entra na parte traseira do caminhão fazendo com que os presos passem tão mal que muitos desmaiam, vomitam ou defecam em si mesmos durante o trajeto. Diante dessas situações cabe aos presos se protegerem. A própria pesquisadora Karina Biondi (2010) descreve um abuso sofrido em uma revista durante visita que ela fazia ao marido preso. Ela foi obrigada a abaixar-se mais de três vezes sem roupa para uma policial tentar olhar se havia algo dentro de seu ânus. Como não conseguiu enxergar, a policial chamou suas companheiras para ajudar.

Diante dessa situação, os presos interferiram, requisitando mais respeito durante a revista dos familiares, e barganharam com a única moeda de troca que eles podem usar para se proteger dentro do presídio: a violência. É interessante ver como ocorre essa luta política inusitada, dentro de uma lógica própria e com uma linguagem específica. No trecho a seguir Biondi reproduz uma negociação entre preso e direção do presídio (BIONDI, 2010, p. 42):

Senhor, estamos aqui por causa de umas coisas deselegantes que estão acontecendo nos dias de visita. O bagulho é o seguinte, nós somos bandidos, nós já estamos cumprindo pena. Nossos familiares não têm nada haver com o que fizemos e não precisam ser castigados. Se fosse a mãe do senhor que tivesse que ficar de quatro, abrir as pernas para os outros olharem, o senhor ia gostar? Não? Então não mexa com nossos familiares. O respeito tem que ser mútuo, senhor. Nós estamos aí na frente para poder resolver os problemas do dia-a-dia da cadeia. Dentro do Comando temos a nossa disciplina. Agora, se o senhor faltar com o respeito com os nossos familiares e familiares de companheiros, se algum dia o funcionário entrar lá dentro pra fazer a tranca e um malandro revoltado com essa situação aí, cheio de cadeia pra tirar, grudar ele pelo pescoço, não vou poder fazer nada, senhor... É lamentável. Então... É respeitar para ser respeitado. O respeito que temos pelo senhor tem que haver conosco também. Então a revista funciona assim: tira a roupa, agacha três vezes e já era. Não precisa mais do que isso, entendeu?

Muito se tem questionado sobre a dificuldade dos adolescentes em conflito com a lei de aderirem às regras do Estado, questiona-se se isso seria provocado por uma falta na função paterna, família desestruturada ou perversão generalizada. Acreditamos que o estudo etnográfico feito por Karina Biondi sobre o PCC questiona esse ideal psicologizante de que existiria uma falha estrutural ou de caráter nesses meninos. O que se coloca não é uma dificuldade de aderir à lei, mas um questionamento do tipo de lei que eles estão dispostos a obedecer. A lei construída pelo PCC é sim uma lei de ferro e altamente autoritária, na qual o deslize pode levar não mais à cadeia, mas à morte. Entretanto, é uma lei construída por uma classe diferente daquela que construiu as leis do Estado, e isso precisa ser não só escutado como valorizado. Crimes de assassinato sem motivo justo passam a ser punidos; presos por estupro, parricídio e infanticídio não são aceitos na convivência com os demais presos; os detentos tomam extremo cuidado para não faltar com o respeito em relação às visitas dos

outros presos (não é permitido andar sem camisa nem olhar demais para as visitas alheias); não é permitido danificar patrimônio público (o presídio); tampouco pode-se agredir funcionários. Também não é permitido usar crack dentro do presídio, cometer estupros, ou matar companheiros de cela sem que isso seja "julgado" por outros presos.

Para Biondi (2010, p. 193) existe a formação de um coletivo com propósitos políticos

por corpos que, juntos e misturados, correm lado-a-lado, estão em sintonia. É como se uma iniciativa, ideia, ato ou enunciado de alguém acionasse uma cadeia imitativa que ressoasse, não sem resistências e adaptações, entre os que estão na mesma caminhada. Como esse processo é desencadeado sem atribuição de autoria ao elemento desencadeante, seu domínio passa a ser da ordem do público, do coletivo, do Comando. [...] Nesse sentido, o PCC possui um ideal, uma disciplina capaz de orientar e promover a ação de seus participantes.

Outra pesquisadora do tema, Camila Nunes Dias nos diz em sua tese de doutorado, *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação: do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista* (2011) que a pacificação social conquistada em São Paulo, e algumas vezes creditada ao governo do estado, é na verdade um dos efeitos mais expressivos da expansão e consolidação do poder do PCC. Este processo deve ser interpretado a partir de dois eixos principais: eixo horizontal/processual e eixo vertical/figuracional. O eixo horizontal aborda o fenômeno de um ponto de vista macrosociológico, tendo em vista fatores sociais, políticos e administrativos e o papel da violência física direta na manutenção do poder do PCC. O eixo vertical tem como objetivo a compreensão da dinâmica social do processo, procurando-se apresentar as transformações ocorridas no universo prisional "pré-PCC" e que constituíram essa nova figuração social produzida a partir da hegemonia do PCC. Como pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência em São Paulo (NEV) e orientanda do professor da USP Sérgio Adorno, Camila Nunes Dias também utiliza Norbert Elias como autor de referência para interpretar os fenômenos sociais relacionados à criminalidade.

Sem a pretensão de esgotar o tema ou percorrer todas as pesquisas na área de política ou sociologia, construímos esse panorama para caracterizar o campo de pesquisa, o fenômeno estudado e os sujeitos, ou seja, jovens envolvidos no fenômeno da guerra do tráfico de drogas em algumas das grandes capitais do Brasil. Partimos, então, para o eixo subjetivo-clínico²⁵, que tem como propósito fazer uma compilação das pesquisas na área de psicologia social e psicanálise que abordem o tema dessa dissertação e tenham sido importantes para a escolha de

²⁵ A divisão das vertentes teóricas entre eixo político-sociológico e eixo subjetivo-clínico da presente pesquisa foi inspirada na divisão feita por Camila Nunes Dias.

alguns dos nossos marcos teóricos, a saber, a adolescência em conflito com a lei, os sujeitos em posição de *Homo Sacer* e a guerra.

2.3. Eixo subjetivo-clínico

O documentário sobre o fotógrafo James Nachtwey, *Fotógrafo de Guerra* (2001), começa com uma citação de Robert Capa que diz: "se suas fotos não são boas o suficiente, você não chegou perto o bastante"²⁶. Em todo trabalho no qual se busca retratar o outro, seja pela imagem seja pelas palavras, é preciso chegar mais perto, parar de enxergar o grupo e passar a ver o sujeito por trás dos estereótipos, as histórias e paixões da vida cotidiana singularizadas no reconhecimento de um sujeito. A psicanálise é uma ferramenta teórica que, através da pesquisa qualitativa, se propõe a dar ênfase aos processos individuais e separa o sujeito do grupo, dando contornos à subjetividade. O grande risco desse encontro é de o psicanalista não ser mais ele mesmo ao final do processo.

2.3.1. Adolescentes envolvidos em atividade de conflito com a lei em Belo Horizonte

Dois grandes trabalhos recentes foram escolhidos, pois oferecem a possibilidade de um olhar mais geral sobre o rumo das pesquisas relacionadas ao tema dos adolescentes em conflito com a lei sem perder o foco na singularidade. Jacqueline Oliveira Moreira (prelo) realiza uma extensa revisão de literatura, mapeando a vertente de todas as pesquisas encontradas no Scielo e Pepsic entre 2000 a 2012. Monica Brandão e Souza (2013), uma das primeiras gestoras das políticas de atenção ao jovem em conflito com a lei em Belo Horizonte, acaba de defender sua pesquisa de mestrado nessa área. Além de ser uma grande referência teórica, sua dissertação é também a compilação de anos de trabalho prático nas medidas socioeducativas.

Começaremos pelo trabalho de Jacqueline Oliveira Moreira, que realiza uma espécie de meta-análise percorrendo 59 artigos encontrados no banco de dados. Esses textos foram

²⁶ Documentário *Fotógrafo de Guerra*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=8XxVVFjeTpo>. Acessado em 25 de abril de 2014.

classificados em três planos inter-relacionados: o plano prático-experiencial, o plano político-institucional e o plano teórico-sociocultural. O primeiro plano contou com 25 artigos que representam relatos de experiência de práticas socioeducativas, ou reflexões singulares da Psicologia e/ou de áreas afins, como Pedagogia e Direito. O plano político-institucional foi constituído pelo levantamento e avaliação de medidas jurídicas e institucionais e reuniu 16 artigos. O último plano, teórico-sociocultural, agrupou trabalhos de convergência e confronto de hipóteses e teorias acerca da sociedade, da cultura e da modernidade. Trata-se de um plano eminentemente teórico com dupla função, a de crítica da experiência e das medidas institucionais, e a de construção de novas hipóteses e teorias mais elaboradas e consistentes.

Esse trabalho, além de mapear as linhas de pensamento e ação que recaem sobre o adolescente, "[...] lança um olhar que transcende sua condição apenas histórica, permitindo a concatenação de nosso tempo, nossa história com seus modos de gestão da vida e da experiência" (MOREIRA; DRAWIN; GUERRA, prelo).

Uma das grandes protagonistas da implementação do sistema de medidas socioeducativas na cidade de Belo Horizonte foi Monica Brandão e Souza, que realizou a dissertação intitulada *Adolescentes em conflito com a lei: um estudo sobre os adolescentes no tráfico de drogas e o alcance das medidas socioeducativas em meio aberto em Belo Horizonte em 2013*. A autora se debruça sobre a incidência do fenômeno do tráfico de drogas na vida dos jovens e o alcance das medidas socioeducativas em meio aberto. Brandão e Souza (2013) considera o tráfico como uma das maneiras do social instaurar um limite para o adolescente, através das suas leis, e também lhe conferir reconhecimento diante da comunidade, ambas as funções importantes para o processo de adolescência. Entretanto, segundo a autora, essa experiência produz solidão e perda do laço social o que marca a patologia comunitária ligada à guerra e ao tráfico de drogas. A autora utiliza a psicanálise para apostar que, mesmo com uma função paterna precária, o adolescente é capaz de responsabilizar-se e produzir um sintoma próprio, ou seja, adquirir autonomia e individualidade. Assim, os adolescentes acabariam suprimindo a puberdade na ânsia de se separarem das famílias e darem fim a angústia do real pulsional. A entrada no que eles chamam de "vida errada" se constitui como tentativa de criação de um lugar e uma fórmula pelos quais possam se orientar e ser reconhecidos. Essa tentativa fracassa quando muitos acabam encontrando a morte ou o encarceramento, "[...] e aquilo que era desejo de brilhar se consome como um fogo de artifício em sua própria aparição. Uma primavera incendiária" (SOUZA, 2013, p. 137).

Apesar de não compartilharmos da hipótese de Souza (2013) de que a entrada no tráfico é decorrente de uma função paterna precária e produz solidão e perda do laço social,

concordamos que esses adolescentes suprimem a puberdade na tentativa de criar uma posição de reconhecimento social através da entrada na guerra do tráfico de drogas, tentativa que os reenvia ao lugar de exclusão, configurando assim uma circularidade que os leva ao encarceramento ou à morte.

2.3.2. Sujeitos em posição de *Homo Sacer*

Alguns estudos importantes relacionados à área de adolescência e criminalidade têm usado a teoria do italiano Giorgio Agamben para entender a posição que esses sujeitos ocupam na sociedade. É o caso dos trabalhos de Paulo Endo (2005), Maria Cristina Vicentin (2005) e Andreia Scisleski (2010). Nossa pesquisa também chega a resultados similares, destacando a importância do conceito de *Homo Sacer* para a compreensão do fenômeno das práticas em conflito com a lei. Expomos alguns desses trabalhos que serviram de base para o desenvolvimento da premissa de trabalho de que o envolvimento de adolescentes na guerra do tráfico de drogas precisa ser entendido como um fenômeno político, além do seu caráter subjetivo que define a participação de cada sujeito individualmente.

Começaremos com o psicanalista, professor de psicologia social da USP e militante dos direitos humanos, Paulo Endo (2005), que aproveita sua participação no Fórum de Defesa da Vida e Contra a Violência, do Jardim Ângela, e nas Caminhadas pela Paz e pela Vida para realizar um bonito trabalho teórico-empírico sobre violência dentro das áreas da política e da psicanálise. Em São Paulo, o autor se mostra engajado política e afetivamente com o tema, conquistando seu objetivo: a exposição rigorosa da articulação entre violência, corpo e cidade sob o viés da teoria psicanalítica.

Para além do trabalho de construção de uma teoria da violência na psicanálise, Endo (2005) denuncia a arbitrariedade da violência institucional, que pesa mais nas costas de alguns do que de outros. O controle do Estado sobre os corpos dos cidadãos é feito através da imposição da lei pela violência, monopólio estatal, na figura da instituição policial. Os excessos de violência cometidos em nome da lei, como truculência, tortura, assassinatos e espancamentos, são mais comumente direcionados às populações marginalizadas, como moradores de favelas, sujeitos que cometeram atos ilícitos, moradores de rua e outros, demonstrando o caráter perverso dessa imposição da lei, para a qual "[...] deter, prender,

privar de liberdade não é o bastante; é preciso possuir o corpo sobre o qual se intervém, dessubjetivá-lo, demonstrando como isso é feito" (ENDO, 2005, p. 39).

A violência não é apenas policial, mas sim institucional. A polícia é apenas uma representante de um pacto secreto entre poderes públicos, interesses privados e parte da sociedade civil, pacto que cria uma cidade violenta. Para o autor, existem, sim, guerras silenciosas sendo travadas no terreno da cidade, das quais só é possível se manter alheio se você está no lado dos vencedores. Mais do que apenas guerras discursivas, existe também uma guerra factual que, embora não represente os regimes totalitários das duas grandes guerras mundiais, é devastadora em número de mortes para o Brasil. Vejamos como o autor define este "cenário de guerra" (ENDO, 2005, p. 88):

Os cidadãos da metrópole paulistana, embora não vivam declaradamente um cenário de guerra, ao que tudo indica estabelecem não raro pactos e acordos entre o Estado e grande parte da sociedade, que determina quem são os inimigos da cidade a serem combatidos e eliminados, definindo e consolidando o expurgo de parte da população para fora dos muros da cidade e expondo seus corpos aos desmandos.

A violência na cidade de São Paulo, assim como em outras, incide também sobre o corpo que se constitui num lugar. A desmoralização da experiência e da fala nas situações de guerra e violência executam-se antes no corpo, construindo uma singularidade no espaço público reativa a essa situação de exclusão e não reconhecimento. "[...] o sentido da experiência radica-se sobre o corpo, sobre o seu reconhecimento e a possibilidade de, a partir deste reconhecimento, operar mudanças, intervir no próprio destino e no alheio forjando a própria história" (ENDO, 2005, p. 92).

Desta maneira vai se construindo a figura do inimigo dentro da cidade, daquele promotor da violência dentro das guerras. Para o cidadão comum, classe média e alta, o inimigo é o chamado "marginal", "traficante", "criminoso", um outro que pode a qualquer momento violentar seu corpo ou usurpar seus bens. Para o cidadão que reside em áreas de alta vulnerabilidade, muitas vezes o inimigo passa a ser a polícia, responsável pela coerção, ou o "bacana", o "playboy", garoto de classe média que ostenta os *gadgets* e objetos almejados dentro dos padrões capitalistas de consumo.

De acordo com o professor Endo (2005), o espetáculo midiático da violência só é possível devido a um componente sadomasoquista dos espectadores diante das notícias, "[...] a espetacularização aparece como um fotograma do ocorrido, uma ilustração do fato verdadeiro vivido por alguém em algum lugar, que nos aparece como elemento de

entretenimento, muitas vezes sem qualquer compromisso com a informação, estando mesmo aquém dela" (2005, p. 227). Para ajudar a definir esta ideia, Debord (DEBORD, 2003, p. 10):

Não se pode contrapor abstratamente o espetáculo à atividade social efetiva; este desdobramento está ele próprio desdobrado. O espetáculo que inverte o real é produzido de forma que a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesma a ordem espetacular pela adesão positiva. A realidade objetiva está presente nos dois lados. O alvo é passar para o lado oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente.

A consequência da espetacularização é também a naturalização da violência dentro das comunidades. Nelli, uma entrevistada nos estudos de Paulo Endo, relata seu espanto diante de um corpo assassinado estendido no chão, sentimento que se transforma em horror quando percebe a naturalidade com a qual os moradores tratam o ocorrido, "apenas um corpo a mais". Esse sentimento também foi compartilhado por nossa equipe quando, diante da notícia de que um dos participantes acabara de ser baleado em frente ao local do nosso encontro, uma das adolescentes da comunidade se mostra preocupada com as músicas do seu celular.

Em sua pesquisa no Jacarezinho, no Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares relata "[...] que a superação da tragédia coletiva depende da celebração pública da memória individual e coletiva dos grupos vitimados pela barbárie do Estado" (SOARES apud ENDO, 2005, p. 281). Questionamo-nos se essa não seria uma forma de simbolização da violência através do reconhecimento, "[...] os testemunhos são parte do conhecimento imprescindível nesse processo de reconhecimento e compreensão das violências, uma vez que sem eles corre-se verdadeiramente o risco de produzir reflexões e ações genéricas, preconcebidas e mais violentas" (ENDO, 2005, p. 290).

Como conclusão, Paulo Endo aproxima a condição da população estudada por ele, vítima de violência do Estado, com o conceito de *Homo Sacer*, de Agamben, e o Estado de Exceção, espaço no qual a violência está autorizada segundo a vontade soberana. Estabelece-se uma forma de relação que inclui unicamente por meio da exclusão, criando uma relação paradoxal com a lei e a sociedade. Esse modo de vida nua habita a *pólis* através da dominação. Veremos esse conceito de forma mais aprofundada no capítulo *Guerreiros*.

Em sua tese de doutorado, *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei* (2005), a pesquisadora Maria Cristina Vicentin chega à mesma aproximação com o conceito de *Homo Sacer*. A partir de uma pesquisa de campo na antiga Febem-SP (agora Fundação Casa), a

autora questiona se é possível fazer uma história das revoltas infantis e relembra a ligação histórica entre adolescência e rebeldia, turbulência e luta (VICENTIN, 2005, p. 19)²⁷.

Sem respostas sociais viáveis para suas inquietudes ou reivindicações, os jovens pobres têm sinalizado uma não aceitação dos processos de rejeição, estigmas e violência a que estão submetidos, produzindo movimentos de encurtamento da distância entre a formalidade dos direitos de cidadania e a prática desses direitos, encurtamento que desestabiliza muitas vezes a fronteira entre violência e protesto, entre delinquência e revolta. Assim, a conflitualidade urbana contemporânea, protagonizada fortemente pela juventude, dá sinais de operar em diferentes dimensões: como protesto, como revolta, como estratégia de sobrevivência e como estratégia de subjetivação. Nesse contexto, conflito e criminalidade, violência e protesto compõe, muitas vezes, fronteiras indiscerníveis.

O ato infracional, em sua dimensão de resposta à omissão social, alerta para o cuidado de não responsabilizar apenas o adolescente pelas rebeliões e também não glamurizá-lo pela violência inerente a elas (VICENTIN, 2005, p. 210):

Diante da recusa de reconhecimento simbólico desses jovens, ante o desprezo e indiferença a que são submetidos (mais acentuada ainda ante as desigualdades sociais do cenário brasileiro), é esperado que a instância da lei se faça valer pela força bruta, que eles busquem inventar outros espaços, um deslocamento de lugar, o que permite definir o delinquente juvenil como um 'desalojado que busca de forma exacerbada um atalho de reconhecimento' (OLIVEIRA apud VICENTIN, 2005, p. 2011) e o delito juvenil como a busca (exacerbada) de autonomia. Embora seja demandado a escolher entre as duas formas dominantes de laço social, a reivindicação e o conformismo, ele identifica um terceiro modo entre exigir e resignar-se: a infração, misto de subversão do poder do outro e busca de tutela social.

Vicentin (2005) relata que era comum os adolescentes envolvidos com rebeliões pedirem para guardar os recortes de jornal sobre esses eventos tomados como "insígnias de reconhecimento", como um deslocamento do lugar de submissão para o de protagonismo, saída do anonimato institucional. Respalhada pelas pesquisas de Emir Sader (SADER apud VICENTIN, 2005) e Maria Ignês Bierrenbach (BIERRENBACH apud VICENTIN, 2005) na década de 1980, a autora aponta para uma positividade das rebeliões, uma guerra surda contra

²⁷A autora cita o movimento Juvenil Alemão do séc. XIX, que em nome de autonomia declarou guerra a toda forma de vida adulta, e os Apaches, bando de jovens da periferia parisiense do início do séc. XX, que considerava um desperdício de juventude trabalhar. Nessa sequência de revoltas, a autora coloca também os adolescentes infratores. Maria Cristina Vicentin, obviamente, não cita as revoltas juvenis alemã e francesa para patologizar os adolescentes e sim para despatologizar os jovens em conflito com a lei que se revoltam nas instituições de internação no Brasil. Assim como ela, outros autores como Sergio Adorno (ADORNO apud VICENTIN, 2005) se juntam nessa iniciativa. Esse autor critica os "perfis de delinquência" e teses explicativas de sua causalidade com hipóteses pouco complexas que apontam causas como desorganização familiar, pobreza, baixa escolaridade, intermitência no trabalho. Sergio aponta para a necessidade das pesquisas indagarem como os jovens se desterritorializam e se reterritorializam no microterritório da delinquência.

o sistema opressor que submete uma determinada parcela da população a condições de vida degradantes. Vicentin (2005) defende que o modo de vida hiper-realista desses jovens pode realizar o combate à sociedade de dominação. Para isso, porém, é necessário que eles sejam escutados para além dos diagnósticos psicológicos ou psicossociais, "[...] em seu duplo laço político: com lugar – cruzamento de técnicas do eu e de técnicas políticas — e como dimensão que afeta a todos e não apenas aos jovens da Febem-SP" (VICENTIN, 2005, p. 258). A autora aposta no direito à vida e entende a recusa desta como ato de reivindicação de poder. Para ela, é preciso "[...] validar o direito a rebelião, sempre que ela for ato de desobediência civil, sempreque for ato de subjetivação, isto é, de inclusão de si e de suas questões, de seus problemas, num âmbito coletivo" (VICENTIN, 2005, p. 259). Ainda segundo a autora "não se trata de fazer apologia da infração ou da transgressão; mas, se o adolescente em conflito com a lei puder ser hoje menos marginal, seria importante que isso não se fizesse à custa de pacificar sua diferença" (VICENTIN, 2005, p. 259).

Cerca de dez anos depois de realizada a pesquisa de Maria Cristina Vicentin, Andrea Scisleski (2010) chega a conclusões similares ao pesquisar jovens cumprindo medida de internação em Porto Alegre. A autora percebe a existência de um ciclo entre exclusão e dependência, criando uma verdadeira "fábrica" de violência e de segregação social. Usando os conceitos de *biopolítica*, de Foucault, e *bando*, de Agamben, Scisleski entende que o jovem em conflito com a lei reflete a própria presença da exceção, pois revela o que escapa ao padrão, denunciando a exceção como a própria lógica de governo. Defende que tanto os processos de patologização quanto os de atribuição de delitos são na verdade formas de recusa e abandono próprias a uma determinada forma de saber, poder e fazer do governo, manifestadas por uma política de segurança que se efetiva em três etapas: socialização, medicalização e penalização. O diagnóstico aparece, nesses casos, como um dispositivo preditivo do delito, o destino dessas crianças "incorrigíveis", adolescentes delinquentes, adultos criminosos e doentes (SCISLESKI, 2010). Fica selado ao ato antes mesmo que este seja cometido.

Os jovens veem na busca pelo tráfico de drogas uma única alternativa para suprir uma certa "fome" de reconhecimento social. O tráfico lhes proporciona visibilidade e acesso a bens de consumo que fazem parte dos socialmente partilhados. A autora comenta: "como não enxergar um jovem com uma arma na mão que vem nos assaltar?". Vejamos nas palavras dela (SCISLESKI, 2010, p. 72):

Não apenas por lhes permitir acesso a bens de consumo e a uma inserção no mercado (ilegal) de trabalho. Da mesma forma, o delito também permite a esse jovem – pobre e morador da favela – um reconhecimento e uma visibilidade social que de outra forma não lhe é possível....

As perspectivas de Paulo Endo (2005) Maria Cristina Vicentin (2005) e Andrea Scisleski (2010) entendem a posição social do autor de ato infracional a partir do conceito agambeniano de *Homo Sacer*. Apresentaremos a seguir duas pesquisas bastante recentes que também partem dessa premissa teórica e estão bastante relacionadas ao trabalho aqui realizado: a pesquisa sobre Responsabilidade e Responsabilização coordenada por Miriam Debieux Rosa e Maria Cristina Vicentin (iniciada em 2010 e finalizada em 2013) da PUC-SP em São Paulo, e a pesquisa coordenada por Andréa Máris Campos Guerra na UFMG, ainda em andamento e sobre a qual já fizemos referência neste trabalho.

2.3.3. Adolescentes, responsabilidades & Guerra

Não por acaso as pesquisas das professoras Miriam Debieux Rosa (2010), Maria Cristina Vicentin (2005, 2010) e Andréa Máris Campos Guerra (2013) são as mais próximas do trabalho desenvolvido nesta dissertação. A participação nos laboratórios coordenados por essas professoras foi de suma importância para a construção metodológica, prática e teórica desenvolvida durante esse trabalho. Assim, nos propomos a descrever alguns resultados recentes dessas pesquisadoras. Já fizemos na Introdução uma descrição mais detalhada do estudo feito pela professora Andréa Máris Campos Guerra em 2011, o qual deu origem à parte prática da presente pesquisa (ver também Apêndice A).

A pesquisa *Responsabilidade e Responsabilização: Diálogos entre Psicologia, Psicanálise e Sistema de Justiça Juvenil* (2010), coordenada pelas professoras Miriam Debieux Rosa e Maria Cristina Vicentin, aponta a necessidade da passagem de uma noção de responsabilidade como um modo de regulação social, uma técnica de reparação de danos e de sanção de infração, para uma perspectiva de responsabilização que diz respeito à possibilidade de engajamento na existência em comum, ou seja, o engajamento em uma forma de ser na qual a existência do outro está presente e é considerada. Entende-se a responsabilização aqui não como um processo apenas individual, uma "qualidade" que se pode possuir ou não possuir, mas como um processo social. A responsabilização no contexto da prática de ato

infracional na adolescência é mais do que a coibição do ato ilícito, é a promoção social do autor de ato infracional e sua compreensão ampliada. Sob essa ótica, que aponta a justiça restaurativa como via para alcançar a responsabilidade, a responsabilização passa a ser mais uma prática social do que individual, promovendo mais o reconhecimento do adolescente e sua visibilidade do que um processo individual de autoculpabilização.

Assim, o que essas autoras propõem é entender esses jovens numa perspectiva divergente da concepção que os entende como "quase incuráveis", "intratáveis" (ROSA; VICENTIN, 2010) ou perigosos, perspectiva que impediria a leitura dos processos relacionados ao ato infracional implicados em um contexto maior de exclusão e vulnerabilidade. Essa leitura equivocada impede a construção de laço social por parte desses adolescentes e promove a radicalização de políticas que entendem a responsabilização como processo punitivo, responsável pelo aumento da desigualdade social, violência e insegurança.

O desenvolvimento mais recente dessa pesquisa tem apontado para uma abordagem da responsabilidade, apoiada na discussão freudiana do parricídio e incesto, que defende um conceito de responsabilização mais próximo do "[...] exercício ético/político de posicionar-se no laço social sustentando um pacto que garante tanto um lugar para a alteridade e diferença, quanto a contenção de excessos" (ROSA; PRUDENTE, prelo). No texto *RESPONSABILIZ(AÇÃO): a Responsabilidade do Sujeito e o sistema jurídico*, Rosa e Prudente desenvolvem o conceito de responsabilidade, agora a partir da psicanálise.

Segundo os autores citados, Freud segue uma abordagem do contrato social entre o homem e o Estado condizente com a posição de Thomas Hobbes no *Leviatã*: fazer aos outros o que queremos que nos façam. De acordo com essa abordagem do contrato social, a lei funciona ou como limite, representando uma ordem superegóica, ou como o exercício de colocar-se no lugar do outro como mediador das ações. Assim, a discussão sobre a responsabilidade está relacionada a dois campos essenciais (ROSA; PRUDENTE, prelo):

[...] o campo da lei, remetido à política e à gestão social, e o campo do sujeito frente ao pacto social que lhe é proposto. Ou seja, a responsabilidade permanece na ordem do exercício intersubjetivo de reconhecimento e da consideração da alteridade do lado do sujeito e do campo social.

Embasados na afirmação feita por Lacan (1998 [1966], p.873) no texto *A Ciência e a verdade*, "Por nossa posição de sujeito sempre somos responsáveis", os autores avançam relacionando o conceito de responsabilidade ao assentimento subjetivo. Este conceito é entendido aqui como um ato em que o sujeito se responsabiliza por uma "escolha forçada",

um tipo de escolha conceituada por Lacan que opera mais de acordo com o campo do gozo do que de acordo com o campo do Outro, não sendo reconhecido exatamente por um ato de liberdade de optar entre duas ou mais possibilidades, mas uma meia opção, pois está predefinida pela força pulsional do sujeito.

No texto *À guisa de uma compreensão psicanalítica sobre a responsabilidade*, Prudente e Rosa seguem a mesma linha teórica do artigo anterior, entretanto, desenvolvem pormenorizadamente o conceito de responsabilidade em três tempos, seguindo o conceito de tempo lógico desenvolvido por Lacan em seu texto de 1945, *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*.

Demonstram a tripartição causal da resposta que os sujeitos dão aos seus atos: uma dimensão universal representada pelo momento de ver (na forma de reconhecimento), outra dimensão particular expressa no tempo de compreender (na forma de reconhecimento do reconhecimento) e uma última dimensão singular, que representa o momento de concluir, "[...] em que o sujeito se responsabiliza por uma ação em que de fato ele se coloca como tal. É um ato de liberdade que passa pelo Outro, que prescinde desse Outro e que opera na separação desse Outro" (ROSA; PRUDENTE, prelo).

Assim, os autores salientam a necessidade de entender a responsabilidade a partir de suas duas dimensões principais: uma relacionada ao campo do saber e outra da verdade. A primeira está situada no tempo de Compreender do tempo lógico, de acordo com o texto de Lacan. A segunda dimensão se dá no momento de Concluir, em que é possível uma dimensão singular da responsabilidade que leve em conta a marca faltante de um objeto, ou seja, a característica que singulariza o sujeito, pois vem da sua própria divisão. Essa marca exige o assentimento subjetivo, ou seja, uma responsabilização pelo inconsciente, pela verdade do sujeito.

Já os diversos trabalhos da professora da UFMG, Andréa Guerra, procuram investigar, através da psicanálise, casos de adolescentes envolvidos com ato infracional que estejam em liberdade ou cumprindo medidas socioeducativas, propondo metodologias inovadoras para a prática de técnicos envolvidos nessas áreas. A partir de três pesquisas realizadas em Belo Horizonte desde 2008, a pesquisadora tem desenvolvido uma proposta metodológica de orientação para a prática do psicanalista nas instituições públicas, em especial, naquelas que acolhem o adolescente em conflito com a lei.

A primeira pesquisa foi realizada em um aglomerado de Belo Horizonte chamado Cabana do Pai Tomás, sobre o tema do laço social de jovens delinquentes. A segunda teve com tema central incidência do pai na subjetividade desses jovens. E a terceira, em fase de

conclusão, é uma pesquisa-intervenção de atendimentos clínicos de jovens acautelados no espaço da UFMG com o projeto Já É!, que faz a articulação entre subjetividade e política, usando o conceito lacaniano da *banda de moebius* para auxiliar na metodologia de trabalho dos psicanalista na rede pública.

Nessa última pesquisa, Guerra (prelo) parte da premissa de que há uma quebra no "pacto civilizatório" que suspende a resposta do Outro na travessia adolescente, o que causaria a solução subjetiva de entrada na criminalidade para alguns jovens. Nesses casos é preciso que essa auto-nomeação seja acolhida através da presença do psicanalista como Outro, que inclui mesmo que fora da normatividade que o sistema exige. Só a partir da abertura do campo da palavra para o sujeito é que é possível reconhecer e fazer vacilar essa autonegação (o nome do pior) para que dessa escrita apareça a possibilidade de um novo nome.

Só depois dessa extensa retomada de contexto temos condições de iniciar nossa pesquisa. O quadro de localização das referências adotadas indica a posição teórica da nossa pesquisa dentre as demais referências na área. Uma pesquisa realizada em Belo Horizonte e desenvolvida em São Paulo que pretende investigar o fenômeno da guerra do tráfico de drogas em Belo Horizonte a partir de uma perspectiva que leve em consideração tanto a interpretação política e sociológica do fenômeno, quanto a interpretação clínica-subjetiva, que prioriza a singularidade dos relatos.

Vamos à guerra!

PARTE II: ENCONTRO COM A GUERRA

3. O que é a guerra?

Juliano passou parte da madrugada em silêncio preparando o kit guerrilha. Carregou quatro baterias de dois aparelhos celulares. Lubrificou os fuzis emprestados pelos dois amigos do Vidigal. Pôs as granadas, cortesia do Turano, nas mochilas dos homens da quadrilha, meia dúzia para cada um. Reservou para ele dois cinturões carregados de projéteis de alta velocidade. Para não sobrecarregar ninguém, distribuiu entre eles o peso de vinte metros de corda de náilon, um rolo de corda encerada, duas lanternas submarinas, um facão, quatro cantis de alumínio, um canivete chinês de múltiplas utilidades, seis isqueiros a gás, 24 velas vermelhas, pretas e brancas e duas imagens em cerâmica de São Jorge e Nossa Senhora Aparecida.

(Caco Barcellos)

3.1. Instante de VER: cenas de guerra

Para responder à questão "Por que a guerra?", feita em relação a adolescentes que se envolvem na dinâmica violenta do tráfico de drogas, é necessário primeiro entender o que é a guerra e se aquilo que os jovens chamam de "guerra do tráfico" pode ser considerado realmente como uma. Levando em conta os sujeitos envolvidos nesse conflito, utilizamos a estratégia de trazer até os leitores parte da nossa experiência com os adolescentes entrevistados em uma das regiões do aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte que foi descrita nesta dissertação no capítulo *Contexto das guerras do tráfico de drogas com jovens no Brasil* (ver Apêndice A).

Demos o nome dessa seção da dissertação de *Parte II: Encontro com a guerra*. Para que seja possível o encontro, é necessário ser, de alguma forma, estrangeiro de si mesmo, é preciso ter essa condição como marca de nascença para tornar viável o encontro com o *alter*. Poder ver o outro é reconhecer nele a mesma marca que se enxerga em si. Denominamos este momento de encontro como instante de Ver, fazendo uma analogia com o que Lacan (1945) chamou de três tempos lógicos: instante de olhar, tempo de compreender e momento de concluir, como o que foi explicitado na introdução.

Nesse sentido, apostamos que uma pesquisa sob a ótica da psicanálise se aproxima dos sujeitos entrevistados compartilhando seus signos, na tentativa de se aproximar da sua linguagem. Na reprodução de seus relatos preservamos as gírias e a construção das frases de acordo como foram ditas. Esta opção não foi feita para expor os entrevistados, que não falam de acordo com as normas do português formal, mas sim para respeitar a maneira com que se fala, única forma de entrar em contato com o inconsciente. Nós nos esforçamos, então, para aprender a linguagem deles, com seu ritmo, suas gírias e as apropriações que fazem, e não o contrário, fazendo com que eles tenham que aprender a nossa forma de nos comunicarmos²⁸. Assim, aqui também existe a mesma exigência de esforço e respeito por parte do leitor para compreender que na pesquisa são os entrevistados que detém o saber; a nós pesquisadores cabe apenas sublinhar e repetir as frases ditas, misturando-as propositalmente com a teoria e com o nosso próprio saber construído.

Começamos essa segunda parte descrevendo cinco conversas informais que tivemos com os participantes da pesquisa antes das gravações (ver método de coleta de dados no Apêndice A). Nos momentos em que ocorreram esses diálogos estávamos em duas pesquisadoras mulheres, um técnico do Programa Fica Vivo!²⁹ e cerca de 5 homens entrevistados, entre 12 e 33 anos, na maioria negros, moradores do Santa Lúcia e envolvidos com o tráfico de drogas. Os encontros ocorriam sempre na presença de um responsável pela oficina, e os participantes variavam, sendo que alguns tinham presença mais constante. Cada um desses momentos nos apresentou um enigma diferente: o caso de Exemplo (apelido que demos nesta dissertação a um dos jovens); a lei de pedras; a pura adrenalina; a morte da linguagem; a guerra. Vamos a eles:

Fomos apresentadas pela primeira vez na região no dia 9 de novembro de 2010, como "três pesquisadoras da Universidade Federal de Minas Gerais". Nossa esperança era estarmos

²⁸ Como nos incentiva Adorno (2003) a aprender a língua do outro para escrever um ensaio.

²⁹ Programa da Secretaria de Defesa de Minas Gerais.

protegidas por trás do nome da instituição. O Fica Vivo!³⁰ garantiu tanto nossa apresentação quanto a mediação inicial, mas fomos aconselhadas a não revelar que a pesquisa estava sendo realizada em outras ruas do morro. Essa advertência, que veio já nos primeiros minutos de conversa, evocava, sem nomear, o ponto em torno do qual todos os 8 encontros iriam girar, a saber, a guerra do tráfico³¹. **Exemplo**, homem jovem responsável pela oficina, foi quem localizou nossa posição no grupo e adiantou o tema de nosso trabalho: o pai. No entanto, assim que propusemos esse significante como o ponto inicial da pesquisa nos foram relatadas histórias sobre o que eles denominaram de guerra, usando essa palavra com um uso corriqueiro. Isso nos intrigou.

Logo no primeiro encontro, Exemplo nos contou sua história tanto de vida como de quase morte, na qual passou de guerreiro do tráfico a oficineiro do Fica Vivo! e pequeno empresário local. Ele esteve envolvido com o tráfico dos treze aos vinte e dois anos e se sente mal ao lembrar do desgosto que deu a sua mãe e à mãe de seu filho, o qual agora está com treze anos. "*O rosto dela agora é outro!*"³², diz Exemplo. A decisão de sair da guerra veio com o nascimento do segundo filho, quando ele percebeu que outras pessoas dependiam dele. Assumir a responsabilidade pelo próprio filho consistiu em se fazer pai, e para isso era preciso retomar o pai que se teve. Porém, Exemplo relata que seu pai, nesse momento, "*Não tinha nem coragem de olhar na minha cara*", como forma de demonstrar o desgosto pelo caminho que ele havia escolhido. O filho de Exemplo nasceu com os pés tortos para dentro, "*Tipo Caipora*". Um castigo de Deus, simboliza ele, pois, no dia do nascimento do filho, Exemplo havia acabado de gastar todo o dinheiro que tinha numa festa e em cocaína. Foi preciso pedir como favor para um amigo levar sua mulher ao hospital. Que tipo de exemplo é esse?

Depois disso, Exemplo anuncia para a mãe a decisão de sair do tráfico. Este não é um momento fácil, pois ele passa a não contar mais com a proteção de seu próprio grupo e tampouco é perdoado pelo grupo rival. "*Se alguém tiver que me matar vai ser agora, porque eu não vou andar mais armado*", anuncia corajosamente. Entretanto, a coragem não o protege do medo, que passa a ser seu único companheiro quando até mesmo os gatos se passam por inimigos para assustá-lo. "*Quando um gato passava no telhado da minha casa, já pensava 'os caras estão mexendo nas telha pra vim me apagar'*". Nesse momento, a linha de risco é tênue, é preciso contar com a sorte, com o cálculo e com a coragem. Por medo de morrer

³⁰ Personificado pelo técnico Rafael Rocha e pela autorização da ex-diretora Kátia Simões, a quem agradecemos pela possibilidade de realizar a pesquisa.

³¹ Aqui percebemos rapidamente a posição do grupo e sobre o que interessa falar (Ver Apêndice A).

³² Deixaremos as falas com letra maiúscula, itálico e entre aspas, facilitando a separação entre o texto dos jovens e da pesquisadora.

desprotegido, Exemplo quase volta para o tráfico. Seu temor era ser o modelo de quem sai e morre.

Exemplo também teve exemplos. Um cantor de rap foi uma grande influência, que lhe mostrou as possibilidades de vida fora do crime. *"Ele era o cabeça e nós íamos atrás"*. Hoje, Exemplo ocupa esse lugar: ele é o modelo para outros, quer trocar o carro por um mais novo, um Punto, para mostrar aos meninos que *"Fora [do crime] também dá dinheiro"*. Tem seu negócio dentro do morro e é DJ em festas. Deus o perdoou, e, depois da fisioterapia, o filho anda bem (nos dois sentidos), joga videogame e é *"Pela ordem!"*.

Muitos de seus amigos morreram aos treze anos, idade em que ele próprio entrou no tráfico e na qual seu primeiro filho estava na data desse relato. Um ouvinte da conversa comenta: *"Depende de cada um, pra quê?"*. Na saída, outro jovem, varrendo o chão, dá o recado: se quisermos saber o problema deles *"É só observar"*, e varre o chão. Depois desse dia de pesquisa nos fica a pergunta: O que estaria sendo varrido por ele? Por nós? Pela sociedade? Suas falas remetem à busca de um sentido outro para deixar o tráfico? Há um pedido/demanda para ser visto de outro lugar? O que ele quis dizer com *"é só observar"*?

No segundo dia de encontro, 22 de novembro 2010, aprendemos sobre as **leis** da guerra. Um de nossos entrevistados nos diz: *"Há uns sete anos a guerra era de pedras"*. O termo, guerra, aparece como um vocábulo comum, sem que se esclareça por que a entrada no tráfico é assim denominada. A transformação da guerra de brinquedos para o conflito real demonstra a preparação dos soldados desde a infância — das brincadeiras de luta até as de perseguição... Os territórios já haviam sido demarcados, e o que num primeiro momento só fazia parte da brincadeira, hoje se transformou na pólvora que impede o inimigo de cruzar os limites reais. *"Se eles chegarem ali a gente mata. Se chegam uns ricos aqui, por exemplo, chegam vocês aqui, e eles vêm roubar vocês, a gente mata"*, já explica o Chefe (líder do grupo que estamos estudando).

Não se pode dizer que é um "território sem lei". A lei é clara e quem avisa amigo é. Ali as regras eram apenas outras e também deveriam ser cumpridas por nós. Eles eram nossa proteção. Regra nº1: Futebol só é possível onde não dê mira ao inimigo, sempre esperado. Regra nº2: *"Tem jeito de sair do crime, mas não tem jeito de sair da guerra. Todo mundo que saiu do morro acabou morto lá fora"*. Regra nº3: A polícia é caprichosa, não há como prever sua reação, *"Tem polícia corrupta. Viu Tropa de Elite? É daquele jeito. Tem policial direito e policial corrupto. Tem os que chegam e pedem dinheiro pra livrar. Tem os que se a gente fala em dar dinheiro eles falam que é suborno"*. Assim fomos aprendendo sobre esse novo código e a necessidade de também andarmos na linha.

Nesse dia também descobrimos como se forma um soldado. Um dos integrantes do grupo nos conta: "*Quando a gente era pequeno e tomava conta dos carros, os donos chegavam e falavam 'não tenho dinheiro não moleque'. Então a gente passou a roubar todo o São Bento[bairro abastado localizado no entorno da Vila Santa Lúcia]*". Essa é a justificativa usada quase sempre para a entrada no crime, uma resposta a uma violência sofrida.

Os jovens citam que, infelizmente, no morro o sistema de medidas socioeducativas para adolescentes é associado com impunidade. Por isso, os adolescentes menores de idade são incentivados a cometerem crimes, tanto para livrar os maiores de idade da responsabilidade quanto porque acreditam que não serão punidos. "*Os de menor chegam no quartel e é capaz de matar um, eles pegam 45 dias de internação, têm seis refeições por dia...*" A contradição aparece quando eles acabam não ficando apenas um mês, mas passam toda a adolescência indo e voltando do internamento. Depois, na fase adulta, passam direto aos presídios e cadeias. Destino trágico, "*O MC viveu de internação desde os doze anos*". A repetição é facilmente percebida, mas não é associada como consequência dos crimes cometidos.

No terceiro encontro, no dia 30 de novembro de 2010, pudemos entender melhor um importante fator dessa guerra: a adrenalina. Os entrevistados relatam que o carnaval por ali só tem uma regra, imposta por eles e pelos policiais, ninguém pode cruzar para o território vizinho, se passar para a boca da gangue rival, pode ser morto pelo inimigo ou causar um conflito, acabando com o carnaval da rua. Marcando uma irreverência, a chance de transgressão da lei do outro não pode ser desperdiçada, e eles cruzam para o território vizinho todos os anos, provocando o conflito entre as regiões. Um despista os policiais e cruza a linha, vitória! Não foi pego. Volta pra o seu campo. O "de menor" rival vai tentar a sorte, precisa provar para os amigos que é corajoso e conquistar respeito na gangue. "Bommm"! Alguém também está disposto a provar que é corajoso. O jovem cai morto, "*Todo ano é assim*", por mais que só exista uma regra. O que explica essa necessidade? Uma menção a um modo de pertença?

Perguntamos o que eles acharam da recente invasão do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) às favelas do Rio de Janeiro para a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). "E o que você acha da guerra no Rio?". O chefe do grupo é quem responde: "***Pura adrenalina***". Ele nos conta que já avisou sua companheira, Dona Maria, é pra ela rezar pra ele não ficar no Rio de Janeiro quando for lá visitar. Primeiro pretende fazer serviço de aviãozinho, depois, de gerente. Explica que é preciso "*conseguir a confiança dos caras*". Então, voltar pra cá [Belo Horizonte] com o contato de alguém lá. Sonha alto: "*Já pensou, precisar de droga aqui e mandar trazer de lá [Rio de Janeiro]?*". Como um bom

funcionário, Chefe já estudou, já aprendeu a língua local e treina o sotaque carioca para ser aceito. Ele diz que procura um trabalho fichado, ou seja, com carteira assinada, mas logo confessa que o pedido é *"Só de fachada"*. Na verdade ele quer mesmo é crescer dentro da sua própria atividade, o tráfico, *"O negócio é falar a verdade"*.

Chefe pede a mediação de Exemplo para explicar que acabou entrando na guerra dos outros só por andar junto. E guerra lá parece vírus, que pega por proximidade ou espirro? Parece que sim. Guerra é guerra. Ele conta que seu irmão foi assassinado pelas costas quando falava no orelhão. Foi morto pelo Motoqueiro (um inimigo qualquer da gangue rival que passa atirando de capacete, muitos assassinatos ocorreram desta maneira). Dizem que o assassino confundiu irmão com irmão, a bala era para ele. Isso sempre acontece nas famílias, mas dessa vez não deveria, pois *"O irmão nem era envolvido com o tráfico"*. É vírus essa guerra. Agora, Chefe vai arrumar um menor para matar o assassino de seu irmão no Ano Novo. Sempre no Ano Novo, pois é a festa de paz no morro. Só que, se ele matar, alguém também virá para cobrar. Ciclo mortífero. Espécie de reciprocidade de gentilezas, um presente dado será um presente recebido, pode esperar o seu.

A polícia também contribui dando a arma para que a vingança aconteça. Quem sabe todos se matam, acabando com o problema. Assim ninguém mais tem que trabalhar. (Será que é assim que a polícia pensa?) No Santa Lúcia, policial tem regalias, tem entrega de maconha a domicílio e até dentro do quartel. Diante das circunstâncias, um dos entrevistados diz: *"O que é bom mesmo é o Capitão Nascimento"*, mata primeiro e pergunta depois. "Mas isso é bom para vocês?", questionamos. Eles respondem com o óbvio, pelo menos o Capitão Nascimento não é corrupto como outros policiais do morro, não aceita suborno. Chegam até mesmo a dizer que ele *"é firmeza"*.

Chefe conta que parou de usar cocaína quando sua filha nasceu. Tinha acabado de cheirar dois mil reais, *"Coloquei a mão no bolso e não tinha dinheiro nem para levar a Dona [sua mulher] para o hospital"*. Já ouvimos isso antes. Quem nunca se entregou ao gozo desenfreado por um dia e depois se arrependeu? Não são só eles. O Chefe nos diz: *"Hoje eu vendo, mas não tiro para cheirar, não consigo"*.

No dia 7 de dezembro de 2010 aprendemos uma lição difícil de esquecer, a **morte da linguagem**. No mundo em que nós como pesquisadores vivemos, quando combinamos de encontrar alguém, seja num encontro, uma sessão, um grupo, presumimos que a pessoa estará presente (ou ausente por vontade própria). No mundo em que vivemos não se espera nunca que a pessoa tenha morrido. No dia 7 de dezembro, o Motoqueiro passou novamente. (Pode ter sido o mesmo que matou o irmão do Chefe, ou outro, não faz diferença. Para eles, o

outro é sempre o mesmo). Dessa vez acertou o Leitor. Leitor havia acabado de sair da prisão, há apenas um mês. Tinha lido *Cabeça de Porco* e *Meninos do Tráfico*. Eles nos explicam que o tiro "*Era para qualquer um, até criança*". Leitor ficou uma hora caído em frente ao batalhão de polícia e ninguém saiu. Revoltado, um dos entrevistados mais velhos diz: "*Eles devem estar dormindo essa hora lá dentro. Eles também vão começar a cair [morrer]. É o quarto guerreiro que nós perdemos esse ano*". Eles falam de vingança, pois não há mais nada a fazer com a revolta e a dor, perderam um amigo, um guerreiro.

Enquanto procurávamos saber sobre o que havia acontecido, uma adolescente nos rodeava querendo músicas de celular. Isso foi o mais chocante. Como que, diante de uma morte naquele local, alguém pode falar de banalidades? Isso não faz parte do nosso mundo. Quando alguém combina de encontrar conosco, ele vai, ou não vai, mas não morre. E se morre, não há música de celular. Bem, esse é o nosso mundo, pelo jeito não é o deles.

No último dia de encontro, 14 de dezembro de 2010, já não havia espaço para conversas. Em **guerra** não há espaço para mais nada. Tocaías, estratégias, esconderijos. Nossos entrevistados estão em Estado de Sítio. Existem coisas mais importantes a fazer, vida e morte. Nesse dia voltamos sem conversar e emudecidos.

3.2. Primeira escrita da guerra

Depois dessa escuta, nos resta a pergunta: O que fazer quando o encontro com o outro nos surpreende, como descrevemos acima? Como lidar com situações em que a hipótese de pesquisa é abalada logo nos primeiros dias de campo? Chegamos propondo um estudo sobre a incidência do pai no discurso de jovens envolvidos com o tráfico e, já nos encontros iniciais, os adolescentes nos mostraram que não lhes interessava falar desse assunto. Lhes interessava falar de algo particular da vivência daquele contexto, algo que eles nomeavam como "guerra". Essas guerras rodeiam a prática do tráfico de drogas e obrigam os jovens a um tipo de vida muito particular, no qual precisam passar a maior parte do tempo confinados na rua onde praticam o tráfico; respeitar as leis próprias desse trabalho ilegal; se adequar a um sistema de hierarquia que funciona quase como um governo paralelo; e aprender a lidar com as ameaças de agressão ou morte constantes.

Diante desse novo quadro começamos a nos perguntar sobre o que exatamente esses meninos estavam falando; por que estavam dando o nome de guerra a esse fenômeno; e se

poderíamos realmente ver alguma aproximação entre essa guerra do tráfico e o que conhecemos como guerra na política.

Começamos este estudo descrevendo o contexto do lugar onde observamos o fenômeno da guerra e elencando algumas das principais pesquisas sobre temas relacionados desenvolvidas no Brasil. Contextualizamos, assim, a especificidade do fenômeno e da teoria. No tempo de Ver nos aproximamos do que os jovens entrevistados chamam de "guerra do tráfico" a partir da descrição dos primeiros encontros. Partimos então para a segunda proposta deste capítulo, que é entender o que é a guerra e qual é o conceito político do uso dessa palavra. Em um terceiro momento, iremos investigar o que seria a guerra no campo subjetivo, através de uma retomada dos textos psicanalíticos de Freud e Lacan.

Essa etapa que se inicia agora é importante para que possamos entender a implicação que existe para os jovens envolvidos com o tráfico do uso do termo "guerra", que possui o peso de dois grandes conflitos mundiais em sua entrelinha. Queremos entender como esse termo passa de uma experiência local para um acontecimento social e público no qual esses jovens estão inseridos, pois, ao que nos parece, eles desconfiam que o conflito em que estão envolvidos não é uma revanche pessoal, mas sim uma batalha na qual há trincheiras, códigos, e um jogo de poder que os ultrapassa.

Conceitualmente, guerra é o nome dado à disputa entre grupos de homens envolvendo armas, sejam estas físicas ou simbólicas, metralhadoras ou palavras. Constitui-se como uma prática inquietante, motivadora de produções artísticas, filosóficas e literárias já presentes antes mesmo do nascimento do nosso calendário no ano zero e atuais até hoje. Escritores atravessaram a história perdendo-se entre a escrita de narrativas de guerra e o testemunho, uma tradição que vem desde Ulisses, passando por Primo Levi, até Caco Barcellos e MVBill. Obras primas foram pintadas a partir da tentativa de acalmar o incômodo dos artistas diante de experiências de guerra. É o caso de *Guernica*, obra criada a partir da mistura de sentimentos de Picasso diante do amor e das notícias sobre a guerra. Também músicas foram compostas ao longo da história, chegando aos anos 60 no Brasil, com Chico Buarque, Caetano e Gil que se arriscavam para burlar o "cale-se" da ditadura e denunciar os horrores praticados em uma guerra constante para manter o regime ditatorial. Hoje, funks e raps compostos por grupos como os Racionais MCs descrevem o cotidiano de adolescentes de periferia e, por denunciarem uma realidade tão distante, são chamados de incitação à violência.

A guerra é um dos fenômenos mais antigos da humanidade, temos registros sobre conflitos armados entre grupos rivais até em garatujas nas cavernas do período pré-histórico. Por esse motivo, iniciamos nosso estudo com uma breve retomada do conceito. Tanto a

mitologia quanto a literatura antiga nos servem como possibilidade de retornar à origem dos conceitos, pensamentos e sentimentos, localizando na cultura atual como foram formados.

Considera-se que a literatura ocidental foi fundada a partir dos 15.693 versos de Ulisses em *Ilíada*, cujo tema central é a Guerra de Tróia, datada de 1.200 anos a.C. A epopeia influenciou toda a Grécia antiga e a cultura Romana, fontes para as representações ocidentais que nos influenciam atualmente. É representada também em diversos quadros e esculturas antigos, que reproduziam mitos gregos ou romanos envolvendo as lutas entre os deuses, cujos desfechos influenciavam diretamente os humanos fora do Olimpo. Nesse sentido, vale lembrar que a Guerra de Tróia, uma das mais conhecidas descrições literárias, já inaugura a ligação entre a guerra e o amor, motivada pela disputa entre o rei de Esparta, Menelau, e o príncipe de Tróia, Páris, pelo amor de Helena.

Um dos deuses mais conhecidos da mitologia romana é Marte, considerado um deus da guerra sangrenta, agressivo e violento, em oposição a sua irmã, Minerva, deusa da guerra justa. Ele nomeia o mês de março do calendário ocidental. Na mitologia grega, é reconhecido como Ares, e uma das mais conhecidas esculturas representa sua união com Afrodite (a Vênus da mitologia romana). Marte é geralmente representado com a figura de um homem nu com capa militar e elmo, armado com uma lança e um escudo (NOEL, 1987).

Guerra significa *Bellum* em latim, *War* em inglês, *Guerre* em francês, variações necessárias para inscrever nas diferentes línguas a possibilidade de falar do conflito e de suas consequências. Seja por seu caráter disruptivo, violento ou traumático, a guerra funciona como enigma que invoca a sublimação ou a construção do saber. Através dela são passados conhecimentos sobre a nossa cultura, moral e costumes. Na filosofia antiga, foi atribuído um valor cósmico à guerra. Heráclito a chamou de "mãe de todas as coisas", afirmando que a "justiça são conflitos e por meio do conflito todas as coisas são geradas e chegam à morte" (ABBAGNANO, 2000, p. 492). A aproximação entre amor/amizade e guerra foi descrita inicialmente por Empédocles, um como a força que une os elementos do mundo, e a outra como ódio ou discórdia, o que desune³³.

Todos esses conceitos nos dão uma ideia dos diferentes desdobramentos morais para as práticas de guerra. Platão as considerava de maneira positiva, pois se devem às paixões humanas e incitam o homem a agir. Hegel, da mesma forma, lhes atribuíu valor de instrumento do progresso da humanidade, chegando a pensar em uma necessidade biológica para a mesma (DUROZOI, 1996). No *Leviatã*, Hobbes descreve a guerra como estado natural

³³ Mesma linha de pensamento utilizada por Freud para construir os conceitos de pulsão de vida e de morte anos depois.

da humanidade, estado ao qual os homens se reduziriam sem as normas do direito e as regras, em outras palavras, sem a lei o homem sucumbe a ser o lobo de si mesmo.

Apesar de ser frequentemente empregada com valor metafórico — como referência a qualquer conflito de palavras, religiões, ciência, industrial, de gênero ou em relação a uma doença — no sentido social a palavra "guerra" se refere ao conflito armado entre nações, à hostilidade entre facções diferentes de um mesmo Estado ou a hostilidades que não envolvem o emprego da força armada, como é o caso da guerra econômica, guerra psicológica, ideológica ou ainda o período no século XX que foi chamado de Guerra Fria³⁴.

Trata-se de um conceito bastante amplo, que retoma a mitologia, se modifica e se adapta para diferentes situações de conflito entre humanos. Por esse motivo, é difícil determinar quais fenômenos hostis que se encaixariam sob o termo "guerra". Para Bobbio (1998), filósofo contemporâneo, a guerra pode ser definida de diversas formas. Configura-se como uma espécie de conflito, uma espécie de violência, um fenômeno de psicologia social, uma situação jurídica excepcional ou um processo de coesão interna. As causas dos conflitos bélicos podem ser ideológicas, econômicas, psicológicas, políticas e jurídicas e obviamente serão bem diferentes de acordo com o significado atribuído ao conceito de guerra, como conflito de armas, de leis, de culturas e de indivíduos.

Como foi possível observar pelas descrições das diferentes áreas, a guerra é um conflito entre ao menos dois grupos de seres humanos que envolve agressões e armas e é travado por um objetivo, seja este territorial, moral ou o extermínio do grupo oponente. É através da transmissão das histórias de guerra que os grupos se localizam na tradição e na cultura. Dentro desta definição, é possível considerar as disputas entre gangues, grupos ou facções de periferia como guerra. Esses conflitos geralmente estão associados ao tráfico de drogas, que, como trabalho ilegal, não é protegido pela lei nem pela polícia. Portanto, está entre as atribuições dos indivíduos envolvidos nesta atividade armar-se para constituir sua própria proteção.

Ao contrário do senso comum, os conflitos não ocorrem apenas pelo domínio de bocas de fumo³⁵ ou por dívida de drogas. Eles também podem ser motivados por uma discussão entre amigos, a traição da namorada, a defesa da honra da família ou do nome da mãe ou do estereótipo de masculinidade (como é o caso do adolescente que baleou o amigo por ter lhe chamado de "calcinha de bolinhas"). Há, portanto, várias guerras em jogo: a guerra contra o tráfico, contra os adolescente envolvidos no tráfico, a guerra deles entre si e a guerra frente

³⁴ Dicionário de ciências sociais, 1986.

³⁵ Nome dado ao ponto de venda de drogas que implica no monopólio daquela região.

aos impasses subjetivos. Dizer que esses jovens não são apenas alvo da guerra, mas que também a promovem é um movimento a ser destacado. Seria este um modo desses sujeitos manejarem a angústia que surge frente ao lugar que eles ocupam no campo social, campo este que os considera como dejetos? Afinal, a posição de *guerreiros* lhes oferece muito mais do que o lugar de dejetos. Oferece um estatuto de inimigo do outro com a dignidade deste lugar. A consideração de que há uma disputa de lugares e a ambivalência frente ao inimigo lhes imputa valor, amor e ódio. Estaria em jogo uma estratégia subjetiva nesta guerra que também é de fantasia? (ZIZEK, 2003). No caso de se pensar nesta estratégia, nos perguntamos, seria uma boa tática? Por que viram-se uns contra os outros sem a leitura da guerra ou das batalhas que travam?

Von Clausewitz (1979) foi considerado um dos primeiros teóricos da guerra. Entre 1832 e 1834 esse militar lança sua grande obra, *Da Guerra*, na qual defende que "[...] a guerra nada mais é do que um duelo em grande escala" (CLAUSEWITZ, 2005, p. 75) e todas elas possuem um cálculo implícito ou explícito sobre política, estratégia, tática e materiais disponíveis. De acordo com o estrategista, a política consiste nas decisões de como usar a guerra para viabilizar o alcance dos objetivos. Já a tática comporta as considerações relativas ao emprego do meio para os propósitos do enfrentamento: uso sucessivo ou simultâneo da força, o modo de combate (cerrado ou a distância) e o *timing* da conversão de um ato destrutivo em um ato decisivo. A estratégia seria a série de considerações e decisões relativas ao emprego dos enfrentamentos para a produção dos propósitos específicos de uma determinada guerra. Por fim, os materiais representam todo bem físico disponível, desde suprimentos até armas. Assim, para esse teórico, a guerra sempre tem um objetivo a ser perseguido chamado de política (CLAUSEWITZ, 1979, p. 91):

[...] a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. O que continua sendo peculiar na guerra é simplesmente a natureza peculiar dos seus meios. A guerra de uma maneira geral, e o comandante em qualquer ocasião específica, tem o direito de exigir que o rumo e os desígnios da política não sejam incompatíveis com esses meios. Esta não é, evidentemente, uma pequena exigência, mas por mais que possa afetar os propósitos políticos num determinado caso, nunca fará mais do que modificá-los. O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito.

Para Clausewitz (1979), a guerra é entendida como um fenômeno total, que abrange simultaneamente todos os campos da vida dos sujeitos, toda a economia, política, saúde e relações de trabalho. Para iniciarmos nossa discussão sobre a guerra do tráfico, podemos adiantar que essa é uma grande diferença entre esse conflito e o conceito tal como o vemos

teorizado na literatura mais clássica. Nas duas grandes guerras mundiais e em outras como Vietnã, Ruanda e, mais recentemente, Iraque, o cenário de guerra é facilmente identificado pela grande destruição material das cidades, suspensão das leis do Estado (o chamado Estado de Sítio) e a inequívoca participação de todos no contexto de guerra, mesmo aqueles que desejam se manter afastados.

O que estamos identificando aqui como guerra do tráfico se aproxima mais de alguns fenômenos contemporâneos, como as guerrilhas e disputas entre grupos isolados, nas quais a participação no cenário de conflito pode ser considerada como fragmentada, e nem todos os sujeitos estão expostos na linha de combate. Entretanto, podemos notar uma aproximação quanto à existência de um cálculo das armas disponíveis (material), tipo de ataque, horário, local, estrutura da defesa, refúgio (tática) e estratégias, ou melhor, um cálculo referente a se a luta servirá ou não para atingir o objetivo proposto.

Nas guerras do Rio de Janeiro entre facções rivais disputando a hegemonia da venda de drogas em determinados morros (como é descrito por Caco Barcellos (2003), Alba Zaluar (2012, 2014) e Luiz Eduardo Soares (2011)), é clara a política, ou a meta perseguida de expansão ou defesa de território. Em São Paulo, o PCC tem como objetivo, além do tráfico de drogas, fazer valer seu estatuto de conduta (ver Anexo A) e garantir que os direitos dos presos e suas reivindicações não sejam violados — quando isso ocorre, eles entram em luta com a polícia, queimando ônibus, assassinando policiais e fazendo rebeliões para conquistar visibilidade para suas reivindicações (BIONDI, 2010; VICENTIN, 2005; DIAS, 2011)³⁶.

Suspendendo o pré-julgamento moral, não podemos identificar esse tipo de ação com outro nome que não "política". No Brasil, como vimos na *Parte I: Contexto de guerra*, o tipo de guerra que se constitui em cada cidade se diferencia de acordo com o grau de hierarquização e com a estrutura tanto do tráfico quanto da guerra. Em Belo Horizonte-MG, o comando é descentralizado e as guerras geralmente não têm o objetivo de conquista de território. Há uma diferença grande em relação às descrições a que temos acesso no Rio de Janeiro-RJ e em São Paulo-SP, onde a hierarquia do tráfico é mais centralizada em alguns grupos específicos que disputam o domínio do território.

O Santa Lúcia apresenta uma particularidade interessante com relação aos objetivos da guerra. Como não há hegemonia de um grupo no morro e as bocas se localizam nas regiões onde os adolescentes moram, a meta da guerra não é a disputa por esses locais. Mesmo assim as gangues mantêm uma constante rivalidade, motivada principalmente pelo "ter que

³⁶ Como vimos ocorrer nos meses de outubro e novembro de 2012 em São Paulo-SP (ROCHEMBERG, 2012).

descontar" o assassinato de um companheiro de guerra morto no passado. Os adolescentes veem o assassinato de um companheiro como a morte de um guerreiro, que deve ser "cobrada" com a morte de um guerreiro inimigo ou alguém de sua estima, como familiares (GUERRA et al., no prelo)³⁷. Apesar de não ser possível identificar a origem desses conflitos, os adolescentes são localizados na tradição local através das histórias contadas pelos mais velhos a respeito de guerras passadas (ROCHA, 2012), aproximando regiões que são parceiras e afastando as inimigas³⁸.

Deste modo, se considerarmos com Clausewitz (1979) que a guerra é um meio também no Santa Lúcia, podemos nos perguntar qual seria a meta, o propósito político perseguido (mesmo que recalcado) pelos adolescentes ao se envolverem em um conflito armado contra seus vizinhos de rua que os coloca em risco de morte? Guardemos essa pergunta, que irá nortear a pesquisa até a construção em torno do questionamento que dá título ao trabalho, "Por que a guerra?". Antes é necessário entendermos o que é a guerra para nossa cultura e nossa história e como esse conceito se aproxima da guerra da qual os jovens nos falam durante a pesquisa.

Tanto para Foucault (2005) quanto para Clausewitz (1979) existe uma "continuação entre política e guerra". No entanto, para Foucault seria necessário fazer uma inversão no aforismo de Clausewitz enunciado anteriormente. O filósofo francês afirma que "[...] o poder é a guerra, a guerra continuada por outros meios" (FOUCAULT, 2005, p. 24). Sendo assim, há um paralelo entre política e poder, "[...] a política é a guerra continuada por outros meios" (FOUCAULT, 2005, p. 24). Isso significa que as relações de poder têm como ancoragem um jogo de forças determinado em um dado momento histórico e que é a guerra contínua que transforma todos os espaços em campos de batalha. O que se modifica são apenas os materiais, que passam de armas físicas para armas de controle³⁹.

Entre 1975 e 1976, Foucault (2005) dedica um curso ao estudo da guerra, chamado *Em defesa da sociedade*. Esse curso trata simultaneamente do nascimento da problemática do poder e dos seus dispositivos e tecnologias nas sociedades liberais e nos totalitarismos, visto que as práticas de sujeição, as relações de poder e os fatos de dominação não são específicos

³⁷ Esse conflito foi interpretado no artigo *A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional*, produzido em 2012 pelos integrantes da pesquisa *A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos no tráfico de drogas* (Ver Apêndice A).

³⁸ Entendemos que outras dimensões estão em jogo nesta guerra que tanto é particular quanto está inserida em um cenário que a ultrapassa, como no Rio de Janeiro. Este trabalho não tem a pretensão de precisar qual a política em jogo, mas sim de situar um jogo político nesta guerra.

³⁹ Há debates sobre se a guerra é o fim ou a continuidade da política. Agamben (2008) a considera inclusive como a marca do fim da linguagem depois dos horrores que ocorreram nos campos de concentração, marca que cinde um ser biológico de um ser da fala.

dos regimes totalitários, mas perpassam também as sociedades democráticas, como a nossa. O autor retira dos seus estudos sobre as instituições militares e o exército a tese de que a guerra funciona como um analisador do poder. As relações de força podem ser codificadas em parte na forma de guerra e em parte na forma de política, sendo que as duas seriam estratégias diferentes para integrar essas relações de força desequilibradas.

Para o filósofo, a origem de uma forma de história que fala da guerra como uma arma contra a realza e a nobreza não está em Hobbes ou Maquiavel, e sim nos discursos histórico-políticos das lutas das raças, nos *Levellers*, *Diggers* e em Boulainvilliers (FOUCAULT, 2005). Para Hobbes é a *não-guerra* que funda o Estado, através do cálculo que cada parte faz sobre a avaliação dos riscos e a disposição do lado oposto para lutar. Segundo Foucault, isso descrito por Hobbes não é uma análise histórica da guerra. A verdadeira história das guerras estaria mais nos exemplos do enfrentamento inglês perpétuo entre vencidos e vencedores (descrito por *Levelles*), ou na história das usurpações e traições do rei em relação à nobreza tanto na Inglaterra quanto na França (*Diggers e Boulainvilliers*).

Na Idade Média, a guerra passa a ser privilégio dos Estados, que tomam o lugar de uma sociedade inteiramente perpassada por relações guerreiras. Esse momento vai até o fim das Guerras de Religiões e o início das grandes lutas políticas inglesas do século XVII, quando um discurso histórico-jurídico faz da guerra o pano de fundo das instituições de poder, uma vez que as leis nasceram em meio aos campos de batalha.

Para Foucault vivemos em uma batalha constante de todos contra todos, mas não como conflitos binários, e sim como lutas pontuais e disseminadas, marcadas por resistências locais e heterogêneas que a dominação e a lógica binária da guerra não conseguem apreender. Desse modo, não se trata de uma grande guerra, mas de múltiplas e constantes guerras sendo travadas tanto no âmbito político como nos inúmeros âmbitos pessoais e que formam os modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura.

Nesse sentido a guerra que interessa ser estudada é o processo histórico da "guerra das raças", que por sua vez irá desembocar no que nos interessa verdadeiramente aqui, o racismo do Estado. Trazendo para o contexto brasileiro, acrescentamos as particularidades de nossa história de colonização, a questão da origem das relações de escravidão e a desigualdade social que perdura amparada por estratégias de desqualificação subjetiva das populações à margem do consumo.

Foucault desenvolve duas hipóteses principais durante esse ano de estudos: uma é a de que "[...] o mecanismo do poder é, fundamental e essencialmente, a repressão" (FOUCAULT, 2005, p. 22); a outra, como já foi dito anteriormente, é que o poder e a política são a guerra

continuada por outros meios. Essa inversão do aforismo de Clausewitz (1979) entende que a política é a sanção e a continuação do desequilíbrio de forças da guerra. Dessa hipótese derivam-se três significados preciosos: o primeiro diz que as relações de poder têm como base uma relação de forças estabelecida em dado momento histórico de guerra, e que o poder político tem como função "[...] reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros" (FOUCAULT, 2005, p. 23). O segundo significado é que, mesmo quando se contam histórias de paz, é da guerra, em última instância, que se fala (FOUCAULT, 2005, p. 23):

[...] no interior dessa 'paz civil', as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força [...], tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra.

O terceiro e último significado afirma que essa guerra continuada, ou seja, essa prova de forças, só teria fim com o fim da política em uma batalha derradeira.

Sendo assim, é possível identificar dois grandes sistemas de análise do poder, os quais Foucault coloca como opostos: o sistema contrato-opressão e o sistema guerra-repressão. O primeiro seria um sistema de soberania que articula o poder em torno do direito original. O segundo seria o emprego da repressão no sistema de "pseudo paz" dado por uma guerra contínua, ou seja, uma relação de forças perpétua⁴⁰.

Foucault defende que, na verdade, foi Clausewitz quem inverteu uma tese anterior a ele, que circulava desde os séculos XVII e XVIII, de acordo com a qual a política seria a guerra continuada, pois a guerra presidiu o nascimento dos Estados, do direito, da paz e das leis. Nem a lei, nem o direito, nem a estrutura do Estado tal como a conhecemos nascem da natureza; eles nascem, sim, das batalhas e das armas dos vencedores. Portanto, para o filósofo (FOUCAULT, 2005, p.59),

[...] a lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é cifra mesma da paz. Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma

⁴⁰Adiantando a leitura que o filósofo italiano Giorgio Agamben irá fazer dessa tese de Foucault (e que exploraremos melhor no capítulo *Guerreiros*), consideramos que esses dois sistemas, também chamados de poder soberano e poder disciplinar, não são excludentes, um velho e um atual, mas podem ser concomitantes em cada sociedade.

frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanente [...]. Uma estrutura binária perpassa a sociedade.

Neste trabalho vamos defender, apoiando-nos em Foucault (2005), que, sim, estamos em guerra sempre contra alguém, mas esse alguém, não tão concreto, se multiplica criando não uma guerra única, mas guerras múltiplas e constantes. Assim, aquele que faz valer os "seus" direitos está tratando dos direitos conquistados nessa guerra, direitos marcados por uma relação de propriedade, de conquistas e de vitórias. Direitos de uma raça, conquistados sobre a outra. Nesse contexto, "[...] a lei aparece com uma realidade de dupla face: triunfo de uns, submissão de outros" (FOUCAULT, 2005, p. 81).

É na mesma aula de 21 de janeiro de 1976 que Foucault (2005) nos esclarece um pouco mais sobre esse mecanismo de formação do direito, desnaturalizando o processo de criação das leis, "[...] de todo modo, é um direito a um só tempo arraigado numa história e descentralizado em relação a uma universalidade jurídica" (FOUCAULT, 2005, p. 60-61). Trata-se de perceber que quem direcionou a estrutura que dará forma ao que hoje vemos como estável no direito foi a história, nos seus atos de guerra e dissimetria de força. Trata-se, diz Foucault "de redescobrir o sangue que secou nos códigos" (2005, p. 66).

Dessa maneira, a guerra social que é tratada aqui é a guerra das raças, as guerras simultâneas e concomitantes em que estamos inseridos mesmo em tempos de paz. Porém, o que estamos tentando colocar em evidência aqui é que não se trata de uma bipartição da sociedade em duas raças definidas, por exemplo brancos e negros, ou burgueses e proletários, trata-se da divisão "*eu-outro*", da ideia imaginária da polaridade social entre uma super-raça e uma sub-raça⁴¹. A isso Foucault vai chamar de racismo de Estado, "[...] um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social" (FOUCAULT, 2005, p. 73). É isso que nos interessa estudar, pois é esse o alicerce que dá forma à estrutura da sociedade tal qual a conhecemos, e que determina os lugares geográficos e políticos que serão ocupados por todos, definindo o contexto do qual nos falam os jovens entrevistados durante esse trabalho no que Foucault chama de "contra-história", a história da luta das raças.

Indagamo-nos se não é dessa guerra que esses jovens de periferia tanto falam e para a qual o restante da sociedade se faz de surda. Eles nos contam sobre um Exemplo que para nós

⁴¹ Acreditamos, inclusive, que a relação eu-outro é a que dá origem a essas formas de divisão e preconceito que citamos anteriormente.

não seria exemplo de nada, falam de uma Lei de Pedras que rege seu cotidiano, descrevem o aumento da adrenalina decorrente da aventura diária que é viver para esses grupos periféricos, e nos mostram também, uma falta de palavras nossas para descrever essa *guerra silenciosa* (para usar um termo de Foucault) e ao mesmo tempo gritante.

Quando começamos a pensar a guerra não apenas como um fenômeno, mas como um analisador, um dos primeiros pensadores a serem considerados é realmente Hobbes, com o *Leviatã*. Voltemos a ele. Para o filósofo, por trás da paz, da ordem e da lei há o Estado e a "guerra de todos contra todos" (HOBBS apud FOUCAULT, 2005, p. 102). Lemos em Hobbes que a paz é sustentada por um equilíbrio de forças permanente, uma igualdade que nasce da ameaça constante de que o outro lado comece a guerra. Ou seja, a paz é sustentada por uma relação de soberania em equilíbrio, na qual os vencidos preferiram a vida e a obediência e delegaram aos vencedores a função de serem seus representantes em um contrato de dominação. A soberania é constituída por um cálculo tático que leva em consideração, simultaneamente, as armas disponíveis em ambos os lados e o medo da morte.

Embora a teoria de Hobbes tenha sido escrita em 1651, podemos enxergar essa tensão controlada pelo contrato social ainda hoje, tanto entre os Estados quanto entre patrões e empregados e até entre vizinhos. Na guerra entre gangues do tráfico de drogas, essa paz produzida por um certo equilíbrio de forças fica ainda mais evidente quando os adolescentes exibem suas armas para o grupo oposto impedindo-o assim de invadir seu território. O ponto em que Foucault (2005) discorda de Hobbes é a ideia de que essa igualdade seja a paz. Para ele, isso é justamente a continuação da guerra por outros meios, ou seja, pela política. Por esse motivo *Levellers* e *Diggers* são melhores que Hobbes como representantes da teoria da guerra como analisador das relações de poder, pois conseguiram enxergar a luta constante que existe por trás das leis que regem uma sociedade. É essa guerra que emerge quando analisamos a guerra do tráfico de drogas. Os *Levellers* vão salientar que as leis não são o limite do poder, e sim armadilhas, "[...] instrumentos do poder; não são meios de fazer reinar a justiça, mas meios de fazer servir aos interesses" (FOUCAULT, 2005, p. 128). Nesse sentido, o rei e a aristocracia não têm uma relação de proteção com o povo, e sim uma relação de extorsão. Para os *Diggers*, tanto o governo, como as leis e a propriedade são provas da continuação da guerra. Esta que é, para Boulainvillers, "uma economia geral das armas, uma economia dos homens armados e dos homens desarmados, num dado Estado, e com todas as séries institucionais e econômicas que derivam daí" (FOUCAULT, 2005, p. 191).

Isto posto, entendemos que não existe nada mais mentiroso — uma trapaça, uma astúcia — que a ideia de que o saber e a verdade pertencem à ordem e à paz, e que jamais poderão ser

encontrados do lado da violência, da desordem e da guerra. As leis que garantem essa paz foram forjadas em campos de batalha e só garantem a não violência porque estamos todos sob o regime do disciplinamento. Essa é a garantia para que sejamos a polícia uns dos outros na manutenção da ordem. Esta ordem está baseada em um regime de verdades e leis que determinam o que tem valor e o que não tem quanto aos saberes, comportamentos e pessoas.

Isso é o que Foucault nos ensinou a chamar de poder disciplinar, que envolve as operações de seleção, normalização, hierarquização e centralização. Passamos a entender assim que o conceito de verdade serve para favorecer alguns, assim como as leis e o saber histórico que se tem contado nos livros. É a partir desse ponto de ancoragem que tentamos entender a guerra do tráfico e o direito à revolta, à revolução e à agressividade contra a sociedade por parte dos jovens que estamos estudando. Mesmo que essa guerra não traga em si uma autoconsciência política dos "guerreiros" que dela fazem parte, entendemos que ela é um produto, resto que escapa com violência desse mecanismo social mais amplo⁴².

Consideramos, assim, a guerra do tráfico como consequência e continuidade de uma política social mais ampla, implícita nas relações entre morro e asfalto, mas também entre zonas de prostituição e comércio do centro da cidade, entre interior e exterior de presídios, guetos de imigrantes ilegais, travestis etc. Não é apenas uma guerra que está sendo travada, mas várias guerras, que na sua maioria são mais discursivas do que bélicas, mesmo que ambas tenham inúmeras mortes como produto. Não podemos deixar de salientar, no entanto, que, apesar de estarmos todos inseridos de algum modo nessa guerra específica da qual nos propusemos a tratar aqui, apenas alguns (na sua maioria negros, pobres e residentes de periferia) estão com o corpo na linha de frente do combate. Para estes é possível ver o simbolismo da continuidade entre política e guerra de maneira bem mais concreta, "[...] o poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até nos corpos de uns e de outros" (FOUCAULT, 2005, p. 25).

Após a leitura de Foucault (2005), podemos entender que não estamos tratando das consequências de uma guerra, chamada do tráfico, estamos tratando do resultado de conflitos entre discursos polifônicos, guerras constantes que são produtos do conflito político que se

⁴² Na continuação deste capítulo, que trata da incidência da guerra na subjetividade, nos debruçaremos sobre o texto freudiano que dá nome a essa dissertação e aborda essa problemática, *Por que a guerra?*. No capítulo seguinte continuaremos a exposição de como esse mecanismo de racismo do Estado se transforma em poder soberano e disciplinar, abrindo uma zona de campo dentro da sociedade habitada pelo *Homo Sacer*.

expressa pela disputa por poder em nossa sociedade. É necessário, portanto, possibilitar a inserção do conflito por meios que não sejam bélicos, inserir mediações simbólicas pela palavra, pela lei e pela política para que não seja necessária a trincheira, pois acreditamos, assim como Foucault (2005), que a guerra como conflito sempre irá existir.

"Na paz civil, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força [...] tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra" (FOUCAULT, 2005, p. 23). É necessário criar meios de possibilitar duelos sem que seja necessária a destruição do outro.

Em *Guerra, o amor y a subjetividade*, Hector Gallo (2009) começa sua exposição apontando uma ruptura na maneira de estabelecer o conflito bélico. Antigamente isso ocorria por meio das guerras, hoje ocorre por meio de uma espécie de guerrilha. O professor realizou pesquisas sobre a guerra com grupos de traficantes em um contexto próximo ao brasileiro, em Medellín, na Colômbia, e chegou a conclusões interessantes para o nosso trabalho". "[...] atualmente os confrontos já não são entre Estados, mas é uma guerra de guerrilhas e, tal como sucede em nosso meio, entre grupos de fora da lei ou destes contra o sistema estabelecido" (GALLO, 2009, p. 21, tradução nossa).

A diferença entre a guerra e a guerrilha é marcada pelo tipo de combate. A guerra é um tipo de violência expressa por meio da força armada, seja ela militar, psicológica, econômica ou de outros tipos, e se configura como uma espécie de conflito, uma violência, um fenômeno de psicologia social, uma situação jurídica e um processo de coesão interna (BOBBIO, 1998). Já a guerrilha é, segundo Bobbio (1998, p. 577-578),

um tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular. Os objetivos por ela perseguidos são mais políticos que militares. A destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações são, de fato, os objetivos precípuos dos grupos que recorrem a este tipo de luta armada. Por este motivo, os termos Guerrilha e guerra revolucionária foram, cada vez mais identificando-se. A Guerrilha é típica dos Estados nos quais existem profundas injustiças sociais e onde a população está disposta a lutar por uma mudança.

Percebemos assim uma pluralização dos conflitos armados, que, por mais que não sejam chamados de guerras propriamente ditas, como as duas grandes guerras mundiais, dão espaço para que confrontos menores recebam a atenção devida, como os confrontos entre tribos na África, as pequenas guerras dos pobres nos países não desenvolvidos ou as guerrilhas da Colômbia (Bobbio, 2003).

A grande diferença entre o que costumamos chamar de guerra e o que vemos acontecer nos subúrbios brasileiros é, como já dissemos anteriormente, o caráter total das guerras entre Estados, nas quais todos os cidadãos acabam envolvidos e sofrem com essas disputas, suas casas são destruídas, seus familiares cooptados pelo exército ou mortos pelos inimigos, as leis são completamente suspensas e cidades inteiras são dizimadas. Quando defendemos que existem guerras nas favelas brasileiras, pressupomos uma pluralização do conceito de guerra a fim de abranger conflitos armados entre grupos rivais. Tais conflitos são chamados por alguns teóricos de "guerras irregulares" ou podem ser aproximados do conceito de guerrilha.

A descrição feita na parte inicial deste trabalho, *Contexto de Guerra*, demonstra as particularidades brasileiras na abordagem do tema. Mesmo na guerra do tráfico de drogas não existe um caráter total e, embora também padecendo de grande insegurança, os moradores de fora do tráfico não estão tão sujeitos a serem vítimas dessa guerras quanto no caso de uma disputa estatal. Poderíamos dizer que a guerra não declarada como tal tem vários desdobramentos, como a possibilidade de ampla aplicação do Estado de Exceção (AGAMBEN, 2010), a invisibilidade da morte e das vidas nuas, a criação de *semblants* guerreiros, dentre muitos outros, como iremos ver ao longo deste trabalho.

De acordo com Freud, se assumirmos que a guerra é também o conflito⁴³, assumimos, portanto, que o ser humano é em parte a guerra consigo mesmo, o aspecto dinâmico do aparelho psíquico e a pulsão. Algo do humano não se ajusta naturalmente aos ideais pacifistas, nem consigo mesmo nem com o outro, "[...] a guerra é um retorno à solução dos conflitos pela força, é uma montagem através da qual a pulsão destrutiva se encena no social e supõe um enfrentamento entre dois elementos" (GALLO, 2009, p. 26).

Ainda para Gallo, o conflito sangrento e mortífero aparece quando desaparece o controle da palavra, e a possibilidade do diálogo entre os seres humanos é arruinada. Vejamos o que ele nos diz (GALLO, 2009, p. 80):

Quando se passa a dimensão da guerra, quando se passa do conflito a guerra, qual é o estatuto do conflito e qual é o estatuto da guerra. O estatuto do conflito é de

⁴³Para Norbert Bobbio (1998), autores como Comte e Durkheim consideram que "o conflito é uma patologia social" e veem o estado normal da sociedade como um "*continuum*" harmônico e equilibrado. Nessa perspectiva, todo o conflito, então, é considerado uma perturbação, um mal que deve ser reprimido e eliminado. Felizmente essa não é a única concepção. Segundo o mesmo autor, Marx, Sorel e Stuart Mill consideram que em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram normais, pelo contrário, a desarmonia e o desequilíbrio constituem a norma, e o conflito é um bem para a sociedade, pois "através dos conflitos surgem as mudanças e se realizam os melhoramentos", portanto, para essa concepção, conflito é vitalidade (Bobbio, 1998).

estrutura, é impossível viver sem conflito; isso é positivo, o conflito pode ser positivado, é uma coisa necessária e importante.

Pensando essas novas formas de conceber a guerra e entender os fenômenos do conflito e da agressividade entre grupos, Jean Allouch se faz uma pergunta que aponta na direção do objetivo do nosso trabalho (ALLOUCH, 2009, p. 86):

Me parece que com a guerrilha estamos em outro momento da guerra; com o terrorismo e com a guerrilha. Talvez sejam duas coisas diferentes, mas minha pergunta é que, se os militares daqui têm pensado na originalidade da guerrilha, como eles, em seus estudos, em seu pensamento estratégico, têm pensado a originalidade desse tipo de guerra?

Talvez não os militares, mas os sociólogos, psicólogos, antropólogos e psicanalistas certamente têm se debruçado sobre esse fenômeno e descoberto novas maneiras de concebê-lo para além da pura repressão. A guerra do tráfico de drogas do Santa Lúcia pode ser considerada, portanto, como continuação e resultado de uma política mais ampla que orienta a ocupação dos espaços tanto geográficos quanto econômicos na sociedade. Uma política de segregação e marginalização dos sujeitos de determinados grupos (divididos por critérios de raça e classe) através das leis e costumes que nos habituamos a chamar de neutros.

O fenômeno em questão possui, sim, muitos pontos de aproximação com o que conceituamos como guerra, como uso de armas, elaboração de estratégias e táticas, número elevado de mortes como decorrência dos conflitos e divisão do espaço geográfico com limites territoriais. Entretanto, possui também pontos de distanciamento, como o caráter pontual dos conflitos, não envolvendo na linha de batalha todos os sujeitos da sociedade, como o que geralmente ocorreu durante as grandes guerras. Se ampliarmos o conceito de guerra considerando também as guerrilhas e "guerras irregulares" podemos ver mais aproximações entre o conceito e o fenômeno, como a sua prática por grupos irregulares e em sociedades de extrema desigualdade.

Obviamente, reconhecemos a necessidade de tratar os fenômenos de maneira singular, respeitando sua especificidade perante os conceitos, e por isso vemos a necessidade de escutar os jovens envolvidos com o fenômeno da guerra e descrevê-lo aqui. Entretanto, a importância de defender a inclusão dessa disputa entre gangues como guerra, ou guerra irregular está em possibilitar que ela seja reconhecida socialmente em consonância com a gravidade da situação, requerendo políticas públicas específicas. Negar ou ignorar a existência de um conflito bélico no território brasileiro desresponsabiliza o Estado de oferecer o suporte adequado. Por fim, é importante lembrar que essa categorização nos foi dada inicialmente

pelos próprios jovens, e defendê-la é levar a sério, e às últimas consequências, o que eles nos dizem.

Feita a conceitualização política que nos permite aproximar o uso do termo guerra e o fenômeno da guerra do tráfico de drogas, se faz necessário entender o que é a guerra para o sujeito que a vivencia, respondendo às perguntas: O que significa a guerra em termos subjetivos? Há diferença entre conflito, que é constitutivo, e guerra? Como se induz a passagem da política como gestão da pólis para as políticas da subjetividade? Faremos essa tentativa através de uma revisão de literatura sobre os usos que a psicanálise de Freud e Lacan faz do termo *guerra* em seus textos e seminários. Pretendemos ter o cuidado redobrado para não realizar passagens selvagens entre o aspecto subjetivo e o político, pois, se ambos são articulados, não são do mesmo estatuto, e não podem servir para justificar ou naturalizar a guerra dos outros.

3.3. Guerra na psicanálise

3.3.1. Freud e a guerra como fenômeno

Toda a escuta que leva em consideração a psicanálise deve ser feita nos dois eixos propostos na introdução desse trabalho, eixo político-social e eixo subjetivo-clínico. Um eixo mostra a posição do sujeito na dinâmica da sociedade, que chamamos de horizontal, e o outro revela seu caminho singular, que chamamos de vertical. O primeiro representa como nos encaixamos nos processos políticos e culturais referentes à comunidade na qual nos inserimos, estas informações absorvemos da linguagem, ou do Outro, dimensão simbólica que determina e precede o sujeito que necessariamente está na linguagem. O segundo eixo irá explorar o que cada um faz com essas informações na sua própria vida, é onde entra a subjetividade e o que a psicanálise chama de desejo, a causa inconsciente que singulariza e movimenta o sujeito mesmo sem que ele perceba, através das manifestações do inconsciente, como a repetição e os atos falhos. Para Freud (1930, p. 143),

[...] assim como um planeta gira em torno de um corpo central enquanto roda em torno de seu próprio eixo, assim também o indivíduo humano participa do curso do

desenvolvimento da humanidade, ao mesmo tempo que persegue o seu próprio caminho na vida.

O conceito de guerra também será explorado nesses dois eixos: o político, cuja explanação realizamos no tópico anterior, concerne ao grupo em guerra, e o subjetivo refere-se a modalidades de respostas possíveis aos sujeitos sob este laço de dominação.

Em vários textos que analisam os mecanismos da causalidade psíquica de jovens no contexto de guerra podemos ver uma aproximação entre a guerra e um componente agressivo do jovem. Para Hector Gallo (2009, p. 32) "[...] na guerra o inimigo é despojado de sua subjetividade e assim a paixão do ódio passa a ter papel fundamental na sua produção [...]. A guerra é um feito objetivo que emerge na sociedade como variável de uma experiência subjetiva que é a agressividade". Vamos entender melhor essa aproximação retomando os principais textos psicanalíticos de Sigmund Freud que abordam o tema da guerra. Neles encontramos uma torção no conceito de agressividade que leva a uma positividade da pulsão agressiva e a sua necessidade para a transformação, seja do sujeito, seja da sociedade.

Um dos textos mais importantes e reconhecidos de Freud sobre o tema da guerra é intitulado *"Por que a guerra?"* e se trata de uma correspondência entre Albert Einstein e o criador da psicanálise no contexto da Segunda Guerra Mundial. Podemos pensar que, quando Albert Einstein elege Freud como o destinatário da sua carta *"Why war?"*, em 30 de julho de 1932, sua aposta é que, além de seu caráter macro, representado na política, a guerra possui também um caráter micro, representado pelas pulsões dos sujeitos que se dispõem a se envolverem com ela. Einstein reconhece que a guerra é um problema governamental de soberania e busca de poder. Contudo, ao direcionar para a psicanálise seu questionamento, ele quer saber o que motiva os soldados a se deixarem convencer a assumir tão grande risco de vida, no que ele chamou de psicose coletiva. O físico já enuncia a resposta para sua pergunta: os sentimentos latentes de ódio e destruição. O que ele quer mesmo saber é como preveni-los.

A resposta de Freud, dois meses depois, não terá como não decepcioná-lo. A psicanálise, com suas recentes descobertas em torno do conceito de pulsão de morte não pode ver o ser humano sem algo da pulsão destrutiva, por vezes chamada violenta ou agressiva. Freud constrói seu argumento com cautela. Primeiramente, substitui o termo "poder" por "violência", e liga este conceito diretamente ao exercício do direito (FREUD, 1932, p. 199):

[...] a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que lhes oponha. Funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade.

Para Freud (1932), portanto, a guerra é a manifestação da violência, da pulsão de morte inerente a qualquer ser humano. É uma consequência também da ação da comunidade, pois direito e violência se desenvolvem um do outro e as leis são a representação da força de uma dada sociedade. Algumas guerras serviriam para controlar essa pulsão, transformando-a em leis mais justas para solucionar os conflitos. A comunidade se mantém unida tanto pela coerção provocada pela violência, o que gera a guerra, quanto pelos vínculos emocionais, representados pela identificação e o amor. O autor defende um equilíbrio entre as duas pulsões, de vida e de morte, igualmente necessárias para as ações humanas, uma destruindo para que a outra possa construir o novo.

Assim, Freud nos diz que, apesar de se afigurarem como uma antítese, direito e violência se desenvolvem um do outro. A violência poderia ser derrotada com a união dos irmãos da horda, e o poder daqueles que se uniram representaria, a partir daquele momento a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se oponha a ela, funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade (FREUD, 1932).

Aqui o autor sabiamente desmistifica a lei como sinônimo de paz, ela é a imposição através da força de um contrato proposto por um determinado grupo. Não há lei neutra, vinda dos deuses, representante da paz, o fundamento do Estado de Direito se faz sobre o Estado de Força. Há a violência e sujeitos que abrem mão da possibilidade de usá-la na resolução de seus conflitos para se protegerem sob sua sombra, ou seja, na lei. Todavia, quando a própria lei se torna o algoz, como o que ocorre com o *Homo Sacer* ou os apatriados, descritos por Hannah Arendt⁴⁴, qual a contrapartida de não se proteger usando a violência a seu favor?

Os adolescentes entrevistados nesta pesquisa relatam diversas situações nas quais foram expostos a um risco para a autoconservação e que os levaram a entrar para a guerra. Essas situações são uma espécie de mito individual, que representa o momento em que o jovem decide entrar no grupo armado para combater uma violência sofrida, ou por ele mesmo ou por seu parentes e amigos. Um dos adolescentes relata que entrou para o crime para defender sua mãe, que era espancada pelo marido. Outro teve a irmã sequestrada pelo ex-namorado, um traficante que costumava estuprar moradoras do morro. Diante disso, o jovem começou a

⁴⁴Nos aprofundaremos nessa análise no capítulo seguinte, *Guerreiros*.

armazenar armas em casa. Outro relata ainda um ódio pelo próprio pai, que, além de não dar apoio à família, ainda desrespeitava a mãe, o que levou o jovem a assumir o papel de provedor e protetor da família.

Na tragédia *Antígona*, de Sófocles, os dois irmãos, Polínice e Etéocles decidem disputar o trono de Tebas, e ambos morrem. Creonte, tio deles, herda o trono, faz uma sepultura para Etéocles, e proíbe qualquer um de enterrar Polínice. Antígona, a irmã mais nova, tenta convencer Creonte a permitir o enterro de seu irmão, pois, quem morresse sem os rituais fúnebres iria vagar cem anos sem poder ir para o outro lado. Creonte a proíbe, mas ela insiste tenta enterrar Polínice com as próprias mãos. É presa e condenada a ser enterrada viva. Nessa tragédia, não é o amor que motiva Antígona a enterrar o irmão, e sim o ódio à proibição de Creonte. Assim, também em *Antígona* é possível encontrar a necessidade da motivação agressiva para qualquer ato que seja disruptivo com a ordem social dada pelas leis impostas.

Para Freud (1932, p. 200), "[...] as leis são feitas por e para os membros governantes e deixam pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição". A partir disso podemos observar três consequências: a primeira é a tentativa desse grupo dominante, detentor do poder, de escapar do domínio da lei pela violência; a segunda são as constantes tentativas dos membros oprimidos de conquistarem mais poder e fazerem uma justiça mais igual para todos, através de rebeliões e guerras civis, "[...] com a suspensão temporária da lei e com novas tentativas de solução mediante a violência, terminando pelo estabelecimento de um novo sistema de leis [...]" (FREUD, 1932, p. 200); em terceiro estão as modificações da lei pela transformação cultural.

Então, se a violência e a agressividade estão contidas tanto na manutenção da lei quanto são necessárias para sua modificação, como evitar a sua generalização exacerbada na guerra? "Não há maneiras de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra" (FREUD, 1930, p. 205). Freud aponta um caminho bastante sábio, que seria contrapor a pulsão destrutiva ao seu antagonista, Eros, e tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens. Estes vínculos poderiam ser construídos e mantidos pela relação de identificação com o objeto amado.

É preciso dizer, porém, que a saída pelo amor não se contrapõe à pulsão destrutiva, não se trata de uma opção pelo belo, pelo bem em oposição ao mal. Ambos são formados por relações intrincadas entre instinto de vida e instinto de morte e, como nos lembra Freud (1932), "[...] nenhum dessas pulsões é menos essencial do que a outra" (FREUD, 1930, p. 203).

Sobre o ódio de Antígona por Creonte escreve Mauro Mendes Dias (2012, p. 25):

Está aí um fator relativo ao ódio que geralmente passa despercebido – sua positividade. Ela está diretamente implicada nas condições do sujeito se fazer reconhecer pelo ódio. De forma mais extensa, vamos poder encontrar essa condição em diferentes fenômenos relativos à diferença social.

Quanto ao aspecto positivo da agressividade, Freud aponta duas saídas, uma relativa à sublimação e a outra à formação de laço social. Na estrutura do discurso dos jovens envolvidos com a criminalidade foi possível perceber uma série de causas relacionadas à violência do laço social e algumas consequências negativas advindas dessa escolha (quem sabe "forçada"⁴⁵) de entrarem na guerra.

Em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud defende a tese de que o sofrimento ocorre devido à ameaça do despedaçamento do corpo na morte e indeterminação do real, representada tanto no mundo exterior quanto na relação social entre os humanos. Assim, a sociedade é responsável pelo sofrimento, pois, o poder do indivíduo de exercer a força bruta é substituído pelo poder da comunidade, ou seja, o direito. A guerra seria a consequência de dois processos nesse raciocínio: a agressividade inerente aos homens e o narcisismo das pequenas diferenças. Para que a civilização possa existir, a agressividade é introjetada e dirigida para o ego, criando o supereu através do sentimento de culpa. Esse novo mecanismo de autopunição irá funcionar como carrasco do ego para garantir que o sujeito tente ao máximo se comportar de acordo com o "ideal de eu"⁴⁶. Desta maneira a pessoa se submete à civilização pelo medo da perda do amor da sociedade, ou medo da perda do reconhecimento dos pares, o que irá dar origem à solidariedade entre os irmãos nos laços de amor e identificação. O conflito entre a necessidade de amor e o impulso à satisfação gera um mal-estar cuja inibição produz agressividade. Esse conflito permanente, e sem solução, é o preço que se paga por viver em sociedade, abrindo mão da satisfação e da felicidade.

Então podemos pensar que a satisfação teria impulsos contra civilizatórios? Ou seja, que para sermos felizes temos impulsos de fazermos mal aos outros? De acordo com Freud, sim. Em seu texto *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915), o criador da psicanálise defende que a discussão ética sobre se o homem seria bom ou mau não procede, pois instintivamente somos todos maus e tentamos abrir mão dos nossos impulsos para viver em sociedade, o que gera o mal-estar na civilização.

⁴⁵ Uma explicação mais detalhada sobre a "escolha forçada" virá no subitem seguinte.

⁴⁶ Este último é formado a partir da projeção imaginária do que o ego deveria ser.

Para Freud, a guerra traz para a humanidade, principalmente para os não combatentes, duas consequências principais: a desilusão e a modificação da relação dos homens com a morte. A desilusão ocorre pelas inúmeras manifestações antiéticas frequentes em períodos de guerra, assim como pela constatação de que indivíduos e nações civilizadas podem atuar com extrema brutalidade para com seus semelhantes. Já a transformação da atitude dos homens frente à morte ocorre quando há uma mudança em relação aos ideais da civilização, e o vínculo entre os seres humanos e o Estado fracassa. Os soldados precisam acreditar que são heróis que não creem na própria morte, mas devem considerar os estranhos como inimigos cuja morte tem de ser alcançada. Isso ocorre porque os não soldados se sentem atônitos em sua orientação e inibidos em seus poderes e atividades. Em tempos de guerra, essas últimas perdem seu significado devido à suspensão de leis, direitos, deveres e costumes em prol da urgência da tentativa de sobreviver.

Como dissemos, essa desilusão que sentimos diante da guerra não procede por dois motivos: primeiro porque o homem é movido por instintos. Como nos diz Freud (1915, p. 290), "[...] a essência mais profunda da natureza humana consiste em impulsos instintuais de natureza elementar, semelhantes em todos os homens e que visam a satisfação de certas necessidades primevas. Em si mesmos esses impulsos não são nem bons nem maus". E o segundo, mais uma vez colocado pelo pai da psicanálise (1915, p. 286), porque

as guerras jamais podem cessar enquanto as nações viverem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual for tão diversamente apreciado entre elas, e enquanto as animosidades que as dividem representarem forças motrizes tão poderosas na mente.

Estamos de acordo com Freud quando ele diz que as guerras não podem acabar enquanto houver desigualdade e diferença entre sujeitos sustentadas pelo Estado. Esta posição está em consonância com a tese de Foucault (2005) a respeito da continuação da guerra através da política e do racismo de Estado (PLON, 2004). Vejamos o que nos diz Freud (1915, p. 289):

[...] o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal não porque deseja abolí-la, mas porque deseja monopolizá-la, tal como o sal e o fumo. Um estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo. Emprega contra o inimigo não só as *ruses de guerre* aceitas como também a mentira deliberada e a fraude.

Na guerra do tráfico em Belo Horizonte percebemos uma mudança de atitude frente à morte que nos lembrou a observada por Freud nos soldados da Primeira Guerra Mundial. Os

adolescentes consideram os grupos vizinhos como inimigos que "têm que cair", ou seja, devem morrer por serem traidores ou cruéis, enquanto os seus próprios amigos são chamados de guerreiros "sangue bom".

Vamos um pequeno relato pessoal desta pesquisadora sobre esse contexto de guerra e morte entrado no Santa Lúcia:

No dia 7 de dezembro de 2010, eu como não-combatente, emudeci ao encarar essa mudança de atitude perante a morte quando uma jovem que, nos seus 14 anos, estava mais preocupada em conseguir algumas novas músicas para o seu celular do que com o suposto assassinato de um vizinho que acabara de acontecer exatamente onde estávamos pisando. Para ela, a morte deixara de ser um evento fora do comum e que exige um luto do objeto, mesmo que esse objeto não seja tão próximo. Se transformou em algo corriqueiro e próximo, algo muito distante do tipo de relação que eu mesma tinha, e ainda tenho, diante de tamanha violência. Essa diferença evidencia a disparidade de contextos em que nós duas vivemos, a distância da qual eu estou dessa guerra e a proximidade da adolescente de 14 anos.

Se no âmbito social as leis e a civilização controlam a agressividade e a guerra de uns contra os outros através do Estado, no âmbito subjetivo quem faz esse serviço é o superego, através da internalização do sentimento de culpa. Em *Totem e Tabu* (1913), Freud começa a elaborar essa tese a partir do mito antropológico que explica a fundação da sociedade. Neste mito, a hostilidade e o ódio aparecem como parte da intenção agressiva que, em suas manifestações coletivas, pode gerar a guerra em busca de modificações sociais. Os homens se submetem à lei para apaziguar essa agressividade natural. No Mito da Horda, descrito por Freud, a mesma agressividade que fez os filhos se unirem, os faz se rebelarem contra a tirania do Pai da Horda, exemplo de como esse processo não pode ser visto apenas como destruição, conflito ou guerra. Ao mesmo tempo em que o ódio provocou o desmembramento do corpo desse pai em um banquete, a assimilação do corpo pela identificação produz um laço entre os irmãos, laço este capaz de construir uma nova forma de vida comunitária a partir de uma nova lei. Esta nova ordem será repetidamente lembrada pelo banquete totêmico, talvez o mais antigo festival da humanidade, "[...] a comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião" (FREUD, 1913, p. 145).

Após o crime e a mudança social, passa a ser necessário que uma nova lei se imponha para que essa agressividade não volte a ser necessária entre os próprios irmãos. O que até

agora fora interditado pelo pai tirânico através de sua existência real passa a ser proibido por uma lei simbólica. Diz Freud (1913, p. 147):

Anularam o próprio ato proibindo a morte do totem, o substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos abrindo mão da reivindicação às mulheres que agora tinham sido libertadas. Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo.

Assim como Freud irá descrever em 1932, uma das consequências (e talvez funções) da guerra é também a destruição da lei antiga e o restabelecimento de uma nova. Como vimos no mito de *Totem e Tabu*, a sombra da possibilidade de um novo pai tirânico e da ameaça de outros assassinatos faz com que os irmãos criem a fraternidade baseada na culpa do crime que cometeram e na identificação com o morto. É necessário um pacto que coloque todos como iguais perante uma lei maior, esta será a proibição justamente dos tabus do parricídio e do incesto, os principais desejos envolvidos no complexo de Édipo.

A guerra, portanto, está ligada tanto a instintos destrutivos quanto a laços de amor, ela funda a relação de agressividade para com o grupo externo, no mesmo movimento que provoca uma relação de aproximação e amor com o grupo próprio. Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1920/1922), Freud dá o nome de libido a este amor que une os indivíduos de um grupo. Dentro de qualquer grupo existem sentimentos ambivalentes de amor e ódio com relação aos demais membros, porém os sentimentos negativos são reprimidos. Existe a tendência a sentir antipatia e aversão a estranhos, mas essa tendência é suprimida se a pessoa faz parte do mesmo grupo. Essa é uma expressão do amor a si mesmo e do narcisismo, ou o instinto de autopreservação.

Para Freud, dois grandes exemplos de grupos artificialmente constituídos são a igreja e o exército, ambos unidos por uma força externa que os impede de se separarem e modificarem sua estrutura. Nos dois casos, os grupos contam com a presença de um líder que ama a todos igualmente, e o amor a esse líder é o que mantém o grupo unido. Assim, existe uma semelhança entre esses grupos e a família — nos três casos os indivíduos estão ligados por laços libidinais tanto ao líder quanto aos demais membros. Devido a essas ligações emocionais fortes, a pessoa é capaz de abrir mão da sua liberdade em prol do grupo, representado pelas decisões do líder.

Entretanto, se esses laços libidinais se dissolvem, o indivíduo não pode mais contar com o grupo, aumentando assim o medo ou o pânico. Isso ocorre pois a sensação de poder advinda pelo pertencimento ao grupo numeroso se desfaz, dando espaço para a sensação de completa

vulnerabilidade. Nos exércitos é muito comum o pânico advir devido tanto à magnitude de um perigo quanto à cessação dos laços emocionais, ou seja, a perda do líder. Segundo Freud, o que une um grupo pode ser tanto a presença do líder, quanto um desejo ou uma ideia em comum, seja ela positiva ou negativa (ódio a alguém, por exemplo).

Mesmo que não concordemos com tudo o que Le Bon credits como características da mente grupal, Freud atribui a ele uma boa descrição de grupos sem líder⁴⁷. Segundo Freud (1920/1922), Le Bon não dá destaque à função do líder, pessoa que faria o papel do hipnotizador, aquele que produz uma certa fascinação no grupo, que por sua vez é induzido pela sugestão e pelo contágio. Assim, fazer parte deste tipo de grupo com líder favorece o sentimento de aumento do poder, o que permitiria aos indivíduos renderem-se aos seus instintos, e diminuir a repressão. Isso faz com que os sujeitos caiam degraus na escada da civilização, ou seja, isolados eles podem ser cultos, mas em grupo eles são bárbaros.

Freud (1920/1922) nos diz ainda que, de acordo com Le Bon, o grupo é impulsivo, mutável e irritável; é levado quase que exclusivamente pelo inconsciente (imperativo do *ich*); possui impulsos imperiosos; seus instintos de autopreservação não se fazem sentir (o eu fica subjugado); é crédulo e aberto, ou seja, não possui crítica; não tem concordância com a realidade; é levado por sentimentos simples e exagerados e não conhece dúvida nem incerteza; só pode ser excitado por um estímulo excessivo; é intolerante com os sujeitos externos ao grupo; obediente à autoridade; respeita a força e é pouco influenciado pela bondade; exige dos seus heróis força e violência; quer ser dirigido, oprimido e temer seus senhores; é conservador quanto a suas crenças e comportamentos; tem inibições frágeis e instintos cruéis que vêm à tona. Esses instintos, por sugestão, podem ser desprendidos em favor de um ideal.

Freud (1920/1922) concorda que a pessoa que participa de um grupo está sujeita à influência deste, o que constitui uma alteração da sua atividade mental. Sua submissão às emoções se torna intensificada enquanto a capacidade intelectual é reduzida, com ambos os processos convergindo para a aproximação dos membros do grupo. Esse resultado só pode ser alcançado pela remoção das inibições aos instintos que são peculiares de cada indivíduo. O efeito de sugestão, próprio dos mecanismos grupais, estaria ligado à libido, energia dos

⁴⁷ Mesmo não concordando inteiramente com a exposição de Freud a respeito dos mecanismos de grupo, acreditamos ser importante retomar alguns pontos nos quais esse autor contribui para o entendimento do papel da subjetividade na formação das gangues. Entretanto, discordamos principalmente da ideia de que em grupo as pessoas estariam em estado hipnóide ou fora do seu padrão normal de consciência, ou que o grupo apenas reproduziria os mesmos mecanismos identificados pela psicanálise nos sujeitos individualmente, acreditamos que é um fenômeno complexo que carece de uma análise singular.

instintos do amor, de união, de Eros. Assim, as relações amorosas constituem também a essência da mente grupal como prerrogativa para os processos de identificação (FREUD, 1922, p.117):

Primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto no eu; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto da pulsão sexual.

Freud aposta que essa terceira fonte é a responsável pelo laço mútuo existente entre os membros de um grupo, baseada na importante qualidade emocional comum do laço com o líder. No grupo por nós analisado percebemos algumas dessas características em funcionamento. Geralmente unidos em volta de um chefe (que é automaticamente substituído por outro quando é morto ou vencido), eles têm o objetivo de ganhar dinheiro com o tráfico de drogas e se protegerem mutuamente da gangue rival. Sempre existe um grupo identificado como inimigo e "monstrualizado", mesmo que o seu comportamento seja estruturalmente muito similar ao do grupo em questão.

No dia 9 de novembro de 2010, um dos jovens, chamado por nós de Exemplo, começa a falar um pouco desse funcionamento grupal dentro das pequenas gangues relacionadas à guerra do tráfico de drogas em Belo Horizonte. Quando decidiu sair do tráfico e abandonar o líder, automaticamente também se sentiu abandonado e se viu a mercê tanto do ódio dos seus antigos companheiros quanto dos antigos e eternos inimigos. O jeito encontrado por nosso entrevistado foi formar um novo grupo no qual ele é o líder e se transforma no exemplo da garotada que quer ganhar a vida fora do crime. Para isso, no entanto, ele mesmo teve que seguir um amigo por um tempo, ter o exemplo de outro.

Nos demais dias de entrevistas iniciais, outras regras de convivência grupal são anunciadas. Uma delas é a necessidade de ordem, de lei, mesmo que seja uma lei muito particular e caprichosa. Ao nos dizerem que, se alguém for roubado dentro do território, eles irão resolver o problema matando o ladrão e recuperando o objeto, esses jovens estão anunciando que representam a lei local e se responsabilizam pelo policiamento da região. Ao mesmo tempo, demonstram o tamanho da violência utilizada para resolver os conflitos internos e externos. A guerra é um mecanismo também de formação grupal, pois, ao mesmo tempo em que estabelece o inimigo, testa o laço do guerreiro com os companheiros, exigindo sacrifícios em nome da defesa do grupo próprio, como nos foi demonstrado por Rocha (2012) em sua pesquisa sobre as gangues.

Portanto, em textos de Freud como *Por que a guerra?* (1930), *O mal-estar na civilização* (1930) e *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), a guerra aparece tanto como fenômeno relacionado ao sujeito quanto como fenômeno que expressa seu conflito para poder viver em sociedade, abrindo mão de uma parcela de satisfação. Já no texto *Totem e Tabu* (1913), a guerra com o Pai da Horda representa um mito de fundação da estrutura social.

Na teoria lacaniana existem menos referências à guerra propriamente dita como fenômeno — como é o caso em *Psiquiatria inglesa e a guerra* (1947) — e mais utilizações do conceito de guerra como analogia estrutural. O autor lança mão deste conceito tanto para a constituição do sujeito e do processo analítico, como em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958), como para a constituição do sujeito, levando em consideração a agressividade e o desejo, vertente expressa em diversos textos e nos seminários. Vamos ver mais detidamente cada uma dessas referências para completar nossa análise teórica do que seria a guerra para a psicanálise.

3.3.2. Lacan e a guerra como estrutura

Em poucas passagens Jacques Lacan escreve explicitamente sobre a questão da guerra, ou das guerras. Um dos textos no qual ele faz uma referência mais direta é *A psiquiatria inglesa e a guerra* (1947), no qual se impressiona com as mudanças diversas que a guerra provocou na psicanálise, fazendo necessária a incorporação da psicologia de grupo. Assim como Freud, Lacan também considera que a guerra é colocada em andamento pelos sentimentos de amor em relação ao líder e violência em relação ao inimigo, e se pergunta: "[...] o que é necessário para transformar em uma tropa em marcha, em um agregado de irredutíveis a que chamamos uma companhia disciplinar? [ele mesmo responde] Dois elementos: a presença do inimigo, que consolida o grupo diante de uma ameaça comum, e um líder" (LACAN, 1947, p.113). Continuemos a ler suas considerações sobre esse impacto (LACAN, 1947, p.101):

A guerra me havia deixado um vivo sentimento da forma de irrealidade em que a coletividade dos franceses a tinha vivido de ponta a ponta. [...] Refiro-me, antes, em cada um, a um desconhecimento sistemático do mundo, a refúgios imaginários em que, psicanalista, eu só podia identificar no grupo, então as voltas com uma dissolução verdadeiramente assustadora do seu status moral, as mesmas modalidades de defesa que o indivíduo utiliza na neurose contra sua angústia, e com

um sucesso não menos ambíguo, tão paradoxalmente eficaz quanto elas, e selando assim, pobres de nós, um destino que se transmite por gerações.

Lacan publica esse artigo no contexto de pós-guerra, em 1947, na revista *L'Évolution psychiatrique*. Nele, o teórico descreve sua visita a Londres logo após o V-Day, 8 de maio de 1945, dia da derrota da Alemanha Nazista pelos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Dedicar a primeira parte do texto a apresentar a diferença entre o clima pós-guerra na França e na Inglaterra. No segundo trecho, mostra as transformações sofridas pela psiquiatria inglesa em decorrência das necessidades exigidas pelos tempos de luta.

Os franceses deixaram a guerra vivenciando um sentimento de irreabilidade coletiva, que levou a um encantamento imaginário de grandeza, o qual produziu a dissolução do status moral. Lacan identifica nessa defesa social o mesmo mecanismo da defesa neurótica contra a angústia e também suas consequências de satisfação ambíguas, tanto para o sujeito quanto (se presume) para a sociedade. Esse autor não está sozinho na aproximação entre o comportamento neurótico coletivo e individual. Como vimos no texto *Psicologia das massas e análise do eu* (1920/22), Freud também interpreta o comportamento de grupo utilizando os novos parâmetros que sua recém criada "ciência" da psicanálise lhe oferece.

A breve visita de cinco semanas à Inglaterra conseguiu mostrar a Lacan que outras reações à guerra são possíveis, diferentes da observada na França. Apesar da vitória, os ingleses experimentaram uma depressão reativa em escala coletiva, que foi, porém, escamoteada pela ideologia utilitarista de seu povo. Devido à oposição nacional ao recrutamento até as vésperas do conflito, a Inglaterra dispunha de um exército profissional pequeno. Assim, o Estado dispôs da recém desenvolvida ciência psicológica para realizar o recrutamento da maneira mais eficiente possível, levando em conta o emprego de cada um dos indivíduos da nação de acordo com suas habilidades.

Quando a guerra eclodiu, multiplicaram-se os casos de inadaptação, delinquência e reações psiconeuróticas nos hospitais, provavelmente variações de casos do que Freud chamou de neurose de guerra. Assim, um grande grupo de psiquiatras foi contratado para fazer o recrutamento e também a investigação, prevenção e tratamento dessa nova forma de doença. Para realizar essa nova empreitada os psiquiatras dispunham dos recém desenvolvidos testes psicológicos, como os de Sperman, Penrose-Raven e Pulhems. O Sperman foi uma medida de correlação não-paramétrica que avalia a correlação entre duas variáveis sem fazer suposições sobre a distribuição de frequência. Já os testes de Penrose-Raven foram utilizados para medir a inteligência geral através de uma medida de raciocínio

não verbal. O sistema que acabou sendo adotado foi o chamado Pulhems, que atribuía, a cada um dos possíveis recrutados, uma nota de 1 a 5 para suas capacidades física (dos membros superiores e inferiores), auditiva, visual, mental e afetiva.

As seleções eram feitas mais para homogeneizar o grupo do que para garantir excelência física, já que, diferentemente da Primeira, a Segunda Guerra Mundial dispunha mais de máquinas na frente de batalha, exigindo dos soldados a capacidade de manipulá-las. Com essa "triagem", o objetivo era também incentivar a identificação horizontal entre o grupo, favorecendo a moral do exército. Entretanto, ainda havia os chamados "desajustados", soldados que não possuíam os padrões desejados devido a surtos depressivos, ansiosos ou "confusionais", e que tiveram de ser isolados. Após os soldados desajustados serem agrupados fora do campo de batalha, foi percebido que o comportamento desses sujeitos colocados em grupo se transformou para melhor. Essa observação deu ensejo à utilização da psicologia de grupo, de Kurt Lewin, e ao psicodrama, de Moreno.

Wilfred R. Bion e Rickmann utilizaram essa nova percepção, auxiliada pela psicanálise, para desenvolverem novas técnicas de tratamento dentro dos hospitais. Lacan descreve como esses autores trabalharam com cerca de 400 pacientes de um hospital psiquiátrico no serviço nomeado como "reeducação"⁴⁸. Bion organizou situações para favorecer tanto a autoconscientização das dificuldades do grupo quanto a sua capacidade de reorganização interna. Em uma de suas célebres experiências, o psiquiatra sustenta uma discussão para resolver o problema do sumiço de tesouras e, diante da associação livre do grupo, aceita a sugestão em forma de chiste de que começassem uma aula de dança. Por trás da negação própria da ironia, Bion pôde ler o que era requerido com esse pedido: os soldados, na verdade, precisavam recuperar a moral, perdida devido ao afastamento do campo de batalha pela doença. Através da dança, eles puderam recuperar algo do sentimento de dignidade. Rickmann replicou o método em outro grupo, acrescentando entrevistas individuais à técnica (LACAN, 1947).

No texto *A psiquiatria inglesa e a guerra* (1947) também é abordada a descrição de processos de seleção de soldados realizados durante a guerra, os quais utilizaram testes psicológicos com base na suposição da existência de um perfil de personalidade que poderia ser mensurado. A partir desse momento, o psiquiatra passa a trabalhar junto com psicólogos e psicanalistas em uma função mais ampliada, que diz respeito ao acesso à sensibilidade das

⁴⁸ Descrição inicialmente feita pelos próprios Bion e Rickmann em um artigo do jornal, *The Lance*, de 27 de novembro de 1943 intitulado "Tensões internas ao grupo na terapêutica. Seu estudo proposto como tarefa do grupo".

profundezas da alma humana, possibilitando toda uma ordem de profilaxia social de certas epidemias psíquicas, neuroses de massa, delinquências diversas, deserções e suicídios. Assim, Lacan demonstra como a guerra transformou a psiquiatria inglesa e a psiquiatria ajudou a Inglaterra a vencer a guerra. Essa é uma mudança não apenas de técnicas utilizadas, mas também de política em relação a como tratar os pacientes e como a psiquiatria deve se portar frente aos desafios que as novas formas de tratamento, profilaxia e seleção exigem.

Outro texto bastante conhecido no qual Lacan usa a teoria da guerra é *A direção do tratamento e princípios de seu poder* (1958), no qual é feita uma analogia entre a teoria da guerra de Clausewitz e a clínica segundo a psicanálise. Não por acaso, a estratégia, a tática e a política envolvidas nos planejamentos de guerra são relacionados com a psicanálise. Lacan mostra que o psicanalista é menos livre em sua política do que em sua estratégia, já a tática é o campo em que ele consegue um pouco mais de liberdade, pois a política é "[...] onde ele faria melhor situando-se na sua falta-a-ser do que em seu ser" (LACAN, 1958, p.596). Podemos dizer, portanto, que a política nesse contexto seria o desejo do analista, sua falta-a-ser, que também é transmitida na análise; a estratégia seria a direção do tratamento, ou seja, fazer valer a regra analítica. A tática e a estratégia seriam as instâncias nas quais o analista é um pouco mais livre, seria necessário o uso das técnicas para conseguir alcançar os objetivos políticos usando a interpretação, o corte analítico e o ato. A política, ou seja, a decisão de como usar a guerra para atingir os objetivos, não pode mudar durante a guerra, pois é todo o seu propósito. A política do analista também não pode mudar, pois está relacionada ao desejo de analista, ao seu próprio desejo.

Nesses dois textos, não vemos diretamente uma relação do conceito de guerra com o fenômeno que estamos analisando da guerra do tráfico de drogas. A guerra é tratada por Lacan no texto de 1947 como o fenômeno específico da Segunda Guerra Mundial, e em relação a suas consequências para o desenvolvimento da psicologia de grupo e da psicanálise. No texto de 1958, ela é usada como uma analogia da estrutura da técnica psicanalítica. Embora não sejam usos que se aproximam daquele feito pelos adolescentes para esse termo, isso demonstra a influência dos eventos de guerra em diversas áreas, principalmente para a construção da psicologia e da psicanálise.

Lacan também fala da guerra durante seus seminários. O seminário 1, *Escritos técnicos de Freud* (1953-1954), tem o objetivo de compreender o que fazemos quando dizemos que estamos fazendo psicanálise. Lacan expõe aqui sua tese de que a realidade é formada pela interação entre simbólico e imaginário. Nessa interação, a identidade é constituída inicialmente pela imagem do semelhante, que forma o eu ideal. Como esse eu ideal encontra

sua matriz na imagem do semelhante, esta se polariza em paixão amorosa e agressividade, justamente esses sentimentos de amor e ódio que se relacionam à transferência. O ódio, como dimensão imaginária, é a tentativa de destruição do outro⁴⁹. Tanto o moralismo ocidental quanto a guerra seriam maneiras de realização do ódio que não se satisfaz com a destruição do outro, necessitando do seu rebaixamento completo. Nessa passagem, Lacan trata a guerra como fenômeno decorrente da agressividade inerente aos sujeitos.

No seminário 2, *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-55), Lacan irá dar prosseguimento à distinção entre análise do discurso e análise do eu, trabalhando os conceitos de *eu*(como *je*) e de desejo. Ele investiga assim a segunda tópica freudiana a fim de devolver ao *eu* seu caráter de sujeito. O *eu*, nesse sentido, não pode ter mais que uma função imaginária de suporte à estrutura do sujeito no jogo de simbolização. Lacan relembra-nos que a cibernética⁵⁰ gera as leis precisas nas quais o símbolo joga e engendra suas necessidades (SAFOUAN, 2008). A guerra é comparada a esse jogo estrutural, no qual o sujeito apenas se posiciona e continua seguindo as leis.

Afirma Lacan (1955, p. 374): "E não é a troca de nada que a teoria dos jogos envolve todas as funções de nossa vida econômica, a teoria das coalizões, dos monopólios, a teoria da guerra. Sim, a própria guerra, considerada em seus mecanismos de jogo, desvinculada do que quer que seja de real". Em outra passagem, lemos (LACAN, 1955, p.383):

Trata-se de saber se, sim ou não, a análise prosseguirá no sentido freudiano, procurando não o inefável, porém o sentido. O que quer dizer sentido? O sentido é que o ser humano não é senhor desta linguagem primordial e primitiva. Ele foi jogado aí, metido aí, ele está preso em suas engrenagens.

Para o psicanalista, portanto, os humanos estão ligados entre si por compromissos que determinam seus lugares, nomes e essências. Ele prossegue com a análise do conto de Edgar Allan Poe, *A Carta Roubada* (1955). No conto de Poe, a rainha recebe uma carta e está lendo-a afetivamente quando o rei entra na sala. Para esconder a carta, a rainha trata-a como se não tivesse importância, colocando-a em um lugar visível aos olhos do rei, que não percebe o movimento. O ministro, entretanto, nota o comportamento da rainha, pega a carta embaixo dos seus olhos e a troca por outra, já que a rainha nada poderia fazer sob pena de chamar a

⁴⁹ Também visto no mito da luta por puro prestígio de Hegel. Uma grande referência de Lacan nos anos cinquenta e sessenta foi Hegel e a Dialética do Senhor e o Escravo. Explicando de uma maneira bastante superficial e simplificada, nessa dialética o senhor arrisca a vida para se fazer reconhecer como senhor por outro homem, e o escravo trabalha para o senhor cedendo uma parte da sua produção. O senhor domina o escravo e este último domina a natureza através do trabalho e do saber (DUNKER, 2011). Assim, o senhor só é senhor se o escravo o reconhecer como tal, e o escravo sempre precisa estar submetido a um senhor para ser escravo.

⁵⁰ Simbolização simples de par e ímpar pelos símbolos de mais e menos.

atenção do rei. Mais tarde, a rainha chama sua guarda e pede que vasculhem a casa do ministro. Porém, os policiais, por mais que fossem treinados, não conseguem encontrar o documento, mesmo tendo a certeza de que ele não saiu do apartamento. Nesse momento, o detetive Dupim é chamado. Ele vai visitar o ministro com alguma desculpa e identifica o esconderijo da carta, em cima da mesa, em um lugar que não despertava suspeitas por estar muito à vista, ainda que disfarçado. Dupin troca a carta por outra de aparência igual, mas com outro conteúdo, devolvendo o envelope a quem lhe era direito, ou seja, a rainha.

A carta representa aqui o sujeito, que é a experiência do inconsciente. Trata-se do símbolo que se destaca em estado puro e com o qual não se pode entrar em contato sem aderir ao seu jogo. Não importa o conteúdo explícito da carta, mas a função política que ela ocupa. Por isso, não é necessário que em nenhum momento esse conteúdo seja revelado, nem no conto nem no seminário de Lacan. As manifestações que ela provoca já são suficientes para deixar claro o seu poder. A posse da carta dá ao ministro a fascinação da relação dual entre senhor e escravo. Dupin, o detetive, só se salva por não entrar no jogo dos que querem a carta para si, como o ministro e a polícia. Nesse jogo de funções, algumas vezes é necessário que elas mudem, se transformem, e aí entra a guerra. "[...] é certo que há pontos em que é preciso ir às vias de fato" (LACAN, 1955, p.249), pois os tratados muitas vezes são contraditórios, o que gera a guerra, que tem como objetivo verificar se o tratado é válido (LACAN, 1955). Assim, nesse seminário, a guerra é invocada por Lacan como mecanismo, jogo simbólico no qual não estamos aptos a negar nossa participação quando nos aproximamos.

Em algumas passagens dos seminários, Lacan apenas cita brevemente a guerra como analogia para conseguir explicar um conceito. Essas pequenas referências nos mostram como ela é invocada quando é necessário falar da estrutura da psique, especialmente em seu caráter dinâmico, no qual as instâncias psíquicas (id-ego-superego ou consciente-inconsciente) entram em permanente conflito. É o caso do uso do termo "batalha" no seminário 5, *As formações do inconsciente* (1957-58). Nesse seminário, Lacan percorre a tese do inconsciente estruturado como linguagem, especialmente no que diz respeito à produção de metáforas e metonímias, que por sua vez irão produzir atos falhos e chistes. Nessa passagem o autor explica que o inconsciente é uma outra cena psíquica, o outro que pensa em nós. Para a formação do chiste, é necessário o caráter cômico, que depende dessa outra cena, pois, como nos diz Lacan, essa outra cena é a parte preparatória da batalha, imaginário que chama a atenção e cria o ambiente da anedota. Afirma o autor (1957-58, p.115): "[...] na medida em que participamos, com essa história, de um efeito vivamente cômico, o cômico concerne à

parte preparatória, referente às batalhas. É contra esse pano de fundo que é desferido o golpe final, que faz dela uma historia propriamente espirituosa".

No seminário *A ética da psicanálise* (1959-60), Lacan havia acabado de construir, no ano anterior, uma teorização de que o desejo é sua interpretação. Daí ele extrai as bases para pensar o que seria uma ética útil à psicanálise, ou seja, uma ética de não ceder do desejo. Na aula do dia 18 de maio de 1960, Lacan retoma a questão do que estaria para além da barreira do mundo do bem⁵¹; os dois polos de estruturação desse mundo se fazem pelo eu ideal (o outro imaginário), e pelo ideal de eu, que Lacan explica como (1997, p. 279)

[...] representando o poder de fazer o bem, o qual abre em si mesmo esse para além. [...] como é possível que a partir do momento em que tudo se organiza em torno do poder de fazer o bem, algo totalmente enigmático se proponha a nós e nos retorne sem cessar de nossa própria ação, como a ameaça sempre crescente em nós de uma exigência de consequências desconhecidas?

O seminário irá nos conduzir até a resposta dessa pergunta, que está na questão do desejo. Entretanto, para anunciá-la Lacan retoma Hegel, fazendo alusão à Luta por puro prestígio entre o senhor e o escravo, o que denominou como a guerra social. Apontando para o desejo, indica uma saída dessa dialética que parece paradoxal(1997, p.279):

[...] nem tudo está preso na dialética necessária da luta pelos bens, do conflito entre os bens, e da catástrofe necessária que ela engendra, e que existiram rastros, do mundo que estamos pesquisando, que mostram positivamente que foi concebido que a destruição dos bens como tal poderia ser uma função reveladora de valor.

Nesse ponto a guerra aparece como dialética social entre senhores e escravos que diz respeito a posições no laço social, ou seja, a conflitos discursivos dos quais uma saída aponta para o desejo. Esse uso do termo "guerra" aponta para a estrutura social à qual estamos submetidos, assim como o conceito de Foucault (2005) de racismo de Estado, que vimos anteriormente. Tal uso demonstra que existe algo da estrutura social que pode ser investigado através do estudo de situações de guerra, e aqui começamos a ver no que a psicanálise pode nos ajudar na busca pela compreensão da guerra do tráfico de drogas no Santa Lúcia. Para além das motivações contingenciais que levam as pessoas a trabalharem com o tráfico e se envolverem em combates, existe uma causalidade que se refere ao laço social, à estrutura da

⁵¹ O mundo do bem é um conceito platônico que vem do texto *Alegoria da Caverna*, em que o mundo *sensível* é representado pelas sombras de dentro da caverna, pela escuridão que impede uma visão clara da realidade. O mundo *inteligível* é representado pela luz de fora da caverna, a claridade das idéias e da alma, a realidade que se realize no mundo em que está vivendo, é o chamado mundo do *Bem*.

sociedade que as pressiona para essa opção, o que nos leva a concebê-la como uma escolha forçada.

Essa interpretação do conceito de guerra ligada aos discursos também aparece no seminário 9 de Lacan, *A identificação* (1961-1962). Nele, o psicanalista fala da repartição do termo "falo" nos três planos —imaginário, simbólico e real — e pensa em como se daria o processo de identificação tomando o "falo" como significante do ponto em que falta significante. O autor problematiza ainda como seria possível uma identificação entre o sujeito e o índice do negativo, ou seja, o que não é (SAFOUAN, 2009). Essa é apenas parte da teoria de Lacan sobre a essência como o negativo, a falta. Daí é possível pensar a identificação como uma crença baseada na operação $A=A$, que Lacan diz ser igual à operação "guerra é guerra". Precisaremos fazer aqui uma breve digressão para tornar essa tese de Lacan um pouco mais clara.

A operação $A=A$ está relacionada à causalidade⁵² e à concepção de sujeito, este último entendido a partir da noção de extimidade, que significa que a intimidade não é entendida como o "eu mesmo" e sim como o outro — quanto mais se avança na verdade da intimidade mais se chega à conclusão de que ela é formada pelo outro. Essa estrutura, que se forma a partir da relação do sujeito como outro, não passa de uma hipótese sobre como o sujeito se engendra em sua relação com a linguagem (DUNKER, 2011). É através dela e da topologia que Lacan tenta demonstrar algum saber possível sobre o real, pois só é possível "demonstrar o real" (BADIOU, 2013, p. 78), sobre ele não há saber possível, não há linguagem possível, este é o impasse da formalização. Devido a esse impasse, algumas figuras linguísticas, topológicas ou mitológicas nos servem para demonstrar o sujeito⁵³. A Banda de Moebius é a figura topológica da extimidade por excelência. Lacan a introduz no seminário *A Identificação* em (1961/1962) e, a partir dela, deriva as figuras topológicas do toro, cross-cap e garrafa de Klein, das quais se pode depurar a banda. A topologia é usada nesse contexto

⁵²A psicanálise introduz uma subversão na etiologia (causalidade) das doenças mentais com seu interesse em estabelecer a causa da histeria com o caso Dora. A ruptura com a noção de causalidade exclusivamente biológica e a busca por causas psíquicas dependem da inovação na concepção de sujeito e de sua estrutura, pois a causalidade remete à estrutura. Ao longo de sua obra, Lacan tenta depurar a estrutura do funcionamento psíquico, entretanto, não há saber que abarque a totalidade dessa noção, que ultrapassa a lógica filosófica aristotélica de não contradição, da qual como ciência somos herdeiros e estamos acostumados a usar como base para o pensamento.

⁵³Na psicanálise alguns modelos linguísticos são usados para demonstrar os conceitos, como: inconsciente pela lógica do significante; ato da fala pela lógica do enunciado-enunciação; discurso pela teoria do significante; e objeto. Outros modelos de demonstração usam a topologia, como a demonstração da relação demanda e desejo pelo toro; a fantasia pelo cross-cap; a estrutura do sujeito através da Banda de Moebius; e a transferência usando a Garrafa de Klein.

para demonstrar o princípio do inconsciente de que há contradição, continuidade entre opostos, o que nos permite pensar a continuidade entre exterior e interior no sujeito.

Ao desenvolver a ideia de Pulsão de Morte, Freud enuncia que não há nesse conceito uma contradição entre dois polos, prazer e desprazer, e sim um contínuo. A ambivalência vista desse modo não pode ser apenas a junção de opostos, mas a criação que comporte o contínuo de oposição dentro de si. Lacan, com a noção de angústia, também demonstra esse novo princípio filosófico (ou para alguns a-filosófico) que poderia ser enunciado como "há a contradição", ou "não há relação sexual", que significa que não há complementaridade, encaixe perfeito entre os sexos e nas relações.

Esse aforismo serve para entendermos a concepção lacaniana de sujeito⁵⁴. A ciência moderna, tal qual a concebemos é baseada no princípio de não contradição, ou seja, $A=A$, ou A não pode ser não A . Esse princípio enuncia a primazia da biunivocidade, que diz que um elemento dentro do conjunto A corresponde a uma relação única com os elementos do conjunto B , ou seja, cada palavra corresponde a um só sentido. Segundo Barbara Cassin (2013), Lacan irá propor uma mudança no princípio de todos os princípios, passar do princípio aristotélico de que "não existe contradição" para o princípio "não há relação sexual". Vejamos (LACAN, 1972, p. 453):

Leiam a Metafísica de Aristóteles e espero que, como eu, vocês sintam que é uma tremenda besteira. Três ou quatro séculos depois de Aristóteles começou-se a lançar dúvidas, as mais sérias, naturalmente, sobre esse texto porque ainda se sabia ler... Devo dizer que Michelet não concorda com isso e eu tampouco porque, realmente, como posso dizer, a besteira da prova da autenticidade seja lá o que for que se escreva, se me permitem dizer, de sensato, ou seja, que tenha relação com o real... Aristóteles se interroga sobre o princípio. Naturalmente, ele não tem a menor ideia de que o princípio é isto: é que não há relação sexual.

Lacan lança a partir da psicanálise a primazia do equívoco sobre a certeza, a biunivocidade na relação com o outro, ou seja, na linguagem. Teríamos então um deslocamento da primazia do enunciado, presente em Aristóteles, para a primazia da enunciação, presente na psicanálise. Em *O Aturdido* (1972), Lacan demonstra essa primazia do equívoco fazendo simultaneamente no próprio texto a subversão gramatical, semântica e do silogismo (refere-se à relação presente nos exemplos do catálogo dos catálogos e do "eu minto"). Assim se impede que haja metalinguagem, ou seja, faz com que o sentido seja

⁵⁴Barbara Cassin e Alain Badiou tentarão esclarecer através da análise do texto *O Aturdido* (de 19 de julho de 1972). No seminário *O Saber do Psicanalista*, na aula de 1º de junho de 1972, Lacan fala sobre a desconstrução da metafísica, da ciência baseada no aristotelismo com a qual estamos acostumados a nos referir ao tentarmos entender o sujeito.

construído pelo leitor, fala-se sempre pela primeira vez a respeito do texto. Nesse artigo complexo e quase incompreensível, Lacan leva ao extremo a posição de não obedecer ao princípio da não contradição, usando-o em quase todas as frases. Também na poesia e na sessão analítica podemos observar a emergência desse princípio da presença da contradição em muitos momentos, como no ato analítico. Lemos em Cassin que(2013, p. 17)

Não há sentido que não seja equívoco, e isso se chama 'ab-senso', escapadela para fora da norma aristotélica do sentido – norma, aliás, constitutiva da regulação perene da linguagem, tanto é que ela não cessa de retornar, nem mais nem menos que o inconsciente.

O equívoco está ligado à enunciação e correlatamente ao inconsciente, é a ele que Lacan se refere quando diz que o "[..] que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve"⁵⁵ (LACAN, 1972, p. 448).

Se essa é a concepção de inconsciente à qual Lacan se refere, a demonstração de sujeito deriva também do equívoco como primazia e da queda do princípio de "não contradição". Ou seja, se dizemos que $A=A$, isso pode ser tão verdade quanto dizer que A é diferente de A . As duas sentenças podem, sim, ser verdadeiras ao mesmo tempo. Nesse sentido, Lacan eleva a guerra ao estatuto de estrutura também inconsciente, pois está submetida ao princípio do *ab-senso*, da não relação sexual, do que escapa ao princípio aristotélico de "não contradição", podendo ser várias em si mesma. Aqui está o princípio do que iremos mais tarde entender como a impossibilidade de se pensar a guerra apenas como fenômeno, apontando para a necessidade de considerar a estrutura social que a sustenta, ou seja, o discurso por trás da guerra. Essa é uma visão preciosa para entendermos o fenômeno por trás da guerra do tráfico.

Assim, a partir desse momento entenderemos a guerra para a psicanálise também como uma polifonia de conflitos discursivos, e é justamente esse o enfoque que Lacan dará ao termo em sua próxima referência a ele no seminário 15, *O ato psicanalítico* (1967). Nesse ano de 1967, o autor se debruça sobre o conceito de ato analítico em sua relação com o fim da análise e o tornar-se psicanalista. Esperava-se produzir com essa pesquisa um novo saber sobre o ato, especialmente sobre seu aspecto político. Por isso, Lacan usa como exemplo a imagem de Cesar cruzando o rio Rubicón, momento a partir do qual não há volta, é a abertura para algo novo, algo que chega a ser uma violação. Nesse sentido também é colocado o ato revolucionário, que introduz um significante cujo objetivo é suscitar um desejo novo ou a abertura para algo não conhecido.

⁵⁵No original em francês "*Qu'on disse oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s'entend*".

Duas concepções oferecem uma outra saída para a alienação, posição representada pelo dilema "ou não penso ou não sou": a obrigação de optar entre o sentido e o ser, ou entre a identidade e o inconsciente. A esse dilema Lacan deu o nome de escolha forçada. Ele é representado pela anedota hegeliana em que o sujeito precisa escolher entre "a bolsa ou a vida", ou entre a "liberdade ou morte". A psicanálise possibilitaria ocupar o lugar do "eu não sou", ou seja, uma outra escolha (HOFFMAN, 2009).

Para falar sobre o ato, Lacan usa o Grupo de Klein, quadrante que traz a referência lógica para ajudar a elucidar o que seria essa operação que se dá entre psicanalista e psicanalisante. Nessa aula, Lacan indica a leitura livro de André Glucksmann, *O discurso da guerra*, que fala da (LACAN, 1967, p.118)

[...] influência do discurso da guerra sobre a guerra... influência que não é significante, como vocês verão na leitura desse livro, que responde a uma certa maneira de tomar o discurso de Hegel como discurso da guerra, e onde se vê claramente como ele tem seus limites do lado técnico e do lado militar.

Assim, o teórico retoma novamente a guerra como discurso e não apenas fenômeno, assim como o vimos fazer no seminário *A Identificação* (1961-1962). A psicanálise aparece aqui como discurso válido fora dessa guerra, que também pode dar conta de fazer uma diferença entre os discursos da guerra que aparecem em Hegel e Clausewitz. Lacan não explica qual seria exatamente essa diferença, mas aponta para o conceito de Clausewitz de dissimetria entre as duas partes da guerra: o heterogêneo (que vem a determinar a ofensiva) e a defensiva. Essa dissimetria estaria relacionada ao que seria também o "fruto do ato" psicanalítico, o objeto representado pela fórmula "*Wo Es war, soll Ich werden*", traduzido por nós como "ali onde eu era, devo advir como sujeito".

Façamos uma pausa nesse momento para justificar a necessidade de tamanha digressão para a construção do conceito de guerra. Para responder por que os adolescentes da periferia escolhem entrar na guerra do tráfico é necessário entendê-la para além do fenômeno. Só assim poderemos compreender que esse adolescentes já estão na guerra desde o seu nascimento, pois a guerra diz mais sobre o laço social do que sobre o fenômeno em si. Caso contrário, a "escolha" desses jovens irá nos parecer ou fora da lógica da luta pela sobrevivência, ou apontando para uma agressividade inata, duas opções que nos parecem um erro, para não dizer mentirosas.

A construção do conceito de guerra nos seminários lacanianos lança luz sobre a forma como esse discurso incide na subjetividade dos jovens, influenciando suas escolhas. Esse

desenvolvimento está em consonância com a teorização foucaultiana apresentada no subitem *Primeira escrita da guerra*, no qual vemos a origem da problemática da guerra como racismo de Estado, ou seja, um discurso de segregação. Os jovens entrevistados falam de uma relação com a lei, a polícia e a sociedade que é muito específica e distante da relação vivenciada por esta pesquisadora. Esse é um dos indícios de que falamos de "posições" diferentes na sociedade, posições que são produto de discurso.

Lacan volta a falar da guerra no dia 19 de março de 1969 durante o seminário 16, *De um Outro ao outro* (1969), em um dia que relata estar com 39 graus de febre. Nesse seminário, o psicanalista pretendia definir o discurso analítico, mas só consegue definir as coordenadas do discurso: S1, S2, o sujeito, o objeto a, o saber, a verdade e o gozo. Esses elementos são premissas para o seminário do ano seguinte, *O avesso da psicanálise* (1970) no qual ele irá definir os quatro discursos: do mestre, do universitário, da histérica e da psicanálise⁵⁶. Durante esse ano fala-se muito das manifestações populares de maio e do sistema capitalista, que introduz o poder liberal e cujo reino se deve a sua ligação com a ascensão da ciência. Aqui Lacan volta a falar da guerra como fenômeno, relacionando-a ao capitalismo. Na concepção do palestrante, a guerra faz parte do sistema capitalista, que a reproduz a cada 20 anos. O psicanalista se declara inconformado com o alistamento de jovens mesmo após a mediocridade da segunda guerra.

Nesse seminário também é introduzido o conceito de mais-de-gozar, baseado no conceito de mais-valia, de Marx. Mais-valia é a diferença entre o valor da mercadoria produzida e o valor do trabalho do trabalhador. Essa diferença vai para o capitalista, que também não fica com tudo, pois precisa reinvestir uma parte na produção. Assim, ninguém toma posse completa desse excesso. Transpondo essa ideia para a economia do gozo, o mais-de-gozar também representa a perda de gozo produzido pelo discurso, efeito da enunciação.

O último seminário no qual a questão da guerra é tratada é o de número 21, *Non-dupeserrents* (1973-1974), ou *Os não-tolos erram*. Essa palestra retoma a posição do inconsciente a partir do nó borromeo e também a equivalência entre real, simbólico e imaginário, preparando para o seminário do ano seguinte, *RSI* (1974-1975). Nela, Lacan toma o real como dimensão (ou melhor, dis-mensão, menção dita, como ele define) por direito próprio, não como aquilo que está excluído. É o furo que mostra a impossibilidade de que as coisas se encaixem perfeitamente, que possamos nos sentir completos (não há relação sexual). A escritura, a partir do nó, seria o que faz borda a esse real, no qual não temos mais nada a

⁵⁶ No capítulo seguinte faremos uma retomada do conceito de discurso em Foucault e na psicanálise lacaniana, explicitando a estrutura desses quatro tipos de discursos e mais o chamado discurso do capitalista.

fazer a não ser sermos tolos, pois esse é o meio para entender que o inconsciente é um saber que se inventa exatamente sobre esse furo (LACÔTE, 2009).

Portanto, os não-tolos são aqueles que se recusam a liberdade da ação, da captura do espaço do ser falante, do inconsciente. Os sonhos, assim como outras formações do inconsciente, dependem da estrutura do desejo para se manifestarem. Essa estrutura é definida a partir de um limite do gozo que é dado pelo sentido. No entanto, essa ideia não se refere a qualquer sentido, ela fala a respeito do sentido sexual, o *non-sense*, que não se define senão por não poder se escrever. Essas formações do inconsciente são contingentes e acompanhadas por uma certa previsibilidade que vem da observação do que se repete. Isso que não cessa produz o erro como manifestação inconsciente do desejo. Assim, podemos entender que os sonhos são fenômenos relacionados ao "ciframento" do gozo e à marcação do desejo, pois a estrutura é marcada pelo desejo do Outro, no qual o sujeito já nasce incluído através da linguagem.

Sobre essa falta de completude, chamada de "não há relação sexual", e seu conflito dinâmico com o gozo, Lacan diz que são como dois exércitos que se encontram em uma guerra (LACAN, 1973-1974, p.15, tradução nossa):

[...] sobre o que se passa no encontro dessas duas tropas que se chamam exército, e que, além disso, são discursos ambulantes, enfim, eu quero dizer que cada um não se sustenta a não ser que se creia que o capitão é S1. Bom. É mesmo claro, que, se a vitória de um exército sobre o outro é estritamente imprevisível, é que do combate não se pode calcular o gozo. Que tudo está aí, enfim: se há aqueles que gozam de se fazerem matar, eles tiram proveito disso. Eis aí. É um pequeno resumo concernente ao que pode ser do contingente, quer dizer, do que não se define senão de incalculável.

Aqui temos um uso da guerra como estrutura para fazer a analogia com a estrutura do sujeito, sua dinâmica psíquica que está em constante conflito. É também esse uso que está reproduzido na passagem em que Lacan fala sobre a Vitória de Manteneia e o texto de Freud, *Por que a guerra?* (1932). Lacan dá como exemplo a Vitória de Manteneia para explicar a previsibilidade do contingente. Essa foi uma batalha em 362 a.C. na qual o tebano Epaminondas foi vitorioso em cima dos espartanos em Arcádia. Porém, apesar de vitorioso, Epiminondas acabou encontrando a morte. Já o texto *Por que a guerra ?* é usado para exemplificar a falta de encontro perfeito, a não-relação sexual. Isso porque, quando Freud e Einstein se dividem sobre as explicações de porque existiria a guerra, eles não compreendem que, por mais que o esforço de tentar entender a guerra seja válido, ela é um furo que

representa um real para o qual não há resposta completa. Esse é também o resultado no qual chegamos, único possível, *um ensaio sem resposta*.

Portanto, concluímos que, na psicanálise lacaniana, a guerra aparece como fenômeno, em descrições de conflitos bélicos mundiais ou regionais, ou como analogia para a estrutura da sociedade e do sujeito. Quando os adolescentes que entrevistamos falam da guerra em que estão metidos, geralmente se referem a ela como fenômeno. Contudo, se analisarmos as descrições que eles nos dão, podemos antecipar que essa guerra é consequência de uma ligação com uma política mais ampla, vinda dos discursos que perpassam a sociedade e a definem. Isso seria o que estamos aqui chamando de guerra como estrutura relacionada à sociedade.

3.4. Conclusão: há guerra

Podemos concluir, portanto, que a guerra é um conceito que tem diversos usos, tanto no que se refere à política quanto à subjetividade. No geral, ela define uma espécie de conflito, podendo este ser bélico, relacional, político, dinâmico, econômico ou psíquico. O uso da palavra guerra está relacionado a quatro conceitos principais: 1) o fenômeno social, ou seja, o conflito bélico; 2) a analogia com o fenômeno psíquico (conflito interno entre instâncias ou pulsão); 3) a estrutura social, como discurso e política; e 4) a analogia da estrutura psíquica (Ver Apêndice B).

Figura 5 — Estrutura de uso do termo "guerra" na psicanálise freudiana e lacaniana

Assim, depreendemos não só que há guerra, pois esse conceito pode ser ampliado, como que não é possível falar em uma só guerra — é necessário entender que existem guerras em diferentes níveis sendo travadas. Vejamos (RAMÍREZ, 2005 apud CAMACHO, 2009 p.185):

A guerra é uma prática adotada pela humanidade como sua, um gozo sempre renovado e justificado no Outro, seja desde o discurso do mestre antigo ou desde o discurso capitalista, com a ciência a serviço do mercado. Todos estes discursos podem perfeitamente pedir o sacrifício da vida dos sujeitos em seu nome, seja como guerra santa, ou em nome de valores como a pátria e o lar, ou qualquer outra insígnia grupal.

Quando os jovens envolvidos nos conflitos bélicos que rodeiam o tráfico de drogas insistem em chamá-los de guerra, eles estão aproximando o fenômeno que vivem ao fenômeno descrito na história e na cultura. Todavia, como nos diz Foucault, a política, tal qual a entendemos hoje, foi construída através das vitórias de combates passados, que instituíram o racismo de Estado — discurso responsável pelos lugares sociais ocupados por cada grupo — e conseqüentemente a necessidade de existência dessa guerra.

Cada sujeito passa por um conflito interno para escolher se irá ou não entrar nessa guerra e tal escolha é contingente. No entanto, como vimos com Lacan, o contingente possui algo de previsível, pois vem da repetição que obedece à estrutura. Nesse caso estamos falando

tanto da estrutura do sujeito como da estrutura social. Através dessa enorme digressão, tentamos ampliar a visão sobre o que chamamos de guerra, pois acreditamos que só assim é possível entender o fenômeno ao qual esses adolescentes estão e são sujeitos.

4. Guerreiros: sujeito *Homo Sacer* no discurso

Os anos de infância vividos nas calçadas de Copacabana deixaram cicatrizes no corpo de Luz e ferimentos na alma. As piores marcas foram causadas pelos agressores disfarçados de gente civilizada, que se escondiam no escuro dos apartamentos, de onde lançavam pela janela o balde com água fervendo sobre o seu corpo e os das outras crianças que dormiam no chão. Muitas madrugadas acordou com a dor das queimaduras e os gritos de horror das amiguinhas. A única vingança possível era tentar acordar alguém com um choro agudo de criança apavorada, a implorar socorro, alguma proteção contra o ódio que vinha lá de cima. Às vezes percebia que algum curioso espiava pela fresta da cortina o seu sofrimento. Alguns acendiam a luz e apareciam na janela. Eram os solidários. Luz descobriu logo que uma lâmpada que se acende no prédio às escuras é o máximo de atenção que uma criança de rua desperta nas madrugadas de Copacabana.- Luz! Veja! Luz, luz!

(Caco Barcellos)

4.1. Tempo de COMPREENDER: o que se vê

Falamos no instante de Ver do capítulo anterior sobre alguns personagens físicos dessa nossa história, que correspondem também às funções ocupadas por esses sujeitos: o Exemplo, o Leitor, o Chefe, a Dona, o De menor, o Motoqueiro e o Cantor. Tentando compreender o que nos estava sendo dito, elevamos o discurso e nos propusemos à análise. Gravamos e transcrevemos três conversas nas quais eles tentam nos fazer entender, contando histórias, os conceitos, ensinamentos e leis "do morro". Aqui reproduzimos fragmentos que compõem nossa montagem desse documentário escrito. Esta é a edição, por vezes fora da ordem cronológica.

Fazemos uma parada para uma ressalva —até a interpretação tem data de validade, ou seja, precisa ser circunscrita em um tempo e espaço determinados. Essa montagem começa com uma pluralidade de falas que expressam o que escutávamos no momento. Aos poucos essas falas vão ganhando corpo e singularidade, vão nos fazendo enxergar o sujeito por trás desse discurso de guerra. Esperamos que a leitura proporcione essa mesma experiência de poder individualizar uma história para além e aquém dessa guerra. Vamos a ela. Iniciaremos com um rap cantado para nós por Cantor, um dos jovens entrevistados:

*"Vai sim, vai sim
 As guerras vão ter fim
 O morador vai ser feliz
 Viver em paz com seus filhinhos
 Vai sim, vai sim
 As guerras vão ter fim
 O morador vai ser feliz
 Viver em paz com seus filhinhos
 Cê tá ligado, mano?
 Nós vivemos em guerra
 Por isso eu vim falar
 Do morador versus favela
 Eu moro na favela
 E é difícil entender
 O que eu vejo é só tiro
 Drogas e preto morrer
 O mano entrar no crime sem noção
 Só para ganhar conceito, ter fama de bandidão
 Mas aí eu quero ver
 Quando polícia te pegar
 Você cair dentro do sistema
 Quem vai lá te visitar
 Os amigos somem
 As mulheres desaparecem
 Maria, minha mãe
 O seu filho não se esquece*

*O crime é cabuloso
Você que não tem noção
Me joguei na vida loka, depois que perdi meu irmão
Na casa do meu tio meu irmão foi velado
Depois daquele dia eu virei menor bolado
Aí irmão! As guerras podem ter fim
Mas só depende de você
Se ligou, irmãozinho?
Vai sim, vai sim
As guerras vão ter fim
O morador vai ser feliz
Viver em paz com seus filhinhos
Vai sim, vai sim
As guerras vão ter fim
O morador vai ser feliz
Viver em paz com seus filhinhos
Você subindo pra missão
De ninja e jaqueta
Vendo o povo de fase
Confundir com os de preto
Você anda pelo beco
Fala nada caladinho
Travadão, de costas assusta até com o gatinho
E vem um menino pequeno e correndo
Duas balas saem da árvore, uma criança tá morrendo
Morar no morro não é fácil
Combinado é difícil
Na minha letra eu mando
Apenas o que eu sinto
O mundo é sinistro
Eu sei e você sabe
Por isso eu faço a rima
E sigo na humildade
Tô mandando a real do que pega na favela*

Quem entende o que canto é quem mora dentro dela
Para os manos que se foram
E deixaram o mundão
Que Deus te dê um bom lugar
Porque ficou no coração
Nós somos feitos de carne e osso
E não de papel
Pros meus irmãos que foram embora
Nós nos encontramos no céu
Vai sim, vai sim
As guerras vão ter fim
O morador vai ser feliz
Viver em paz com seus filhinhos
Vai sim, vai sim
As guerras vão ter fim
O morador vai ser feliz
Viver em paz com seus filhinhos".
 (Cantor, 2011)

Já no final do primeiro dia, Cantor nos presenteia com um rap paradoxal, com o qual ele começa a nos explicar como é viver equilibrado sobre essa linha entre esperança e terror, sentido e *non-sense*⁵⁷. O desencontro de linguagens entra em cena, demonstrando que para ouvir é necessário aprender até mesmo a própria língua: *guerra*, *cêtaligado*, *cabuloso*, *sistema*, *vida loka*, *menor*, *missão*, *ninja*... É preciso aprender a língua para poder conversar.

A *guerra* é a disputa armada entre gangues do aglomerado, ela está relacionada com o tráfico mas não ocorre apenas devido ao tráfico. *Cêtaligado* é uma pergunta ou afirmação que invoca se estamos compreendendo o que é dito (o que, no nosso caso, não ocorria com facilidade). *Cabuloso* é um adjetivo de intensidade e grandiosidade, quando alguém é *cabuloso* significa que é muito perigoso, ou muito esperto, ou a situação foi muito difícil. O *sistema* é usado para designar a estrutura de segurança da polícia, o *menor* é o adolescente

⁵⁷ Em uma discussão sobre a construção do caso clínico no Laboratório: Rede Clínica do IP-USP, o professor Christian Dunker deu a sugestão de escolhermos um romance para usarmos de inspiração na escrita do caso. Mesmo não tendo-o citado diretamente preciso aqui fazer referência ao dono do estilo inovador que me auxiliou nas entrelinhas desse relato, o angolano Valter Hugo Mãe.

menor de idade, que não é punido pela justiça comum, e *ninja* é o carro da polícia. Deixamos a *vida loka*⁵⁸ por último, pois essa é uma expressão bastante complexa que designa a vida no tráfico e na criminalidade e até mesmo a vida em geral. Designa experiências marcadas pela subversão, algo do atravessamento de um limiar, ou seja, uma experiência de encontro com o real. Marca o surgimento de algo dentro da experiência que precisa ser designado por um significante novo. Esse termo surge como uma noção capaz de unificar as experiências dos jovens na periferia, demarcando entre eles os campos da comunicação e da ação cotidiana, e balizando as interpretações sobre a vida. Assim como essa expressão, outras também são estranhas à nossa compreensão linguística, pois têm como base outra experiência de vida, acompanhada de perto pela língua.

Logo no primeiro dia propusemos chamar cada um dos jovens apenas por apelidos, para que em nenhum caso eles pudessem ser reconhecidos, já que estávamos gravando as conversas. Um era Cantor, outro era Brown, e havia ainda o Blue. Alguém gritou como sugestão "*Valete!*". Nós acatamos. Todos riram, "*Aposto que ela não sabe o que é valete*". Um dos jovens nos explica: "*É porque quando os meninos aqui lá ia preso, assim na cadeia, tipo assim, na cadeia você tem que dormir de valete. Valete é que você tem que dormir de um lado pro outro assim. Aí você conta 30, 40 nego tudo dormindo, aí você dorme de valete*". Para nós uma inocente carta de baralho, para eles um chiste que remete à sexualidade e à situação de estar preso, dormindo no chão em uma cela superlotada. O desencontro da linguagem está posto no primeiro minuto de conversa e vai fazer parte do cenário.

"Falem do dia-a-dia de vocês, então", pedimos. O Chefe começa "*O dia-a-dia aqui é bacana, entendeu? Todo mundo aqui! Não é daquele jeito porque não é mais essa união aqui com todo mundo, não tem mais aquela união com os meninos tudo. Não tem os demais que era antes, agora tem uns meninos aí que, por exemplo, o Cantor, o Blue aí. (...). Eles antes não ficavam aqui, os demais foram tudo*". "Morreram todos?" perguntamos. "*Foram presos*". Ou seja, o dia-a-dia é bom, mas alguns amigos morreram, outros foram presos do lado de fora (na prisão), e eles estão presos do lado de dentro, pois não podem circular pelo morro, não podem sequer sair da rua onde traficam.

O Chefe continua: "*Mas no dia-a-dia é isso que você tá vendo aí. No final de semana é divertido, só os morador também. Se quiser vir de fora também é a mesma coisa, não tem tirção (...). É bom vir gente de fora pra saber de mais coisa [se referindo a nós], porque a gente também não sabe também*".

⁵⁸A pesquisa "Vida loka , porque o guerreiro de fé nunca gela" está sendo desenvolvida pela Ocip Pacto, em Belo Horizonte, para entender melhor o que seria a vida loka.

Apesar das coisas boas que existem no morro, os jovens nos contam que têm pouco acesso aos recursos disponíveis, tanto os próximos a suas moradias quanto os mais distantes. Perguntamos se eles saem pouco. Cantor responde que sai para bailes funk e o Chefe interrompe: *"Não, eu sou o único aqui que sai pouco. Eu já gostei, mas só que é foda"*. Eles nos explicam que *é foda* porque é perigoso, perigoso dos dois lados, tanto pelo risco de ser preso pelos policiais quanto pelo risco de ser morto pelas mãos dos inimigos das outras gangues. Essa rivalidade eles chamam de *desunião*. Até para ir para a escola ou para o trabalho fica difícil, pois, como eles precisam percorrer um caminho dentro do morro todos os dias, mais ou menos nos mesmos horários, fica fácil acontecer uma emboscada do inimigo. Blue resume: *"Isso aqui é rastreamento total de onde você vai"*.

Quando começamos a pensar em guerra entre gangues, uma das primeiras palavras que nos vem à mente é "violência". Isso porque "violência" e "jovens da periferia" são substantivos acostumados a participarem da mesma frase no senso comum. Mas que tal se pensarmos que esses jovens nem sempre são os agentes da violência? Se considerarmos que eles sofrem também desse mal, tanto o que vem das outras gangues quanto o que vem da polícia, do governo, da sociedade ou de nós? A violência é algo que vem sempre de fora, de outro grupo. Blue nos explica uma causa dessa guerra já no fim desse primeiro encontro: *"O pulo do gato tem, mas essa guerra que a gente está aqui não é por conta de droga não. Sabe por quê? É mais por causa dos homicídios também. É nego que matou nego na sacanagem. Os caras de óculos que moravam aqui sequestrou dois [meninos], e um cara de óculos levou lá pra cima. Eu era moleque e só pensava 'eu tenho que andar armado' (...) Me sequestraram duas vezes dentro do barraco, eu pensei que esses caras ia me matar, aí tem que ficar aguentando uns desaforos desses"?*

Muitas vezes as justificativas de entrada no crime aparecem como uma espécie de "mito de entrada", uma reação a uma grande violência que ocorreu com eles mesmos ou com seus familiares, e para a qual não houve mediação da polícia ou da justiça. Cantor nos conta: *"Entreí nessa vida quando mataram meu irmão aí, ó. É. Chegando do serviço. Queria matar um cara lá, chegou, deu tiro e matou ele"*. A nossa sensação, ao ouvi-los, é que, se eles mesmos não protegerem seu grupo, ninguém o fará.

No segundo dia de entrevistas, Blue relata seu mito individual da entrada no crime: *"Eu mesmo comecei porque minha irmã namorava um bandido. Aí eu vi muita história de mulher que os cara pegava elas à força, colocava no cativeiro. É muita pilantragem. Eu ia vendo isso aqui, ficava doido. Aí eu comecei a juntar dinheiro e comprar muito revólver, não foi? Eu tinha um cado de arma no meu barraco, droga... Aí os cara foi e já começou a ficar*

cabrero. Já achou que eu ia matar eles, e eu queria mesmo. Eu peguei lá, eles pegou e começou a ficar atrás de mim, me caçando e eu caçando eles, meu filho. Ia atrás mesmo, armado, chuva, sol, qualquer coisa. Melhor ele morrer do que eu, cê é doido? Mas aí o que for mais esperto morre depois".

Muitas vezes a violência sofrida é o que impulsiona a busca por proteção nos grupos. Pelo menos assim é justificada a aceitação para o recrutamento do exército. Galã, um jovem que se apresenta tentando seduzir através da violência, também oferece seu testemunho: *"Eu já tomei tapa na cara aqui, depois eu comecei a roubar. Meu irmão era envolvido no crime aqui. Os meninos que tinha guerra com ele vieram com a ideia de sequestrar eu e o outro que morreu. Aí eu já fui envolvendo"*.

A necessidade de dar conta de um jogo que desconhecemos e que é imposto pelas regras da rua leva a um caminho compreensível, embora talvez o mais difícil. Vejamos este outro relato: *"Aí nessa época começou o crime, entendeu? Aí eu perdi a minha mãe, aí eu comecei foi a andar na vida do crime, tipo assim, usar droga, por exemplo, a maconha, usei crack, já usei crack na minha vida. Eu não saí não, eu venci! Faz nove anos que venci, Graças a Deus! Aí foi, e o crime vai andando, os homi pegava eu, me espancava, por modo que tinha meus documentos no bolso, mandava eu fugir dando tiro atrás de mim"*. Essa história não é de um menino, e sim de um homem com seus trinta e cinco anos que até hoje não conseguiu seus documentos de volta, o Chefe do Chefe⁵⁹.

Esse ciclo de agressividade vai se alastrando inclusive para as relações familiares. Para Blue, *"Nem precisou de eu pôr a mão no meu padrasto. Ele batia na minha mãe só porque minha mãe trabalhava. E quando ela chegava tarde ele batia nela. Quando ela chegava mais ou menos uma nove horas do serviço. Igual eu, tem muita coisa que você vê desde pequeno. Cê vai segurando, segurando e chega uma hora que você revolta, igual eu. Eu quase já matei meu pai"*.

Em tom de ameaça, Galã nos faz sentir na pele o mesmo medo vivenciado por eles ao nos explicar do risco que corremos por conversar com os jovens do aglomerado. *"Tô falando com vocês duas, a maioria desses meninos que vocês tão vendo aí ó, tudo tem guerra, tudo tem guerra. Às vezes você está ali no Fica Vivo. Cê acha que esses meninos tá tudo bem? Daqui a pouco, se chegar de repente assim, dá tiro nos cês que tá no meio deles. Entendeu?"*.

⁵⁹ No final do trabalho ficamos sabendo que o Chefe do Chefe seguiu nossas indicações e conseguiu pegar finalmente seus documentos, mesmo com o risco de ser pego pela polícia ao ir retirá-los. Ele preferiu correr o risco a ficar sem eles.

Desse modo, o jovem expõe que ali é terreno deles, e dessa guerra nós nada sabemos: *"Eu fico vendo vocês chegando aí perto desses menino. Dá pra chegar aí, dar tiro, eles podem conseguir correr, vocês não"*. E continua: *"Você está aqui, você está conversando com a gente, você acha que é uma coisa. Só que vocês, pô, vocês não têm conhecimento da pessoa, só quem mora aqui que tem. Às vezes você tá conversando com um cara psicopata mesmo e nem sabe. Eu não tô falando eu, não, eu sou um bosta graças a Deus. Eu, graças a Deus, não fiz nada. Eu não fiz nada de errado"*.

Quando se sabe que esse "nada de errado" significa matar alguém, fica mais difícil ainda ignorar o aviso. Não tem como evitar o medo passando sorrateiro pela espinha. Mesmo que o olhar não vacile, o sorriso ao falar da morte é a arma com a qual se demonstra o poder: *"Eu posso te falar com você a verdade? Não precisa de vocês acreditar não. O menino aqui já me conhece, ele aqui e os outro aí. Meu destino mesmo é eu matar esses cara tudo"*, diz Galã. Mesmo que seja um jogo de semblantes, é difícil nos mantermos imparciais, pois o erro de cálculo é arriscado. Ele finaliza fazendo um convite em tom de ameaça, *"um dia que eu fazer um filme vou querer fazer com ela aí ó"*.

Em resumo, por aqui a violência sofrida se transforma em violência oferecida. Parece que sempre *tem que descontar*. É quase um imperativo responder a uma violência com outra, se possível ainda maior⁶⁰. Não é necessário que o corpo do agressor seja atingido, mas sim o corpo do grupo, e nesse jogo qualquer peça pode ser trocada por um peão morto, rei, rainha, torre ou bispo. O Chefe nos explica o mecanismo desse jogo de xadrez: *"Você matou meu filho, eu vou lá e mato sua mãe, você é doido? Tipo assim; você matou minha família eu não posso matar sua mãe? O que você mais ama? Você matou meu filho, que que você tem que fazer? Ir lá e matar a mãe dele... infelizmente o cara feriu a família minha, é assim, né não?"*. Como dizer que não?

Perguntamos quando esse ciclo começa? Bom, *"A inimizade começa quando o diabo traiu Jesus"*. Impossível localizar o momento exato, tudo o que se tem são mitos, e a dor do luto impulsiona o giro, é o motor de novas e repetidas histórias. O Chefe do Chefe conta uma das tantas histórias que presenciou, de como o inimigo *tocou* (matou) o menino, gerando mais uma volta na engrenagem da guerra que nunca acaba, pois é sempre necessário correr atrás da honra do grupo, da família, se vingar. *"Aí foi indo, foi indo, foi indo e quando eu pensei eles foram lá e tocou o menino, matou o menino, aí pronto, aí começou a gerar a guerra. Quando rola um homicídio não tem jeito. Cê pode chegar, pode conversar, mas morrer nunca que*

⁶⁰Artigo Guerra, A. Martins, A., Canuto, L. Neves, C. A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional. **Revista Interação em Psicologia** No prelo.

morre. Sempre vai tá pensando, vai sempre querer correr atrás. Ah matou meu irmão, matou meu parceiro".

Essa lei de cobrir o luto com o sangue do outro é mortífera para ambos os lados. Assim como no filme *Abril Despedaçado*⁶¹, quando um mata, automaticamente fica marcado com sangue amarelo, signo de quem está condenado. *"Aqui, eu vou falar com você, tem que descontar mas vai sempre gerar a guerra, porque vai descontando, descontando e vai gerando"*, diz o Chefe. E continua: *"Não era pra ser assim não, mas é assim, infelizmente se um cara mata meu irmão eu vou ter que matar ele, pra mim eu vou descontar, não vou descontar vai é gerar mais"*.

O Chefe já entendeu o mecanismo de funcionamento dessa lei, e assim ele a subverte. Realmente mataram o irmão dele, e a vingança está anunciada para os inimigos, amigos, familiares e a própria polícia. Gritando essa vingança, o Chefe consegue mais um tempo para viver, porque sabe que, assim que concretizar sua vingança, a engrenagem vai girar e ele será o próximo alvo. Anuncia então a morte sem fazê-lo, ganhando tempo. Infelizmente, não se sabe até quando. A dor de quem perdeu um membro da família, um amigo, não deixa perdoar nem esquecer. *"Ele tá preso, diz que tá na igreja, e pá. Ele pode ir pra igreja, pode ser um pastor, quando chegar vou matar ele pelas covardia que ele já fez, porque já matou dez aqui. Eles vão te perdoar, mas e se já matou a família vai te perdoar? Perdoa não. A justiça quem faz é aqui mesmo... lá quem faz é Deus, aqui quem faz é nós"*, sentencia. Fred completa: *"É a lei da sobrevivência, né"*.

A guerra passa quase que por contiguidade — diga-me com quem andas, em que território moras, e já temos sua punição. *"Tem que matar ele porque anda com o Chefe do Chefe. A guerra forma assim"*, lamenta-se o Chefe, falando da sua própria situação. Para quem vê de fora, só existe o grupo, o indivíduo fica apagado. Continua o Chefe: *"Tudo bem, nós já tá no crime, matar um cara que não tem nada a ver gera revolta"*.

"Não é o dinheiro, não é por conta de dinheiro, não é por conta de nada. Mas o dinheiro traz a guerra também", diz o Chefe. O dinheiro não é responsável pelas guerras, mas também é. Paradoxo. Galã não tem dúvidas, *"O dinheiro dentro da favela fala mais alto. Em qualquer favela, você vê essa guerra toda é por causa de tráfico. Um quer vender mais que o*

⁶¹Filme do diretor Walter Salles, lançado em 2001, conta a história de Tonho (Rodrigo Santoro) e sua família que vivem no sertão brasileiro em 1910. Tonho é impelido por seu pai (José Dumont) para vingar a morte de seu irmão mais velho, assassinado por uma família rival. O protagonista vive uma grande dúvida, pois sabe que caso se vingue, terá pouco tempo de vida, pois será perseguido assim que o sangue do morto que ficou na camisa ficar amarelo. Inspirado no romance *Prilli i Thyer* (Abril Despedaçado), do escritor albanês Ismail Kadaré. (MAKINGOFF, 2014).

outro, aí começa as guerras". Fred explica o que também gera revolta: "Eu sou do corre [roubo], você do asfalto, chegou ali, vamos supor, se eu desci ali [no ponto de ônibus], você mesmo que seja, não é mais do que eu [você não é melhor do que eu]. Por que você está armado ali? Eu vou enquadrar [pegar, assaltar] ele porque ele chegou agora da correria [roubo]? Aí pega mal! Você pode enquadrar, por pegar, mas depois eu vou vir e eu vou te matar, uai. Aí gera a guerra é isso aí. Revolta dos humildes".

O que significa isso? Tradução: todos querem controlar o mercado, diz Blue. *"Um pega uma droga mais do que o outro já gerou a guerra aí, um quer ser o patrão. Igual caiu fedendo lá pra cima o chefinho da outra rua, ué. Por quê? Querendo comandar o morro, querendo pôr a boca só dele ué, nego mata ele sô, nego num qué sabe não".*

Nós ficamos nos perguntando, e quem faz essa roda parar de girar? A lei? A polícia? A polícia praticamente não é vista como um órgão de regulação, os jovens apontam a corrupção e a truculência como temperos que só servem para deixar a guerra mais picante. *"É por isso que a gente é cheio de guerra aí. [diz Galã] Por isso aí ó, eles vêm caçar dinheiro com nós aí, nós não dá ele, lá eles têm, aí o que eles faz, 'vou ficar entregando os meninos aqui de baixo porque lá eles tão ganhando'. Eles droga que eles prende é aí mesmo. Por Deus que tá no céu, menina. Essa droga que eles prendem aí, eles devolvem na favela. O que eles prendem em outra favela eles trazem para outra favela. Igual aqui ó, essa área que nós tem guerra, outro dia tava tendo festa lá, os polícia tava olhando as festa dos cara. Não conta pra ninguém invadir, fica cheirando junto com os cara. Por Deus do céu".* A denúncia da corrupção da polícia não apaga os crimes cometidos, mas nos faz entender a falta de confiança na lei e a admiração que esses jovens têm pelo *herói nacional*, o Capitão Nascimento⁶².

Pior do que estar do lado errado da lei é não saber qual é o lado certo. A falta de referência faz com que eles gostem mais do policial do morro que é incorruptível do que do policial que *alivia a barra com qualquer duzentão*. Galã nos conta que, além de revoltante, a corrupção da polícia também é perigosa, pois quem deve vira refém: *"Igual aí, eles andam de*

⁶² Referência ao personagem principal do filme do diretor José Padilha, *Tropa de Elite*, sucesso nacional lançado em 2007. A história se passa em 1997, quando o papa João Paulo II visitou o Rio de Janeiro, e o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), a tropa de elite da polícia do Rio de Janeiro, foi encarregado de sua segurança. O capitão Nascimento era comandante do esquadrão designado que tinha como missão não só proteger o papa como também treinar ao máximo seus substitutos e cuidar de sua família. O policial faz seu trabalho de maneira bastante agressiva, tanto com relação aos moradores da favela quanto com relação aos seus subordinados. O filme fez grande sucesso no Brasil principalmente por retratar um policial completamente intolerante a qualquer tipo de crime, inclusive a corrupção da própria polícia. Para os adolescentes envolvidos com o tráfico, ele continua sendo um herói respeitado por representar uma lei não caprichosa, igual para todos e, portanto, confiável (MAKINGOFF, 2014).

ninja pra cima aí, você vai lá denuncia um policial desses aí, eles trombam com você aí, eles te torturam você, te matam aí e fazem picadinho, picadinho de você". Frase engraçada, se não representasse um retrato tão cru das grandes dificuldades enfrentadas pelo nosso sistema de justiça.

Outro grande cenário habitado por esses sujeitos é a cadeia — os mais velhos já foram e os mais novos ouviram falar. Aqui a prisão é vista de duas maneiras: ou como uma exposição à violência e à degradação, o que só aumenta os sentimentos de injustiça e desprezo, ou como *livramento*, por estar guardado. Fred defende que o sistema de justiça acaba piorando a situação, devido ao descaso com que os presos são tratados: *"Porque cadeia não conserta ninguém mesmo, fica pior. Pior mesmo. Muda pra pior porque lá dentro os presos são mal tratados, trata que nem cachorro. Que nem cachorro não, que os cachorro aqui são tratados bem demais. Só de eles ficarem andando aí, ó. Lá não, lá a maioria dos presos sai é revoltado".* Mas é melhor estar preso do que morto, eles chegam a defender. Mijo diz, em frases separadas e desconexas que a prisão às vezes pode ser uma providência "de Deus", já que assim a pessoa, apesar de comer mal, ficar num local superlotado e longe da família, ao menos continua viva. Segundo ele, muitas vezes, se estivesse solta, já teria sido morta. O problema é que na cadeia tem que pagar para comer. Se você come, não importa a qualidade da comida, vai precisar pagar para o Estado depois⁶³. Eles se perguntam: como pagar esta dívida? E ponderam que, se arrumar serviço já era difícil antes, como ex-presos fica mais difícil ainda. Fred, que já viveu a situação, fala com propriedade do assunto: *"Olha só, só de eu ter ficado preso, eu ainda tenho que pagar o que eu comi lá dentro. Eu tenho que pagar, senão eu não pego meu atestado. Sem o meu atestado eu não tenho como trabalhar, ou então eu tenho que ficar me mantendo no crime. Eles querem me ver eu assim, se eles não quisessem me ver assim eles mudavam os procedimento pra eu arrumar um serviço pra eu trabalhar".*

Parece-nos até desculpa, mas há uma lógica nessa queixa sobre a dificuldade de se livrar da pena, mesmo depois que se sai da cadeia. Para Blue, que ajuda a mãe a sustentar a casa, se *"a gente não consegue arrumar emprego, o negócio é traficar. Como você vai ficar com as panelas em casa? Vivendo com a rapa? Às vezes nem rapa tem".*

Entretanto, topar entrar nesse jogo é aceitar grandes consequências e, como já vimos acontecer com Exemplo, é preciso aprender a conviver com o medo, esse parasita intruso que passa a habitar o corpo e o imaginário. Só que nesse caso não é só imaginação. O medo faz

⁶³ Não encontrei uma lei que trata sobre esse assunto, mas os ex-detentos nos dão esse testemunho.

com que o risco de um ataque "a qualquer momento" se transforme numa possibilidade "a todo o momento". "Em qualquer lugar" se trasfigura em "todo o lugar". É preciso estar preparado sempre, pois há sempre o risco. *"Igual nós ta aqui, a gente vê gente descendo, pode ser que eles desce. Quantas vezes eu estava ali parado, panguando, eles desce"*, um dos jovens nos explica. É preciso estar preparado, olhos se multiplicam entre as casas, controlam, cuidam, qualquer mero deslize pode ser, ou melhor, é o último.

O Chefe diz que quer sair do tráfico, mas é difícil. É possível sair do tráfico, mas da atividade não; da guerra é mais difícil sair, porque é necessário pagar as contas das vinganças passadas. *"Tem tempos, só que é meio difícil, sabe? Às vezes você tá trabalhando ali e fica grilado, o cara vê você na hora do almoço, igual ele falou, esse contato telefônico é foda. Ali você está despreparado, a única ferramenta que você tem é Deus"*, desabafa. O problema é que essa ferramenta não se vê, não se sente e não desvia bala. Quem deve será cobrado uma hora, e todo mundo sempre deve algo.

O Chefe do Chefe já está acostumado com a dinâmica: *"Se você matou o inimigo, você pode dormir tranquilo, ele não vai vim te perturbar? Outras pessoas vêm"*. O negócio é prevenir, pré-ver, para se proteger. Exemplo, que conseguiu sair do tráfico, explica como pré-ver: *"Vai ter um aqui dentro, mas vai ter um na atividade lá na rua pra ficar falando se está passando muita moto, se não está, sempre vai ter um lá."* Podemos completar essa fala dizendo que nunca se sabe diferenciar o que é projeção, imaginação, paranoia, do que é precaução. O outro é terreno desconhecido, não tem cara, então é preciso ter medo. Ou será que é preciso ter coragem? Há aí uma linha tênue, que pode dividir entre "estar vivo" e "estar morto".

A intensidade do relato nos envolve como se estivéssemos também nesses impasses... Isso tudo porque, se estamos em guerra, as casas são transformadas em trincheiras, as ruas viram território inimigo, os amigos próximos acabam sendo guerreiros e a vida precisa ser permeada pelo cálculo sensível da tática e da estratégia. Caso contrário, a consequência é uma só, diz Cantor: *"Era difícil sair daqui pra estudar, sair daqui 5:30 da manhã, a pé, como daqui lá no centro da cidade. É perigoso porque você não vê né, veio. [O inimigo] Vê você saindo todo dia daquele lugar. O que mais tem é escola, ainda mais daqui de dentro. Isso daqui é rastreamento total de onde você vai. Todo dia o cara vai vendo você passando ali, naquele horário ali. Aí um dia eles descobrem você, até o lugar que você vai e te cercam"*.

Na guerra há a suspensão do direito de circular, é preciso ficar preparado e não passar para o território inimigo, mesmo que isso signifique apenas uma rua. Galã descreve este perigo: *"A gente que tem guerra, só da gente colocar o pé ali na rua a gente já tá errado. A*

gente já dá motivo pros cara ali matar a gente". Blue lembra também que, quando se está em guerra, a disciplina é essencial e a diversão é restrita. Vida de soldado não é fácil. "Os cara vai dá tiro aí. Os homi [policiais] também é tudo safado... tem como curtir não. Eu mesmo não saio não, só saio para outros lugares ué. Aqui mesmo eu não curto não, já curtir antes, agora não dá não".

Os meninos são reconhecidos em muitos lugares como soldados. Se quem os identifica é do lado amigo, eles ganham respeito, admiração e às vezes são temidos. Porém, se são identificados como inimigos, é preciso correr, antes que seja tarde e o conflito tenha começado. Nesse contexto é imprescindível ter um grupo de apoio com quem contar, que partilhe uma história, uma pertença, faça a proteção na hora do combate.

Um dos jovens nos fala desse paradoxo que acreditamos ser compartilhado por todos: *"Aqui a vida é louca, pra fora é mais. Cê acha que às vezes fala as coisas e que a pessoa vai te entender, ela não vai entender não".* "Essa vida vale a pena mesmo com o risco de morte?", perguntamos. Ele responde: *"Aqui na quebrada, depois que você passou do centro pra lá, a gente já não é mais ninguém. Nós temos que ser o que nós somos aqui"*. Trata-se de um lugar, ao menos um, em que é possível extrair poder e orgulho do que se é: *"Tem quer ser você mesmo pra onde que você vai"*.

Depois de escutar tudo isso não é possível conter a pergunta, "tem como sair"? A resposta que recebemos é a mesma do rap do Cantor, "tem sim, mas, tem não". Blue conhece uma pessoa que saiu, mas sempre fica o medo: *"Eu conheço um que saiu, sair o cara não sai, ele tenta regenerar, ficar mais... Agora ele está morando em outra favela, mas qualquer momento eles podem ir lá e matar ele"*. Possível como impossibilidade, diz o Chefe: *"Não tem fim, não. Só depois que morre"*. O fim da guerra se iguala ao fim da vida. Não tem como escapar dessa lógica totalizante, *"Isso aqui é cadeia ou morte mesmo"*, diz Galã. A esperança tenta aparecer, mas, fraca, acaba rapidamente sucumbindo ao ideal trágico, parente da sabedoria popular e da memória. Cantor tenta manter a esperança mesmo com a adversidade: *"Quem escutar essa música, vai pensar 'esse cara é doido, que dia que as guerras vão ter fim?'. Isso não significa que a guerra tem fim não. A guerra tem fim pra quem quer sair da guerra. Mas tem uma música dos Racionais que fala assim também: 'Você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você'"*. Ou seja, tem fim, mas tem não.

Fora do crime é o lugar da família. Os jovens expõem o medo de não serem bons pais, não verem os filhos crescerem. Chefe conta que quer curtir a filha: *"Não é da guerra não, mudar, arrumar um serviço fichado, curtir mais a minha filha, a minha família, entendeu? Pegar a minha filha e dá um role com ela no Mac Donalds. Primeiramente, se perguntar, foi*

Deus [fez continuar vivo], depois a minha filha. Se eu vou fazer alguma coisa de errado eu penso nela. Se acontecer uns desacerto comigo quem vai cuidar da minha filha?".

Esta observação nos faz refletir — para quem topou entrar na guerra, às vezes parece que não há lugar fora, todos estão confinados dentro, como no totalitarismo. Nem o pensamento tem liberdade de cruzar os muros imaginários dessa instituição. Perguntamos a eles o que mais existe além da guerra, e a falta de significantes responde por Blue. Perguntamos: "E o que mais que tem além da guerra, hem?", ele responde, "*Como assim?*", repetimos a pergunta, "O que mais que tem aqui?" Ele não entende, e diz, "*Tráfico, tem tudo. Mais o quê? Tem que ter outras coisas também? O que... mas que coisa?*". Insistimos, "Coisas que acontecem aqui além dessa guerra?", ele parece perdido... "*Mas tem que saber alguma coisa. Como assim? Em que sentido?*". Não desistimos e refazemos a pergunta ainda mais uma vez, "O que movimenta o lugar é...?". Rosinha, uma menina que acompanhava o diálogo, precisa intervir e salvar o amigo, "*Eles faz uns negócio aí mas dá tudo errado sô, dá nada não*".

4.2. O discurso e a guerra

Os adolescentes envolvidos em situações de conflito com a lei demonstram, através de sua fala, essa indeterminação que faz com que as guerras tenham e não tenham fim simultaneamente. Blue tenta se apoiar na esperança, mas a associação livre mostra que *há e não há* esperança: "*Quem escutar essa música, vai pensar 'esse cara é doido, que dia que as guerras vão ter fim?'. Isso não significa que a guerra tem fim não. A guerra tem fim pra quem quer sair da guerra. Mas tem uma música dos Racionais que fala assim também: 'Você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você'*".

Outra situação mostra como esses jovens querem e ao mesmo tempo não querem sair do tráfico. Embora Chefe demande a possibilidade de um trabalho com carteira assinada, ele também descreve seu desejo de conquistar novos territórios para sua atividade de venda de drogas. O pedido pelo emprego "*é só de fachada, o negócio é falar a verdade*", diz. Essa presença da contradição é a mesma que possibilita que Chefe, ao anunciar que irá vingar a morte de seu irmão, encontre uma brecha para poder não fazê-lo. Satisfaz assim suas duas vontades ao mesmo tempo: cumprir com as obrigações morais do tráfico, matando o assassino de seu irmão, e se proteger de uma possível nova vingança, ficando vivo e não matando.

Assim, o próximo passo, depois de termos pensado o que é a guerra, no capítulo anterior, é entender quem são as pessoas que fazem parte dela, ou seja, quem são esses guerreiros e como se tornaram combatentes.

Primeiramente pensemos quais os meios de que dispomos para conhecer o outro. Podemos observar, ler teorias, ou escutar, tanto eles mesmos quanto outras pessoas falando a respeito deles. Esse arsenal de informações nos é fornecido através da linguagem, ou seja, das informações de que dispomos na cultura, e esse ponto de vista influencia o que pensamos. Essa espécie de ponto de vista difundido através da linguagem foi chamada por Michel Foucault em 1969 de discurso. Para compreendermos quais são as características desses guerreiros, como eles se comportam e como é seu modo de vida, pensamos que é necessário entender antes o que é o discurso.

4.2.1. Sujeitos no discurso: uma compreensão foucaultiana

Em linguagem coloquial, o discurso é a exposição de ideias proferidas em público, ou seja, uma fala. Entretanto, para Foucault, o discurso tem um alcance bem maior, segundo ele, o discurso está na ordem das leis (FOUCAULT, 1998, p. 9):

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

O filósofo inicia a sua discussão sobre os discursos em 22 de fevereiro de 1969, em uma comunicação apresentada na *Société Française de Philosophie*, intitulada posteriormente para publicação como *Qu'est-ce qu'un auteur?* (*O que é um autor?*). Nessa palestra, Foucault defende que o "autor deve apagar-se ou ser apagado em proveito das formas próprias ao discurso" (FOUCAULT, 1992 [1969], p. 80), pondo em evidência, assim, a função autor. Essa colocação é "[...] característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento dentro de alguns discursos no interior de uma sociedade" (FOUCAULT, 1992 [1969], p. 46). Por isso o nome do autor não é um nome próprio comum (FOUCAULT, 1992 [1969], p. 45), ele

[...] serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer 'isto foi escrito por fulano' ou 'tal indivíduo é o autor', indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto.

Ou seja, o autor é um foco de expressão que representa uma certa unidade de maneira e valor reconhecíveis nas obras a ele remetidas. Essa função está ligada simultaneamente ao sistema (FOUCAULT, 1992 [1969], p. 57)

[...] jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários "eus" em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar.

Nesse momento já é fácil perceber que a função autor não se limita ao autor de um texto. Ela pode dar origem a uma teoria, uma tradição ou uma disciplina, no interior dos quais outros autores poderão produzir suas obras usando da citação para se identificarem de alguma maneira àquele pensamento. Alguns autores, em especial Freud e Marx, possibilitaram, a partir de suas obras, uma transformação discursiva, criaram a possibilidade de novos textos aparecerem a partir deles, são portanto dois grandes "instauradores de discursividade" (FOUCAULT, 1992).

Essa discussão sobre a função do autor retira do sujeito o papel de fundamento originário de um discurso, subordinando não mais o discurso a quem o profere, mas o contrário, o sujeito, sua fala, seus textos e obras é que estão subordinados ao discurso do qual eles fazem parte mesmo sem saber. Portanto, não sejamos ingênuos de pensar que a política e a sociedade, tal como a vemos estruturadas, são fenômenos aleatórios, ou justos, ou mesmo ligados ao mérito. São fenômenos ligados ao discurso, que por sua vez determina posições sociais, valoração, exclusão e guerras, como a que descrevermos nesta dissertação. As falas desses jovens autores das orações descritas no tempo de Compreender, estão submetidas a um discurso maior, que os coloca na posição do que Giorgio Agamben descreve como *Homo Sacer*, e daí vem a necessidade de guerra de uns contra os outros, porque a guerra é uma resposta ao discurso, um sintoma do Estado de Exceção.

Como já vimos, existem inúmeras diferenças entre a guerra do tráfico, que estamos tentando compreender, e a Segunda Guerra Mundial, que deu origem ao campo de

concentração nazista. Entretanto, como vimos com Foucault, no livro *Em defesa da sociedade* (2005), é a política que é continuação da guerra, e não o contrário, ou seja, a política que temos hoje deriva das guerras travadas no passado. Sendo assim, a aposta que fazemos é que a posição social vivida por esses adolescentes em guerra, a posição de *Homo Sacer*, é produzida pela política, pela continuação de esquemas de poder produzidos por guerras passadas. E o que sustenta que hoje em dia essa política tenha vigor mesmo que a guerra propriamente dita tenha acabado? O discurso. Apostamos que o discurso sustenta as posições sociais.

Voltemos à explicação mais detida sobre o funcionamento dos discursos a fim de que seja possível acompanhar melhor nossos pressupostos. Em nossa sociedade, o discurso é controlado por seu exterior e por seu interior. Os procedimentos de exclusão pelo exterior se manifestam por três mecanismos discursivos, a saber, a interdição, a separação, e a oposição entre o verdadeiro e o falso (FOUCAULT, 1992). Primeiramente, na interdição — a proibição de que algumas coisas sejam faladas abertamente — percebemos que o discurso é um lugar privilegiado para a manifestação do poder no campo da sexualidade e no campo da política. Em segundo lugar, na separação, também chamada de rejeição, a palavra de alguns é anulada, não é acolhida e não ganha valor de verdade ou importância. É como o discurso do louco. Por fim, o terceiro sistema de exclusão, a oposição entre verdadeiro e falso, é baseado num conjunto de práticas pedagógicas com um suporte institucional que representa o modo como o saber é aplicado a uma sociedade, como ele é valorizado, distribuído, repartido e atribuído (FOUCAULT, 1992).

Já o controle do discurso por seu interior se dá pelos mecanismos do comentário, da disciplina e da autoria. O comentário é o produto de uma série de narrativas maiores que são repetidas de diferentes maneiras e em diferentes contextos. A autoria é o princípio de agrupamento do discurso como unidade e origem em uma significação. E, finalmente, a disciplina é o que é suposto no ponto de partida, o que é requerido quando se deseja construir novos enunciados. Essa disciplina, assim como as narrativas que dão origem ao comentário, é feita tanto de erros como de verdades, sendo que esses erros têm função positiva e histórica para sustentação de uma determinada posição política. Aí está o mecanismo de exclusão que funciona com base na oposição entre verdadeiro e falso, "[...] a disciplina é um princípio de controle da produção dos discursos. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras" (FOUCAULT, 1992, p. 36).

A doutrina dá validade aos enunciados a partir dos sujeitos que falam e sua pertença de classe, status social, raça, nacionalidade, interesse, luta, revolta, resistência ou aceitação. Ela liga indivíduos e certos tipos de enunciações, e lhes proíbe todos os outros. Por outro lado, ela

também serve para ligar grupos de indivíduos entre si e diferenciá-los de todos os outros, ou seja, a disciplina realiza a sujeição dos sujeitos ao discurso e dos discursos ao grupo. Retomamos esse conceito, pois é através desses mecanismos de exclusão exterior e interior que a fala dos jovens guerreiros estudados aqui é silenciada. Esse grupo sofre um processo paradoxal através do qual os jovens são incluídos pela sua exclusão, um conceito que veremos mais a seguir ao falarmos a respeito do *Homo Sacer*.

Foucault (1992) aponta que, se quisermos analisar as condições, o jogo e os efeitos do discurso, é necessário questionar nossa vontade de verdade, restituindo o caráter de acontecimento, próprio ao discurso, e suspendendo a soberania do significante. Para que isso seja possível é necessário colocar em ação um método de pesquisa que utilize, simultaneamente, os princípios de inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade. Vamos a cada um deles.

A inversão consiste em reconhecer o jogo negativo da rarefação do discurso no papel do autor, da disciplina e da vontade de encontrar a verdade, não nos deixando ocupar o papel ingênuo de acreditar que existem verdades neutras e atemporais no lugar de construções históricas. O princípio da descontinuidade propõe que os discursos sejam tratados como "práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem" (FOUCAULT, 1992, p. 52), não representam uma unidade, que é mais imaginária que real. Já a exterioridade consiste em fazer a análise a partir do próprio discurso, identificando sua regularidade e condições externas de possibilidade. E, finalmente, o princípio da especificidade consiste em (FOUCAULT, 1992, p. 53)

[...] não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nossos conhecimentos; [...] Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.

Portanto, é dessa maneira que tentamos compreender o discurso dos jovens envolvidos com a guerra do tráfico, entendendo que o que está por trás do estudo da guerra é justamente o discurso. Isso já havia sido enunciado no seminário *Em defesa da sociedade* (2005), no qual Foucault começa estudando a guerra e termina fazendo uma ligação desta com a política, mais especificamente com a biopolítica. Este foi justamente um dos conceitos usados por Agamben como base para a teoria do Estado de Exceção. Passemos agora para a compreensão de como esse discurso incide nos sujeitos, nossos guerreiros, para tentarmos entender o que os faz optar pela guerra.

4.2.2. Discursos no sujeito: uma compreensão lacaniana

Como já dissemos acima, em 1969, Michel Foucault apresentou uma palestra sobre autoria na Sociedade Francesa de Filosofia, na qual introduziu uma nova maneira de se pensar o discurso, relacionando-o aos mecanismos de poder. Em seguida, ele ministrou a aula inaugural intitulada *A ordem do discurso*, com a qual tomou posse da cadeira de professor no *Collège de France*, no lugar de Heidegger. Nessa aula, Foucault lança um desafio para seus ouvintes: pensar os mecanismos de incidência dos discursos no sujeito. Essa provocação foi aceita por Jacques Lacan (ALBERTI, 2002), que desenvolve, entre 1969 e 1970, um seminário intitulado *O avesso da Psicanálise*, no qual esquematiza as posições discursivas que o sujeito pode ocupar diante do outro e que caracterizam formas de discurso.

Os temas da linguagem, da fala e do discurso já haviam sido abordados por Lacan em seus ensinamentos, desde sua proposta inicial de retorno a Freud, nos quais ele entende o inconsciente estruturado como uma linguagem. Nesse momento, o conceito de discurso utilizado pelo psicanalista está mais relacionado à fala (QUINET, 2009), ao significante e a suas operações de metáfora e metonímia⁶⁴, que compõem a conjunção entre enunciado e enunciação⁶⁵. Mais tarde o discurso será considerado mais em relação ao liame social e à sua relação com o gozo e o poder. Nesse contexto os discursos constituem a realidade através do tratamento do gozo nos laços sociais.

Em 1953, em Roma, Lacan apresenta o texto intitulado *Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise*, no qual o discurso do sujeito é considerado como similar à sua fala, e o que o psicanalista procura é o que está por trás desse discurso, ou seja, "o que ele não diz" (LACAN, 1953, p. 249). Ele continua: "Mas para obter a confissão, é preciso que fale disso. Então, ele [o psicanalista] recupera a palavra, mas tornada suspeita por só haver respondido à derrota do seu silêncio, ante o eco percebido de seu próprio nada" (1953, p. 249).

⁶⁴"A *Verdichtung*, condensação, é a estrutura de superposição dos significantes em que ganha campo a metáfora, e cujo nome, por condensar em si mesmo a *Dichtung*, indica a conaturalidade desse mecanismo com a poesia, a ponto de envolver a função propriamente tradicional desta. A *Verschiebung* ou deslocamento é, mais próxima do termo alemão, o transporte da significação que a metonímia demonstra e que, desde seu aparecimento em Freud, é apresentado como o meio mais adequado do inconsciente para despistar a censura" (LACAN, 1998[1957], p.515).

⁶⁵O enunciado é o que se diz, as palavras usadas para expressar algo, o chamado dito. A enunciação, ou o dizer, é a posição que o sujeito assume diante deste dito, que é o próprio sujeito.

Assim, para o autor, a psicanálise se caracteriza pelos meios "[...] da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real" (LACAN, 1953, p. 259), ou seja, "[...] o inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta a disposição do sujeito para restabelecer a continuidade do seu discurso consciente" (LACAN, 1953, p. 260).

Nesse mesmo texto é possível perceber uma intuição de Lacan, ele antevê uma extrapolação do conceito de discurso para além da fala, algo que viria não só do sujeito mas também do social. Mesmo que o autor se refira mais à comunicação dentro da análise, podemos perceber uma extrapolação do conceito de discurso trecho abaixo (LACAN, 1953, p. 266):

O inconsciente do sujeito é o discurso do outro, eis o que aparece ainda mais claramente do que em qualquer lugar, nos estudos que Freud consagrou ao que chama de telepatia [...] casos de ressonância em redes comunicantes de discurso, cujo estudo exaustivo esclareceria os fatos análogos apresentados pela vida cotidiana.

O discurso, já nesse texto da década de 50, é visto como algo que influencia tanto a economia psíquica do sujeito (sua fantasia, seu desejo e as formações de seu inconsciente) como as suas manifestações em relação a outros sujeitos. Vejamos o que nos diz o autor (LACAN, 1953, p. 277-278):

[...] não é o bastante dizer que o conceito é a própria coisa [...]. É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas, inicialmente confundidas no *hit et nunc*⁶⁶ do todo em devir, dando um ser concreto à essência delas e dando lugar, por toda parte, àquilo que é desde sempre: *Kthéma es aei*⁶⁷. O homem fala, pois, mas porque o símbolo o fez homem.

É claro que aqui Lacan está invocando o significante e considerando o discurso como cadeia significante, da forma como lhe ensinou Ferdinand de Saussure (LACAN, 1998 [1957]). Entretanto, como já vimos, esse não é o único tratamento que Jacques Lacan dará aos discursos. Em 1969, Foucault sugere que talvez fosse possível construir uma *tipologia dos discursos*. "[...] talvez, seja tempo de estudar os discursos [...] nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação [...]; a maneira pela qual eles se articulam nas relações sociais" (FOUCAULT, 1969, p. 68). Segundo

⁶⁶ Expressão latina que significa "aqui e agora".

⁶⁷ Expressão grega que significa uma possessão aplicada a uma obra de arte ou literatura.

Sônia Alberti (2002), Lacan se sente convocado por Foucault quando, em uma de suas conferências, este utiliza o termo "retorno a..." (FOUCAULT, 1969, p. 64):

Por 'retorno a...' o que se entende? Creio que se pode assim designar um movimento que tem a sua própria especificidade e que caracteriza justamente as instaurações de discursividade. Para que haja retorno, é necessário, primeiro que tenha havido esquecimento, não esquecimento accidental, não uma recuperação devida a alguma incompreensão, mas esquecimento essencial e constitutivo.

O "retorno a Freud" ficou conhecido por ser o início da proposta de Lacan para o estudo das obras de Freud. Portanto, quando Foucault propõe também um "retorno" o psicanalista se sente invocado pela questão do sujeito e começa a formular uma teoria da incidência do discurso no sujeito. Continuemos com Foucault (1969, p. 69):

Como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode o sujeito ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer e obedecendo a qual regra? Em suma, trata-se de retirar do sujeito (ou o seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso.

Para Alberti (2002), a partir dessa provocação Lacan se coloca a trabalho no ano seguinte, em 1970, "[...] ocupando-se da relação entre verdade e saber e observando que, se a verdade é o lugar em que se produz a fala (sempre da ordem da ficção), o saber implica a articulação entre verdade e traço unário, (S1)" (ALBERTI, 2002, p. 46).

Esse seminário ocorre depois dos eventos de maio de 1968, em Paris, que questionaram o sistema universitário. Nele Lacan considera o discurso como correspondente "às estruturas mínimas de todo e qualquer liame social, sempre concebido como fundado exclusivamente na linguagem" (JORGE, 2002, p. 19). Essa tese é baseada no conceito de discurso usado pelo psicanalista em 1953, que concebe que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, o que gera como consequência que o liame social também o seria. Assim, a lógica do significante ordena tanto o sujeito como as relações entre sujeitos.

Passando para a nossa análise, seria também a lógica significante, e consequentemente o discurso, a responsável por ordenar tanto os comportamentos dos guerreiros quanto a relação que eles estabelecem entre si, com as gangues rivais e com outros grupos na sociedade. Nesse sentido, é a disputa entre grupos que gera as guerras e o sistema de exclusão, estes não são fenômenos naturais, e sim construídos através dos discursos.

No seminário *O avesso da psicanálise*, Lacan passa a priorizar a definição de discursos como aparelhos de linguagem que estruturam o campo do gozo. Ou seja, são os instrumentos

da linguagem que instauram relações fundamentais e estáveis no campo do gozo (QUINET, 2009). Segundo Lacan, trata-se de um "discurso sem palavras" pois não é necessário haver a fala para que ele atue, os enunciados nem sempre são explícitos ou evidentes, precisando ser descobertos ou interpretados para que se perceba o tipo de laço social ao qual eles estão submetidos. Vamos a Lacan (1970, p. 11):

Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe que as enunciações efetivas. Não há necessidade de enunciações para que nossa conduta, nossos atos eventualmente se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais.

Ou seja, o discurso é da ordem de um dizer (QUINET, 2009), pois o dizer é aquilo que funda os fatos, que são as relações entre as pessoas, mesmo não sendo necessariamente da ordem da fala.

A partir dessa conceitualização, Lacan propõe quatro discursos (a princípio) que se referem a impossibilidades, ou seja, às profissões impossíveis descritas por Freud em *O mal-estar na civilização* (1930). São elas: governar, educar e psicanalisar, somada a ação de fazer desejar, instituída pelo próprio Lacan. Esses impossíveis invocam, cada um, um agente que se dirige ao outro: o mestre, o saber, o psicanalista e o sintoma. Portanto, é possível concluir que "[...] todo o discurso é, por um lado, uma tentativa de estabelecer uma ligação entre o campo do sujeito e o campo do Outro, e, por outro, a confirmação de que um impossível radical vigora entre sujeito e Outro" (JORGE, 2002, p. 27).

Assim, Lacan escreve uma estrutura discursiva que articula quatro funções entre si: agente, outro, produção e verdade. É importante entendermos essa estrutura do discurso, para podermos compreender melhor o fato de que as características dos guerreiros, seu comportamento, suas preferências e habilidades, não são de origem natural, mas sim respostas a uma determinada estrutura discursiva que os coloca em determinada posição em relação ao outro. Os problemas aparecem quando essas posições passam a ser fixas, e não dinâmicas.

Figura 6 — Esquema do Discurso para Lacan

O lugar do agente é considerado por Lacan como o lugar dominante, que irá dar nome ao discurso: no Discurso do Mestre, o dominante é a Lei, o Poder (S1); no Discurso da Histórica, quem domina é o sintoma (\$), o sujeito da interrogação; no Discurso do Psicanalista, o dominante é o sujeito do desejo (a), o que corresponde ao laço social inventado por Freud no século XX, em que o analista se coloca como causa libidinal no processo analítico; e, no Discurso do Universitário, o dominante é o saber (S2). Todo laço social que trata o outro como escravo pode ser identificado como sendo do mestre; aquele que trata o outro como mestre está no âmbito do discurso histórico; já o que considera o outro como objeto é o universitário; e o que trata o outro como sujeito é o discurso do analista (QUINET, 2009). É necessário que haja uma circulação, uma dinâmica entre os discursos, fazendo com que o um quarto de giro que transforma um discurso em outro possa atuar, sem que uma posição seja fixada, para que o sujeito possa assumir várias posições no laço com o outro.

Figura 7 — Matemas dos Discursos para Lacan

Os discursos, ou laços sociais, regulam o campo do gozo. O **objeto a** é causa de desejo; o representante do mal-estar por ser a parte da pulsão que a civilização exige do homem; a renúncia, gozo fracassado, significa a parte excluída da linguagem; o **S1** é o traço unário, significante-mestre, matriz da identificação simbólica; o **S2** é o significante binário que representa a repetição do S1, o outro significante para o qual o sujeito está representado, o saber; o **\$** é o sujeito em sua divisão, ou seja, o sintoma. Cada uma dessas notações representam algo do sujeito, e a relação interna que esses elementos estabelecem caracteriza o tipo do laço social ao qual o sujeito estará estabelecido. A barra presente nas duas frações entre o nominador e o denominador não corresponde exatamente à barra do recalque. Lemos em Quinet (2009, p. 33) que

[...] a barra da primeira fração é aquilo que indica o representante e o representado em cada laço social. O representado, escamoteado pela barra, é o que sustenta a verdade de cada discurso. O agente de cada laço social é o agente da verdade para o outro produzir alguma coisa.

Assim, no discurso do mestre, o governo se instaura a partir das leis, representadas por S1, mas o que é escamoteado é que são sempre sujeitos (\$) que sustentam esse governo e que precisam cumprir as ordens e se submeter. No discurso universitário, ou burocrático, a educação se faz pela propagação do saber (S2), que é considerado como verdade, mas o que esse discurso escamoteia é que esse saber é sustentado por nomes de autores (S1) que lhe dão legitimidade. No discurso histórico, o agente é o sujeito do inconsciente com seu sintoma e sua divisão (\$), e a verdade escamoteada, representada por baixo da barra, é que o objeto a, mais-de-gozar, é o que move o sujeito. Finalmente, no discurso do analista, o psicanalista funciona como *semblant* de objeto a para o analisando, sustentando como verdade o saber sobre a castração. Ou seja, há um sujeito no ato de governar, um tirânico no ato de educar, um gozo no ato histórico e um saber no ato analítico (QUINET, 2009).

Todos esses discursos comportam uma junção que é impossível, a união entre produção e verdade. Essa é a operação marcada pela castração. Em 1974, Lacan formaliza o que chamou de discurso do capitalista, uma variante do discurso do mestre que não possui ponto de impossível, *foracluindo a castração*. No programa de televisão que deu origem ao texto intitulado *Televisão*, Lacan diagnostica o mal-estar na modernidade como produto do capitalismo, afirmando que esse sim seria o discurso dominante da nossa sociedade, e não o discurso universitário, como havia afirmado em 1970.

O discurso do capitalista se caracteriza pela inversão dos termos da primeira fração do discurso do mestre — o sujeito fica no lugar de agente e o significante-mestre no lugar da verdade. Essa nova operação faz com que a relação não seja entre o agente e o outro, mas sim, do produto com o agente e da verdade com a ciência, marcando uma circularidade que faz com que os sujeitos fiquem presos na dinâmica de consumo. Nesse discurso, o agente passa a ser o consumidor (\$) que só se relaciona com objetos-mercadoria, ou *gadgets* (objeto a). Estes são comandados pela verdade do sujeito, que é o capital (S1), que por sua vez é produzido pela ciência e pela tecnologia (S2).

Figura 8 Discurso Capitalista

Como nesse discurso não há relação entre o agente e o outro, uma vez que o agente só se relaciona com os objetos-mercadoria, ele exclui o outro do laço social, é um discurso que não faz laço social. Por esse motivo, somado à falta de impossibilidade que torna o discurso circular, alguns autores consideram que esse não é propriamente um discurso, pois todos os discursos dizem respeito a uma relação entre sujeito e outro. Dessa maneira, o discurso capitalista não é regulador e sim segregador, "[...] a única via de tratar as diferenças em nossa sociedade científica capitalista é segregação determinada pelo mercado: os que têm ou não acesso aos produtos da ciência" (QUINET, 2009, p. 41).

Nossa hipótese frente ao que escutamos é que o discurso dos jovens de periferia envolvidos na guerra do tráfico fala sobre uma circularidade que é característica dessa forma de "discurso", ou seja, o discurso capitalista⁶⁸. Os jovens nos contam histórias que demonstram o paradoxo no qual estão metidos, suas famílias e eles próprios sofrem com a agressividade, seja ela do cunhado traficante que sequestra a irmã, ou do pai que humilha a mãe (como no caso de Blue), ou dos policiais que espancam (como no caso do Chefe do Chefe), ou ainda dos outros grupos do morro, que sequestram e ameaçam de morte (como no caso de Galã).

Na maioria das vezes, esses jovens não podem recorrer à mediação da polícia e da justiça, seja porque não têm confiança nos policiais (que ora cumprem a lei, ora a descumprem), seja porque os policiais não conseguem subir o morro para fornecer proteção e fazer a justiça, devido ao tráfico ou até mesmo à ausência de ruas. Eles precisam, portanto, buscar sua defesa sozinhos para não morrerem, ou se armando ou entrando para um grupo de apoio. A entrada nesses grupos coloca-os na linha de frente do conflito armado no morro, o que os transforma novamente em alvo da agressividade, tanto dos outros grupos como da polícia, mas agora de maneira mais forte.

Esse foi apenas um dos exemplos da circularidade paradoxal que existe no modo de vida desses jovens. Outra evidência é a relação com o reconhecimento. Os jovens dizem: *"Aqui na quebrada, depois que você passou do centro pra lá, a gente já não é mais ninguém. Nós temos que ser o que nós somos aqui"*. A busca de uma vida melhor, mais dinheiro, mais status dentro da favela, mais segurança e respeito com o que eles são e dizem, tudo isso são incentivos para que eles entrem no tráfico e na guerra, pois, fora do território onde moram, esses adolescentes se sentem invisibilizados.

⁶⁸ Alguns autores consideram que o discurso capitalista não seria propriamente um discurso, pois não tem ponto de impossibilidade.

A possibilidade de se defenderem através de armas gera poder e reconhecimento pela agressividade. Entretanto, recorrer a esse estilo de vida tem como consequência uma certa exclusão, pois os jovens passam a ser perseguidos por outros grupos relacionados ao tráfico, o que faz com que precisem sempre se esconder dos rivais, e inclusive os impede de circular dentro do morro em algumas ocasiões.

Essa relação paradoxal de inclusão na sociedade através da exclusão é reconhecida por Giorgio Agamben como sujeitos *Homo Sacer*. Avançamos ousando, com outra hipótese que soma-se à anterior, articulando o discurso do capitalista à noção de *Homo Sacer* que pretendemos desenvolver. A hipótese é que esses guerreiros se caracterizam por ocuparem esse lugar na sociedade, marcados por uma espécie de laço social que os segrega, ou seja, um laço de desenlace. Essa posição é difundida e reatualizada pelos discursos, estruturas de linguagem que produzem a nossa relação com o outro. É possível observar que esses jovens incorporam e evidenciam a presença do discurso capitalista, que paradoxalmente não é um discurso, pois segrega e impossibilita a relação com o outro diretamente.

4.3. O *Homo Sacer* e a guerra

Homo Sacer é um conceito cunhado por Giorgio Agamben, filósofo italiano cuja produção se concentra nas relações contínuas entre filosofia, ética, estética, lógica, literatura, poesia, política e o meio jurídico, compreendendo-as como áreas implicadas umas nas outras e indiferentes. Esse autor é considerado um importante expoente intelectual sobre a teorização do mundo contemporâneo e vem sendo usado como referencial teórico de diversas pesquisas. Ele retoma a figura do direito romano antigo, *Homo Sacer*, para evidenciar o ponto entre o poder soberano e a biopolítica que é exercido pelo meio jurídico e que torna certas vidas, *Homo Sacer*, matáveis. A pesquisa de Agamben trata do ponto oculto entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico de poder, questão que foi ignorada por Foucault (ENDO, 2011). Ou seja, o autor reinscreve o poder soberano como atuante, e considera que a biopolítica é tão antiga quanto a exceção soberana. Na relação com a política, também podemos observar a presença da extimidade e do contraditório na constituição do sujeito, principalmente quando pensamos os sujeitos na guerra do tráfico, excluídos e incluídos da política.

Agamben retoma a distinção feita por Aristóteles entre Bios e Zoé. Bios é o reino da ética e da moral onde se manifesta o juízo, representa o modo de viver dentro de um grupo que depende da linguagem. Já Zoé é a vida nua, a vida natural e biológica comum a todos os homens, ou seja, a mera existência. Para o autor, o *Homo Sacer* demonstraria a inversão da tese de Walter Benjamin de que a vida nua seria onde cessa o domínio do direito sobre o vivente. Para Agamben, a vida nua é o campo em que se mantém o paradoxo (ENDO, 2011), é o lugar em que a vida foi excluída por sua inclusão, onde só o direito pode alcançar o vivente. Assim, a vida torna-se matável pela ordem do poder soberano juridicamente construído, o poder jurídico torna o vivente excluído, aniquilado e matável.

O paradigma de onde esse processo acontece são os Campos de Concentração nazistas descritos por Hannah Arendt, nos quais o indivíduo é reduzido a pura Zoé, animalizado, e seu corpo é privado de sua diferenciação, absolutamente controlado e aniquilado. Chefe diz: "*Era para qualquer um, até criança*". Ao que o Chefe do Chefe completa: "*Ficou uma hora caído em frente ao batalhão de polícia, ninguém saiu. Eles devem estar dormindo essa hora lá dentro*".

Para entendermos que a construção disso que consideramos ser um lugar social ao qual estamos todos sujeitos (mas que alguns encarnam mais que outros) não é natural, e sim desenvolvida através de eventos históricos, acontecimentos e guerras, é necessário revisitar os conceitos de apátrida, de Hannah Arendt, e de biopolítica, de Michel Foucault, esta última desenvolvida na última parte do curso ao qual já nos referimos, *Em defesa da sociedade* (2005, [1975-1976]).

4.3.1. A criação dos direitos humanos e do cidadão de acordo com Hannah Arendt

Hannah Arendt começou a escrever *As origens do totalitarismo* (1990), obra que será usada por Agamben em sua construção teórica, logo depois da Segunda Guerra Mundial. A autora estuda a cena contemporânea e o surgimento de estruturas de poder voltadas para uma forma total de dominação, que, baseada na crença da superioridade da raça e da ideologia, não se furta à eliminação de populações inteiras (BIGNOTTO, 2012). Só é considerada uma pessoa aquela que estiver relacionada a uma nação para lhe proteger e garantir seus direitos. Arendt (1990) chega a essa tese analisando a política de Hitler. O ditador alemão despatriotizava os judeus antes de enviá-los ao Campo de Concentração, pois assim, como

apatriados, eles não seriam reclamados ou defendidos por nenhum país. Os apatriados não dispunham de governos que os representassem e protegessem, portanto, eram obrigados a viver ou sob os desígnios dos Tratados das Minorias (que todos os governos haviam assinado, mas não era lei) ou sob a ausência absoluta de lei.

Mesmo antes de Hitler, com o surgimento das minorias na Europa oriental e meridional, um elemento de desintegração foi incluído como poderosa arma do totalitarismo: a desnacionalização. Os representantes das grandes nações tinham consciência de que só existiam duas possibilidades para as minorias, serem assimiladas ou liquidadas mais cedo ou mais tarde. O Tratado das Minorias era garantido por uma entidade internacional, a Liga das Nações, que garantia uma lei de exceção para aqueles que, por não serem nacionais, não eram considerados cidadãos e não tinham proteção legal. Percebe-se que o interesse nacional já teria prioridade sobre essa lei muito antes da afirmação de Hitler de que "o direito é aquilo que é bom para o povo alemão" (ARENDT, 1990).

As mobilizações em massa dos apatriados trouxeram duas consequências. Em primeiro lugar, os Estados se reservaram o direito de não conceder mais asilo político a essas populações, em segundo, a Declaração dos Direitos do Homem não foi considerada como lei em nenhum Estado. Vários países com numerosos grupos minoritários foram encorajados pelo exemplo alemão a se livrarem de seus grupos minoritários. Portanto, a eliminação das minorias não foi um fenômeno de anomalia da Alemanha, e sim uma tendência localizada na história que foi seguida por outros países. Os povos sem Estado ficavam completamente "[...] a mercê da polícia, que por sua vez, não hesitava muito em cometer atos ilegais para diminuir a carga de *indésirebles* no país" (ARENDT, 1990, p. 316).

Hitler não inaugurou o Campo de Concentração, ele apenas o usou em uma escala nunca vista. Segundo Arendt (1990), no século XX o Estado usava seu poder soberano de expulsão para cometer atos ilegais contra os apátridas, inclusive contrabandeá-los para os países vizinhos. "[...] o Campo de internamento tornava-se o único substituto prático de uma pátria" (ARENDT, 1990, p. 318). Uma vez alcançado o número de pessoas sem Estado que era admitido em um país, o despatriamento se alastrava como doença contagiosa. Não apenas os cidadãos naturalizados corriam o risco de serem revertidos ao estado de apátridas, como também as condições de vida dos estrangeiros deterioravam visivelmente. Essa análise demonstra claramente como os Estados-Nação modernos carregam uma herança de gestão social do Campo de Concentração, propagando um potencial generalizado em que todos têm a possibilidade de se tornarem *Homo Sacer*, pois todos estão sujeitados às leis da sua Nação.

O apátrida, sem direito a residência e sem direito de trabalhar, tinha naturalmente que viver em constante transgressão à lei e ainda estava sujeito a ir para a cadeia sem jamais ter cometido um crime, apenas o fato de ser estrangeiro já era o suficiente. Mais do que isso, toda a hierarquia de valores existente nos países civilizados era invertida no seu caso. Uma vez que ele constituía a anomalia não prevista na lei geral, era mais conveniente que ele se convertesse na anomalia que a lei previa, ou seja, o criminoso, para quem pelo menos existia uma lei de regulação e proteção. Por mais surpreendente que seja, se o despatriado cometesse um crime, sua condição melhoraria, demonstrando que ele estava definitivamente alijado dos direitos humanos.

Consideramos que essas observações de Arendt são atuais no que diz respeito aos grupos minoritários de hoje, no que concerne à situação de desamparo em face de uma lei que de certa forma os abandona (CARMO, 2011). Os adolescentes em medida de semi-liberdade ou de internação envolvidos com a guerra nas favelas de Belo Horizonte relatam recorrentemente que, talvez, se não tivessem sido presos, já estariam mortos. Para esses jovens, é mais seguro estar dentro da cadeia do que livre na sociedade.

A pouca resistência encontrada na Alemanha para cometer o horror contra os judeus se deu em parte por conta do grande poder, irrestrito e arbitrário, que a polícia já havia conquistado sobre os apátridas. Quanto maior é esse poder desregulado dentro de um Estado sobre uma minoria, maior é a tentação de um governo de expandir essa política para todos os cidadãos através de uma polícia onipotente.

A Declaração dos Direitos do Homem, no fim do século XVIII, foi um marco na história. Significava que o homem não seria guiado por Deus ou pelos costumes, mas seria a própria fonte da Lei. Independente das desigualdades existentes, o homem se libertava de toda a tutela e os Direitos Humanos poderiam ser invocados sempre que um indivíduo precisasse de proteção contra a soberania de um Estado. No entanto, desde o começo havia um paradoxo na Declaração dos Direitos Humanos inalienáveis, era o fato de que ela tratava de um ser humano abstrato, que não existia em parte alguma. Os Direitos Humanos eram definidos como inalienáveis por serem independentes de todos os governos; "[...] mas sucedia que, no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los" (ARENDT, 1990, p. 325). Ou seja, esses direitos humanos da Revolução Francesa jamais haviam sido uma questão prática em política.

As pessoas destituídas dos seus direitos perdiam em primeiro lugar os seus lares e o tecido social que as comportava, sem a possibilidade de retomada em outros lugares; a

segunda perda era justamente a da proteção do governo, a possibilidade de ser despatriado. Segundo Arendt (1990), esses novos refugiados não eram perseguidos por algo que fizeram, e sim em virtude do que eram, nascidos na raça errada (Alemanha), na classe errada (Rússia) ou convocados pelo governo errado (Espanha), "[...] sua situação angustiante não se deve a não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles" (ARENDT, 1990, p. 329). Não havia ninguém para reclamar sua existência.

Esse conceito de apátrida, não serve para caracterizar nossos entrevistados, visto que eles são cidadãos brasileiros. Todavia, esta formulação demonstra a origem histórica do fenômeno do Estado de Exceção. Os apátridas encarnam a completa falta de proteção da lei, o que poderia funcionar como um retrato aumentado do fenômeno que estamos tentando entender: a guerra do tráfico, e mais especificamente nesse capítulo, os guerreiros que sustentam essa guerra e suas características⁶⁹. Voltemos a Hannah Arendt (1990, p. 300-331):

[...] a privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz [...]. O homem pode perder todos os chamados direitos do homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que expulsa da humanidade.

Os Direitos Humanos não são dados aos indivíduos pela condição de humanidade e da história, e sim pela natureza de serem da espécie humana. Hannah Arendt (1990) conclui que existe um atrelamento dos direitos humanos ao direito nacional e só o pertencimento a um Estado pode garantir ambos. Parece que o homem despatriado aparece como homem nu, ele perde todas as qualidades que permitem ao outro tratá-lo como semelhante, pois passa a não ser reconhecido como tal, marcando assim uma despolitização do estado de natureza.

Assim, a autora conclui que "não nascemos iguais, tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força de nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais" (ARENDT, 1990, p. 335). Os que não são considerados iguais, seja pela raça, por serem judeus ou imigrantes, acabam sendo enviados ao Campo, onde sofrem o processo de transformação da vida política em vida nua.

⁶⁹ Entendemos e respeitamos as grandes diferenças conceituais e contextuais que existem entre os apátridas da Europa e os jovens que cometeram crimes no Brasil. Entretanto, apoiados em Foucault (2005), defendemos que a realidade que vivenciamos hoje não é natural, e sim construída historicamente e politicamente a partir eventos com consequências lamentáveis, como a guerra e a segregação à qual os apátridas foram submetidos. Nosso objetivo, ao trazer esse conceito, é demonstrar a construção histórica do *Homo Sacer*, pois se defendemos que os adolescentes que cometeram crimes hoje são tratados desde essa posição, é imprescindível dizer a origem da mesma, ou seja, os apátridas.

Nesse ponto nos foi possível encontrar uma aproximação com os adolescentes escutados. Parece-nos que a rua na qual esses adolescentes estão confinados pode ser vista como Campo, como lógica totalizante na qual esses *Homo Sacer*s são lançados. Assim, as características e comportamentos desses guerreiros não podem ser investigados sem levar em consideração essa posição social que eles ocupam, que começa a ser analisada nos apátridas, e se mantém hoje no *Homo Sacer*. Outro conceito complementar para entendermos esse fenômeno é o da biopolítica de Foucault, no qual nos deteremos a seguir.

4.3.2. O conceito de biopolítica para Michel Foucault

Hoje não se tem mais o costume da desnacionalização, mas a perseguição das minorias pelo que elas são permanece de outras formas, como o racismo de Estado, do qual falamos no capítulo anterior, ou a biopolítica. O que é preciso salientar é o caráter disciplinar que ainda é exercido pelo Estado sobre todos os cidadãos, ou seja, o poder de "fazer viver" ou "deixar morrer". Infelizmente alguns grupos minoritários, como o de apátridas ou aquele estamos estudando, acabam não podendo contar com a proteção legal, pois os Direitos Humanos ainda não têm força de lei. Isso demonstra o desamparo em que todos os cidadãos vivem, pois não existe poder que regule a soberania do Estado e, portanto, todos têm a possibilidade de cair nesse lugar incômodo do que Agamben (2010) chama de *Homo Sacer*.

Apesar de Arendt e Foucault divergirem em diversos pontos ao longo de suas obras, seus conceitos de Campo e biopolítica são essenciais para que Agamben possa, articulando-os, construir sua teoria sobre o Estado de Exceção. Em *Direito de morte e poder sobre a vida* (1988), artigo do livro "História da sexualidade I: a vontade de saber" (1988), Foucault descreve o poder soberano como direito assimétrico de vida e de morte. Ele deriva da velha *pátria potesta* que concedia ao pai romano antigo o direito de dispor da vida dos seus filhos e escravos através do poder de "causar a morte e deixar viver".

Na época clássica, o ocidente passa desse poder soberano ao poder de "fazer viver e deixar morrer", ou seja, o poder passa a se ocupar da vida e de seus reclamos. Segundo Foucault (1988), "[...] as guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver" (FOUCAULT, 1988, p. 149). Nos dias atuais, podemos observar essa tendência nas guerras da periferia. Elas não costumam acontecer em nome do

chefe da boca mas sim pela conquista de território (característica do Rio de Janeiro), por ofensas pessoais ("calcinha de coração", gay, filho da puta...), por brigas ligadas a relacionamentos amorosos ou ainda por meros "passeios" pelo território rival para provocar o inimigo.

Foucault nos diz (1999, p. 286):

Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver; em todo o caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo de poder jurídico.

Para o autor, "[...] o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política sua vida de ser vivo está em questão" (FOUCAULT, 1988, p.156). O poder sobre essa vida, o biopoder, se faz por duas fontes: a disciplina do corpo e a regulação da população. A disciplina do corpo o considera como máquina, fazendo o controle dos movimentos e tempos, o adestramento, incentivando as aptidões, fazendo a extorsão da sua força e mobilizando o crescimento da sua utilidade e docilidade. Assim há a integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. A segunda fonte considera o corpo como espécie, e trabalha em cima de seus processos biológicos, como proliferação, nascimento, mortalidade, saúde e longevidade, usando esses índices de regulação para promover a intervenção e o controle das populações.

O filósofo nos diz que (FOUCAULT, 1988, p. 153)

A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um "biopoder" .

Ele salienta que, no século XVIII, duas direções separadas se desenvolvem a partir dessas fontes do biopoder: do lado da disciplina estão as instituições como o exército ou a escola; do lado das regulações de população temos a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, e a estimativa da duração provável da vida. Para Foucault (1988), esse biopoder é um elemento indispensável ao capitalismo, que se mantém graças à inserção controlada dos corpos na produção e ao

ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. A utilidade e a docilidade dos indivíduos são necessárias para que as instituições possam garantir a produção de técnicas (família, exército, polícia, escola), e consequentemente para garantir os processos econômicos. "E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer" (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Quem fará o papel de garantir esse controle não será mais o soberano, que atuava pela disciplina do corpo, mas a lei, que funcionará como norma, em nome da regulamentação da população. Segundo Foucault (1988, p. 156)

A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte; aos que a transgridem, ela responde, pelo menos como último recurso, com esta ameaça absoluta. A lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida, terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. [...] Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos, etc) cujas funções são sobretudo reguladoras.

Sob essa perspectiva podemos entender inclusive o que é chamado de "lei do tráfico", que faz papel de norma dentro do universo de exclusão da favela, no qual reina o poder soberano tanto da lei de fora, do asfalto, quanto dos pequenos "reis", os líderes locais, os traficantes, produzindo o efeito de cruzamento ortogonal entre a norma da disciplina e as regulamentações (Foucault, 1999).

Exposta a teoria sobre a biopolítica, Foucault se pergunta, na aula ministrada em 17 de março de 1976: como então exercer o poder da morte em um sistema político centrado no biopoder? Ele mesmo responde ao questionamento: pelo racismo, "[...] o corte entre o que deve viver e o que deve morrer" (FOUCAULT, 1999, p. 304). Para o autor, a função do racismo seria precisamente essa, fragmentar e fazer a censura no interior da população, do contínuo biológico ao qual se dirige o biopoder. "[...] a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo" (FOUCAULT, 1999, p. 305). Continuemos com ele (1999, p. 308):

Vocês tem aí, em todo o caso, um racismo de guerra, novo no final do século XIX, o que era, acho eu, necessitado pelo fato de que um biopoder, quando queria fazer a guerra, como poderia articular tanto a vontade de destruir o adversário quanto o risco que assumia de matar aqueles mesmos cuja vida ele devia, por definição, proteger, organizar, multiplicar? Poderíamos dizer a mesma coisa a propósito da criminalidade. Se a criminalidade foi pensada em termos de racismo foi igualmente

a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação a morte de um criminoso ou seu isolamento.

Para Foucault, portanto, a noção sobre o poder soberano se enfraquece dando lugar ao biopoder, aos micropoderes e aos dispositivos, que são os mecanismos da biopolítica. Nesse caso, o político submerge ao biopolítico. A radicalização deste último no direito seria a vida nua, a presença do *Homo Sacer*. Em Agamben (2010), ela é colocada em prática pelo Estado de Exceção (lei suspensa a partir da própria instituição), que é um artifício da soberania previsto na lei.

Sobre a base desse conceito da entrada das leis no controle dos corpos e da raça, Agamben criará o conceito de *Homo Sacer*, fazendo uma crítica que propõe uma radicalização do argumento foucaultiano. O autor propõe que a biopolítica não é uma novidade moderna e não está deslocada do poder soberano. A partir dos estudos sobre o Estado de Exceção, o direito romano arcaico passa a ocupar o lugar central nas teorizações acerca do *Homo Sacer*. Assim, no irrepresentável da política é instalada a vida nua, e o poder soberano é o instrumento que a instala.

4.3.4. *Homo Sacer*, sujeitos abandonados: uma figura revisitada por Giorgio Agamben

Estas seriam as marcas do mundo contemporâneo para Agamben (2010), a vida como objeto do cálculo do poder estatal no qual o espaço da vida nua é o mesmo da vida política e existe um corpo biopolítico da humanidade marcado pela democracia e pela disciplina. "Esta é a força e, ao mesmo tempo, a íntima contradição da democracia moderna: ela não faz abolir a vida sacra, mas a despedaça e dissemina em cada corpo individual, fazendo dela a aposta em jogo do conflito político" (AGAMBEN, 2010, p. 121). Para Hannah Arendt, a figura do refugiado faz surgir o homem de direitos fora da máscara de cidadão. A declaração de 1789, que institui os direitos inalienáveis e o princípio da soberania da nação, seria responsável pela ilusão de união entre o nascimento do homem e o nascimento do cidadão. A necessidade de se recorrer aos direitos do homem marcaria a vida nua, não política, já que a vida autêntica estaria no âmbito dos direitos do cidadão. Portanto, as organizações humanitárias teriam como objeto a vida nua, carente de proteção e ajuda.

O *Homo Sacer* representa então a vida indigna de ser vivida, o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante para o Estado e então pode ser eliminada. Agamben

se pergunta se "[...] existem vidas humanas que perdem a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente todo o valor" (AGAMBEN, 2010, p. 133). E ele mesmo responde (2010, p.135):

Toda a sociedade fixa este limite, toda a sociedade – mesmo as mais modernas – decide quais sejam seus "homo sacer". É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a exception da vida natural da ordem jurídico estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do Ocidente e passe hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda a vida humana e de todo o cidadão. A vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente .

No nazismo, os conceitos biológicos como a raça são tratados como uma decisão de eugenia através da união entre política (*Politik*), luta contra os inimigos externos e internos do Estado, polícia (*Polizei*), tutela e crescimento da vida dos cidadãos. No Terceiro Reich, a eugenia se fez pelas práticas de eutanásia, proibição do casamento, esterilização e veto da reprodução dos doentes. O Campo de Concentração será o espaço máximo de eugenia e da biopolítica, o local da transformação da vida política em vida nua através da retirada de todos os direitos, até o ponto em que o homem pode ser matável.

Nos Campos emerge o domínio totalitário pelo qual tudo é possível. Ele se constitui como espaço de exceção em que a lei é integralmente suspensa e no qual fato e direito se confundem. Agamben (2010, p.166) expõe que:

Se não se compreende esta particular estrutura jurídico-política dos Campos, cuja vocação é justamente a de realizar estavelmente a exceção, o incrível que aconteceu dentro deles permanece ininteligível. Quem entrava no Campo movia-se em uma zona de indistinção entre externo e interno, exceção e regra, lícito e ilícito, na qual os próprios conceitos de direito subjetivo e de proteção jurídica não fazem mais sentido.

O autor identifica alguns grupos condenados a essa zona de indistinção, como os condenados à morte nos EUA, os homens dos Campos de Concentração da Alemanha, os VPs que se transformaram em cobaias humanas para a ciência, as pessoas em estado de coma e os refugiados políticos. Poderíamos ainda incluir diversos outros grupos como os favelados do Brasil, os imigrantes, os loucos em hospícios, os presos, homossexuais, prostitutas e muitos outros que não param de se multiplicar. São espaços nos quais as leis do Estado estão suspensas, e os sujeitos passam a ser apenas corpos.

Os espaços de Campo se propagam e vai se criando uma sociedade "homosacerizada", na qual todos lutam para não cair no Campo ou para sair dele. "[...] o Campo como localização deslocante é a matiz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zannes d'attente* de nossos aeroportos, bem como em certas periferias de nossas cidades" (AGAMBEN, 2010, p. 171). Isso significa que todos estamos sujeitos a cair no Campo a qualquer momento, abaixo dos nossos pés há um verdadeiro território de exclusão do qual tentamos escapar por diversas vias.

Portanto, vem do próprio Agamben (2010) a aproximação entre o Campo como matiz política e aquilo que se vive nas favelas brasileiras. Fazendo a trajetória inversa, nós chegamos ao conceito de *Homo Sacer* depois de ouvirmos os jovens descrevendo o seu cotidiano de guerra. Blue nos diz que é muito difícil andar pelo aglomerado onde vive para poder ir à escola, ou ao trabalho, pois essas atividades exigem o trânsito regular em horários fixos, o que torna o trajeto especialmente favorável para uma emboscada do inimigo. Não é possível circular no morro pois alguém está sempre vigiando, *"Isso aqui é rastreamento total de onde você vai"*.

Os adolescentes falam claramente da sensação de insegurança de se sentirem como matáveis, como sujeitos constantemente ameaçados pela possibilidade de serem vítimas de violência sem que a polícia faça sua proteção. Retomaremos algumas falas que evidenciam isso. Cantor relata: *"Entrei nessa vida quando mataram meu irmão aí, ó. É. Chegando do serviço. Queria matar um cara lá, chegou, deu tiro e matou ele"*; Blue conta: *"Eu mesmo comecei porque minha irmã namorava um bandido. Aí eu vi muita história de mulher que os cara pegava elas à força, colocava no cativado. (...) Aí eu comecei a juntar dinheiro e comprar muito revólver"*. Galã também dá seu depoimento: *"Meu irmão era envolvido no crime aqui. Os meninos que tinha guerra com ele vieram com a ideia de sequestrar eu e o outro que morreu."* Frente a essas situações, eles reagem se armando e se associando a um grupo. Novamente Blue nos explica como funciona: *"O pulo do gato tem, mas essa guerra que a gente está aqui não é por conta de droga não. Sabe por quê? É mais por causa dos homicídios também. É nego que matou nego na sacanagem. Os caras de óculos que moravam aqui, os meninos sequestrou dois e um cara de óculos e levou lá pra cima. Eu era moleque e só pensava "eu tenho que andar armado.(...) Me sequestraram duas vezes dentro do barraco, eu pensei que esses caras ia me matar"*.

A relação com a lei e com a polícia também dá ensejo a essa posição de segregação. Galã se queixa: *"Igual aí, eles andam de ninja pra cima aí, você vai lá denuncia um policial desses aí, eles trombam com você aí, eles te torturam você, te matam aí e fazem picadinho,*

picadinho de você". E ao ser preso a situação também é difícil, pois nem sob a custódia do Estado eles estão protegidos, "Porque cadeia não conserta ninguém mesmo, fica pior. Pior mesmo. Muda pra pior porque lá dentro os presos são mal tratados, trata que nem cachorro. Que nem cachorro não, que os cachorro aqui são tratados bem demais. Só de eles ficarem andando aí, ó. Lá não, lá a maioria dos presos sai é revoltado".

Todas essas falas denunciam um contexto maior que estamos chamando de discurso, fator que leva os sujeitos a estarem em guerra desde sempre; não se escolhe entrar nessa guerra, escolhe-se apenas entre se armar ou não. Blue diz que "guerra nunca morre", *"Eu conheço um que saiu, sair o cara não sai, ele tenta regenerar, ficar mais... Agora ele esta morando em outra favela, mas qualquer momento eles podem ir lá e matar ele"*.

Agamben (2010) defende três teses principais, apoiado nos conceitos de Campo (Arendt, 1990) e de biopolítica (Foucault, 1988). A primeira tese entende que a relação política primária é o bando, o Estado de Exceção originário como zona de indistinção entre o externo e o interno, exclusão e inclusão. A segunda define que o rendimento fundamental do poder soberano é a produção da vida nua como elemento político original e como limiar de articulação entre a natureza e cultura, Zoé e Bios. A terceira e última tese observa que é o Campo, e não a cidade, o paradigma biopolítico do ocidente hoje.

É justamente por ser constantemente ameaçado de morte que o *Homo Sacer* se encontra em plena relação com o poder que o baniu. Constituindo-se como exilado, ele passa ter a forma de vida mais política que existe. Assim, o corpo biológico se iguala ao corpo político. Agamben (2010, p. 182) nos diz que "[...] nós não somos apenas, nas palavras de Foucault, animais em cuja política está em questão suas vidas de seres vivos, mas também, inversamente, cidadãos em cujo corpo natural está em questão a sua própria política". Continuemos com o autor (AGAMBEN, 2011, p. 493):

O ponto de inversão e inflexão de Foucault, para Agamben, foi justamente revelar que a zóe, enquanto tal, fora absorvida, na modernidade, como elemento de controle político, e como tal biopolítico. Ou seja, as próprias condições naturais e animais do homem teriam sido absorvidas no campo dos elementos sobre os quais o poder político também se exerce.

Desta inflexão se faria o paradoxo mantido por Agamben de uma exclusão incluída, o *Homo Sacer* participaria da vida política pela via da ex-sistência (GUERRA, MARTINS, 2012), sendo simultaneamente aquele que se encontra mais dentro e mais fora. Como se esse homem sagrado tivesse o poder de andar sobre a *banda de moebius*, com a vida nua de um lado e a vida política de outro. Exatamente por manter sempre os pés de um mesmo lado da

fita, ele acaba chegando ao seu avesso. Deste modo, o *Homo Sacer* mantém a imagem de unidade do sistema, sem falta, sem a contradição, sem o disruptivo do real que vem quebrar toda a unidade, pois esta é sempre imaginária. "Com ele se realiza o fantasma da unidade indivisível em que ele figura, como excrescência, resto, paradoxo" (ENDO, 2011, p. 500). Assim, Agamben põe fim à dicotomia inclusão-exclusão, para o autor só existe uma exclusão incluída, que acaba sendo o receptáculo da pulsão de morte e mantém o sistema nessa coesão aparente.

O irrepresentável nas políticas públicas aparece na instauração dessas zonas instáveis, paradoxais, estranhas. Não se sabe muito bem como se definem aqueles que estão nessas zonas, como o homossexual, o favelado, o preso, o louco e outros. Estes aparecem como um corpo para o qual o direito é suspenso. Esse corpo sem direitos fica pairando no ar e passa a ser um objeto privilegiado da pulsão de morte. A pulsão em sua natureza vai buscar objetos que não ofereçam resistência para a sua instalação, ela passa de um objeto a outro até encontrar algum que seja passível da pulsão de destruição, as zonas de indiferenciação. Essas zonas de estranhamento produzem dúvidas sobre o seu pertencimento social, como ocorre com os apátridas e as minorias descritas por Hannah Arendt (1990). Para Agamben, esse lugar de exclusão incluída é juridicamente constituído em oposição à concepção do corpo insircunscrito. É nessas zonas que se instala o poder soberano (ENDO, 2011).

No mundo contemporâneo, quem irá exercer o papel do rei/ditador e enviar as pessoas a esse lugar de dejetos? Esse poder do soberano será exercido pela lei na figura dos juristas e magistrados em coexistência com a biopolítica. Tal mudança não se dá somente no nível do exercício do poder, uma vez que a influência do biopoder e da soberania já está presente nas formulações jurídicas. "[...] o exercício do poder jurídico repousa sobre bases biopolíticas, porém como formação paradoxal em que no próprio direito já se tem instalados princípios da ativação radical da biopolítica pela via do estado de exceção e da soberania" (ENDO, 2011, p. 494). Resta pensar quais as estratégias usadas pelo homem hoje para não ser pego pelo Campo, e quais os mecanismos de fuga adotados pelos acampados. Como se defender da violência que existe no constante risco de morte de uma posição social na qual não há quem garanta os seus direitos? Retomamos a ênfase que os jovens entrevistados colocam na necessidade imperativa de "ter que descontar". Eles precisam defender suas famílias se vingando eles mesmos dos agressores, o que salienta a violência que sofrem tanto de dentro da favela quanto dos próprios policiais.

4.4. Conclusão: há discurso

O que pretendemos demonstrar nesse estudo dos guerreiros é seu lugar no discurso, no laço social, ou seja, sua posição de *Homo Sacer*. O objetivo é desmistificar os jovens de periferia como negativo, destruidor da autoconservação e dos laços sociais. Tanto a violência quanto a agressividade e a guerra fazem parte do laço fraterno da cultura de maneira análoga à função da relação complementar da pulsão de vida e pulsão de morte no ser. A menos que se esperem relações sempre constantes e sem modificação, é necessário uma cota de violência. Isso faz parte do laço para que se abra espaço nas estruturas pré-determinadas a fim de que mudanças possam advir tanto no indivíduo quanto na estrutura social.

Como o leitor já deve esperar, apostamos então que a violência social provocada por esse jovens em conflito na guerra é uma resposta à posição que ocupam na sociedade, posição essa propagada e conservada pelos laços discursivos aos quais são submetidos. Esse discurso regula as relações sociais por meio da linguagem. Através do discurso capitalista, a linguagem impõe uma circularidade que faz com que as iniciativas desses jovens, de manterem-se dignos e de obterem visibilidade, acabe reenviando-os para a posição de exceção, de homens matáveis, ou seja, de *Homo Sacer*.

Apostamos que é em oposição à posição de *Homo Sacer* que a agressividade se coloca, ela tem como objeto a sociedade da qual eles se julgam simultaneamente de fora e explorados, o chamado asfalto, em oposição ao morro. Esse asfalto constitui o Outro agressor, do qual não percebemos que fazemos parte, Outro padrão dominador, Outro playboy que pode comprar o que aparece na TV, Outro que governa, Outro que tem acesso a educação, lazer, saúde, segurança... Os roubos, ou *corres*, só devem ser feitos para fora das favelas, os objetos de desejo são *gadgets* eletrônicos, roupas e tênis de marca, carros e outras insígnias fálicas da sociedade burguesa.

Podemos formular assim nossas constatações. A agressividade que se dá a ver a princípio como individual é na realidade de toda uma comunidade em favor dos seus. É uma agressividade que não teme o risco de morte para se aproximar da possibilidade de usufruir do ideal capitalista, que é prometido para todos, ou também para garantir direitos mínimos de segurança, saúde e dignidade para os seus familiares e amigos. Dessa forma, a positividade que vemos na agressividade, tanto a subjetiva quanto a manifestada socialmente, é em suma uma manifestação política em resposta ao lugar discursivo em que esses jovens estão

alocados, lugar de homens matáveis. Como eles mesmos nos dizem, nessa posição só resta *arevolta dos humildes*.

5. Por que as guerras? Dinâmica de reconhecimento e política

A guerra, que aflige com os seus esquadrões o Mundo,
 É o tipo perfeito do erro da filosofia.
 A guerra, como tudo humano, quer alterar.
 Mas a guerra, mais do que tudo, quer alterar e alterar muito
 E alterar depressa.
 Mas a guerra inflige a morte.
 E a morte é o desprezo do Universo por nós.
 Tendo por consequência a morte, a guerra prova que é falsa.
 Sendo falsa, prova que é falso todo o querer-alterar.
 Deixemos o universo exterior e os outros homens onde a Natureza os pôs.
 Tudo é orgulho e inconsciência.
 Tudo é querer mexer-se, fazer coisas, deixar rasto.
 Para o coração e o comandante dos esquadrões
 Regressa aos bocados o universo exterior.
 A química direta da Natureza
 Não deixa lugar vago para o pensamento.
 A humanidade é uma revolta de escravos.
 A humanidade é um governo usurpado pelo povo.
 Existe porque usurpou, mas erra porque usurpar é não ter direito.
 Deixai existir o mundo exterior e a humanidade natural!
 Paz a todas as coisas pré-humanas, mesmo no homem,
 Paz à essência inteiramente exterior do Universo!
 "A Guerra que Aflige com seus Esquadrões"

Alberto Caeiro, in "Poemas Inconjuntos", Heterónimo de Fernando Pessoa

Até aqui, muito foi apresentado nesta dissertação sobre a guerra e seus sentidos, mas algo faltou. Neste capítulo relatamos a contingência⁷⁰ à qual fomos expostos, responsável por uma torção no problema analisado e pelo deslocamento do olhar da pesquisa. Essa mudança de ponto de vista só foi possível através da interlocução com o psicanalista Hugo C., já apresentado na introdução deste trabalho. Através de uma troca de e-mails no formato de

⁷⁰ Segundo Fabio Bispo (2012) na lógica aristotélica, contingência indica aquilo que é possível, mas não necessário, "às vezes Aristóteles utiliza o termo possível num sentido mais fraco, que não o diferencia do necessário, e outras vezes, num sentido mais forte, para indicar aquilo que não é nem impossível, nem necessário. Kneale&Kneale (1962) optam por seguir sir Da-vid Ross, reservando 'é possível que-P' para a contraditória de 'é impossível que-P' e exprimindo o que é possível, mas não necessário, por 'é contingente que-P', expressão definida pela conjunção das duas subcontrárias" (BISPO, 2012, p. 97). "O possível, então, indica as qualidades que às vezes ocorrem, mas não necessariamente. O contingente indica aquelas qualidades que às vezes não ocorrem, não é necessário que ocorram, mas que também são possíveis" (BISPO, 2012, p. 98). Em sua articulação da lógica da sexualidade, Lacan se apropria das categorias aristotélicas, fazendo-as funcionar de outra maneira. "O lado feminino leva Lacan, então, a mudar o sentido dos termos modais de Aristóteles. Dizer que o gozo é impossível. aqui, não quer dizer que ele não aconteça, ou que o acesso a ele estaria totalmente interdito. Pelo contrário, ele acontece o tempo todo, o que é impossível é inscrevê-lo totalmente no regime fálico. Lacan acrescenta então uma nuance ao impossível, tornando-o como impossível de se escrever. O impossível é aquilo que não para de não se escrever. O mesmo ocorre com o necessário: é aquilo que não para de se escrever" (Bispo, 2012, p. 143). O que seria, então, o contingente para Lacan? É o que é remetido ao "regime do encontro", que não leva a uma necessidade de repetição sintomática. Ao abordar o falo como causa de desejo, "a experiência analítica pára de não escrevê-lo. É nesse pára de não se escrever que reside a ponta do que chamei de contingência" (Lacan, 1985, p. 126).

cartas, Hugo C. atuou como supervisor de escrita deste estudo, identificando no próprio relato da pesquisadora o ponto cego do trabalho e incentivando a escrita sobre a experiência de campo.

A torção realizada ao longo do processo exige tanto o posicionamento científico da pesquisadora quanto um relato em primeira pessoa, mais sensível. Desta forma, no momento de Concluir dessa dissertação, apresentaremos essas cartas como estratégia de bem dizer própria de uma pesquisa baseada em uma experiência. A intenção é que, através desses relatos, possa haver uma transmissão que não fique na abstração distante, na descrição objetivante, mas também não caia no drama pessoal ou no mero espetáculo. Todos esses são riscos calculados para quem articula experiência e teoria, pretendendo tecer novas bordas para um fenômeno político e clínico.

Discutiremos neste capítulo a constituição do processo de reconhecimento no sujeito que, influenciado pela pelo discurso, sustenta a guerra por criar a imagem do outro como guerreiro e inimigo. Esse tipo de reconhecimento "condena" o outro a ocupar a posição de *Homo Sacer*. Apostamos que a guerra é uma forma encontrada pelos jovens do aglomerado Santa Lúcia de não se conformarem com essa determinação: de sujeitos passíveis de serem mortos. Assim, começamos a questionar a busca de estabilidade, chamada algumas vezes de paz, de um sistema opressor.

Para realizar esta análise se faz necessário elaborar uma explicitação da dinâmica de reconhecimento do outro a partir do Esquema L de Lacan, desde o período infantil, bem como uma retomada dos diversos usos do conceito de paz e do pacifismo de uma maneira não ingênua, considerando a quem ela serve.

5.1. Momento de CONCLUIR: o que não se viu, mas estava lá ou para além da guerra, o sujeito

Nosso momento de Concluir trouxe a percepção de que não havíamos visto o suficiente. Existia um ponto cego no contexto da pesquisa, alguma coisa para além do personagem, da máscara, sobre a qual nem os jovens podiam falar, nem nós pudemos ouvir. Hugo C. nos convocou a trazer a imagem do último encontro com os entrevistados. Após o parágrafo derradeiro do relato, entre parênteses, começamos um novo ponto de vista a respeito da guerra. Apresentamos a seguir a carta:

São Paulo, 11 de novembro de 2013

Ao amigo Hugo C.

Último encontro

Estava previsto para ser nosso último encontro, o dia fazia sol e a rua estava calma. Já havia passado muito tempo sem realizarmos a pesquisa por motivo maior, de guerra. Voltamos um pouco medrosas e tímidas, Blue estava lavando carro com mais dois meninos que eu não conhecia. O som estava ligado. Não lembro das roupas, mas, como nada me surpreendeu, provavelmente deveria ser o de sempre, shorts no joelho, camisa um pouco larga, muitas vezes do Cruzeiro ou Atlético oficial, e chinelo, sem boné. Blue é moreno, bonito e com cara de menino. Lavam o carro devagar, é apenas uma desculpa para o real intuito de estarem ali, seu trabalho de vigiar a rua e vender drogas. Ali é o ponto. Depois de um tempo chega um homem muito branco e desleixado, chama-se Mijo. Suas roupas apresentam furos e são velhas, é completamente destoante do grupo. Ele fala de maneira embolada e um pouco desconexa, tenho dificuldade de entender o que diz. Mijo claramente não é do grupo, é um viciado em loló que se perdeu. Ele conta que saiu de casa por opção e morou na rua por muito tempo, foi detido na internação para menores e depois voltou a morar com os pais. Fala de muito descaso da família, o que era fácil de ver impresso no seu corpo descuidado pelo outro e por ele mesmo.

(Quando falo desse menino, Blue, uma cena não me sai da cabeça. Antes de um dos encontros, eu e Claudia estávamos sentadas comendo um açaí perto da rua, esperando a Andréa chegar, quando ele apareceu para também tomar um açaí. Como era fora do contexto da pesquisa ele conversou conosco sozinho e descontraído. Contou um pouco mais da sua vida fora do crime, mostrou suas guias de proteção e falou da influência e do cuidado de Deus na sua vida. Das artimanhas do destino para mantê-lo vivo por pouco, tudo por conta da sua mãe, que reza muito por ele. Disse que quando é para ser não tem jeito, e que só se morre na sua hora mesmo. Nessa conversa contou que não estão autorizados a falar sozinhos conosco em contexto de pesquisa).

Aline

...

Diante desse relato, Hugo C. transforma o entre parênteses em não-dito, evidenciando o ponto cego da minha análise, ou seja, a emergência da singularidade do sujeito por trás da ilusão aparente de massa que a guerra provoca. Segue a carta de Hugo C.

São Paulo, 11 de novembro de 2013

À Aline

De quem falamos? Dos meninos ou da Aline? Da Aline que só pode observar, como o outro lá bem cedo delimitou. O que era varrido [referência ao relato do Instante de Ver]? Vocês eram varridos. Vocês estavam em excesso naquele lugar que já funciona muito bem, obrigado. Então, a Aline que só pode observar vai tecendo seus comentários no corpo do texto, quase sem separar dela o que é do outro (tem itálico, vai lá, mas a gente vai lendo), e quer com isso dar voz para o outro, que sabe-se lá se quer tanto falar. Quer dinheiro, mulher, poder, poder inclusive matar quem eles quiserem, MAS, não pode falar sozinho com vocês em contexto de pesquisa. Ponto. PONTO. Então, se não pode falar em contexto de pesquisa, ouça o que ele está te falando. E eu estou tentando ouvir aqui. Ouço o muro, ouço o medo, ouço o círculo vicioso a automatizar as ações, os pensamentos, ouço um tanto de coisa, mas não sei o que não ouço. O que você não ouviu? Eu quero que você me dê isso. O que você não ouviu do Blue?

Abstrato? Então tente me dar o que você gostaria de ter ouvido do Blue. Sabe por quê? Eu quero contrapor o que vocês ouviram com o que vocês queriam ouvir. Se existe um personagem que a gente vai ter que desenvolver em paralelo ao CASO, é o Blue. O resto é o que vocês ouviram e que você vai dar para o pessoal como principal. Mas quem vai ser desenvolvido num misto de ficção e realidade é o Blue, que já nasce com nome de melancolia, ótimo pra escrita...

Hugo

...

Depois dessa carta, retomamos toda a transcrição das conversas em uma nova análise, com o auxílio de Hugo C.. Lemos juntos o material dos cinco encontros e as três transcrições, buscando agora o que não foi visto, mas estava lá. O outro, no papel de supervisor, encontra o

ponto de vista do texto e escancara seu ponto cego. A maior conclusão, portanto, foi a de que aquilo que se compreende depende do que é possível ver. Estávamos presos em um reconhecimento do outro apenas imaginário, ou seja, que respondia de alguma forma ao que já era esperado. Mais que isso, os jovens, talvez também presos no muro do imaginário, nos dizem que "não estão autorizados a falar sozinhos conosco em contexto de pesquisa". Significa que em contexto de pesquisa existe um limite do que pode ser falado.

Neste processo dá-se a ver que a dinâmica se inverte. Não é o proibido e violento que deve ser escondido, e sim o cotidiano, as outras saídas. Sobre a guerra podemos conversar, sobre o restante, não. Este parece ser um ponto fundamental desta guerra – não só o que se esconde, mas de quem se esconde, dos pesquisadores, que claramente estão do outro lado do muro, ou mesmo da guerra...

Assim, iniciamos o relato sobre Blue, um dos sujeitos escutados durante as entrevistas, a partir daquilo que foi falado para além da guerra, do contingente que rompe a máscara de circularidade infinita e sem saída do discurso capitalista. Começamos por mais um depoimento pessoal da pesquisadora seguido da nova análise que privilegia os núcleos discursivos sobre o fora da guerra, qualquer vestígio do que está para além do conflito.

À medida que as falas desses jovens foram se tornando familiares, pude começar a identificar suas vozes, o estilo de fala de cada um: mais brando, mais agressivo, mais calado... Aos meus ouvidos algumas falas se destacavam mais que outras e também um personagem começou a se destacar. Digo personagem, pois, a realidade da vida desse jovem é completamente desconhecida para mim, não sei nada além do apelido que ele recebeu no primeiro dia, Blue, e da pequena parte de sua vida que escolheu me contar. Na última vez que fui à vila tentei procurá-lo, mas perdi a voz ao perceber que eu não tinha nenhuma informação relevante que pudesse fazer com que o reconhecessem pela minha descrição, um jovem, negro, que trabalha na boca, usa shorts e camiseta, vive com a mãe... sobre a vida desse menino eu nada, nada sabia. Então percebi que talvez eu não tenha escutado o suficiente.

No último dia em que fomos ao Morro do Papagaio, Blue nos recebeu dizendo que poderíamos ficar tranquilas, pois "o morro está uma uva". Exatamente três frases depois ele inicia o assunto do qual deseja falar, "Mas quase que eu faço um homicídio ontem". Fomos fisgadas, pois não só os jovens ficam siderados pela violência, mas também as pesquisadoras.

"Como? Por quê?"

"Não, o cara pegou o revólver pro meu irmão e eu peguei pra ele também, ué. Vai troxa. (...) O cara não é nem bandido e paga. Meu irmão é trabalhador de boa, aí ele foi e encrespou para o lado dele, aí eu encrespei para o lado dele também".

"Mas qual era a causa da briga com o seu irmão?"

"Tentou arrumar um motivo né. Mas eu cortei a asa dele. (...) Então, mas ele pediu foi desculpa ali. Cê acha? Falei pra ele, 'ó mano o mesmo ferreiro que fez o revólver pra você, pra mim também fez'. É ué. Começou até a gaguejar, mas pediu desculpa, pediu desculpa pro meu irmão... Joga na cara".

"Seu irmão não está na guerra?"

"Meu irmão é trabalhador sô. Mexe com ninguém não, sô, aí eles cai matando. Eles nem é de guerra, eles tá querendo entrar, sô. Então dá o motivo. É fácil entrar, difícil é sair".

"Como que entra?"

"Fácil demais moça, nossa senhora. Só pegar um revólver, por na cinta e dar um giro aí, rapidinho cê tá de guerra".

"É mesmo?!"

"Mas eu não queria fazer nada não, só se ele alterasse comigo eu ia dá nele, mas ele não alterou. Bem que queria mas ele não alterou, ué."

"Queria?"

"Vai mexer com família minha. Comigo eu posso até escuta e calar. Mas, cê é doido, mexer com parente meu. Se meu irmão fosse safado, pilantrasse aí zé, não posso fazer nada, aí até eu cobrava. Mas o cara não faz nada com ninguém". Fred completa *"O irmão dele é pela ordi"*, e Blue finaliza dizendo: *"Os cara é foda sô, eles deu foi sorte. Eu rezei pra eles me tira ontem que eles ia ver"*⁷¹.

Essa é a quarta história que Blue nos conta sobre sua família, sobre o ódio e o amor que essa relação mobiliza. Colocar-se em risco para defender o irmão mais velho sem pestanejar? Essa é uma reação que nos faz imaginar a grande força desse laço familiar, o amor. Mesmo sentimento que fez com que Blue comprasse um arsenal de armas e as estocasse em casa, para poder resgatar a irmã que estava presa com o ex-namorado traficante. Relembrando, este foi o ato que fez com que ele entrasse para a guerra. Mesmo amor que o faz ajudar a mãe a colocar

⁷¹ Algumas histórias descritas nesse momento de Concluir estão repetidas do tempo de Compreender propositalmente, pois aqui elas são retomadas a partir de outro olhar e outros ouvidos, o dito é o mesmo, mas o dizer é outro.

comida dentro de casa e, talvez ainda, o mesmo amor que, pelo avesso, o faz querer matar o pai por zombar da mãe em público.

"Meu pai sempre foi safado sô, só comeu e saiu fora. (...) Não me deu porra nenhuma. Por isso que eu ia mata ele ué. Ele tirava a minha mãe, sacô?", "Fazia o que com a sua mãe?", "Tirava as ideia. Eu era criança, aí depois que eu comecei a ter maldade, aí eu senti qual é. Cê tá doido". A mãe teve que intervir para não deixar a tragédia se concretizar, pois o filho nessa hora já estava cego, *"Na hora que fui pro lado dele, ela que pôs os outros para desenrolar a fita... ela que pediu né zé, pra não fazer, deixar ela sofrer".*

No meio da conversa, Blue se dirige a uma das duas meninas que estão ali por perto e a acusa de *"mercenária"*. Ela se sente indignada e diz não saber o que é isso. Porém, pela indignação que demonstra, ela deve saber sim. Nós, com certeza não sabemos. Bob, um outro jovem que participa da pesquisa, nos explica: *"Mercenária é uma mulher que fica com o cara por causa de dinheiro, tem carro, tem moto"*. Essa acusação denuncia algo das relações amorosas nesse lugar, do difícil encontro entre os sexos e das inseguranças próprias da puberdade.

Nessa conversa, entre paquera e provocações, ficamos de fora. Claro. Envergonhadas de estarmos atrapalhando, nos despedimos, e Blue se assusta, *"Embora, já? Tão cedo ué"*. Recebemos isso como um convite a ficar mais, escutar mais. "E o que mais que tem além da guerra, hein?". Blue responde: *"Como assim?"*. Refazemos a pergunta, "O que mais que tem aqui?". Ele responde: *"Tráfico. Tem tudo..."*. Insistimos: "Mais o quê? Tem que ter outras coisas também". *"O quê... mas que coisa?"*. Não nos conformamos e repetimos a pergunta, "Coisas que acontecem aqui além dessa guerra". Ele também não se conforma, *"Mas tem que saber alguma coisa? Como assim? Em que sentido?"*. Mudamos a pergunta: "O que movimenta o lugar é...?", Ele finalmente responde *"Ah, ... Eles faz uns negócio aí, mas dá tudo errado sô, dá nada não"*. Mesmo correndo o risco de parecermos invasivas, continuamos sem acreditar que não existe nada, "Eles fazem o quê?". Inútil. Blue volta à pergunta *"Igual, vocês fala de que tipo..."*. Desistimos.

Rosinha, a jovem que Blue diz ser mercenária, perde a paciência e vem socorrê-lo, *"Igual, faz pagode. Aí as polícia não deixa. Uma vez ainda tava assim ó [mostra com a mão que estava cheio de gente]. Aí as polícia chegou na hora e parou com tudo. Todo mundo foi embora"*.

Será que não é possível falar porque não há nada além da guerra? Mas o lazer existe, existem os pagodes, a paquera, o funk, os amigos, o churrasco, o futebolzinho, o namoro na praça, os tantos bares que vemos em volta... Por que não é possível falar disso para nós? A

princípio pensamos que não existia nada além ou aquém do totalitarismo que a vida em guerra impunha. Agora deduzimos que, se eles pensam que queremos ver guerreiros, que viemos do reino distante da Pampulha para entrevistar corajosos soldados em guerra, então não é possível abrir a retaguarda para nos falar das banalidades, amores, pequenos prazeres e invenções do dia-a-dia.

Assim, percebemos que o que havíamos visto antes talvez fosse só a superfície da questão. Interpretamos no capítulo anterior essa fala de Blue como se os guerreiros não fossem capazes de enxergar um mundo para além da guerra, por isso a falta de significantes que descrevessem o mundo para além dela. Depois da intervenção de Hugo C. tivemos uma compreensão après coup desse momento, levando em consideração o que Blue nos disse tomando sorvete, em contexto de pesquisa não era possível falar de certos assuntos, ou seja, não era possível falar do fora da guerra ali, conosco. Não porque ele seja proibido por alguém ou alguma regra, mas porque essa conversa não cabe na dinâmica que estabelecemos, o que havíamos falado até aquele momento, o que ele esperava que quiséssemos ouvir e o que tínhamos nos disposto a ouvir. Essa era a dinâmica de reconhecimento imposta.

Rosinha aproveita a oportunidade para ferir o ego de Blue na nossa presença, denuncia que ele não pode andar em lugar nenhum do morro que não seja a área restrita da rua onde mora e trabalha. Ele contradiz falando que pode sim, *"só não ando..."*. Ou seja, poder pode, mas melhor não andar. Rosinha continua, conta que Blue também não anda pelo lado de cima do morro. O jovem logo dá o troco, diz que ela também não pode ir, porque, se for *"Os cara corta o cabelo dela"*. Punição estética.

Os homens são mortos, perdem o que é mais valioso, a vida. As meninas também são mortas, perdem a beleza. Marca da relação de gênero presente na cultura. Blue justifica a intervenção capilar dizendo que *"Muitas leva e trás"*. Mais uma vez estamos de fora, o que é leva e trás? Eles respondem *"Escota"*. Não ajudou muito. Blue explica o conceito, *"A menina vai falando que tem nego boiando aqui, vindo aqui falando que tem nego boiando lá"*. Ou seja, fofoca, espionagem, ou só a menina arrumando outra turma para paquerar. Paquera meio agressiva essa, mas ainda é paquera, provocação, ciúmes...

E Deus? Deus cuida dos acertos e desacertos. Mas o problema é que o diabo sempre está por perto também. *"Mas é foda, tava pela ordi rala. De rocha, você não fica com maldade na mente. Você até esquece de problema, fica pela ordi. Igual eu que às vezes tô correndo atrás de emprego vô lá e vô preso. Ô buceta! É o capeta mesmo sô, você quer mudar, ele vem e derruba você. Ele quer vê você lá: bebendo, roubando, matando. aí ele tá*

*alegre*⁷²". O negócio aqui é se apegar às guias da mãe de santo no pescoço, à reza da mãe para Ave Maria e aos olhos dos amigos que cuidam a rua noite e dia. Proteção nunca é demais.

Assim encerramos o relato sobre o personagem Blue no que está além da guerra. Relato que inclui pesquisadora como personagem e exige que falemos em primeira pessoa do singular. A torção do enigma da pesquisa desvela que por trás da pergunta, "Por que a guerra?", existia uma outra, não dita, "Por que no contexto de pesquisa só foi possível falar da guerra?". Esse desvelamento nos indica a necessidade de elucidar a dinâmica de reconhecimento do outro, perspectiva complementar ao entendimento do discurso e do laço social. Assim, partimos para a investigação sobre o reconhecimento.

5.2. Reconhecimento: um exercício de ver e ouvir melhor

Os caminhos trilhados nessa investigação indicaram que os laços sociais, dos quais falamos no capítulo anterior, fazem da guerra um imaginário do qual não há saída a não ser a submissão, e pelo qual o sujeito perde a dimensão significativa dessa realidade em seus vários quesitos, principalmente no que diz respeito à política e à economia psíquica. O sujeito acaba ficando no significado, num lugar sem saída.

Falta, portanto, o reconhecimento deste laço político que enlaça subjetivamente o sujeito em um discurso que não tem furo, não tem interrupção. Os jovens não constroem esse laço, são personagens que podem apenas reagir. O discurso sem palavras influencia o comportamento do sujeito mesmo que ele não seja consciente deste processo, o que é dito ou feito depende do laço discursivo ou social estabelecido. Desse modo, o ato desses jovens não pode ter outro destino que não a infração, pois todo ato que é caracterizado como sendo deles cai no mesmo tipo de reconhecimento de sentido, dado a priori. O sujeito aparece como desqualificado e necessariamente dejetado do laço, ou seja, o *Homo Sacer*, sem escolha entre a vida ou a bolsa⁷³ pois só pode dar a vida, e uma vida sem valor. Esse é o verdadeiro muro que é necessário ultrapassar. O muro da linguagem que aprisiona o outro como guerreiro, sem considerar o sujeito que existe para além do uniforme.

O cenário que poderia dar outro lugar a esse fenômeno da guerra é o da política. No entanto, uma guerra sem nome, que não é reconhecida como guerra, é mortífera, porque não

⁷² *Pela ordi*: legal, bacana, bom; *Rala*: trabalhar; *De rocha*: expressão para enfatizar o que foi dito, concordar.

⁷³ Referência à dinâmica da escolha forçada enunciada no capítulo três.

se articula como política. Essa exclusão é responsável pela produção da imagem de um sujeito apenas violento, no lugar de reconhecer o laço político que envolve o fenômeno.

Nosso trajeto para responder à pergunta de pesquisa, portanto, começa no encontro com a guerra, descrevendo as pesquisas recentes que de maneira indireta conseguem abordá-la. Depois, no capítulo *O que é a guerra*, mostramos as proximidades e diferenças entre o que os jovens chamam de "guerra do tráfico" e o conceito teórico, que relaciona guerra e política, mostrando a importância de reconhecer pelo nome o fenômeno que esses jovens estão vivendo, defendendo com eles que, sim, há guerra.

No passo seguinte, descrevendo os guerreiros, entendemos mais um pouco o porque dessa guerra, fazendo emergir os laços sociais, os discursos que levam os sujeitos à posição de *Homo Sacer*, e a saída que esses indivíduos encontram contra essa posição de dejetos, identificando-se como guerreiros, o que infelizmente na circularidade do discurso os reenvia para o lugar de exceção.

Agora, no capítulo que trata propriamente da pergunta inicial, "por que a guerra?", ampliamos nosso ponto de visão para o além da guerra, em uma discussão que aponta saídas. Isso porque não existe a pretensão de esgotar a pergunta, uma vez que ela não tem a função de ser respondida, mas sim de nos colocar no trabalho de análise do fenômeno. A guerra do tráfico fala sobre o laço social no qual estamos todos inseridos.

Desta forma, chegamos à hipótese de que tanto a política como os sujeitos nela envolvidos ficam recalcados, esquecidos no que se dá a ver no fenômeno. Estes dois esquecimentos articulados elidem o fundamento e o jogo de poder responsáveis por dar ou retirar o lugar de cidadão do sujeito. É isso que julgamos ter sido reproduzido na pesquisa. Compreendemos que, no momento em que analisamos as falas dos adolescentes envolvidos em situação de vulnerabilidade, não lidamos com o que eles realmente pensam, e sim com a representação que eles fazem de nós, pesquisadoras, e do que eles imaginam que queremos ouvir a partir da nossa representação deles, e o que esperamos.

Quando nos aproximamos querendo saber sobre a sua vida, eles nos respondem a partir da imagem que acreditam que têm para nós: "o que temos a oferecer para essas pesquisadoras? O que elas estão vindo de tão longe escutar?".

Logo, eles nos respondem com a imagem que acham que têm para nós, ou seja, diante da pergunta sobre o pai, ou diante de qualquer outra pergunta, respondem com histórias de guerra. Esse é o traço que eles creem que nos diferencia, a agressividade e as histórias de violência, é o que nos falta e eles acreditam têm para nos oferecer, ou seja, falo deles. Também corresponde ao que esperamos ouvir. Por que fomos escutar esses meninos na boca

de tráfico de drogas e não outros jovens em qualquer lugar mais seguro? Porque eles vivem algo diferente, a exposição e a prática de violência que estabelecem uma relação particular com a sociedade e a lei. Ao perguntarmos sobre o pai está implícita uma expectativa de que havia alguma especificidade na relação deles com o pai que os diferenciava diante da lei. A partir dessa escuta, poderíamos oferecer, como universidade e ciência, um saber sobre a vida deles que os "ajudaria".

Dito de outra forma, tínhamos⁷⁴ também a representação de que deles só poderíamos ouvir do ponto de vista do lado de lá da lei. Se algo nos foi falado para além da guerra, não estávamos aptos a escutar a princípio, pois isso estava fora do que considerávamos como importante. Se eles tinham algo a dizer para além da guerra, também não falaram, pois acreditavam que não era isso que estávamos ali para ouvir.

A guerra só tem condição de possibilidade, se estabelecida neste laço social que se reproduz em cada momento em que ele é renovado, recria essa dinâmica de reconhecimento que estabelece o muro imaginário, intransponível, que nos reenvia em um ciclo sem fim e sem intercessão no qual os *Homo Sacer*s entram na luta por reconhecimento e são novamente reenviados ao limbo da Zóe⁷⁵. Na busca do reconhecimento do outro eles não têm saída a não ser a servidão pela prática e exposição da violência. E nós, pesquisadores, não temos outra saída que não constatar inúmeras vezes que há guerra.

Portanto, discutiremos neste capítulo a influência do reconhecimento, que, em íntima relação com o laço social, provoca a guerra na medida em que cria a imagem do outro como guerreiro e inimigo. Para realizar esta análise se faz necessária uma explicitação da dinâmica de reconhecimento do outro a partir do Esquema L de Lacan desde o período infantil.

5.2.1. Sobre o reconhecimento a partir do Esquema L de Lacan

Para melhor compreender a dinâmica de reconhecimento é necessário retornar ao período de formação do *eu*. A criança constrói a sua imagem a partir da identificação da imagem que o outro faz dela, ou pelo menos o que a criança pensa que é essa imagem. Ela

⁷⁴ Não é possível ampliar minha dificuldade de Ver para os demais pesquisadores que me acompanharam. Eles provavelmente estavam avisados desse muro imaginário no qual me ative, procurando o que nosso supervisor Célio Garcia sempre apontou, um uso inovador que esses jovens fazem dos objetos, em um questionamento da lei que é mais uma desobediência civil do que um crime ou uma guerra.

⁷⁵ Essa frase será melhor explicada ao longo do capítulo.

recebe do outro (geralmente a mãe como Outro) o assentimento de que a imagem que percebe é realmente sua. Nesse processo é criado o Eu (*Moi*) como construção imaginária submetida à dimensão do outro, inaugurando assim uma relação alienante do sujeito no Eu (*Moi*) como consequência do acesso à linguagem.

Como a criança conquista sua identidade a partir da imagem do outro, é sob a forma do outro especular que o sujeito também perceberá o outro, ou seja, seu semelhante (DOR, 1990). Essa relação é demonstrada por Lacan no que chamou de Esquema L, que ilustra a relação do sujeito com o Outro: o Eu (*Je*) é o sujeito enquanto ser falante no discurso, o sujeito (\$) apreende a si mesmo sob a forma imaginária de Eu (*Moi*), que passa pelo reconhecimento de si através do outro especular (*a*), tal como nos mostra Lacan (1949) no estágio do espelho⁷⁶.

Figura 9 — Esquema L

O Esquema L ilustra que a relação que o sujeito mantém consigo mesmo é mediada por uma linha de ficção ($a' - a$), em outras palavras, a relação que o sujeito dividido (\$) mantém com a imagem que faz de si mesmo, Eu (*Moi*), está na dependência do outro (*a*) seu semelhante. A relação que o sujeito dividido (\$) estabelece com o Outro, tesouro dos significantes, está interposta também pelo eixo imaginário ($a' - a$), estabelecendo o que Lacan chamou de "muro da linguagem". Ou seja, quando um sujeito comunica-se com um outro sujeito, a comunicação é sempre mediada pelo imaginário. Como nos diz Dor (1990, p. 125),

⁷⁶O Estádio do espelho é o momento no qual o Infans se constitui enquanto imagem especular. Trata-se de um momento extremamente alienante de constituição dialética e criação do eu ideal imaginário no lugar do corpo despedaçado. A identificação com o semelhante, imago do Outro, é o momento final do estágio do espelho. Esse é o momento no qual o sujeito é invadido pelo Desejo do outro. "Esse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediatização pelo desejo do outro, constituir seus objetos numa equivalência abstrata pela concorrência de outrem, o que faz do eu esse aparelho para o qual qualquer impulso dos instintos será um perigo, ainda que corresponda a uma maturação natural – passando desde então a própria normalização dessa maturação a depender, no homem, de uma intermediação cultural, tal como se vê, no que tange ao objeto sexual, no complexo de 'Édipo'" (LACAN, 1949, pp. 101-102).

[...] devido a divisão operada pela linguagem, que é um Eu (*Moi*) que comunica com um eu (*Moi*) diferente, porém semelhante a ele. Disto resulta que falar a um outro equivale inevitavelmente a manter um diálogo de surdo com ele. A mediação da linguagem, que eclipsa o sujeito, impõe que quando um \$ dirige-se a um verdadeiro Outro, ele jamais o atinge diretamente. Este Outro está, com efeito, situado do outro lado do muro da linguagem, assim como o sujeito \$ está fora do circuito em sua verdade de sujeito por esta ordem da linguagem.

Lacan explicita essa relação no Seminário II, *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, no qual diz que (LACAN, 1954-1955, pp. 307-308)

É a partir da ordem definida pelo muro da linguagem que o imaginário toma sua falsa realidade, que é, contudo, uma realidade verificada. O eu, tal como o entendemos, o outro, o semelhante, estes imaginários todos, são objetos. É verdade que eles não são homogêneos as luas - e, a cada instante, corremos o risco de esquecer isto. Porém são, efetivamente, objetos por serem assim denominados num sistema organizado que é o do muro da linguagem. Quando o sujeito fala com seus semelhantes, fala na linguagem comum, que considera os *eus* imaginários como coisas não unicamente *ex-sistentes*, porém reais. Por não poder saber o que se acha no campo em que o diálogo concreto se dá, ele lida com um certo numero de personagens, *a'*, *a*. Na medida em que o sujeito os põe em relação com sua própria imagem, aqueles com quem fala são também aqueles com quem se identifica.

Assim, tanto ao reconhecer o outro como ao nos comunicarmos através da linguagem, existe um engano a priori, um engodo, pois o Outro (A) interfere na articulação da palavra. "O Outro é isto diante do que nos fazemos reconhecer" (DOR, 1990, p. 158). Ainda segundo Dor (1990, p. 159), "[...] esse mais além da palavra de onde provém esta mensagem implícita é o Outro, que contribui assim para subordinar a linguagem humana a uma forma de comunicação onde a nossa mensagem vem do Outro sob uma forma invertida".

Essa forma invertida é o que aparece quando alguém diz: "Você é minha mulher", ou "Você é meu mestre", essas mensagens contêm implicitamente a fórmula "Eu sou seu marido" ou "Eu sou seu discípulo", pois o sujeito se faz reconhecer como discípulo para um Outro no momento em que o reconhece como mestre⁷⁷ (o mesmo vale para a dinâmica mulher e marido). O muro da linguagem demonstra, portanto, a obstrução que impede a comunicação direta entre dois sujeitos.

Essa dinâmica de reconhecimento é usada por Lacan em seus primeiros anos de seminário nos quais trabalha o retorno a Freud, entendendo o inconsciente estruturado como

⁷⁷Uma grande referência de Lacan nos anos cinquenta e sessenta foi Hegel e a Dialética do Senhor e do Escravo, que ele usa como referência para pensar a articulação explicitada acima. Nessa dialética o senhor arrisca a vida para se fazer reconhecer como senhor por outro homem, e o escravo trabalha para o senhor cedendo uma parte da sua produção. O senhor domina o escravo e este último domina a natureza através do trabalho e do saber (DUNKER, 2011). Assim, o senhor só é senhor se o escravo o reconhecer como tal, e o escravo sempre precisa estar submetido a um senhor para ser escravo.

linguagem (conceito já abordado no capítulo anterior). A presente pesquisa nos demonstrou que a "guerra do tráfico" é um fenômeno sustentado e produzido pela rede discursiva que coloca esses jovens como *Homo Sacer*s. Mais que isso, nos fez compreender que, quando nos comunicamos com eles ou eles conosco, essa relação se reatualiza pela linguagem.

Mas como sair desse ciclo? No primeiro relato sobre os encontros nos ativemos ao muro da linguagem que chamamos de divisão entre os mundos, pois ali não há nada a fazer além de constatar o terror. Através da torção que nos possibilitou um novo reconhecimento do outro percebemos que os jovens criam suas estratégias de vida, são "desobedientes civis", ou irregulares, como chamou Celio Garcia (2011a, p. 14), "[...] aqueles que são supostamente excluídos, ao mesmo tempo em que nos dizem como continuar". Apontam para a criatividade e a invenção, a criação de novos usos para os objetos que estabelecem novas formas de existência. Nesse contexto o tempo não obedece ao ritmo do mercado, por isso é aparentemente mais lento; o território vai até onde conhecemos, os limites de nossa própria existência; e os objetos são deslocados do lugar em que comumente os reconhecemos, seu significado na linguagem, e transportados para um novo uso. "Em sua estratégia de vida, desmarcam objetos. Desmarcar objetos resulta em prática política (uma política dos objetos) que, com frequência, resolve impasses, afasta entraves, amplia horizontes, desfaz pontos de estrangulamento nas políticas públicas" (GARCIA, 2011a, p. 33).

O autor dá um exemplo, um determinado bairro da periferia de Belo Horizonte que foi ocupado de acordo com suas características físicas. Grupos rivais se estabeleceram cada um de um lado de uma enorme cratera chamada de *buracão*, separando o que os habitantes acreditavam que deveria estar separado. Com o processo de urbanização essa cratera foi extinta, com a melhor das intenções. Entretanto, deixou rivais face a face, desprotegidos do limite que o *buracão* lhes oferecia.

Percebemos no momento de Concluir que existia um *para além* posto desde o início, o sujeito que se coloca no inesperado, apesar do que imaginamos que ele seja. Os atos de pesquisar, ler, escutar e ver não são de nenhuma maneira neutros e contêm em si uma teoria.

Chegamos assim ao estudo do reconhecimento em suas três dimensões, imaginária, simbólica e real. Apostamos nesse momento de conclusão que, passar do reconhecimento apenas imaginário para um reconhecimento em sua vertente também simbólica e real é deixar de escutar o discurso dos adolescentes a partir do que esperamos como pesquisadores e passar a escutar o que realmente não esperamos, o que eles não nos falam diretamente, mas deixam escapar nas horas do café, da saída ou nos pequenos intervalos, nas quais é possível ser outra

coisa que não o esperado. É o reconhecimento do modo de vida do outro como verdadeiramente digno e complexo na especificidade dos desejos particulares de cada um.

O sujeito então emerge no seu arranjo singular entre lei e maneira de obter gozo na vida, corporificado no personagem Blue. Essa passagem implica em pensar as relações entre homens e mulheres, sejam elas de amizade, sexuais ou parentais; as relações religiosas; as leis locais; símbolos relevantes; regras morais; tradição; histórias do coletivo; brincadeiras de criança; músicas; bailes funk; e, principalmente, aquilo que nem imaginamos que existe. Em outras palavras, não é o suficiente ver o outro como igual, é preciso também conseguir enxergá-lo na sua diferença.

Tal mudança de perspectiva nos permite pensar que existe saída sim, e ela já está sendo praticada, só precisa ser *creditada*. Dar crédito, dinheiro, visibilidade para o que é específico desse modo de vida. Não é necessário que eles sejam reconhecidos pelos nossos padrões e sim que nós possamos reconhecer que existem outros padrões.

O reconhecimento acaba sendo, assim, o recorte metodológico com o qual nos propomos a analisar o encontro. Não nos propomos aqui a explorar a teoria do reconhecimento, mas concluimos a nossa pesquisa com o lançamento para um novo enigma, uma pergunta sobre o que seria realmente "reconhecer o outro" apesar das guerras, ou seja, apesar do discurso que relança os jovens em conflito com a lei para aposição de *Homo Sacer*, apesar do muro da linguagem que nos impede de ver além do imaginário. Embora não tenhamos nos proposto a explorar a Teoria do Reconhecimento, é impossível não citar algumas teses de Axel Honneth (2003) sobre o tema.

5.2.2. Notas sobre o reconhecimento em Axel Honneth

Para Honneth (2003), o reconhecimento é um conceito chave da relação com os outros, quando as leis que garantem o bem estar das pessoas não são respeitadas, isso produz efeitos nocivos à formação individual e pode impedir o sujeito de reconhecer-se como participante da vida pública. Nesse sentido há uma contínua conexão entre desrespeito moral e luta social (GADEA, 2006). A expectativa de luta por reconhecimento se inicia quando o desrespeito vem através de experiências que impedem a formação pessoal de identidade, num processo de inter-reação subjetiva de luta pelo mútuo reconhecimento.

De outra perspectiva, para Lacan o sofrimento psíquico está ligado a déficits de reconhecimento social (SAFATLE, 2012), e podemos pensar aqui não o reconhecimento de um sujeito dentro de uma identidade, mas justamente como indeterminação, com o que não é possível ouvir, o que não corresponde às nossas expectativas imaginárias sobre o outro.

Essa posição paradoxal provocada pela *vida nua* impede justamente a comunhão de identidade com o outro, que passa a não ser reconhecido como irmão. Lemos em Safatle (2012, p. 6):

(...) Tal sofrimento pode ganhar a forma, por exemplo, da incapacidade de vivenciar experiências de não identidade e indeterminação (o que leva, pura e simplesmente, à incapacidade de vivenciar experiências como acontecimentos), ou ainda do isolamento de quem não encontra mais traços de outros em sua própria experiência temporal (perda da historicidade) e do vínculo compulsivo à figura atual do homem.

Assim, devemos caminhar não para incentivar a identidade, e sim para passar do reconhecimento da alteridade para o reconhecimento daquilo que suspende a normatividade social, a anormatividade, a possibilidade de enxergar o diferente. Devemos buscar não precisar incluir o outro, pois não há norma fixa. "O sujeito deixa de ser uma entidade substancial que fundamenta os processos de autodeterminação para transformar-se no lócus da não identidade e da clivagem" (SAFATLE, 2012, p. 12). Ou seja, a subjetividade passa a ser estruturada pela não identidade e a negatividade não recuperável, espaço que já vem sendo explorado pela confrontação com experiências de despersonalização por meio das dimensões do desejo, do corpo e da sexualidade.

Para Axel Honneth (2003, p. 261), o conflito "[...] que começa pelos sentimentos coletivos de injustiça, é aquele que atribui para o surgimento e curso das lutas sociais as experiências morais que os grupos sociais fazem perante a denegação do reconhecimento jurídico ou social". Continuemos com ele (HONNETH, 2003, p.209-210):

O mecanismo da estima simétrica pode explicar até mesmo o fato de a guerra representar amiúde um acontecimento coletivo capaz de fundar relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites sociais: também aqui, na experiência partilhada de grandes fardos e privações, origina-se num átimo uma nova estrutura de valores que permite mutuamente aos sujeitos estimar o outro por realizações e capacidades que antes não tiveram importância social.

De acordo com o autor, se efetuaria no crime, numa etapa avançada do direito (HONNETH, 2003, p.101),

[...] o mesmo que na luta de vida e de morte. Sob as condições do processo de formação individual: um sujeito procura, mediante uma ação provocadora, levar o outro indivíduo ou os muitos associados a respeitar o que não foi ainda reconhecido nas próprias expectativas pelas formas de relacionamento social.

Olhemos novamente então para a guerra e a política em suas ligações com o reconhecimento. Nosso primeiro ponto será afirmar que a guerra do tráfico denuncia a emergência de conflito devido à presença de formas de vida que ainda não podem ser reconhecidas. Voltemos à questão: "qual seria a meta, o propósito político perseguido (mesmo que recalcado) pelos adolescentes ao se envolverem em um conflito armado contra seus vizinhos de rua que os põe em risco de morte?".

Tratando-se dos jovens em guerra, precisamos estar advertidos de que a lei como sinônimo de paz é na verdade a imposição através da força de um contrato proposto por um determinado grupo. Retomando o texto-carta *Por que a guerra?*, de Freud para Albert Einstein (1930, p. 200): "[...] as leis são feitas por e para os membros governantes e deixam pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição". No mesmo texto, o psicanalista nos diz ainda: "Não há maneiras de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra" (FREUD, 1930, p. 205). Assim entendemos que a guerra pode ser uma expressão de descontentamento diante do desrespeito moral e falta de reconhecimento social de determinados grupos dentro da sociedade. Diante disso, a pergunta certa a fazer no lugar de "por que a guerra?" seriam então "por que a paz?".

5.3. Por que a paz?

No texto *Paz Eterna* (2004), Michel Plon distingue de um lado *um tratado de paz*, que coloca fim a uma guerra mas não ao Estado de Guerra; do outro, *uma aliança de paz*, que teria como objetivo a *paz eterna* entre todos os Estados através da instauração de um poder supremo. O autor analisa a correspondência de Einstein e Freud (1930) e observa que o físico, apesar de pacifista, admite ser pouco provável que os Estados aceitem a restrição de sua soberania em prol da sua hipótese de saída, a construção de um poder regulador soberano a todos os Estados que garantiria a paz. Freud (1930) também se define como um "incorrigível pacifista" e escreve que gostaria de acreditar no direito como a instituição reguladora que

resolveria a guerra, como propõe seu interlocutor, mas acredita que as formações institucionais também derivam da violência. Ainda segundo Plon, o psicanalista afirma que essas instituições são (PLON, 2004, p. 14)

[...] a estabilização momentânea de uma relação de força — um tratado de paz, não uma aliança de paz — estabilização de uma diferença que havia conduzido ao afrontamento para se soldar, seja pela destruição de um deles — ao assassinato —, seja pela sua submissão à lei do vencedor.

Nesse sentido, Plon (2004) aponta que a paz eterna está muito próxima do totalitarismo, pois presume a criação de uma instituição única que eliminaria toda forma de *outrodivergente*. A paz nesse sentido seria tão violenta quanto a própria guerra, pois implicano sofrimento da violência sem possibilidade de reação ou reconhecimento.

Michel Plon considera, portanto, junto com Clausewitz (2005), Foucault (2005 [1975-1976]) e Freud (1932) uma continuidade entre guerra e política, defendendo que a maneira de evitar a violência, sem ignorar a existência do conflito, e a legitimidade das pessoas lutarem contra a opressão, seria através da política, e não pela eliminação repressiva da contradição de uma maneira pacificamente totalitária. Plon nos diz (2004, p. 20 grifos do autor):

[...] a guerra como forma primeira do *socius*, e mais ainda o da sua continuação, na sua forma menos marcada de crueldade, a *política*, produto extremamente precioso destes processos culturais aos quais Freud consagra as últimas linhas de seu texto, constituiria a manifestação da pulsão de vida.

Quem lê o título do livro de Norberto Bobbio, *O problema da guerra e as vias da paz* (2003), imagina um tratado sobre o pacifismo. De fato o filósofo italiano discute os melhores caminhos para os movimentos pacifistas, mas se mantém ancorado em conceitos rigorosos, tanto de guerra como de paz. De uma maneira nada ingênua, Bobbio descreve as teorias pacifistas uma a uma, dividindo-as em pacifismo ativo e passivo. O ativo considera a guerra como uma instituição tão terrível que está esgotada, é inútil. Já o passivo a considera injusta e cruel e, portanto, deve ser eliminada pois é injustificável.

Assim como Freud (1932) na correspondência com Einstein, Bobbio (2003) não se deixa seduzir pelo discurso da paz como apenas ausência de conflito manifesto. Ele demonstra a necessidade de entendermos a complexidade do tema para não incorrermos no erro de tomar a subordinação de uns por pacificação. A *teoria da guerra justa* procura julgar as guerras como boas e más, com base na sua conduta em relação a pessoas, coisas, meios e lugares. Na outra ponta há teorias que, no lugar de julgar as guerras, *justificam-nas* como *mal*

aparente ou *mal necessário*, ou seja, um mal que esconde um bem por trás, ou um meio para atingir um fim desejável.

Embora não seja tão comum atualmente, inúmeras teorias justificaram a guerra como via para o progresso, seja este moral, civil (miscigenação) ou técnico. Para Bobbio, não há guerra justa. Vejamos o que ele nos diz (BOBBIO, 2003, p. 78, grifos do autor):

[...] a guerra é um processo judicial em que o mal maior [derrota] é infligido não a quem tem mais direito, mas a quem tem mais força, do que se verifica a situação em que não mais a força está a serviço do direito mas o direito acaba por estar a serviço da força. Em síntese: em determinado processo judicial é instituído com o escopo de *fazer vencer quem tem razão*. Mas o resultado da guerra é justamente o oposto: é *dar razão a quem vence*.

Essa concepção está em consonância com a tese de Foucault (2005 [1975-1976]) de que a política seria a guerra continuada por outros meios, tese esta descrita por nós no capítulo *O que é a guerra?*. Para Foucault, o sistema jurídico e as leis também são criados a partir da política. Na ligação entre guerra e direito, Norberto Bobbio (2003) elenca quatro modos de relação para a guerra: como antítese do direito; como meio para realizar o direito; como objeto do direito; ou como fonte do direito⁷⁸. Portanto, é de fácil percepção que a ligação entre guerra e paz é estrutural, relacionada tanto ao direito quanto à política.

A "paz" como conceito é a ausência de "guerra", ou seja, a ausência de conflito. A guerra, portanto, é o conceito positivo que dá origem ao conceito negativo, paz. Como consequência, para estudarmos a paz, ou as vias para se chegar a esta, é necessário primeiro definir a guerra⁷⁹. Como definimos no início deste trabalho, a guerra é um conflito violento entre grupos políticos independentes, podendo ser entre Estados soberanos (externa); no interior de um Estado (guerra civil); imperialista; ou de libertação nacional (BOBBIO, 2003). Acrescentamos ainda que é um processo sustentado e provocado não só por interesses racionais e circunstanciais, mas pelo discurso e pela política.

A guerra, que historicamente foi considerada como consequência da política, meio para se obter um fim, é considerada nessa dissertação como causa que deu origem ao discurso sustentador de uma opressão silenciosa, confundida por vezes com a paz. Ampliamos aqui o conceito de guerra. Esta é considerada por alguns como justa dependendo da legitimidade de quem a pratica (ou seja, é reservada ao Estado). Para nós, porém, trata-se de um conceito

⁷⁸ Os nomes são auto-explicativos.

⁷⁹ Está assim justificada, portanto, a nossa posição de nos debruçarmos sobre o fenômeno da guerra nessa dissertação, nunca pela incitação da violência, ou exploração do horror, mas pela busca séria e ativa da diminuição desta.

tomado apenas pelo nome, "guerra", pelo fenômeno, independente de quem o pratica. Não são só os Estados que têm o direito de entrar em um conflito armado chamado guerra, mas também os grupos políticos dentro dos Estados que estejam descontentes com o sistema de governo, com as leis, ou com a divisão econômica do seu país.

A paz, portanto, também é dependente desse conceito. Não se aceita a defesa de uma paz que signifique a estabilidade de um Estado injusto para alguns. "[...] só a paz com justiça merece ser chamada propriamente de paz, enquanto a paz injusta é apenas um simulacro de paz, uma paz aparente, uma paz impropriamente dita" (BOBBIO, 2003, p. 145). Não que não sejamos pacifistas ao estudar a guerra e defender sua existência. Apenas não acreditamos que aquilo que encontramos nas periferias do Brasil pode ser chamado de paz, como vimos nas histórias contadas por nossos personagens durante os três tempos lógicos que acompanharam os capítulos de nossa dissertação.

No instante de Ver apresentamos o contato inicial e a construção dos sujeitos que compuseram nosso elenco; no tempo de Compreender, nos debruçamos sobre os temas centrais que compuseram as entrelinhas da nossa história; no momento de Concluir, nos dedicamos à falta, à ausência que sublinhava o que não vimos a princípio, a história de cada sujeito para além da violência, a história de Blue.

Bobbio (2003) define duas formas de paz, uma negativa, como ausência de violência pessoal, e a outra positiva, como ausência de violência estrutural. Segundo ele, "[...] esta última é a violência que as instituições de domínio exercem sobre os dominados, e no seu conceito entram a injustiça social, a desigualdade entre ricos e pobres, entre poderosos e não poderosos, a exploração capitalista, o imperialismo etc" (BOBBIO, 2003, p. 146). Sendo assim, considerar a paz como ausência de violência não é o suficiente, é preciso preservar a ética no lugar de proteger o conceito. Bobbio contribui ainda dizendo que (BOBBIO, 2003, p. 147):

[...] ao ocupar-se de justiça social eles continuam a ocupar-se do problema da paz, desde que por "paz" se entenda não mais apenas aquela como foi entendida durante séculos, mas a justiça social, procurando desse modo cobrir uma real reviravolta nas suas pesquisas com uma acrobacia terminológica.

Assim, tradicionalmente se distinguem três formas de pacifismo ativo: instrumental, institucional ou finalista. O pacifismo instrumental se expressa ou pelo esforço para a

eliminação ou diminuição das armas (a prática do *desarmamento*⁸⁰), ou pela substituição dos meios violentos por *meios não violentos*. Para o pacifismo institucional, o responsável pela violência e pela guerra é o Estado, e para lutar contra ele pode-se usar o meio do direito, isso é o *pacifismo jurídico*. Já para combater uma certa forma de regime que se apoia na opressão através da revolução social utilizamos o conceito de *pacifismo social*, encontrado em Bobbio (2003, p. 102)

[...] o pacifismo jurídico vê na guerra um modo de resolver os conflitos internacionais, ou seja, os conflitos que surgem entre Estados soberanos numa situação em que não existe o monopólio da força [...]; o pacifismo social vê na guerra a consequência dos conflitos gerados não pela estrutura da comunidade internacional, mas pela estrutura social e portanto pela política internacional de alguns Estados.

Para o pacifismo jurídico o remédio é a instituição do supra-estado, ou Estado Mundial⁸¹. Já para o pacifismo social, a solução vem da transformação da ordem social capitalista, ou seja, a destruição de um tipo de Estado. Finalmente, o pacifismo finalista, procura a causa da guerra na natureza do homem, considerada dos pontos de vista ético-religioso ou biológico. A guerra é consequência de um defeito moral do homem ou de sua natureza instintiva, de impulsos primitivos. Nesses casos o remédio viria ou por uma *conversão*⁸² ou pela *cura*.

Assim, a paz que o pacifismo tem na mira não pode ser uma paz qualquer, de equilíbrio, de império, ou de hegemonia, na qual o sujeito submisso não aceita, mas suporta o estado de não guerra. Concordamos com Bobbio (2003) quando diz que "[...] a paz que o pacifista tem em mira só pode ser uma paz de satisfação" (2003, p. 156), e entendemos que o primeiro passo é reconhecer a guerra à qual os sujeitos estão expostos, muitas vezes em silêncio.

Isto posto, nossa pergunta nesse momento final se transforma de "Por que a guerra do tráfico?" para "Qual motivo que essas pessoas teriam para estarem em paz diante da desigualdade a que estão submetidas?" A paz que se espera desses sujeitos é a submissão a

⁸⁰ Política defendida no Estatuto do Desarmamento (Lei 10826 de 23 de dezembro de 2003), que regula a comercialização de armas de fogo no Brasil. Por ocasião desse estatuto foi realizado o *Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições*, no dia 23 de outubro de 2005, para fazer uma consulta à opinião da população se o artigo que proibia a comercialização de armas de fogo no Brasil deveria continuar no Estatuto do desarmamento ou não. O resultado final foi de 59.109.265 votos rejeitando a proposta (63,94%) da proibição, e 33.333.045 votos pelo "sim" (36,06%), aceitando a proibição.

⁸¹ Mesma perspectiva defendida por Einstein na carta a Freud (1930).

⁸² Mais uma vez a filosofia nos ajuda a entender o que há por trás das posições defendidas na atualidade quanto à alta medicalização nos presídios ou a entrada de entidades religiosas nessas instituições, a busca da cura ou da conversão baseadas na concepção de que a guerra e a violência seriam defeitos morais ou biológicos, respectivamente.

uma ordem, lei, governo e política que os oprime, é a efetivação de um equilíbrio que coroa a submissão, é a aceitação pacífica do racismo de Estado.

Entendemos que o primeiro passo é reconhecer o laço social, o discurso no qual estamos, é reconhecer que ele nunca foi e não é justo, gerando uma forma de conflito que os jovens envolvidos com o crime cansam de gritar que se chama "guerra". Reconhecer também que a forma que esses adolescentes encontram para sobreviver é lutar, transformando-se em guerreiros de uma guerra não nomeada que os envia e reenvia para a posição paradoxal de *Homo Sacer*. Por fim, trata-se de reconhecer que existe um para além desse muro da linguagem, desse discurso que nos aprisiona a todos na guerra, um para além que oferece uma liberdade limitada mas na qual é possível enxergar a existência do sujeito, o real irredutível do *outro*, para o qual não há significação que baste, para o qual não há determinação.

6. Conclusão

"É melhor viver pouco como rei, do que muito como Zé"
(Jovem entrevistado)

São Paulo, 9 de abril de 2014

À Aline

Finalmente, o trecho em que Coutinho revela sua utopia, cuja definição encontrou no final de um livro de 700 páginas que deve ter lido em 1999 – "A miséria do mundo", coordenado por Pierre Bourdieu.

Em um texto chamado "Compreender", no final do livro, Bourdieu fala de técnicas de pesquisa e diz que

"a entrevista pode ser considerada como uma forma de exercício espiritual, visando obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida. A disposição acolhedora que inclina a fazer seus os problemas do pesquisado, sendo a aptidão a aceitá-lo e a compreendê-lo tal como ele é, na sua necessidade singular é uma espécie de amor intelectual: um olhar que consente com a necessidade, à maneira do 'amor intelectual de Deus', isto é, da ordem natural, que Spinoza tinha como a forma suprema do conhecimento".

"[...] achei isso extraordinário, entendeu?", disse o Coutinho. "Essa coisa de você assentir com o mundo, concordar com o mundo. E não é dizer que, ah tão me torturando, sou a favor, consinto. É com o natural, os fatos naturais, e isso aí me parece extraordinário.[...] [Essa] é minha utopia, eu não tenho outras. Se eu tiver essa eu já tou ótimo. Se eu tiver uma, ou duas [obsessões], tá bom... Não precisa ter três."

Levando em conta essa afirmação, talvez possamos considerar que a utopia do Coutinho foi "aceitar os fatos naturais" para poder "perceber e compreender", nas palavras de Bourdieu, "toda uma parte de sofrimentos característicos de uma ordem social que tem, sem dúvida, feito recuar a grande miséria [...] mas que tem também multiplicado os espaços

sociais que têm oferecido as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas de pequena miséria"⁸³ (SCOREL, 2014).

Hugo C.

A conclusão teórica dessa dissertação já foi dada no capítulo anterior, o percurso de pesquisa nos possibilitou reconhecer a guerra e o para além desta, de uma maneira que abra espaço para o sujeito, para a emergência de uma subjetividade e de uma política que tenham em si o espaço para o novo, ou seja, o diferente, *a alteridade*.

Partindo da aposta de não abrir mão da palavra para não perder a teoria, assim como Freud nos ensinou, levamos a "guerra" da qual os entrevistados nos falavam verdadeiramente a sério, e chegamos à conclusão que sim, há "guerra", uma guerra muito mais ampla do que o fenômeno observado e repetido por eles na guerra do tráfico de drogas. Esta última é apenas a consequência da primeira, que é o discurso, laço social que se originou de guerras passadas que estabeleceram uma estrutura de dominação de uns sobre outros. Esse discurso é passado, repetido e retorna a todo instante pela linguagem, influenciando a construção de leis, projetos sociais, projetos governamentais, relações interpessoais e economia, ou seja, toda a política de um Estado. Essa política não é apenas a eleição de governantes e escolha de diretrizes partidárias — é também o estabelecimento da estrutura social, que no Brasil define a posição dos jovens que se envolvem na guerra do tráfico de drogas como lugar paradoxal de exclusão incluída, o lugar de quem é passível de ser morto, de *Homo Sacer*.

É a partir dessa posição que o discurso os reenvia para uma circularidade sem fim. Esses sujeitos, para não serem mortos ou violentados por pares ou pelo próprio racismo de Estado, se vestem de guerreiros em um espetáculo de violência, que tanto os protege quanto os transforma em vítimas de agressão. Porém, apesar de nos limitarmos ao muro imaginário que condena o *outro* a ser o que esperamos dele, sempre e unicamente (no caso desses jovens, guerreiros até a hora da morte), nossos entrevistados são mais que guerreiros, são sujeitos, filhos, amantes, amigos, empreendedores, amorosos, vadios, fiéis, traidores, trabalhadores...

⁸³Retirado de uma reportagem do site da revista Piauí de Eduardo Scorel: SCOREL, E. *Cabra marcado em DVD*. Piauí, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/questoes-cinematograficas/geral/cabra-marcado-em-dvd>. Referência a entrevista dada por Eduardo Coutinho por ocasião da Feira Literária Internacional de Parati – Flip 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NobGhzE9liE>.

Depreendemos disso que, se não nos ativermos ao reconhecimento na sua vertente imaginária, temos a possibilidade de enxergar que existe o indeterminado no *outro*, e que este outro não se restringe à guerra. Mas é preciso reconhecer o laço social para admitir a legitimidade dessa guerra e a injustiça que é pensar a paz nesse contexto. Paz para uns seria a submissão calada de outros. A guerra, a agressividade e o crime são pesares para todos nós, apenas não admitimos que a busca pela paz para uns signifique a imposição da força para subjugar outros. Assim, estudar a guerra é também lutar pela paz, mas uma paz com satisfação, de acordo conceito de Bobbio (2003).

Concluindo, para responder à pergunta, enigma de pesquisa, "Por que os jovens do Santa Lúcia entram na guerra do tráfico, mesmo sabendo que o risco de morte é muito alto?", percorremos um trajeto pouco usual. Usamos tanto o depoimento dos entrevistados quanto o testemunho da pesquisadora, no que constituiu o trajeto metodológico final dessa dissertação. Retomando a citação de Luiz Claudio Figueiredo (2012) usada na introdução deste trabalho, sim, a pesquisa acaba sempre dependendo de acontecimentos que escapam à posição teórica e sua racionalidade, aproveitando de fatores do acaso, surpresa e frustração em vias que escapam ao racional e usam o afeto a seu favor. Repetindo o texto do autor "[...] há nesse caso tanto uma perda de si como sujeito soberano da razão e da vontade, como uma perda de objetos que se supunha estivessem sob o controle da teoria" (FIGUEIREDO, 2012, p. 132).

Nos permitimos perder o controle do trajeto para melhor perseguir o enigma que o objeto de pesquisa nos impunha em seu valor de exceção. Concordamos com Dunker (2011) que existem "três mais uma" funções primordiais da escrita do caso clínico: *função ética, lógica, retórica-conceitual* e ainda seu valor de *crítica* e *questionamento da teoria*, para que esta encontre caminhos para avançar.

O papel *ético* diz respeito justamente à exposição do caso que subverte a classe ou categoria na qual se inclui inicialmente, ou seja, fala sobre seu valor de exceção, que estabelece um enigma para o pesquisador. O seu emprego *lógico* é a sua organização em torno de quatro categorias epistemológicas de um processo: a etiologia, que é o estudo das causas de um dado fenômeno; a diagnóstica, que elenca as síndromes de acordo com os sintomas; a semiologia, que é a regularidade de um determinado quadro que indica que ele seja classificado dentro de uma nomenclatura; e a terapêutica, indicando os procedimentos usados para o tratamento. A função *retórico-conceitual* do caso clínico diz do compromisso científico de transmissão de um saber sobre a eficácia ou ineficácia de certos procedimentos adotados, mesmo que isso signifique transmitir o fracasso de uma determinada hipótese ou

procedimento. Enfim, o mais um é a *crítica ou questionamento ao dispositivo psicanalítico* que o caso como exceção pode fazer, revelando a necessidade de avançarmos na teoria.

O caso apresentado nessa dissertação nos expôs a uma série de singularidades que exigiram um trajeto de pesquisa incomum. Primeiramente o caso não relata o trajeto de uma análise, e sim alguns encontros com um grupo de sujeitos. Em segundo lugar, não é a voz de uma pessoa que está sendo analisada, mas de um grupo. O terceiro ponto é que a violência do relato choca de tal forma que intima a pesquisadora a colocar seu depoimento como dado necessário à compreensão do fenômeno.

Todos esses fatores nos levaram à construção de uma metodologia também singular, que pretendeu fazer o cruzamento entre dois eixos sem reduzir um ao outro, ou anular as diferenças e críticas que eles se imputam mutuamente. Um eixo leva em consideração o aspecto político-sociológico do fenômeno, o outro, seu caráter subjetivo-clínico. Ambos perseguindo de diferentes pontos de vista o enigma que o contato com os entrevistados nos impôs. Embora não tradicional, justificamos essa metodologia a partir da complexidade do objeto. Vejamos (ROSA et al., 2013, p. 77):

O caso revela não só o pesquisado, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita. "Não seria o caso clínico um entre parênteses, indicando um encontro interrompido entre alguém que fala e outro que escuta no limite do fantasma que o suporta e da teoria que o orienta?", pergunta-se SOUSA (2000, p.17). O caso não se confunde com a história, não é biográfico: "É ficção clínica, resultado de uma hipótese teórica" (SOUSA, 2000, p 19). [...] Podemos dizer que a construção do caso se dá em torno da queda do sentido e da produção de um *enigma* para o analista, que o interroga sobre o caso e a partir do qual se produz uma narrativa – ficcional.

Desta forma, o trajeto estabelecido para responder à pergunta de pesquisa, "Por que a guerra?", se fez em quatro momentos. Na *Parte I: Contexto de guerra*, circunscrevemos nosso objeto de estudo, a guerra do tráfico de drogas no aglomerado Santa Lúcia, através da descrição da região e de uma extensa revisão bibliográfica. Esta última foi composta pelo mapa das principais teorias criminológicas, além do relato de importantes e recentes pesquisas clínicas e sociais que abordam o tema, mesmo que indiretamente⁸⁴.

⁸⁴ É importante salientar que além das pesquisas sobre o tema propriamente dito, a guerra do tráfico em Belo Horizonte, julgamos necessário incluir as pesquisas sobre temas relacionados periféricamente, dando solidez à complexidade do fenômeno: como trabalhos sobre a guerra do tráfico em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como outros acerca de adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa. Assim, acreditamos ter abordado o objeto com o mínimo de diversidade que ele exige, a especificidade da guerra de Belo Horizonte e a participação de jovens que ainda não completaram seus 18 anos.

Feita a apresentação do objeto, partimos para a *Parte II: Encontro com a guerra*, na qual fizemos o trajeto de construção do caso e a elaboração teórica e para perseguir a pergunta de pesquisa. Dividimos esse percurso em três momentos, que compuseram três capítulos da dissertação. No capítulo 3, primeiramente apresentamos o contato inicial com os jovens, no qual eles nos expuseram ao problema da guerra do tráfico. Através da nossa metodologia, procuramos entender o significado político de estar em guerra, bem como a incidência psíquica desse fenômeno para os sujeitos. O primeiro passo foi nos colocar a pergunta "O que é a guerra?" como um conceito mundialmente usado, para então termos condições de analisá-la como fenômeno local. No sub-tópico *Primeira escrita da guerra*, Von Clausewitz e Michel Foucault nos ajudaram a entender a profunda dependência da política em relação às guerras históricas, descortinando a realidade da guerra do tráfico como fenômeno produzido por diretrizes políticas que compõem o racismo de Estado.

No segundo eixo, *Guerra na psicanálise*, construímos uma teoria da guerra na psicanálise freudiana e lacaniana através da elucidação dos quatro grandes usos que esta teoria faz do significante em questão: guerra como fenômeno subjetivo; fenômeno político; estrutura subjetiva; e estrutura política. Esse percurso extenso nos permitiu entender a incidência estrutural da guerra tanto para o posicionamento dos sujeitos no laço social quanto para a interpretação da dinâmica psíquica como conflito constante entre instâncias, no qual não se almeja a repressão do conflito mas sim o aproveitamento deste para a economia psíquica do sujeito. Concluímos, no fim deste capítulo, com a afirmação que repete e reafirma a fala dos entrevistados: há guerra, e embasamos nosso posicionamento demonstrando a pluralização que o conceito de guerra permite e exige na contemporaneidade.

No capítulo seguinte, *Guerreiros: sujeito Homo Sacer no discurso*, procuramos entender melhor esses sujeitos em guerra, sempre tendo como horizonte a pergunta, "Por que se colocar nessa posição de "guerreiro" na sociedade?". Os relatos nos levaram a uma analogia com o conceito de Giorgio Agamben de *Homo Sacer*. Entretanto, para entender como esses jovens entram em contato com a exigência social de que eles ocupem esse lugar, primeiramente chegamos ao conceito de discurso para Michel Foucault e para Jacques Lacan. Assim, apostamos que a guerra é sustentada pelo discurso, e portanto os guerreiros são produzidos também por essa forma de laço com a sociedade que os transforma em *Homo Sacer*s. Em seguida, retomamos Hannah Arendt e Michel Foucault, no recorte dos dois conceitos que serviram de base para a construção do conceito de *Homo Sacer* por Giorgio Agamben, o Campo e a biopolítica.

Finalmente, no capítulo 5, que levou o nome da nossa pergunta de pesquisa, *Por que as guerras? Dinâmica de reconhecimento e política*, fomos forçados, pelas exigências do objeto de estudo e pelo percurso metodológico, a ampliar nosso ponto de visão para o além da guerra. No acaso, que veio em uma carta, fomos conduzidos a pensar a respeito do que não foi possível ver durante o processo inicial de pesquisa, no qual estávamos focados nos meandros e complexidades da guerra. Percebemos que estávamos vendo os entrevistados apenas como guerreiros. Por mais que tentássemos um deslocamento, esse caía no vazio de significação. A partir de uma nova análise, fizemos uma torção no enigma, "Por que a guerra?", entendendo-o como uma pergunta retórica, que serve não para ser respondida, mas para impulsionar a pesquisa. Desta forma partimos para o deslocamento do modo de reconhecer o outro, apontando para a necessidade de enxergarmos o homem por trás do guerreiro, que nos levou a uma nova pergunta, "Por que a paz?". Assim, finalizamos a pesquisa pensando a respeito do que é a paz, sua diferença com a simples estabilidade e a quem interessa a manutenção desta forma de política social marcada pela exclusão.

Portanto, a presente *Conclusão* relata não só a discussão desse percurso de construção teórica que marca a queda de uma hipótese, a de que haveria um benefício oculto específico perseguido por esses jovens ao entrarem na guerra. Mostra a tentativa de construção de uma resposta que não reduza o sujeito, e a busca por fazê-lo da única forma que isso é possível, ou seja, *sem resposta* definida, marcando apenas as exigências e invenções metodológicas demandadas pelo objeto que não se deixa apreender nunca em sua totalidade.

Sobre essa impossibilidade, Eduardo Coutinho nos diz, citando Bourdieu, que o papel do entrevistador é a utopia de "conversão do olhar". Justamente como no nosso percurso de aprender a enxergar durante os três tempos lógicos do reconhecimento do *outro* que expusemos aqui: Ver, se colocando como o *outro*, no lugar do *outro*, e fazendo dos problemas dele os nossos; Compreender, enxergando a forma de sofrimento característica de uma ordem social maior, que envolve os dois, entrevistado e entrevistador; por fim, Concluir, mudando o foco do que está num primeiro plano próximo, para o plano distante, diferente, não conhecido, e não sabido. Assumir que não há resposta determinada, pois, não há meios de se conhecer o *outro* por completo, ele está sempre se reinventando em respostas singulares e eficientes.

Assim, justificamos nosso percurso metodológico pela complexidade do objeto, e transformamos em responsabilidade social aquilo que poderia ser visto como mera exposição

e apropriação da violência. No documentário *Fotógrafo de guerra*(2001)⁸⁵, James Nachtwey define seu trabalho de forma semelhante, para ele, sua função social é denunciar a guerra através dos retratos que faz. Vejamos um trecho do depoimento:

[...] as fotos nos mostravam o que realmente acontecia lá, que estavam em contradição com o que os políticos e militares dirigentes nos diziam. Eram imagens diretas e documentais, uma poderosa denúncia contra a guerra tão injusta e cruel simplesmente por mostrar o que acontecia. (0h15min-0h16min)

Entre as pessoas que trabalham com a violência, em especial retratando situações de guerra, crime, agressões ou grandes injustiças sociais, existe sempre a sombra da fina linha divisória entre espetacularização e exploração da violência de um lado e do outro a denúncia e luta pela paz. Guardadas as diferenças, o depoimento desses artistas, diretores e fotógrafos nos ajudaram a entender como transformar a dificuldade imposta pelo trabalho com a guerra em produto para uma utopia de mudança.

O documentário *Repórteres de Guerra (The Bang Bang Club)*⁸⁶ expõe essa polêmica ética ao contar a história real de um grupo de quatro fotógrafos, Greg Marinovich, João Silva, Kevin Carter e Ken Oosterbroek, que trabalharam registrando os conflitos em torno das primeiras eleições diretas na África do Sul, após o fim do regime de Apartheid. Esse grupo ficou conhecido como *the bang bang club* por tirar grandes fotos dos conflitos. Carter e Marinovich chegaram inclusive a receber dois prêmios Pulitzer pelas fotos. A imagem com a qual Carter ganhou o prêmio gerou grande polêmica, pois retratava uma criança faminta no Sudão da qual se aproximava um abutre também faminto.

O fotógrafo foi acusado pelos jornais de explorar o sofrimento, não protegendo a criança e se preocupando apenas com a foto, assim como um predador a procura de carne. Carter não desmentiu as acusações, embora seu colega João Silva tenha relatado que ele espantou o abutre. Infelizmente algum tempo depois Ken Oosterbroek morreu durante um trabalho e Kevin Carter se suicidou no dia 27 de julho de 1994, deixando o seguinte bilhete:

Estou deprimido ...sem telefone ... dinheiro para o aluguel ... dinheiro para sustentar as crianças ... dinheiro para dívidas ... dinheiro! ... Estou assombrado pelas vívidas memórias de mortes e cadáveres e raiva e dor ...de morrer de fome ou de crianças feridas, de loucos com dedos no gatilho, muitas vezes policiais, carrascos assassinos ... eu tinha que ter ido junto com Ken se eu tivesse a mesma sorte⁸⁷.

⁸⁵ FOTÓGRAFO DE GUERRA. Christian Frei. Suíça: 2001 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8XxVVFjeTpo>.

⁸⁶ REPÓRTERES DE GUERRA. Steven Silver. Canadá, África do Sul: 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kNivDcjgRUg> . Acessado em 30 abr. 2014.

⁸⁷ Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Kevin_Carter . Acessado em 30 abr. 2014.

Esse testemunho triste mostra a importância de fazer algo com os sentimentos que sobram desse encontro com a guerra. Se convencer da importância ou deixar vaziar essa emoção para o próprio trabalho é uma das saídas, mesmo que não seja uma resposta. André Lion é um brasileiro que se tornou fotógrafo de guerra após ter se mudado para a Suíça por acreditar que no Brasil não teria como ser "alguém", pois aqui a posição social na qual nascemos nos marca, e determina o que iremos ser no futuro. Em entrevista dada ao Programa Roda Viva em 30 de abril de 2012⁸⁸, Lion relata que a importância de se retratar a guerra em filmes ou fotografias está em contar a história das pessoas. Para ele, o que podemos fazer pela guerra é a mediação. André Lion diz que se tornou fotógrafo de guerra pois tinha muito ódio do mundo devido a sua infância sofrida no interior do Brasil. Diz ele:

[...] se eu quisesse fotografar eu vou ter que aceitar quem eu sou, aí que entra essa revolta toda, aí eu aceitei tudo o que eu tinha de revolta, porque até então eu estava tentando ser normal [...] aí eu aceitei tudo o que é trauma que eu tinha... (54m40s – 55m34s, transcrição nossa)

Assim, o fotógrafo usa suas emoções para compor seu trabalho, não sem custos. Lion relata que não consegue rever as fotos que tira da guerra, pois "é traumático demais [...] é alguém interrompendo violentamente o futuro de uma outra pessoa" (LION, 2012, 33m50s-34m40s, transcrição nossa). Justificamos desta forma as cartas reproduzidas nessa dissertação, elas são a abertura do trabalho acadêmico para a emoção que a tentativa de neutralidade reprime, representam a incorporação do sujeito pesquisador na sua pesquisa. Em *Fotógrafo de Guerra*, Nachtwey diz:

Também tive que aprender, ao tirar as fotos, a desenvolver uma visão pessoal e, para poder expressar os meus sentimentos tive que começar por conhecê-los. Graças à fotografia e à disciplina do enquadramento tive que aprender a conhecer o mundo e a conhecer a mim mesmo. (15m55s – 20m25s, transcrição nossa).

Assim como o fotógrafo, também devemos esse agradecimento à pesquisa sobre guerra, porque, no fim, o ato de reconhecer o *outro* implica reconhecer em si mesmo esse *outro*. Não igualando as diferenças em traços semelhantes, mas sim ressaltando em ambos a possibilidade de traços diferentes com as mesmas funções. Pesquisar em psicanálise é viver a teoria em si, pois nos formamos a partir do *outro* e o que nos interessa tem sempre um traço de nós mesmos. Nesse sentido, falaremos sempre de nós mesmos através dos *outros*.

⁸⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SG020xwbFG0> . Acessado em 30 abr. 2014.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. O ensaio como forma. Em *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas cidades; 34, 2003.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. BeloHorizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *O que resta de Auschwitz : o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008

ALBERTI, S. Psicanálise e Universidade: e a instauração da discursividade. Em *Saber, Verdade e Gozo: Leituras de O Seminário 17 de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

ALLOUCH, J. El psicoanálisis, el amor y la guerra. Em *El psicoanálisis, el amor y la guerra: Memorias del II Seminario Latinoamericano de Psicanalisis*. Cali: Conol, 2009.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, J. L. Cidade e território: desafios da reinvenção política do espaço público. Disponível em

http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=18. Acesso em 20 de Ago de 2011.

BARCELLOS, C. *O Abusado: o dono do morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BEATO F. C. C.. (1998). Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37), 74-87. Recuperado em 14 de dezembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000200004&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0102-69091998000200004.

BIGNOTTO, N. Arendt e o totalitarismo. Em: *Revista Cult*. São Paulo: Bregantini, v. 129. Disponível <revistacult.uol.com.br/home/category/edicoes/129/>. Acesso em: 19 jun.2012.

BIONDI, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BISPO, F. *A ética da contingência: a lógica da ética da psicanálise*. Curitiba, Jaruá, 2012.

BOBBIO, N. (1909). *Dicionário de política*. Brasília: Editora: Universidade de Brasília, 1998.

_____. *O problema da guerra e as vias da paz*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CARVALHO, T. F. de. O “direito penal do inimigo” e o “direito penal do homo sacer da baixada”: exclusão e vitimação no campo penal brasileiro (2006). Disponível em http://www.ihj.org.br/pdfs/Artigo_Thiago_Fabres.pdf. Acesso 26 de Ago de 2011.

CARMO, Viviani Sousa. A lógica do controle global e sua estranha imanência: o caso do Brasil e a emergência de uma norma violenta de sociabilidade. Dissertação de mestrado do Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

CARMO, V. S. Anonimato de vida e de morte: contemporaneidade e laço social na adolescência. 2011. pp. 217 Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2011.

CASSIN, B; BADIOU, A. *Não há relação sexual: duas lições sobre “O aturrito” de Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CLAUSEWITZ, C. V. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CRUZ, M. *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito, 2009.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Em <http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html> 1/12/2003. Acessado em 07 de Abril de 2014.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 1986

DIAS, C. C. N. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação: do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, M. M. *Os Ódios: clínica e política do psicanalista*. São Paulo, Iluminuras, 2012.

DOR, J. *Introdução a leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como uma linguagem*. Tradução de Carlos Eduardo Reis. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DOUBNER, S. *Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta: as revelações de um economista original e politicamente incorreto*. Stephen Dubner, Steven Levitt ; tradução Regina Lyra. – Rio de Janeiro: Elsevier 7 ed, 2005.

DUMÉZIL, C. *La marca del caso*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1989.

DUNKER, C. L. I. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume, 2011.

DUROZOI, G. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papirus, 1996.

ENDO, P. *Violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico*. São PAULO: Escuta/Fapesp, 2005.

ENDO, P. A ressurgência da tirania como elemento originário da política. Em: *entreAto: o poético e o analítico*. Nina Virgínia de Araújo Leite, J. Guillermo Millán-Ramos (org). Campinas- SP: Mercado das Letras, 2011.

ESCOREL, E. Cabra marcado em DVD. Em *Revista Piauí* (online). Volume de 31 de Março de 2014. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/questoes-cinematograficas/geral/cabra-marcado-em-dvd>. Acessado em 9 de Abril de 2014.

FERRARI, I. F. Agressividade e violência. Em *PSICologia Clínica*, Rio De Janeiro, VOL.18, N.2, P.49 – 62, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v18n2/a05v18n2.pdf>. Acesso em 05 de Nov de 2012.

FELMAN, S. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. Em: *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

FIGUEIREDO, L. C. M. . A ética da pesquisa acadêmica e a ética da clínica em psicanálise: o encontro possível. Em: Edilene F. de Queiroz; Antônio Ricardo da Silva. (Org.). *Pesquisa em psicopatologia Fundamental*. 1ed.São Paulo: Escuta, 2002, v. , p. 129-142.

FLIP, Festa Literária Internacional de Paraty. Mesa 12 - Encontro com Eduardo Coutinho - 06/07/13. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=NobGhzE9liE>. Acessado em 9 de Abril de 2014.

FOUCAULT, M. (1969) *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1998. .

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996

_____. Conversação com Michel Foucault (1971). Magazine littéraire. N 101. Junho de 1975. Os. 27-33. Em *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes 4ª ed, 2005.

_____. Entrevista sobre a prisão e seu método (entrevista com J.-J. Brochier). Magazine littéraire. N 101. Junho de 1975. Os. 27-33. Em *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A.Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FREUD, Sigmund (1913). Totem Tabu. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, vol. XIII, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

_____. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e morte. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, vol. XIV, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

_____ (1921). Psicologia das Massas a Análise do Eu. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, vol. XVIII, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

_____ (1930). O Mal-Estar na Civilização. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, vol. XXI, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

_____ (1930). Por que a guerra? Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, vol. XXII, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

GADEA, C. A. Resenha da “Luta pelo Reconhecimento”. Em: *Ciências sociais*, unisinos, jan-abr. Vol.42, n.1. 2006, pg 72-73.

GALLO, H. Subjetividad, amor y guerra. Em: *El psicoanálisis, el amor y la guerra: Memorias del II Seminario Latinoamericano de Psicanalisis*. Cali: Conol, 2009.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARCIA, Célio. Psicanálise e Política. Em: *Interfaces*. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa, 2011.

GLUCKSMANN, A. *Le discours de la guerre*. Paris: L’herne, 1974.

GOLDENBERG, R. *Política e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUERRA, Andréa Maris Campos. Crítica de uma morte enunciada. Em: GARCIA, Célio. *Interfaces*. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa, 2011.

GUERRA, A. M. C. ; PINHEIRO, M. C. ; LIMA, N. L. ; SOARES, C. A. N. Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: Uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. Em: *Psicologia em Revista (Online)*, v. 18, p. 247-263, 2012.

HOFFMANN, C. El acto psiconalítico (1967). Em SAFOUAN, M. *Lacaniana II: Los seminários de Jacques Lacan 1964-1979*. Buenos Aires: Paidós, 2009, pp.141-157.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Ed.34, 2003.

JAMSON, F. *O Inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: àtica, 1992.

JORGE. M. A C. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. Em *Saber, Verdade e Gozo: Leituras de O Seminário 17 de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

KEHL, M. R. *O tempo e o cão*. São Paulo: Boitempo, 2009.

LACAN, J. (1953- 1954). *Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. (1954.1955). *Seminário Livro 2: o Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Trad: Marie Christine Lasnik Penot; com a colaboração de Antonio Luiz Quinet de Andrade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. (1957-1958). *Seminário livro 5: as formações do inconsciente*. Trad. de Vera Ribeiro; revisão de Marcus Andre Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

_____. (1959-1954) *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Trad. Antônio Quinet. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1997.

_____. (1961 – 1962). *Seminário Livro 9: A Identificação*. Trad. Ivan Correa e Marcos Bragno. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife, 2003.

_____. (1969-1970). *Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise*. Trad. Ary Roitman; consultor, Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992

_____. (1972-1973). *Seminário, Livro 20: mais, ainda*. Trad. M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. (1967-1968). *Seminário Livro 15: O ato psicanalítico*.

_____. Non-dupes errant. Em <http://staferla.free.fr/S21/S21.htm>. Acessado em 29 de março de 2014.

_____. (1947) A psiquiatria inglesa e a guerra. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1949) O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1948) Agressividade em psicanálise. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1957) A instância da letra no inconsciente. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. Em: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.: 1998.

_____. (1965) Ciência e verdade. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. O aturdo (1972). Em *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.: 2003.

LACÔTE, C. Los desengañados se engañan (1973-1974). Em SAFOUAN, M. *Lacanianana II: Los seminários de Jacques Lacan 1964-1979*. Buenos Aires: Paidós, 2009, pp.261-277.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS. Vocabulário de Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEVI, PRIMO. *É isso um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. *As Estruturas Elementares do Parentesco*; Ed. Vozes, 2003.

MARIANI, O. M. N. “A mente é a arma, a voz é a bala”: Problematizando a contrariedade do Programa Fica Vivo! enquanto produtor de controle, normalizações e possíveis invenções de modos de vida. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MAKINGOFF. Site de compartilhamento de filmes. Disponível em <http://makingoff.org/forum/index.php?showtopic=31369> . Acessado em 10 de maio de 2014.

MARTINS, Aline Souza; CANUTO, Luiz Gutavo; NEVES, Claudia Nery. O Impasse como Possibilidade: reenlace do jovem envolvido com a criminalidade. Em: GUERRA, Andréa M. C. *A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade*. 2009. Financiamento: FAPEMIG e PROPPG/UFMG.

MARTINS, A. S. GUERRA, A. M. Psicanálise e política: contribuições metodológicas. Em *Revista Borrromeo* N° 4 - Año 2013. Disponível em <http://borrromeo.kennedy.edu.ar/Articulos/CamposGuerrapsicoan%C3%A1lisisypol%C3%ADtica.pdf> . Acessado em 10 de novembro de 2013.

MARTINS, A. S.; ROSA, M.D.; BRAGA, A. P. M.; TATIT, I. Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso clínico. Em *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. Org: MOREIRA, J. GUERRA, A. M. C. SOUZA, J. M. P. de. Curitiba: CRV, 2013.

MARTINS, A. S.; CANUTO, L. GUERRA, A. M. C. & NEVES, C. N. A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional. (Prelo).

MILLER, J. A. Lacan elucidado: palestras no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

———. La pareja e el amor: conversaciones clínicas con Jacques Alain-Miller em Barcelona. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MIJOLLA, A. Dicionário Internacional de Psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MOREIRA, J. O.; DRAWIN, C. R.; GUERRA, A. M. C. Produção científica brasileira sobre adolescência e infração: considerações preliminares. (Prelo).

NARZETTI, C. As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. Em: *RevLet – Revista Virtual de Letras*, vol 2, N 02/2010. ISSN 2176-9125.

NOEL, J. F. M. Dicionário de Mitologia Universal. Barcelona: Edicomunicacion, 1987.

OLIVEIRA, M. V. de X. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7431. Acesso em 26.08.2011.

ORLANDI, P. E. Michel Pêcheux e a análise do discurso. Em *Estudos de linguagem*, Vitória da Conquista, n.1, pg. 9-13. Junho de 2005

PÊCHEUX, M. (1938-1939). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PLON, M. A Paz Eterna? Em *Ágora*, v. VII n. 1 jan/jul 2004 pp. 9-21. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982004000100001 . Acessado em 29 de Abril de 2014.

QUINET, A. *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ROCHEMBERG, L. São Paulo precisa de uma nova política de segurança. Em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/sao-paulo-precisa-de-uma-nova-politica-de-seguranca/>. Acesso em 05 de Nov de 2012.

ROCHA, M. H. Trajetória do crime: caminhos e descaminhos de jovens infratores. Belo Horizonte (Regional Metropolitana de/Belo Horizonte / RMBH), 2011.

ROCHA, R. A guerra nunca acaba: uma análise das relações de rivalidade violenta entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. Dissertação entregue ao departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. Em *Rivista de Psicanálise Texturas*. N. 2, 2002. Disponível em <http://www.revistatextura.com/leia/umaescpis.pdf> . Acessado em 10 de maio de 2014.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica de jovens de periferia. Em *A lei e as leis*. S. Altoé (Org.) Rio de Janeiro: Revinter, 2006, pp.183-194.

ROSA M. D. *Histórias que não se contam: o não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

ROSA, M. D; GAGLIATO, M.. Traumas, Heróis e Resistências e Psicanalistas. Em: CERRUTI, M.; PERDOMO, M. C. *Trauma, Memória e Transmissão: A Incidência da Política na Clínica Psicanalítica. Departamento - Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo – 2009.

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. Em *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 18, jan./jun. 2010. ABPP, p. 107-124, 2011.

ROSA, Miriam Debieux; PRUDENTE, Sérgio. No texto “RESPONSABILIZ(AÇÃO): a Responsabilidade do Sujeito e o sistema jurídico, Em *Revista da IBCCRIM*, prelo.

ROSA, Miriam Debieux; PRUDENTE, Sérgio. À guisa de uma compreensão psicanalítica sobre a responsabilidade. Em *Revista Ágora*, prelo.

SAPORI, Luiz Flavio; SENA, Lucia L.; SILVA Braulio F. A. Mercado do crack e violência urbana: na cidade de Belo Horizonte. Em *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 5 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2012 - pp. 37-66

SAFATLE, V. *Grande Hotel Abismo: Por uma reconstrução da teoria do Reconhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SAFOUAN, M. *Lacaniana II: Los seminários de Jacques Lacan 1964-1979*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

SCISLESKI, A. Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Porto Alegre, 2010.

SOARES, L. E. *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOUZA, M. B. e. Adolescentes em conflito com a lei [manuscrito]: um estudo sobre os adolescentes no tráfico de drogas e o alcance das medidas socioeducativas em meio aberto em Belo Horizonte, 2013.

TEIXEIRA, A. M. R. Psicanálise e biopolítica: as novas zonas de anomia da lei. Em *A soberania do inútil e outros ensaios de psicanálise e cultura*. São Paulo: Annablume, 2007.

VICENTIN, M. C. G. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec, 2005.

VICENTIN, M. C. G., CATÃO, A. L. BRGHI, A. ROSA, M. D. Adolescência e sistema de justiça: problematizações em torno da responsabilização Em *Contextos de Vulnerabilidade Social*. Em Responsabilidades, Belo Horizonte, V. 1, N. 2, P. 271-295, Set. 2011/Fev. 2012.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

ZALUAR, A. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. Em *Dados* [online]. 2012, vol.55, n.2, pp. 327-365. ISSN 0011-5258.

_____. (2009). Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. Em *Mana*, 15(2), 557-584. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200009&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-93132009000200009. Acessado 23 de Janeiro de 2014.

ZIZEK, S. *Bom vindo ao deserto do real*. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. *Para ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

APÊNDICE A — PESQUISA: A INCIDÊNCIA DO PAI NA SUBJETIVIDADE DE JOVENS ENVOLVIDOS COM A CRIMINALIDADE

Coordenadora: Andréa Máris Campos Guerra

Universidade responsável: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Órgão de fomento: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (PROPPG/UFMG) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Equipe: Andréa Máris Campos Guerra, Luiz Canuto, Tatiana Pedroso, Claudia Neves, Fabio Bispo, Marcelo Fonseca, Maria do Carmo Pinheiro, Aline Souza Martins, Camila, Joanna Angelo e Rafael Rocha.

Apresentação da pesquisa

O interesse pelo estudo do tema apresentado surgiu no contexto da participação na pesquisa *A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade*⁸⁹, coordenada pela professora Andréa Máris Campos Guerra, na Universidade Federal de Minas Gerais entre 2009 e 2011. Como os dados utilizados na presente dissertação foram coletados durante essa primeira pesquisa, se faz necessário contextualizar o trajeto iniciado em 2009.

Essa pesquisa nasceu de uma parceria com o programa Fica Vivo!, da Secretaria de Defesa do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de estudar a relação entre a incidência do pai, como conceito da psicanálise lacaniana, e o envolvimento de adolescentes com a criminalidade no aglomerado⁹⁰ Santa Lúcia, em Belo Horizonte/MG. Nessa pesquisa⁹¹, começamos estudando a fundo o conceito de pai ao longo dos ensinamentos de Sigmund Freud e Jacques Lacan, posteriormente, realizamos a pesquisa prática com grupos de jovens do aglomerado Santa Lúcia, e por fim fizemos a análise teórica dos dados. A partir desse trabalho, que abordou três pontos do bairro, depreendemos alguns resultados. A partir daí surgiu a vontade de explorar de maneira mais sistemática um aspecto da análise particularmente interessante que iremos explicar a seguir.

⁸⁹Financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (PROPPG/UFMG) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

⁹⁰Estamos cientes da implicação política da utilização dos termos favela, vila, aglomerado, morro e bairro. Para o contexto dessa pesquisa utilizaremos essas denominações sem distinção, como são usadas pelos moradores, com exceção de bairro, termo geralmente empregado para a região no entorno do aglomerado ao qual nos referimos.

⁹¹ Da qual participei como voluntária durante dois anos.

Nas conversas realizadas com os grupos de jovens, foi proposto, a princípio, que o tema da discussão seria o pai, conceito que pretendíamos explorar. Entretanto, rapidamente percebemos que, embora os problemas do "ser pai" e da "relação com o próprio pai" sejam importantes, os jovens retornavam com recorrência a discussões a respeito da "guerra" entre as regiões do morro. Esse dado mudou substancialmente o foco da pesquisa que nos propúnhamos a realizar, o problema passou a ser o fenômeno da guerra, que ocupa de maneira maciça o interesse dos participantes do estudo.

Entre os resultados recolhidos, um em especial chamou nossa atenção, a explicação de um dos participantes a respeito da diferença entre o tráfico e a guerra. Para este jovem, ambos são fenômenos distintos, tanto que seria possível estar na guerra sem estar no tráfico, apesar do oposto ser menos usual. Ou seja, a disputa armada entre os grupos do morro é necessária quando o jovem está envolvido com a atividade ilegal do tráfico de drogas, mas ela também pode ser motivada por questões pessoais entre os participantes de diferentes grupos.

Outro aspecto impressionante nesses relatos é a clareza que os participantes têm do risco que correm ao entrarem em uma disputa desse tipo, denominando inclusive por três "Cs" os caminhos possíveis depois da entrada na guerra: cadeia, cadeira de rodas ou caixão. Mesmo estando suficientemente cientes de que provavelmente estarão abreviando seu tempo de vida ou de liberdade, os entrevistados "optam" pela entrada na guerra. Questionados a respeito dessa espécie de "escolha"⁹² durante as conversas, os entrevistados aparentavam cair em um vazio de significação, dando respostas como "sempre foi assim", "hum, como assim: o que tem além da guerra?" ou simplesmente sem entender o que havia sido perguntado. Dentro da posição política de considerar esses jovens como capazes de analisar tanto o seu contexto de vida quanto as possibilidades e consequências das suas escolhas, nos intrigou pensar na razão pela qual eles optavam pela entrada na guerra.

No contexto desta pesquisa, utilizávamos a análise de discurso, com base no teórico Michel Pêcheux, para tentar entender os fenômenos extremamente complexos com os quais nos deparávamos. Analisando a estrutura do discurso diante da qual colocávamos nossa pergunta, percebemos que provavelmente existia um elemento oculto em jogo, algo que seria causa e motivação da escolha pela guerra. Este elemento traria um benefício como

⁹² Nesse contexto é complicado falar em 'opção' ou 'escolha' fora de aspas, pois se trata de um modelo específico, que trataremos mais adiante. Entretanto, após essa ressalva, não irei mais usar esse recurso prezando pela limpeza do texto.

consequência da entrada neste conflito que justificaria a estranha escolha pelo caminho mais arriscado⁹³.

Agora restavam ainda as perguntas: Qual seria esse elemento oculto que gera um benefício pelo qual vale a pena arriscar a vida? Qual é o benefício de tão grande importância? A partir desses novos questionamentos nos propusemos a explorar novamente os dados da pesquisa, agora com um novo método: intensificar a investigação de apenas uma das regiões do campo de pesquisa, utilizando o recorte inspirado na análise de conteúdo e a própria psicanálise como metodologias.

Este é um trabalho atípico, portanto. A coleta de dados foi feita no âmbito de uma pesquisa anterior, em 2009, e os dados foram gentilmente cedidos pela coordenadora da pesquisa, Andréa Máris Campos Guerra, para a nova análise. Esta dissertação trata da análise de um aspecto não desenvolvido durante a pesquisa anterior, o que justifica o trabalho de aprofundamento no tema. Exploraremos mais a fundo o caminho percorrido na pesquisa anterior que justifica a nova pergunta.

Metodologia de coleta dos dados

Como os dados foram coletados durante a pesquisa *A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade* é necessário explicitar as duas metodologias, tanto a utilizada para coleta e análise da pesquisa anterior, em 2010, quanto a metodologia de análise nova. A pesquisa de campo ocorreu entre novembro de 2010 e junho de 2011, em uma das regiões⁹⁴ do aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte/MG. Os jovens nos foram apresentados por técnicos do programa Fica Vivo! e as reuniões ocorreram de acordo com a metodologia da Conversação Psicanalítica, desenvolvida por Miller (2005) para a pesquisa-intervenção com grupos utilizando a psicanálise como ferramenta de análise e intervenção. De acordo com essa metodologia, são realizados alguns encontros anteriores à conversação propriamente dita para o estabelecimento do vínculo de confiança entre os facilitadores e o grupo. Após esse período são realizados três encontros nos quais espera-se que ocorra uma associação livre coletivizada.

⁹³ Essa reflexão só foi possível graças a uma conversa informal com a professora de Análise do Discurso da universidade de Piracicaba, Suzy Lagazzy, a quem agradeço imensamente a atenção aos meus questionamentos.

⁹⁴ O nome da região permanecerá oculto para impossibilitar a identificação dos participantes, que estão descritos com nomes fictícios durante a pesquisa.

A Conversação Psicanalítica é uma metodologia de intervenção com grupos na qual "um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado, (...) da qual esperamos um certo efeito de saber" (MILLER, 2005, p. 15-16). A metodologia prioriza a multiplicidade de significantes sobre o mesmo objeto, localizando os pontos de mal-estar e criando possibilidades para que as máximas da cultura sejam questionadas. As intervenções dos facilitadores visam provocar a surpresa, buscando o sem sentido que existe além do discurso ligado à ficção de cada um. Esse método foi adaptado ao contexto de pesquisa para a coleta de dados, no qual se priorizou a realização das conversas e não a intervenção.

Ao todo foram realizados 4 encontros de *rappport* inicial e três de conversação. Os 4 primeiros encontros ocorreram durante uma das oficinas do programa Fica Vivo!, na qual tivemos a oportunidade de conversar com os jovens e esclarecer dúvidas a respeito da pesquisa. Os demais encontros foram na casa de um dos participantes, em uma praça no interior do aglomerado e em uma espécie de sala onde eles realizam reuniões de lazer. O número de participantes em cada encontro foi variável em torno de cinco⁹⁵.

É importante salientar que para a realização da pesquisa foi garantido sigilo absoluto dos dados transcritos e gravados, nos quais os participantes foram protegidos por nomes alterados; foi feito o contrato verbal de consentimento livre e esclarecido com todos os participantes; e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob o número de registro COEP UFMG 0441.0.203.000-09.

Como metodologia de análise das conversações, optamos, em 2010/2011, pela análise do discurso segundo Michel Pêcheux, vertente que enfatiza a materialidade do discurso e sua relação com a ideologia na qual se insere. Pela intersecção entre linguagem, materialidade e psicanálise é possível ler a textualização do político por trás de todo o texto, escrito ou falado, através da análise do discurso. Este é um instrumento que pretende possibilitar a percepção de objetos novos, invisíveis ao olhar viciado do pesquisador, que não pode deixar de ver de dentro de uma determinada ideologia. Também espera-se substituir a experimentação como metodologia principal das ciências sociais e criar mecanismos para identificar processo discursivos inovadores fora da ideologia.

A análise do discurso se constituiu nas décadas de 60 e 70 na França como um campo heterogêneo, dividido em três principais linhas teóricas representadas por Michel Pêcheux, a sociolinguística (de Marcellesi e Gardin) e Michel Foucault. O conceito, a base

⁹⁵ Essa variação se deve ao caráter particular do grupo de participantes, jovens envolvidos com atividades ilegais.

epistemológica e o objetivo de uso do instrumento do discurso se diferenciam para cada uma dessas vertentes. Segundo Narzetti (2010), as duas primeiras se aproximam pela ênfase no marxismo e na linguística como fundamentação teórica. Já as análises de Pêcheux e Michel Foucault acreditam em um sujeito resultado de diferentes processos históricos de subjetivação, negam a vertente mais humanista do conhecimento (psicologismo, sociologismo), negam a análise centrada no sentido e se pretendem instrumentos da história das ciências ou dos saberes.

A conceito de "discurso" recebeu diferentes concepções de acordo com cada linha teórica, o que pode esclarecer ainda mais nossa opção metodológica em detrimento das duas outras. Os autores da sociolinguística se filiam principalmente ao terreno da linguística ampliada pela visão marxista, e menos às ciências sociais e históricas. Para esses pesquisadores, a análise serviria para identificar condutas discursivas que caracterizam grupos sociais ou classes. Foucault, por outro lado, defende que o discurso seria um conjunto de enunciados que se apoiam em um mesmo sistema de enunciação, pelo saber que é constituído pelos enunciados e por sua visibilidade. O discurso não estaria relacionado a formações ideológicas, estaria, sim, mais próximo da formação epistemológica da história das ideias. Sua arqueologia do saber busca, portanto, o fato do aparecimento histórico de um discurso e não a política por trás do mesmo.

Pêcheux é fundador da Escola de Análise do Discurso, que estuda como a linguagem é materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na linguagem. Para esse autor, o discurso é construído a partir do aporte teórico da Linguística e do Materialismo Histórico, sendo este um nível intermediário entre a língua (social e exterior) e a fala (individual e interior) em uma relação entre o universal e o extra-individual, o que poderíamos entender dentro do aporte teórico da psicanálise do discurso como uma relação de ex-sistência, o que faz a ligação entre o interior e o exterior constituindo uma mesma superfície. O discursivo seria então uma das formas da materialidade da ideologia de classe, e o discurso, segundo citado por Narzetti, é (PÊCHEUX apud NARZETTI, 2010, p. 54)

[...] uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que deriva da estrutura de uma ideologia política, correspondendo pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada.

Essa perspectiva enfatiza a materialidade do discurso e sua relação constante com a ideologia na qual se insere, é uma maneira de ler a textualização do político que está por trás

de todo o texto. Para Pêcheux, o discurso é o "efeito de sentido entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto" (ORLANDI, 2005, p.11) e no qual a relação entre simbólico e político é o que existe de maneira central.

As pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se apreende, mas que produz efeitos que podem ser percebidos pela ideologia ou pelo inconsciente; as formações discursivas são o que uma pessoa pode e deve dizer em determinadas situações. Uma leitura pela análise do discurso expõe o olhar do leitor à opacidade/materialidade do texto, objetivando entender o texto em relação com outros discursos e com o que ele não diz. Essa análise nos proporcionou os resultados a seguir em 2010/2011.

Resultados

A partir da análise do material, depreendemos, primeiramente, a hipótese de que lei do tráfico seria marcada pelo princípio de reciprocidade, uma espécie de lei tirânica e inquestionável, que impõe aos jovens ali envolvidos a obrigação da vingança do assassinato de um companheiro com a morte de um integrante do grupo rival. Essa lei instituiria, assim, um ciclo de gozo e violência, no qual os sujeitos não se implicam responsabilmente, atuando em nome de uma ordem superegógica (MARTINS et al., no prelo). Essa lei tirânica foi compreendida na pesquisa como reguladora de uma troca, a partir do princípio de reciprocidade de Lévi-Strauss (1976). As mortes no caso seriam como presentes, que, ao serem ofertados, impõem que sejam retribuídos em ocasião ulterior e em igual ou maior valor. Isso seria um dos aspectos do que os jovens participantes chamam de guerra. A morte de um guerreiro leva necessariamente a uma resposta, provocando o assassinato em igual ou maior medida de guerreiros do grupo rival. "Eles já levaram 4 guerreiros esse ano", comenta um dos participantes da pesquisa que lidera um dos grupos.

Outro resultado a que chegamos durante a pesquisa se refere à dinâmica *Guerra/guerrinha*, para tentar explicitar melhor o que os adolescentes chamam de guerra nesse contexto. A *guerrinha* "cria um circuito de trocas, satisfação, risco e segurança, imagens e semblantes que coletivizam, em torno de um pacto apoiado em regras comuns, rígidas e não dialetizáveis, um sistema de vida" (GUERRA, 2011, p. 246). Seria uma vertente imaginária do fenômeno (já entrando em uma interpretação que utiliza conceitos da psicanálise lacaniana). O que, porém, depreendemos de mais surpreendente a partir da pesquisa foi uma ordem para além dessa, um sistema que coloca esses meninos em um lugar, se não igual, bastante similar ao do *Homo Sacer*, enquanto homens para a morte. A isso foi

dado o nome no contexto da pesquisa de *Guerra* (com letra maiúscula), "há uma outra Guerra na qual esses jovens se inserem enquanto seres para a morte. Essa Guerra orienta suas existências" (GUERRA, 2011, p. 244).

A terceira grande tese que foi possível extrair desse longo e complexo trabalho foi a existência de uma relação bífida entre política e inconsciente, que marca a posição do sujeito. Como uma *banda de moebius* (LACAN, 1961), existe de um lado a dimensão política, determinada pelos fatores materiais e econômicos, e do outro lado a dimensão subjetiva, determinada pelo inconsciente (FREUD, 1915), o lado e o avesso de uma mesma posição que refere o sujeito ao Outro. É na torção entre esses dois planos que os acontecimentos podem determinar diferentes tomadas de posição, tanto em relação aos adolescentes envolvidos com o tráfico, quanto aos sujeitos em geral⁹⁶.

⁹⁶ Para saber mais ver Relatório de Pesquisa Fundep: GUERRA, A. M. C. "A Incidência do Pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade".

TABELA DOS TEXTOS DE REFERÊNCIA DO CONCEITO DE GUERRA NA PSICANÁLISE

GUERRA COMO:	TERMOS RELACIONADOS	AUTOR PRINCIPAL	REFERÊNCIAS
FENÔMENO RELACIONADO AO SUJEITO	Conflito; pulsão de morte; agressividade.	Freud Lacan	Por que a guerra?; Mal-estar na civilização; Reflexões para os tempos de guerra e morte; L.7 jul. 1954;
FENÔMENO RELACIONADO À SOCIEDADE	Batalha; exercito; Divisão em: política, estratégia, tática e materiais.	Clausewitz Freud Lacan	A Guerra. Por que a guerra?; Mal-estar na civilização; Reflexões para os tempos de guerra e morte; A Psiquiatria inglesa e a guerra.
ESTRUTURA RELACIONADA AO SUJEITO		Lacan	Psiquiatria inglesa e a guerra; A direção do tratamento e princípios de seu poder; L. 22 jun. 1955; L. 11 dec. 1957; L. 6 dez. 1961; L.24 jan. 1968; L. 20 nov. 1973
ESTRUTURA RELACIONADA A SOCIEDADE	“Política por outros meios”; racismo de Estado.	Foucault Freud Lacan	Em defesa da sociedade. Toten Tabu. L. 18 mai. 1960; L. 6 dez. 1961; L. 19 mar. 1969; L. 20 nov. 1973.

ANEXO A: Estatuto do PCC

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido
2. A Luta pela liberdade, justiça, paz e igualdade.
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham a sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade "bem estruturado" mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse como ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11. O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".
12. O partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992,

onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.

14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração " anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes.

15. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.

16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.

Conhecemos nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido⁹⁷.

⁹⁷Estatuto do PCC. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/353333.shtml>. Acesso em 01 de nov de 2012.